

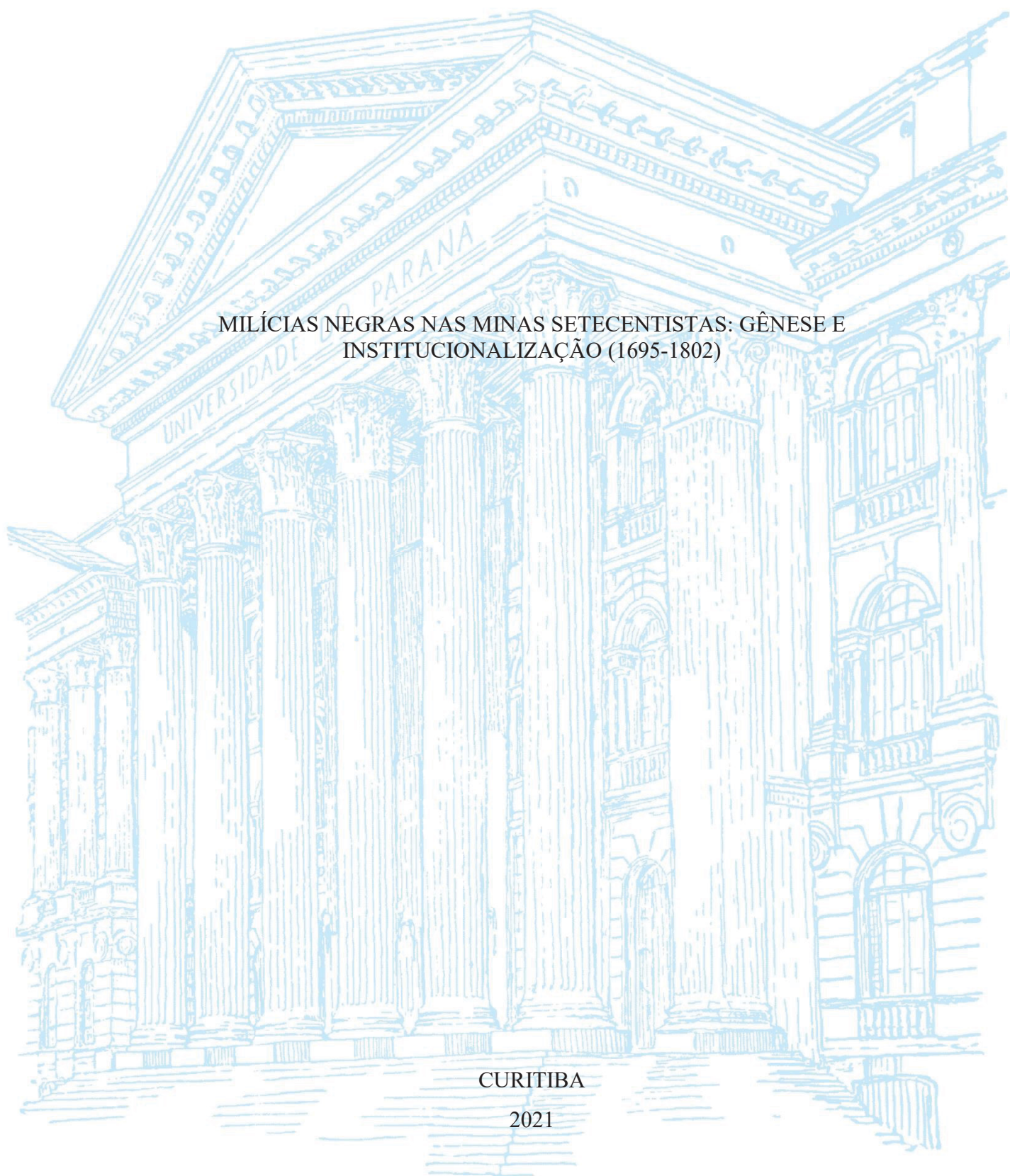
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LEANDRO FRANCISCO DE PAULA

MILÍCIAS NEGRAS NAS MINAS SETECENTISTAS: GÊNESE E
INSTITUCIONALIZAÇÃO (1695-1802)

CURITIBA

2021



LEANDRO FRANCISCO DE PAULA

MILÍCIAS NEGRAS NAS MINAS SETECENTISTAS: GÊNESE E
INSTITUCIONALIZAÇÃO (1695-1802)

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Orientador(a): Prof. Dr. Luiz Geraldo Silva

CURITIBA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Paula, Leandro Francisco de

Milícias negras nas Minas Setecentistas : gênese e institucionalização (1695-1802). / Leandro Francisco de Paula – Curitiba, 2021.

Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Luiz Geraldo Silva

1. Minas Gerais – História – Séc. XVIII. 2. Milícias – Minas Gerais - História. 3. Minas Gerais – História militar. 4. Negros milicianos. 5. Escravos. I. Silva, Luiz Geraldo, 1964. II. Título.

CDD – 981.51



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -
40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de LEANDRO FRANCISCO DE PAULA intitulada: **MILÍCIAS NEGRAS NAS MINAS SETECENTISTAS: GENESE E INSTITUCIONALIZAÇÃO (1695-1802)**, sob orientação do Prof. Dr. LUIZ GERALDO SANTOS DA SILVA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 15 de Outubro de 2021.

Assinatura Eletrônica

15/10/2021 19:12:39.0

LUIZ GERALDO SANTOS DA SILVA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

15/10/2021 18:28:39.0

ÁLVARO DE ARAÚJO ANTUNES

Avallador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO)

Assinatura Eletrônica

16/10/2021 09:22:15.0

MOZART VERGETTI DE MENEZES

Avallador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/UFPB)

Assinatura Eletrônica

15/10/2021 18:52:46.0

FERNANDO PRESTES DE SOUZA

Avallador Externo (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

15/10/2021 18:54:25.0

FRANCIS ALBERT COTTA FORMIGA

Avallador Externo (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS)

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

What is done is done. O que está feito, não está por fazer. Até que enfim, após anos, termino uma grande batalha que é esta tese. Agradeço a todas e todos que fizeram parte desta grande jornada comigo. Foram anos e anos muito difíceis. Agradeço a várias pessoas. Algumas com toda certeza eu esquecerei de mencionar. Tenho que agradecer aos seres celestiais que me ajudaram a não perder o foco. Deus, meus guias, os espíritos de luz que sempre estão comigo. Agradeço aos meus pais, agradeço à Dani e aos pais e aos avós dela. Agradeço aos meus amigos, que sabem quem são. Em especial, agradeço ao Fernando e à Priscila, grandes amigos de sempre, sempre mesmo. Agradeço também à Fran pelos toques. O pessoal da banda, como o Fernando Schmiguel, o Henrique e o Nicolas. Também agradeço à Ane, ao baby Thomas, à Lelê e ao Júnior, uma família linda que sempre nos apoiou nos momentos difíceis. Agradeço aos meus alunos e também ex-alunos, como a Camille. Aos companheiros de luta, como Clau, Éder, Edi, Lu e Carlos.

Agradeço enormemente ao professor Luiz Geraldo, que carregou este árduo trabalho comigo. Sempre estive ao meu lado nas horas mais difíceis e angustiantes.

Agradeço à CAPES pelas bolsas concedidas em toda a minha trajetória acadêmica.

Agradeço aos professores e às professoras do PPGHIS e à Cris pela paciência e ensinamentos.

Agradeço aos professores da UTFPR, onde aprendi coisas que expandiram meus horizontes. Em especial, o professor Rogério Caetano de Almeida.

Agradeço imensamente à UFPR, que conseguiu transformar um descendente de indígenas e de escravizados em um futuro doutor. Ali que eu aprendi a valorizar a educação pública e de qualidade. Hoje sou professor da educação básica e luto para que outros cheguem pelo menos no lugar em que estou e que me ultrapassem, para que o nosso país seja cada vez um lugar mais justo. Somos um grupo de pressão, nós, os lutadores, os pobres, os descendentes de africanos, os descendentes de indígenas. Nós ainda estamos aqui e estaremos por muito tempo. Nós resistimos e continuaremos a resistir. Fascistas não passarão!

Por todas as vítimas da COVID-19, em especial João Maria de Oliveira. Que esse genocídio tenha fim no nosso país. Vacina no braço já!

O que está feito, não está por fazer.

William Shakespeare em *Macbeth*

RESUMO

O presente trabalho versa sobre as milícias negras mineiras nas Minas Setecentistas, mais especificamente sobre o processo de sociogênese e de institucionalização desses corpos militares ao longo do século XVIII. O século em questão foi marcado não só pela exploração do ouro e dos diamantes, como também pelo forte desenvolvimento agropecuário da capitania junto com um elevado aumento populacional da região. Esses motivos, somados ao também aumento da população africana e afrodescendente – devido à demanda do sistema escravista – teve uma conexão com mudanças que ocorreram no Mundo Atlântico a partir da sua segunda metade, com as Guerras Atlânticas, acelerando processos de institucionalização das milícias negras em Minas Gerais. O caso mineiro demonstra como a sociogênese e a institucionalização das milícias negras são elementos que estão conectados com várias tendências que ocorreram no Mundo Atlântico no decorrer desse período, como a mudança de status dos africanos e afrodescendentes ao longo do tempo e que teve uma aceleração à medida que esse século passou a contar com grupos de pressão que reivindicavam direitos para esses indivíduos. Minas Gerais, portanto, pertencia a mais um dos espaços, ou figurações sociais em que essas lutas eram travadas em conexão com várias outras partes do Atlântico. A sociogênese dessas milícias negras, dessa maneira, ocorreu ao longo do século XVIII, ao mesmo tempo em que houve também a mudança de status dos africanos e afrodescendentes na capitania; ou seja, se iniciou com tropas dispersas e até mesmo formadas por indivíduos escravizados, passando por Capitães do Mato, responsáveis pelo controle dos inimigos internos, chegando, ao final do século, em tropas estruturadas e até mesmo equiparadas a algumas regulares e com oficialato de prestígio e com Mestres de Campo com grande status social.

Palavras-chave: Milícias negras. Minas Gerais. Mundo Atlântico. Sociogênese e Institucionalização. Século XVIII.

ABSTRACT

This work is about the black militias from Minas Gerais in 18th century, more specifically about the process of sociogenesis and institutionalization of these military bodies throughout the 18th century. This century was marked not only by the exploitation of gold and diamonds, but also by the strong agricultural development of the captaincy together with a high population increase in the region. These reasons, added to the increase in the African and Afro-descendant population - due to the demand of the slave system - had a connection with changes that occurred in the Atlantic World from its second half, with the Atlantic Wars, accelerating processes of institutionalization of black militias in Minas Gerais. The case of Minas Gerais demonstrates how the sociogenesis and institutionalization of black militias are elements that are connected with various trends that occurred in the Atlantic World during this period, such as the change in the status of Africans and Afro-descendants over time, which accelerated as this century came to rely on pressure groups that claimed rights for these individuals. Minas Gerais, therefore, belonged to yet another of the spaces, or social figurations, in which these struggles were waged in connection with various other parts of the Atlantic. The sociogenesis of these black militias, in this way, took place throughout the 18th century, at the same time that there was also a change in the status of Africans and Afro-descendants in the captaincy in question; that is, it started with dispersed troops and even formed by enslaved individuals, passing through Bush Hunters, responsible for the control of internal enemies, arriving, at the end of the century, in structured troops and even equivalent to some regular ones and with officialdom of prestige and with *Mestres de Campo* with great social status.

Keywords: Black Militias. Minas Gerais. Atlantic World. Sociogenesis and institutionalization. 18th century.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
I - ASPECTOS TEÓRICOS	20
II- O CONCEITO DE SOCIOGÊNESE E AS MILÍCIAS NEGRAS	26
III- O CONCEITO DE MUNDO ATLÂNTICO	30
IV- ESTRUTURA DO TRABALHO.....	34
1 MINAS GERAIS: UMA FIGURAÇÃO SOCIAL – ESTRUTURAS SOCIAIS	37
1.1 O NASCIMENTO DE MINAS GERAIS	37
1.1.1 A GUERRA DOS EMBOABAS.....	43
1.2 CRIAÇÃO E CONTROLE DA CAPITANIA	58
1.3 INDÍGENAS	62
1.4 QUILOMBOS E MOCAMBOS.....	64
2 MINAS GERAIS: UMA FIGURAÇÃO SOCIAL – ESTRUTURAS ECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS.....	77
2.1 A PRODUÇÃO DO OURO E DOS DIAMANTES	78
2.2 TRIBUTAÇÃO	80
2.3 MINAS E CURRAIS: RURAL E URBANO NA FORMAÇÃO DAS MINAS SETECENTISTAS	89
2.4 POPULAÇÃO	94
2.5 TRÁFICO E ESCRAVIDÃO: MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII	103
3 GÊNESE E INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS MILÍCIAS NEGRAS MINEIRAS....	117
3.1 AFRODESCENDENTES LIVRES E LIBERTOS NA HISTORIOGRAFIA.....	117
3.2 ORGANIZAÇÃO MILITAR	131
3.3 CAPITÃES DO MATO.....	144
3.4 CORPO DE CAÇADORES	151
4 MILÍCIAS NEGRAS NO MUNDO ATLÂNTICO: GUERRAS E CONEXÕES.....	159
4.1 GUERRA DOS SETE ANOS	159
4.3 CARTA RÉGIA DE 1766	167
4.4 O IMPACTO DA CARTA RÉGIA DE 1766 NA SOCIEDADE MINEIRA.....	175
4.5 OS 4 MIL RECRUTAS.....	187
4.6 ALVARÁ DE 7 DE AGOSTO DE 1796	196
5 INDIVÍDUOS E SOCIEDADE: TRAJETÓRIAS DE MILITARES NEGROS EM MINAS GERAIS	205

5.1 HIERARQUIAS MILITARES.....	207
5.2 MESTRES DE CAMPO NAS MINAS SETECENTISTAS.....	209
5.3 FRANCISCO ALEXANDRINO.....	218
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	231
REFERÊNCIAS	236

INTRODUÇÃO

O presente estudo trata das milícias negras em Minas Gerais no século XVIII. O tema em questão tem sido debatido pela historiografia mais recente, principalmente por historiadores que examinam sociedades hispano-americanas. A grande maioria desses trabalhos apresenta perspectivas mais isoladas de seus objetos de análise, ou seja, são pesquisas mais voltadas para um olhar sobre processos de formação de nações e de povos com suas culturas e sociedades consideradas, muitas vezes, ímpares; seriam, assim, partes de um todo desconectado. Peças de um quebra-cabeça difícil de se montar. É por esse motivo que a pesquisa aqui em pretende contribuir no sentido de compreender a questão das milícias negras como um elemento conectado ao Mundo Atlântico e ao seu desenvolvimento. Optou-se por se pesquisar Minas Gerais por conta de seus aspectos históricos e sociológicos extremamente importantes para a chamada História do Brasil Colonial. Minas Gerais geralmente é conhecida pela história da descoberta e produção aurífera, por sua grande população escravizada, mas pouca gente fora da academia conhece os aspectos de uma Minas que possuía indivíduos que atuavam em corpos militares. Mais do que isso: poucos sabem que em Minas Gerais de fato havia negros que pertenciam a corpos militares no século XVIII. Isso fez com que esse objeto de pesquisa se tornasse muito interessante para este pesquisador. Era preciso, então, procurar conhecê-lo mais a fundo. Esta tese procurou chegar a conclusões a respeito desse tema, percorrendo historiografias, fontes, teorias que ajudassem a compreender as milícias negras inseridas nas Minas Setecentistas. O recorte temporal da pesquisa se inicia nos primórdios mineiros, quando de fato há os primeiros registros de descoberta de jazidas de ouro na região e a vinda dos primeiros habitantes para aquilo que depois seria Minas Gerais. O recorte temporal fecha exatamente em 1802, ano em que há um importante documento do Conselho Ultramarino: o alvará de 17 de dezembro de 1802. Em seu conteúdo, depara-se com uma negação à “diferença de cor”, o que poderia conduzir diversos direitos aos indivíduos, o que corrobora a questão defendida pelos pardos havia muito tempo. Portanto, esse aparato possibilitou que afrodescendentes pudessem alcançar postos militares superiores. Assim, como esses direitos passam a ser adquiridos por meio desse alvará, entendeu-se por bem estabelecer como recorte final desta tese tal ano de 1802, tendo em vista que tangencia outro momento da história desses indivíduos. O tema, portanto, traz muitos desafios e amplia o debate a respeito de muitas questões envolvendo o escravismo e a população africana e afrodescendente no Mundo Atlântico.

Nesse sentido, essas discussões têm repercutido e trazido luz às questões da população africana e afrodescendente livre e liberta no Novo Mundo na era dos impérios coloniais. O grande objetivo desta pesquisa foi compreender os processos sociais, históricos e políticos que influenciaram na gênese e na institucionalização das milícias negras mineiras no século XVIII, com todas as transformações pelas quais passou a capitania mineira desde o seu nascimento até seu papel como importante centro econômico no conjunto da América portuguesa e em conexão com o Mundo Atlântico e outras partes da economia mundo. Para tanto, foi preciso compreender a capitania em questão, sua gênese e suas estruturas, concebendo-a como uma figuração social que passou por intensos processos de desenvolvimento. Por isso, foi importante compreender que a formação das Minas Setecentistas está ligada aos seus processos de ocupação territorial e desenvolvimento de estruturas administrativas e eclesiásticas, a circulação de pessoas, produtos e mercadorias, além do tráfico de escravos, a própria dinâmica da escravidão em si e o aumento populacional que nunca cessou ao longo do supramencionado século. O número de indivíduos escravizados, bem como o de africanos e afrodescendentes livres e libertos em Minas sempre esteve em consonância com outros processos também importantes no desenvolvimento da figuração, como a produção do ouro e o seu declínio a partir da segunda metade do século, a produção agropecuária, que ganhou nova importância após a queda da produção aurífera e as disputas sociais existentes na figuração, como a luta contra os *inimigos internos* e os *inimigos externos*.

A institucionalização das milícias negras mineiras só pode ser compreendida dentro de todo esse quadro especificado acima, pois a capitania estava em constante conexão com outras partes da América portuguesa e do Mundo Atlântico. Os militares negros passaram ao longo do tempo a atuar desde corpos informais aos mais institucionalizados e consolidados, formando uma elite militar no seio da vasta população africana e afrodescendente livre e liberta da capitania. Assim, combatendo inimigos internos, os quilombos e os indígenas hostis, e os externos, os espanhóis na guerra luso-castelhana, esses africanos e afrodescendentes livres e libertos passaram a exercer pressão no nível mais alto da sociedade na época, sem deixar também de disputar posições nas hierarquias institucionais e nas posições sociais de prestígio dentro de seus limites como *outsiders* naquela sociedade escravista. A institucionalização e consolidação das milícias negras mineiras faz parte, também, dos processos de mudanças de status de afrodescendentes ao longo do tempo, de acordo com os pressupostos teóricos de Luiz Geraldo Silva, que foram também construídos com base nas teorias de Miers e Kopytoff e

Norbert Elias.¹ Portanto, é a partir desse modelo que este trabalho compreendeu as milícias negras mineiras no século XVIII.

É importante elucidar alguns pontos levantados também até aqui nesta introdução. Quando se refere a milícias negras, cria-se um conceito. Esse conceito é abrangente e incorpora toda a população negra que atuava em corpos militares. Essa população poderia ser escravizada, livre ou liberta. A coroa possuía muitas formas de categorizar esses indivíduos, e por muito tempo os separou nessas categorias inclusive quando se tratava de colocá-los em corpos militares. Havia corpos militares de “pretos” e de “pardos”. Assim como as irmandades religiosas de “pretos” e de “pardos”. Depois, formaram-se corpos que uniram pretos e pardos em uma tropa só. Existem historiografias que tratam especificamente dessas categorias, especificando cada uma, exemplificando o que seria um “cabra”, um “mulato”, enfim, tentando compreender essa vasta complexidade social do mundo da colônia.² Grosso modo, a categoria

¹ São vários os trabalhos de Luiz Geraldo Silva utilizados na pesquisa aqui em questão. Esta tese está em total consonância com várias obras do autor aqui citadas e também não citadas, mas que seguem também uma lógica processual ao longo dos anos 2000 e 2010. Os textos do autor, que ele escreveu sozinho ou em parceria com outros pesquisadores são: SILVA, L. G. ; SOUZA, F. P. ; PAULA, Leandro Francisco de. A guerra luso-castelhana e o recrutamento de pardos e pretos: uma análise comparativa (Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, 1775-1777). In: DORÉ, Andréa ; SANTOS, A. C. de A. *Temas Setecentistas*. Governos e populações no Império Português. Curitiba: UFPR – SCHLA/Fundação Araucária, 2008; SILVA, Luiz Geraldo. "Esperança de liberdade": Interpretações populares da abolição ilustrada (1773-1774). *Revista de História*, n. 144, p. 107-149, 2001; SILVA, Luiz Geraldo. Afrodescendentes livres e libertos e igualdade política na América portuguesa. Mudança de status, escravidão e perspectiva atlântica (1750-1840). *Almanack*. Guarulhos, n.11, dez. 2015; SILVA, Luiz Geraldo. Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII. *Revista de História*. São Paulo, n.169, jul. / dez. 2013; SILVA, Luiz Geraldo. Indivíduo e Sociedade. Brás de Brito Souto e o processo de institucionalização das Milícias de afrodescendentes livres e libertos na América portuguesa. *Tempo*, v. 23, n. 2, maio / ago. 2017; SILVA, Luiz Geraldo. Negros de Cartagena y Pernambuco en la era de las revoluciones atlánticas: trayectorias y estructuras (1750-1840). *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, v. 40, n. 2, p. 211-240, 2013; SILVA, Luiz Geraldo; SOUZA, Priscila de Lima. Escravos marinheiros, senhores e locadores: Leis Pombalinas, faina marítima e economia mundial (1761-1810). *Afro-Ásia*, n. 60, 2019. As obras de Miers e Kopytoff utilizadas na presente tese são: KOPYTOFF, Igor. Slavery. *Annual Review of Anthropology*, p. 207-230, 1982 e KOPYTOFF, Igor; MIERS, Suzanne D. *Slavery in Africa: historical and anthropological perspectives*. Madison: University of Wisconsin Press, 1977. Delas se falará mais adiante. Já a teoria eliasiana, que norteou todo o trabalho está baseada em várias das obras do sociólogo alemão supracitado, mas as que mais foram utilizadas no texto foram: ELIAS, Norbert. A sociedade de corte. São Paulo: Jorge Zahar Editores, 2001; ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1994; ELIAS, Norbert. Escritos & ensaios. (1. Estado, processo, opinião pública). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006; ELIAS, Norbert. Introdução à sociologia. Lisboa: Edições 70, 1980; ELIAS, Norbert. O processo civilizador (vol. I): uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994; ELIAS, Norbert. O processo civilizador (vol. II). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993; ELIAS, Norbert. O processo civilizador: formação do estado e civilização. Tradução de Ruy Jurgman. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993; ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Introdução: ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders. ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, p. 19-50, 2000. Há uma parte deste trabalho dedicada à teoria de Norbert Elias.

² Segundo Marcus Vinicius Fonseca, em sua tese: FONSECA, Marcus Vinicius. *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, não se pode limitar o debate a respeito dessas categorias como faz Clóvis Moura em MOURA, Clóvis. Dicionário da escravidão negra

“preto” está mais próxima do cativo do que a categoria “pardo”. Isso se verá posteriormente, nesta tese, principalmente nas querelas envolvendo “pardos” que queriam privilégios pois não queriam ser vistos como “pretos”. Esse tipo de abordagem muito complexa acaba por tornar o trabalho muito confuso para o leitor. Por isso a opção por criar o conceito de milícias negras. As milícias negras são abrangentes, pois elas incorporam todas as categorias, como já dito: cativos, libertos, livres. Elas também são dinâmicas, pois se transformam ao longo do tempo. Por isso, seguem processos específicos de institucionalização ao longo do século XVIII.

Outro ponto importante também que deve ser ressaltado é em relação ao uso de um outro conceito: o de africanos e afrodescendentes livres e libertos. Assim como o conceito de milícias negras, ele é abrangente. Quando utilizado, ele incorpora no seu interior toda a categoria de indivíduos provenientes da África ou descendentes de africanos que estavam na condição de livres e/ou libertos. Em alguns momentos, pode ocorrer de a realidade não poder ser incorporada no conceito. Por exemplo, quando um cativo pertence a uma milícia negra, como no caso dos primeiros anos de Minas Gerais no século XVIII, então há de se dispensar esse conceito e procurar outras formas de se referir a esses indivíduos. O conceito em si sempre é teórico e serve para se compreender mais o objeto de pesquisa, mas a teoria nunca pode se sobressair à prática do pesquisador e ao seu objeto. Portanto, há momentos do texto em que os conceitos como os de africanos e afrodescendentes livres e libertos e o milícias negras não se enquadram totalmente, mas eles servem como um parâmetro para se compreender aquela sociedade. Há momentos na história das tropas coloniais que indígenas e homens brancos fizeram parte de milícias negras, mas nem por isso se deve deixar de lado o conceito por conta da realidade, uma vez que o conceito ajuda na compreensão daquele fenômeno e serve apenas como uma ferramenta para se perceber nuances, transformações e outros elementos individuais e coletivos.

Quanto à literatura, um dos autores aqui utilizados é Fernando Prestes de Souza, que na tese *Pardos livres em um campo de tensões: milícia, trabalho e poder (São Paulo, 1797-1831)*³, fez uma pesquisa minuciosa acerca dos milicianos pardos na capitania e província de São Paulo. Composto pela análise de extensa e diversificada documentação, o texto busca reconstruir a

no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2005, que restringe esses termos apenas à miscigenação. Fonseca segue os passos de Hebe Maria Mattos em MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: o significado da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, em que a autora acredita que tais categorias já estariam mais envolvidas com questões sociais ligadas a critérios do mundo da escravidão e suas estruturas, e não somente a elementos restritos à cor da pele ou somente à miscigenação.

³ SOUZA, Fernando Prestes de. *Pardos livres em um campo de tensões: milícia, trabalho e poder (São Paulo, 1797-1831)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

trajetória do Regimento dos Úteis desenvolvido naquela região. O autor faz também uma excelente revisão historiográfica sobre o assunto e procura traçar com precisão os principais debates historiográficos que se fizeram acerca dos milicianos pardos na colônia e no império. Com base nos documentos diversos e em vasta literatura, o autor consegue reconstruir com primor as estruturas e o funcionamento das tropas de pardos em São Paulo colonial e imperial no recorte temporal por ele proposto, dividindo sua tese em três eixos que constituem os aspectos militares, sociais e políticos relativos ao Regimento dos Úteis. Essa pesquisa acerca de São Paulo colonial e imperial e suas milícias negras ajudou na compreensão dos mesmos aspectos que foram frisados naquele texto, mas agora em relação à Minas Gerais, ou seja, aqui também se buscou compreender processos de gênese e institucionalização desses corpos militares e suas conexões com processos maiores de desenvolvimento do Estado e de suas transformações e suas ligações com figurações maiores, como o Mundo Atlântico. O texto de Fernando Prestes de Souza, portanto, é rico em comparações e na busca pelo entendimento das estruturas e também do funcionamento das instituições militares em São Paulo entre fins do século XVIII e parte do século XIX.

Também foi imprescindível para a realização desta tese o trabalho de Francielly Giachini Barbosa Menim, *Sociogênese e Institucionalização de Milícias de Africanos e Afrodescendentes Livres e Libertos na América Portuguesa: Bahia e Rio de Janeiro (1638 – 1766)*⁴, que teve como objetivo principal a compreensão dos processos de gênese e institucionalização das milícias negras das duas capitanias mencionadas no título da tese acima mencionada. A historiadora procurou compreender esses processos também por meio de uma perspectiva eliasiana, ou seja, assim como nesta tese sobre as milícias negras setecentistas, Francielly Giachini Barbosa Menim percebeu que inúmeros elementos interdependentes e presentes na sociedade estão da mesma forma dispostos nas instituições, ou seja, estavam também presentes na institucionalização das milícias negras tanto da Bahia quanto do Rio de Janeiro, entre os séculos XVII e XVIII. Para tanto, a historiadora analisou também a gênese desses processos sociais ao longo desses séculos nas capitanias supracitadas e que permaneceram em intensa conexão durante todo esse tempo, o que contribuiu para a estruturação dessas corporações militares em que atuavam os africanos e afrodescendentes livres e libertos. Portanto, a autora também analisou o seio de uma sociedade escravista e os

⁴ BARBOSA, Francielly Giachini. *Sociogênese e institucionalização de milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos na América portuguesa: Bahia e Rio de Janeiro (1638-1766)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, 2019.

processos de tráfico e alforria nas capitanias da Bahia e Rio de Janeiro dentro do recorte temporal proposto por ela e que abarca boa parte do passado colonial dessas capitanias. A historiadora fez um enorme esforço ao refletir sobre a mobilidade social de africanos e afrodescendentes livres e libertos atuantes em corpos militares a partir da perspectiva dos já mencionados Miers e Kopytoff⁵, autores também utilizados nesta tese. Por esses e vários outros motivos, a tese de Giachini Barbosa Menim foi primordial na construção deste trabalho sobre as milícias negras mineiras.

Como já foi dito, a visão aqui exposta sobre o tema em debate está de acordo com os trabalhos de Luiz Geraldo Silva, tanto a respeito das irmandades de pretos e pardos (que também tangenciam a pesquisa sobre militares desse mesmo grupo social) como no que diz respeito aos seus escritos acerca das milícias negras. Artigos do autor como *Gênese das milícias de pardos e pretos na América Portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII*⁶ e também *Negros de Cartagena y Pernambuco en la era de las revoluciones atlánticas: trayectorias y estructuras*⁷ estão desde o momento da escrita do projeto desta tese sendo a base da reflexão sobre como se pesquisar o tema das milícias negras no Brasil colonial e imperial e como se inserir uma perspectiva sócio-histórica nas análises, além de conectar espacialmente a questão das milícias negras com o conceito o de Mundo Atlântico.

O artigo *Afrodescendentes livres e libertos e igualdade política na América portuguesa: mudança de status, escravidão e perspectiva atlântica (1750-1840)*⁸ traz a mesma ideia processual presente nesta tese acerca da escravidão negra africana conectada ao Mundo Atlântico. Além disso, o artigo *Indivíduo e sociedade. Brás de Brito Souto e o processo de institucionalização das milícias de afrodescendentes livres e libertos na América portuguesa (1684-1768)*⁹ demonstra com sutileza a maneira de se conectar uma trajetória pessoal à

⁵ MIERS, Suzanne; KOPYTOFF, Igor. African "slavery" as an institution of marginality. In: MIERS, Suzanne; KOPYTOFF, Igor (orgs.). *Slavery in Africa. Historical and anthropological perspectives*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1979; KOPYTOFF, Igor. Slavery. *Annual Review of Anthropology*, p. 207-230, 1982.

⁶ SILVA, Luiz Geraldo. Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII. *Revista de História*. São Paulo, n.169, jul. / dez. 2013, p.111-144.

⁷ SILVA, Luiz Geraldo. Negros de Cartagena y Pernambuco en la era de las revoluciones atlánticas: trayectorias y estructuras (1750-1840). *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, v. 40, n. 2, p. 211-240, 2013.

⁸ SILVA, Luiz Geraldo. Afrodescendentes livres e libertos e igualdade política na América portuguesa. Mudança de status, escravidão e perspectiva atlântica (1750-1840). *Almanack*. Guarulhos, n.11, dez. 2015, p.571-632.

⁹ SILVA, Luiz Geraldo. Indivíduo e Sociedade. Brás de Brito Souto e o processo de institucionalização das Milícias de afrodescendentes livres e libertos na América portuguesa. *Tempo*, v. 23, n. 2, maio / ago. 2017, p.175-203.

sociedade, refletindo sobre um miliciano afrodescendente e partindo dele para entender o processo de institucionalização das milícias negras na América portuguesa. Com uma perspectiva atlântica, o autor examina a trajetória de Brás de Brito Souto, mestre de campo do terço dos Henriques de Pernambuco, entre 1684 e 1768. Contudo, não o percebe apenas como um indivíduo isolado, mas conectado à sociedade, ou melhor, a figurações sociais que o envolvem em redes de poder específicas. É a esse tipo de perspectiva analítica e teórica que essa tese pertence. Outros trabalhos do autor serviram como base para a pesquisa em voga e tiveram suas reflexões pormenorizadas em partes específicas deste texto.

Alguns autores também se debruçaram sobre o tema a partir de visões de outras capitanias e províncias do Brasil colonial e imperial, como o texto *A face parda da “Conspiração dos Alfaiates”: homens de cor, corporações militares e ascensão social em Salvador no final do século XVIII*¹⁰, de Célio de S. Mota; o livro *As milícias d’El Rey: Tropas militares e poder no Ceará setecentista*¹¹, de José Eudes A. B. Gomes, em que há a reconstrução do processo de institucionalização das corporações militares que se formaram na capitania do Ceará; os trabalhos de Francis A. Cotta¹², que faz um levantamento interessante de fontes que tratam das milícias negras de Minas Gerais; os estudos de Christiane F.P. Mello¹³, que procura refletir sobre a importância das tropas de segunda linha existentes no Brasil Colonial; a tese de Ana Paula Pereira Costa, *Armar escravos em Minas Colonial: potentados locais e suas práticas de reprodução social na primeira metade do século XVIII. Vila Rica, 1711-1750*¹⁴, que trata de milícias particulares e informais compostas por escravos de membros das elites mineiras; o capítulo *Para uma história da organização militar na capitania de Mato Grosso*¹⁵, de Nauk Maria de Jesus, presente no livro *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil*, organizado por Paulo Possamai, que demonstra que naquela capitania também havia a presença intensa de afrodescendentes livres e libertos em corpos militares na segunda metade do século

¹⁰ MOTA, Celio de Souza. *A face parda da “Conspiração dos Alfaiates”: homens de cor, corporações militares e ascensão social em Salvador no final do século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2010.

¹¹ GOMES, José Eudes. *As milícias d’El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Editora FGV, 2010.

¹² COTTA, Francis. *Negros e mestiços nas milícias da América portuguesa*. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

¹³ MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. Os corpos de ordenanças e auxiliares. Sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa. *História: Questões e Debates*. Curitiba: Ed.UFPR. Ano 24; n.45; jul/dez, 2006, p.29-56; MELLO, Christiane Figueiredo Pagano. *Forças Militares no Brasil Colonial: Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na Segunda Metade do Século XVIII*. Rio de Janeiro: e-papers, 2009.

¹⁴ COSTA, Ana Paula Pereira. *Armar escravos em Minas colonial: potentados locais e suas práticas de reprodução social na primeira metade do século XVIII*. *Simpósio Nacional de História*, v. 26, 2011.

¹⁵ JESUS, Nauk Maria de. *Para uma história da organização militar na capitania de Mato Grosso*. In: *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil*. Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, p. 313-325, 2012.

XVIII; também há a dissertação de Michel Mendes Marta, *Em busca de honras, isenções e liberdades: as milícias de homens pretos forros na cidade do Rio de Janeiro (meados do século XVIII e início do século XIX)*¹⁶, lança luz sobre os africanos e afrodescendentes livres que participaram de corpos militares no Rio de Janeiro; também foram importantes alguns trabalhos de Kalina Vanderlei Silva¹⁷ sobre militares em Pernambuco dos séculos XVII e XVIII também tangenciam o tema aqui proposto.

Também foram importantes textos já clássicos sobre o assunto, como as pesquisas de Morton em *The Military Society in Bahia (1800-1821)*¹⁸, e o livro Hendrik Kraay, *Race, State and armed forces in independence-era Brazil (Bahia, 1790s-1840s)*¹⁹, que analisam a formação e a estruturação das milícias negras na Bahia entre o final do século XVIII e a primeira metade do XIX. Um autor basilar para este trabalho foi Russell Wood, que, entre outros textos interessantes, publicou *Escravos e libertos no Brasil Colonial*²⁰. A pesquisa de Russell-Wood percorre várias capitanias da América portuguesa e trata da questão dos africanos e afrodescendentes, a presença deles na população e o efeito disso, além de apresentar as instituições das quais eles faziam parte. Entre elas, a militar. Russell Wood fez um estudo preliminar a respeito do tema das milícias negras e as possibilidades de mobilidade social a partir da instituição militar. O autor concebia a corporação militar como um ambiente de intenso conflito e composto por inúmeras barreiras que impossibilitavam a melhoria de status social de grupos de africanos e afrodescendentes livres e libertos na América portuguesa. Contudo, o historiador também percebia que havia entre aqueles que pertenciam a essas instituições a possibilidade de reivindicação e a vontade de ocupar posições superiores por parte desses africanos e afrodescendentes livres e libertos.²¹

¹⁶ MARTA, Michel Mendes. *Em busca de honras, isenções e liberdades: as milícias de homens pretos forros na cidade do Rio de Janeiro (meados do século XVIII e início do XIX)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

¹⁷ SILVA, Kalina Vanderlei. *Os Henriques nas vilas açucareiras do Estado do Brasil: tropas de homens negros em Pernambuco, séculos XVII e XVIII*. Estudos de História, v. 9, n. 2, p. 145-194, 2002; SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. *"Nas solidões vastas e assustadoras": os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

¹⁸ MORTON, F. W. O. *The Military and Society in Bahia, 1800-1821*. Journal of Latin American Studies. Vol. 7, n. 2, nov/1975, p.249-269.

¹⁹ KRAAY, Hendrik. *Race, state, and armed forces in independence-era Brazil: Bahia, 1790s-1840*. California: Stanford University Press, 2001.

²⁰ RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

²¹ *Idem*.

Sobre as milícias de afrodescendentes na América espanhola, inúmeros trabalhos também foram consultados, entre os escritos de Halperin Donghi²² os textos de Eduardo Saguier²³, Leon Campbell²⁴, as pesquisas importantes de Allan Kuethe²⁵, os trabalhos de Hugues R. Sánchez Mejía²⁶, os estudos de Marcela Echeverri²⁷, Aline Helg²⁸, Frédérique, Alejandro E. Gómez²⁹, Paul Lokken³⁰, Lyle Mcalister³¹ e também os estudos basilares de Herbert Klein³² e de Ben Vinson³³, além de estudos sobre as colônias britânicas, como os de Roger N. Buckley³⁴, de Jerome Handler³⁵ e os textos de Thomas Ingersoll³⁶. Essas pesquisas auxiliaram nas reflexões que ajudaram a traçar paralelos sobre a estrutura e o funcionamento das milícias negras e sobre o seu impacto político e social nas várias formações sociais do

²² DONGHI, Tulio Halperin. Revolutionary militarization in Buenos Aires 1806-1815. *Past & Present*, n. 40, p. 84-107, 1968; DONGHI, Tulio Halperin. Gastos militares y economía regional: el Ejército del Norte (1810-1817). *Desarrollo Económico*, p. 87-99, 1971.

²³ SAGUIER, Eduardo R. Las contradicciones entre el fuero militar y el poder político en el Virreinato del Río de la Plata. *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe/European Review of Latin American and Caribbean Studies*, p. 55-73, 1994.

²⁴ CAMPBELL, Leon G. The changing racial and administrative structure of the Peruvian military under the later Bourbons. *The Americas*, p. 117-133, 1975; ARCHER, Christon I. The role of the military in colonial Latin America. *The History Teacher*, v. 14, n. 3, p. 413-421, 1981.

²⁵ KUETHE, Allan J. The status of the free pardo in the disciplined militia of New Granada. *The Journal of Negro History*, v. 56, n. 2, p. 105-117, 1971; KUETHE, Allan J. The development of the Cuban military as a sociopolitical elite, 1763-83. *Hispanic American Historical Review*, v. 61, n. 4, p. 695-704, 1981; KUETHE, Allan J.; FERNÁNDEZ, Juan Marchena. Soldados del rey: el ejército borbónico en América colonial en vísperas de la independencia. *Publicacions de la Universitat Jaume I*, 2005.

²⁶ SÁNCHEZ MEJÍA, Hugues R. De esclavos a campesinos, de la "roza" al mercado: tierra y producción agropecuaria de los "libres de todos los colores" en la gobernación de Santa Marta (1740-1810). *Historia crítica*, n. 43, p. 130-155, 2011.

²⁷ ECHEVERRI, Marcela. Los derechos de indios y esclavos realistas y la transformación política en Popayán, Nueva Granada (1808-1820). *Revista de Indias*, v. 69, n. 246, p. 45-72, 2009.

²⁸ HELG, Aline. Sentido e impacto de la participación negra en la guerra de independencia de Cuba. *Revista de Indias*, v. 58, n. 212, p. 47-63, 1998.

²⁹ GÓMEZ, Alejandro E. Las revoluciones blanqueadoras: elites mulatas haitianas y" pardos beneméritos" venezolanos, y su aspiración a la igualdad, 1789-1812. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 2005; GÓMEZ, Alejandro E. El estigma africano en los mundos hispano-atlánticos (siglos XIV al XIX). *Revista de historia*, n. 153, p. 139-179, 2005.

³⁰ LOKKEN, Paul. Useful enemies: seventeenth-century piracy and the rise of pardo militias in Spanish Central America. *Journal of Colonialism and Colonial History*, v. 5, n. 2, 2004.

³¹ MCALISTER, Lyle N. The Reorganization of the Army of New Spain, 1763-1766. *The Hispanic American Historical Review*, v. 33, n. 1, p. 1-32, 1953.

³² KLEIN, Herbert S. Os homens livres de cor na sociedade escravista brasileira. *Dados*, v. 17, p. 3-27, 1978;

KLEIN, Herbert S. The colored militia of Cuba: 1568-1868. *Caribbean Studies*, v. 6, n. 2, p. 17-27, 1966;

KLEIN, Herbert S.; PAIVA, Clotilde Andrade. Freedmen in a slave economy: Minas Gerais in 1831. *Journal of social history*, p. 933-962, 1996.

³³ Principalmente o estudo: VINSON, Ben. *Bearing arms for his majesty: the free-colored militia in colonial Mexico*. Stanford University Press, 2001.

³⁴ BUCKLEY, Roger N. Slave or freedman: the question of the legal status of the British West India soldier, 1795-1807. *Caribbean Studies*, v. 17, n. 3/4, p. 83-113, 1977.

³⁵ HANDLER, Jerome. Freedmen and slaves in the Barbados Militia. *The Journal of Caribbean History*, v. 19, n. 1, p. 1, 1984.

³⁶ INGERSOLL, Thomas N. *Mammon and Manon in early New Orleans: The first slave society in the deep South, 1718-1819*. Univ. of Tennessee Press, 1999.

Mundo Atlântico onde elas se desenvolveram. A perspectiva deste trabalho acerca das milícias negras, portanto, não é isolada, ou seja, não se pode compreendê-las sem conectá-las às figurações maiores que fazem parte de seu universo político, econômico e social.

Um elemento imprescindível para a composição deste trabalho foi a organização das fontes, que são de tipos diversos. Nos vários anos de pesquisa que foram necessários para a realização deste estudo, foram intensas as visitas a arquivos ao mesmo tempo em que houve também mudanças no que se diz respeito à prática do historiador. Nesse sentido, anteriormente era muito comum que o trabalho do pesquisador fosse visitar arquivos, realizar anotações e tirar fotos de documentos para guardar em seus dispositivos pessoais. Tudo ficaria, assim, armazenado na memória desses dispositivos para que esses documentos fossem a qualquer instante consultados a fim de ser transcritos e utilizados da melhor maneira na pesquisa. Portanto, nesses anos que se passaram, as fontes dos pesquisadores se transformaram com o advento dos recursos online.

Muitos dos documentos armazenados em algum HD ou em CDs do Projeto Resgate foram disponibilizados *online*. O mesmo se pode dizer não só a respeito das fontes, mas também sobre a literatura consultada. Assim, os documentos presentes na tese são aqueles que tanto fizeram parte do momento de visita a arquivos como também dessa mudança de paradigma proporcionado pelos portais de documentação *online*. Porém, as fontes foram, como já mencionado, imprescindíveis, e durante a pandemia do Coronavírus, essa mudança foi primordial para a confecção da presente tese. As fontes são, principalmente, provenientes do Arquivo Histórico Ultramarino, mais especificamente do Projeto Resgate, que consistiu em digitalizar documentos manuscritos do Brasil colonial e imperial, recentemente disponibilizadas em site próprio para consulta da comunidade científica.

Dado esse panorama, a seguir apresenta-se os aspectos teóricos e itens subsequentes que compõem a presente tese.

I - ASPECTOS TEÓRICOS

O que se pretendeu neste trabalho foi proporcionar uma perspectiva que associe uma visão histórica, antropológica e sociológica acerca desses indivíduos. É importante aqui refletir sobre a escravidão e a liberdade por meio de um aparato teórico baseado na antropologia e que seja também processual, superando, assim, concepções estáticas e/ou dicotômicas, como realiza recentemente o historiador Luiz Geraldo Silva em suas pesquisas, que possuem como base

reflexões sobre esse tipo de perspectiva teórica. Nesse sentido, será imprescindível para esse efeito as visões de Suzanne Miers e Igor Kopytoff acerca da escravidão.³⁷ Os autores apresentam as relações entre a escravidão e a liberdade não como elementos opostos, mas presentes em um *continuum*, que é repleto de gradações e se manifesta de maneira processual. Assim, escravidão e liberdade não podem ser vistas como categorias dicotômicas, mas estão conectadas por meio desse *continuum*. Por isso os autores criticam as visões acerca da escravidão que percebem o indivíduo cativo como oposto ao indivíduo livre, concepção que cria imagens estagnadas e, portanto, não-históricas desses dois elementos. Dessa forma, os autores criticam as perspectivas ocidentais acerca do escravismo que comumente associam o cativo a uma “coisa” ou “produto”, o que reifica e estagna a imagem do indivíduo. Além disso, essas visões também acabariam por desumanizar os cativos. Dessa forma, os estudos sobre o escravismo, para os autores, não traziam questões mais profundas sobre os objetos de pesquisa e não refletiam em seus conceitos de maneira a criarem aparatos teóricos que auxiliassem na construção dos principais problemas envolvendo a pesquisa sobre a escravidão.³⁸

Em texto de 1982, Kopytoff retoma essas questões já presentes em seu trabalho de 1977 junto a Miers e critica os pesquisadores da escravidão por não apenas deixarem de refletir teoricamente em seus problemas de pesquisa como por criarem concepções difundidas sem maiores ressalvas por uma gama de pesquisadores, como a questão do evolucionismo.³⁹ Dessa forma, segundo Kopytoff, a escravidão é percebida por muitos acadêmicos ocidentais como uma anomalia da época moderna, pois teria surgido ainda na antiguidade e pertenceria às sociedades dos tempos mais remotos e ligados à evolução das sociedades e a seus aspectos econômicos. Assim, ela seria apenas um estágio da evolução dessas sociedades, que naturalmente seguiriam uma trajetória progressiva. Apesar disso, essa concepção antropológica e evolucionista sobre o escravismo optou por deixar de perceber o escravizado como “coisa” ou “objeto”, o que contribuiu em muito na mudança da visão sobre o indivíduo escravizado. Esses pesquisadores, portanto, não produziam definições exclusivas numa perspectiva sincrônica, mas refletiam nos processos que conduziam a evolução da instituição escravista com seus caminhos, origens, fronteiras e transformações. Além disso, esses pesquisadores

³⁷ MIERS, Suzanne; KOPYTOFF, Igor. African "slavery" as an institution of marginality. In: MIERS, Suzanne; KOPYTOFF, Igor (orgs.). *Slavery in Africa. Historical and anthropological perspectives*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1979, pp. 3-81.

³⁸ *Idem*.

³⁹ KOPYTOFF, Igor. Slavery. *Annual Review of Anthropology*, p. 207-230, 1982.

percebiam que as origens da escravidão estavam relacionadas com a guerra e a conquista, de forma que os povos subjugados acabavam sempre escravizados por seus conquistadores.⁴⁰

Kopytoff percebe a visão de Marx também como evolucionista no que diz respeito à sua concepção sobre o escravismo. Contudo, ele não compreendia a escravidão como trabalho, mas como parte orgânica da terra no desenvolvimento da propriedade, sendo a escravidão latente e pertencente à concepção de família, passando por processos e por desenvolvimentos específicos. Assim, para Marx, a escravidão não possuía origens nas guerras e nas conquistas, mas tinha uma relação intrínseca ao aumento da população, suas necessidades e relações mercantis, ou seja, ela se tornava gradual à medida que aumentava a complexidade do território em questão, o que era uma visão muito diferente, segundo Kopytoff, dos evolucionistas que percebiam a escravidão como apenas uma fase do desenvolvimento processual do trabalho. Contudo, a ideia que associa o escravizado de maneira intrínseca à propriedade acaba, segundo Kopytoff, por desumanizar o indivíduo, o que se tornou um problema para os pesquisadores que seguiram essa linha de pensamento.⁴¹

O grande problema, segundo Kopytoff, é que pensar o escravizado como parte da propriedade criou uma contradição na perspectiva dos pesquisadores, pois essa associação do escravizado à terra acabou tornando-o reificado; algumas pesquisas passaram, portanto, a refletir sobre a relação senhor-escravo, com o primeiro exercendo direitos sobre o segundo, subjugando-o, o que, na perspectiva antropológica, não poderia ser unilateral e nem mesmo algo naturalizado. Seguiram-se, dessa forma, perspectivas que iam da discussão sobre o conceito de *dominium*⁴² e a relação disso com a escravidão, até concepções que percebiam a interdependência entre o escravo e o seu senhor (como a de Genovese⁴³), o que buscou repensar a ideia do escravizado ligado à propriedade, superando noções que reificavam o indivíduo ou naturalizavam a escravidão. Entre as perspectivas reificantes e as evolucionistas, muitas delas pautadas no etnocentrismo que enxerga a escravidão como uma anomalia presente na barbárie,

⁴⁰ *Idem.*, p. 210-211.

⁴¹ *Idem.*, p. 219-220.

⁴² Conceito trabalhado por Moses Finley em: FINLEY, M. I. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

⁴³ Algumas obras importantes do autor são: GENOVESE, Eugene D.; WROBEL, Fanny. *A economia política da escravidão*. Rio de Janeiro: Pallas, 1976; GENOVESE, Eugene D. *O mundo dos senhores de escravos: dois ensaios de interpretação*. Paz e Terra, 1979; GENOVESE, Eugene D. *From rebellion to revolution: Afro-American slave revolts in the making of the modern world*. LSU Press, 1992. Genovese procurou sempre complementar as perspectivas marxistas em vigor à época (anos 1960 a 1980) com suas concepções teóricas, extremamente analíticas e que sempre contribuíam para o debate historiográfico sobre o tema da escravidão.

há também a comum oposição entre escravidão e liberdade, o que também é criticado por Kopytoff. Além disso, muitas pesquisas apresentam o escravizado como estrangeiro, ou como um *outsider* com status engessado, um elemento externo acoplado à nova sociedade na qual será muitas vezes percebido apenas como mercadoria. Portanto, visões reificantes, etnocêntricas e evolucionistas sobre a escravidão não conseguem abarcar, segundo Kopytoff, a noção de que o escravizado não pode ser visto apenas como elemento desumanizado, mas reumanizado na nova sociedade. O *outsider*, nesse sentido, passa por um processo de mudança de status desde sua chegada à nova figuração até sua total integração e nova condição de *insider* (ou estabelecido). Dessa maneira, para Kopytoff, a escravidão não é oposta à liberdade, mas está ligada a ela, como já foi dito, em um *continuum* funcional, de forma que processos sociais acabam por tornar *outsiders* em estabelecidos, tanto ao longo de uma vida como no decorrer das gerações posteriores ao indivíduo escravizado.

Essas concepções de Kopytoff acerca da escravidão foram utilizadas nesta tese em consonância com as teorias sociológicas de Norbert Elias, como veremos. Além do conceito de mudança de status de indivíduos escravizados em uma perspectiva processual, há também a ideia de mobilidade social tridimensional, que está interligada com essa concepção de mudança de status. As noções vinculadas a essa ideia estão presentes nas pesquisas de Kopytoff junto a Miers no já mencionado livro de 1977, *Slavery in Africa: historical and anthropological perspectives*.⁴⁴ Em sua introdução, os autores já apontam para essa concepção de mobilidade social tridimensional dos escravizados. Primeiramente, eles não percebem o cativo como um “estrangeiro” à margem da nova sociedade e com status sempre estático, mas um *outsider* reintegrado e que aos poucos, em longos processos sociais, torna-se estabelecido, podendo esse percurso ocorrer na própria vida do indivíduo ou em suas próximas gerações. Em outras palavras, o indivíduo ou as próximas gerações dele incorporam-se na nova sociedade, sendo a ideia de incorporação e a relação do *outsider* com as instituições muito importantes para essas noções, tanto no quesito individual quanto no coletivo, pois estão conectados e são interdependentes.

Dessa forma, o *outsider*, quando é inserido em uma nova sociedade, fica em uma posição à margem desta, de forma que essa posição muda no decorrer do tempo. Além disso, os descendentes desse *outsider* podem adquirir um posicionamento também diferente na nova

⁴⁴ KOPYTOFF, Igor; MIERS, Suzanne D. *Op. Cit.*, 1977.

figuração social, em outro grau de marginalidade. A mobilidade social do *outsider* está relacionada, portanto, com a maior incorporação dele nas instituições presentes na nova figuração social. Assim, segundo Miers e Kopytoff, a redução da marginalidade do *outsider* (o escravizado e seus descendentes) ocorre ao longo de três dimensões: a dimensão do status formal, a dimensão afetiva informal e a dimensão material. O movimento do indivíduo e de suas gerações na nova figuração social e essas três dimensões da marginalidade representam as três dimensões da mobilidade social e envolvem também três dimensões dos processos de incorporação.

A dimensão de mudança de status formal (ou legal) do *outsider* está relacionada, portanto, à sua gradual incorporação formal na nova figuração, ou seja, a mudanças na sua marginalidade institucional em termos legais, notadamente os direitos, deveres e privilégios do *outsider*. Segundo os autores, por exemplo, quando um total *outsider* passa do apresamento ao desembarque na nova figuração, e daí é vinculado a um senhor, muda seu status de praticamente “não-pessoa” para “cativo de alguém”. Caso esse indivíduo adquira o direito de não ser revendido, seu status formal muda novamente. E se seus descendentes se tornarem libertos ou livres, sendo incorporados em outras posições na figuração social e recebendo outros status formais, isso representa a mudança de status formal (legal) intergeracional.⁴⁵

A dimensão da mobilidade afetiva está conectada à redução da marginalidade afetiva do *outsider* e reflete na sua incorporação afetiva. É mais uma mudança na esfera emocional e sentimental do que em termos da legislação e dos códigos legais. Essa dimensão está vinculada à estima e à afeição, ou seja, à forma como o *outsider* é aceito e tratado em termos afetivos na nova figuração social. Os autores acreditam, por exemplo, que um *outsider* pode ser incorporado afetivamente a uma família (linhagem) estabelecida ou a um grupo, possuindo certo prestígio e sendo tratado com muita consideração sem, contudo, que seu status formal tenha sofrido quaisquer mudanças. Um indivíduo como esse poderia estar suscetível à revenda em termos formais, mesmo que seus senhores nunca considerassem isso, o que teria relação com a dimensão afetiva do *outsider*.⁴⁶

O sucesso mundano, ou material do *outsider* corresponde à dimensão da mobilidade social que tem relação com um melhor estilo de vida, uma maior influência política e um maior

⁴⁵ *Idem.*, p. 19.

⁴⁶ *Idem. Ibidem.*

controle de riquezas, o que está conectado ao prestígio material do indivíduo em sua existência cotidiana. Os autores afirmam, contudo, que esse processo pode ocorrer mesmo que não existam quaisquer mudanças no status formal ou no afetivo do *outsider*.⁴⁷

Tanto a mobilidade afetiva quanto a material podem sofrer gradações sutis. O progresso do *outsider* nessas duas dimensões geralmente é, segundo os autores, gradual. Já o status formal é claro, bem definido e discreto, e possui direitos e obrigações associados a ele. Para os pesquisadores, as mudanças no status formal mesmo que mínimas são mais um “salto” a outro patamar (movimento vertical) que um pequeno deslocamento horizontal na constelação de direitos existentes. Os autores também afirmam que qualquer uma dessas três dimensões operam de maneira independente umas das outras. Portanto, quando é mencionada a mobilidade social de um africano ou afrodescendente, primeiramente há de se perguntar sobre qual das três dimensões de mobilidade se está referindo. Miers e Kopytoff também destacam que a mudança de status dos *outsiders* não significa um movimento “para fora” da escravidão, como se isso fosse algo teleológico e natural, mas é um movimento ainda pertencente ao escravismo e suas gradações que atingem um único indivíduo e estigmatizam tanto ele quanto seus descendentes, sendo que cada um desses pode atingir sucesso pessoal e prestígio sem nunca se tornar completamente estabelecido (*insider*), autônomo, com plenos direitos e com cidadania adquirida.⁴⁸

Os autores afirmam que as mudanças nas três dimensões de mobilidade - formal, afetiva e material - podem ocorrer na vida de um indivíduo singular, bem como nas vidas das gerações posteriores a esse indivíduo, o que corresponde a mobilidade intergeracional. É importante refletir também no fato de que isso não pode significar que o sistema escravista tem um sentido natural benigno ou flexível, sendo que a possível flexibilidade da mobilidade intergeracional pode coexistir com status que permanecem rígidos e congelados tanto na vida de um indivíduo como nas de seus descendentes. Além disso, Miers e Kopytoff chamam a atenção para a falácia da interpretação sobre a mudança de status dos *outsiders* que considera o alcance da mobilidade de alguns em detrimento de outros de acordo com a inserção destes em determinadas figurações sociais distintas. Por exemplo, não se pode dizer que um cativo posicionado em uma área voltada para a agropecuária tem menos chances de adquirir mobilidade social que um escravizado posicionado em áreas mais urbanizadas. Segundo os autores, os *outsiders* como um

⁴⁷ *Idem.* p. 20.

⁴⁸ *Idem. Ibidem.*

todo possuem um amplo alcance de posições na nova figuração social, de forma que iniciam sua trajetória rumo à mudança de status tridimensional a partir da margem institucional, independentemente do tipo de sociedade na qual eles iniciam sua integração. Todos os africanos e afrodescendentes, portanto, iniciam o movimento de mudança de status em uma posição à margem, e a partir de então, os processos sociais deslocam esses indivíduos no interior de suas figurações sociais e os reposicionam ao longo do tempo.⁴⁹

II- O CONCEITO DE SOCIOGÊNESE E AS MILÍCIAS NEGRAS

É importante frisar que esta tese possui uma concepção teórica específica que deve ser compreendida para que se possa melhor refletir sobre os indivíduos que aqui estão em análise, ou seja, os africanos e afrodescendentes livres e libertos de Minas Gerais ao longo do século XVIII, principalmente na relação destes com a instituição militar, principalmente por conta da vinculação do objeto aqui em questão com as reflexões do historiador Luiz Geraldo Silva a respeito do tema. Nessa perspectiva, os afrodescendentes livres e libertos, a partir de seus vínculos institucionais que adquiriam nas mais variadas figurações sociais a que pertenciam, ampliavam seus horizontes e seus alcances sociais, criando laços interpessoais que influenciavam na mobilidade formal, afetiva e material desses indivíduos. A partir da atuação militar, muitos desses africanos e afrodescendentes livres e libertos conseguiam subir na escala de prestígio em cada uma das figurações sociais nas quais atuavam, disputavam posições e subiam nas hierarquias. Ao longo do século XVIII, as “milícias negras”, como nesta tese serão chamadas, correspondem aos inúmeros corpos militares que existiram nas Minas Setecentistas e que incorporavam membros que ou eram africanos ou possuíam ascendência africana. Esses inúmeros corpos militares que nasceram naquela ampla e dinâmica figuração, possuíam características diversas e sofreram muitas mudanças ao longo do tempo, sobretudo a partir da segunda metade do século, como será visto. Assim, as milícias negras são mais uma categoria analítica que abarca uma complexa realidade social que algo preciso e estático. Contudo, isso não significa que a existência desses distintos corpos militares em que africanos e afrodescendentes atuavam não tinham relação entre si, nem interdependência com outras milícias negras que se desenvolveram por todo o Mundo Atlântico. O mais importante a se ter em mente não é apenas descrever cada um dos corpos militares distintos, suas características específicas e suas relações com outros corpos militares destinados aos níveis sociais mais altos,

⁴⁹ *Idem. Ibidem.*

mas compreender como esses indivíduos pertencentes aos níveis subalternos da sociedade atuavam a partir das instituições militares para exercer pressão nos níveis superiores, como apresenta Luiz Geraldo Silva em suas pesquisas sobre o assunto. Além disso, a presença desses indivíduos nas instituições militares refletia nos processos que levavam à mobilidade social tridimensional deles, tanto na esfera individual quanto na intergeracional, o que contribuía na gradual mudança de status de africanos e afrodescendentes livres e libertos no Mundo Atlântico e em Minas Gerais no século XVIII.

É importante também conhecer o conceito de sociogênese, que é proveniente dos estudos de Norbert Elias, sobretudo em suas análises nos dois volumes da obra *O Processo Civilizador*.⁵⁰ Um trabalho já anteriormente citado e que já utilizou esse conceito para compreender os processos de institucionalização das milícias negras da Bahia e do Rio de Janeiro entre os séculos XVII e XVIII foi o de Francielly Giachini Barbosa Menim, em *Sociogênese e Institucionalização de Milícias de Africanos e Afrodescendentes Livres e Libertos na América Portuguesa: Bahia e Rio De Janeiro (1638–1766)*⁵¹, tese de doutorado da autora. A pesquisa da historiadora concluiu que a institucionalização das milícias negras tanto da Bahia quanto do Rio de Janeiro estava intrinsecamente associada aos processos sociais pelos quais os africanos e afrodescendentes livres e libertos se envolveram, de forma que a atuação desses indivíduos na sociedade em toda a sua complexidade e em todos os seus espaços possíveis contribuiu também para que da mesma forma eles atuassem na instituição militar e contribuíssem para que ela também se tornasse cada vez mais complexa. Portanto, para a autora, sociogênese e institucionalização são dois processos que caminham juntos. São, dessa forma, interdependentes.⁵²

O conceito de sociogênese é baseado na ideia de que há processos psicológicos nos indivíduos formados por estruturas que se desenvolvem ao longo do tempo nas sociedades e que não podem ser vistos como elementos isolados pertencentes ao íntimo individual. Ao se debruçar sobre o que ele chama de processo civilizador, considera que há uma mudança específica nos sentimentos de vergonha e delicadeza que transforma os padrões e as exigências que a sociedade ocidental exige e proíbe. Elias compreende que essas mudanças ocorrem ao longo de séculos, tendo o autor enfatizado o período que transcorre entre a era medieval e a

⁵⁰ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador* (vol. II). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993 e ELIAS, Norbert. *O processo civilizador* (vol. I): uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.

⁵¹ BARBOSA, Francielly Giachini. *Op. Cit.*, 2019.

formação dos Estados nacionais. Ao longo desse tempo, padrões específicos de comportamento modificaram indivíduos e sociedade e modificaram as estruturas de personalidade dos indivíduos e suas condutas. Até mesmo um ato comum na era medieval como o de se alimentar sem a utilização de talheres passou a ser visto como desagradável e se tornou um elemento que causava vergonha e repugnância nos indivíduos, que não deveriam mais ficar com as mãos sujas em suas refeições. Essa transformação no comportamento social que se desenvolveu ao longo de séculos mais tarde se automatizou e se internalizou nos indivíduos, que por meio do autocontrole passaram a modificar seus hábitos e a controlar os costumes daqueles que estavam conectados a eles por laços pessoais. Assim, há a reprodução desses padrões de comportamento na sociedade e no próprio interior dos indivíduos. Dessa forma, esses padrões passam de pai para filho e assim por diante, sendo a vergonha e os embaraços elementos, nesse sentido, sociogenéticos, por não pertencerem somente aos indivíduos de maneira isolada, mas compartilhada com toda a sua sociedade em um longo processo social que modificou as estruturas de personalidade desses indivíduos.⁵³

Durante o processo civilizador, segundo Elias, a divisão entre a esfera íntima e a pública torna-se mais nítida, bem como se torna mais claro aos indivíduos o que deve ser mantido em segredo, por causar vergonha e repugnância, e o que pode ser mostrado em público, sendo esse tipo de divisão cada vez mais aceita como algo natural pela sociedade e pelos indivíduos. Dessa forma, esses comportamentos aos poucos se apresentam como hábitos compulsivos automatizados que pouco são percebidos pela consciência daqueles que os exibem. Esse tipo de auto-restrição possui uma força tão acentuada que mesmo na esfera privada e em momentos de solidão os indivíduos acabam não resistindo à auto-regulação dos próprios impulsos. Forma-se, portanto, segundo Elias, um código social de conduta que fica gravado no ser humano de maneira a se transformar em parte constituinte do indivíduo, o que se pode considerar como uma constante correspondência entre as estruturas sociais e as estruturas de personalidade próprias do individual.⁵⁴

Para Norbert Elias, as formações sociais sempre se desenvolveram na luta entre interesses antagônicos de grupos distintos e interdependentes, sendo as soluções e o desfecho dessas disputas responsáveis pelo surgimento de novas formações sociais e com um novo equilíbrio instável de poder instalado. Por exemplo, segundo o autor, em um longo período os

⁵³ *Idem.*

⁵⁴ *Idem.*

principados transformaram-se em reinos, que depois abriram espaço para o Estado absolutista, o qual posteriormente ganhou novos contornos e se caracterizou como Estado Burguês. Segundo Elias, esse longo processo social não planejado se configurou por meio de inúmeros interesses individuais que se somaram num emaranhado de forças, condutas e planos individuais que culminaram no surgimento do Estado. Nesse longo processo de luta por domínios territoriais, uma casa dinástica superou as suas concorrentes e se consolidou como detentora do monopólio da violência e do controle fiscal. Com o tempo, houve a diferenciação das funções sociais, com a monarquia tornando-se cada vez mais dependente dessas funções, sendo a interdependência, na concepção de Elias, um mecanismo imprescindível para as limitações da violência física entre os indivíduos nesse processo civilizador. Isso porque criou-se uma autolimitação que fez com que as pessoas passassem a se sentir cada vez mais seguras na vida em sociedade, com a polidez dos costumes e também com o controle da violência.⁵⁵

Segundo Elias, o processo civilizador foi responsável, portanto, pela formação dos Estados e também pela transformação das estruturas psíquicas dos indivíduos. Nesse longo processo, a racionalidade cortesã, que se destaca por uma capacidade maior de previsão, racionalização e psicologização dos indivíduos, também ajudou a transformar os relacionamentos humanos, o que pode ser percebido no entrelaçamento das relações entre a nobreza de toga e a nobreza de sangue ao longo desse processo, culminando no desenvolvimento daquilo que muitos pesquisadores denominaram como “iluminismo” ou “ilustração”. Portanto, segundo o autor, as estruturas de personalidade não são elementos isolados e estáticos, pois são conduzidas e transformadas pelas relações pessoais em processos sociais de longa duração.⁵⁶

Para se compreender a sociogênese dos processos sociais, segundo Norbert Elias, o pesquisador deve entender a formação das estruturas de personalidade, ou seja, as estruturas psíquicas individuais das mais elementares às mais orientadoras de conduta dos indivíduos. Essa tarefa deve ser realizada por meio da compreensão de um todo social, o que precisa ser feito com base na análise de todas as sociedades interdependentes e sua teia social que envolve seus indivíduos. Para tanto, não se pode estudar apenas um estrato funcional específico, mas tudo o que envolve a sua rede de poder, o que é preciso para se compreender, segundo o autor, estruturas e processos que formam as relações entre os diferentes estratos funcionais que

⁵⁵ *Idem.*

⁵⁶ *Idem.*

convivem juntos nas figurações. Portanto, segundo Norbert Elias, o tecido social e suas mudanças ao longo do tempo não devem ser percebidos como elementos caóticos, pois mesmo em fases de agitação e aparente desordem, possuem um claro padrão e estrutura de processos que agem numa direção específica. Assim, o caso individual é importante se for compreendido como parte de uma estrutura maior e de um processo que tem uma direção e uma ordem passível de ser entendida. O pesquisador deve compreender a direção dos eixos de tensão das cadeias, funções e instituições sociais. Dessa maneira, o pesquisador pode entender os problemas entre os grupos, suas interdependências, regularidades, tensões e conflitos diversos e compreender a reprodução dos padrões de conduta dos indivíduos e suas cadeias funcionais. Isso porque as relações e as instituições mudam numa direção específica. Portanto, o estudo sociogenético eliasiano tem como base a compreensão da totalidade do campo social e suas estruturas de forma a possibilitar a análise da inteireza das interdependências entre os diversos grupos de uma figuração específica.⁵⁷

Dessa forma, para se compreender a sociogênese das milícias negras mineiras, é necessário que se entenda os processos sociais que contribuíram na formação daquela figuração social específica. Minas Gerais e seus diversos grupos e seus conflitos e tensões estão conectados a uma teia de poder e de interdependência que se relaciona com o Mundo Atlântico e seus processos que envolvem uma totalidade de elementos, com estruturas específicas, cadeias funcionais e regularidades que caminham em uma direção específica. O século XVIII mineiro deve ser compreendido dentro dessa dinâmica, principalmente a partir das questões que envolvem as relações entre os domínios portugueses na América, as conexões com a metrópole, o Mundo Atlântico, as mudanças no escravismo, as guerras, as tensões, os conflitos, a interdependência, as disputas entre nobreza de toga e nobreza de nascimento e a passagem de uma sociedade de tipo antigo, ou oligárquico, para uma sociedade de tipo democrático representativo. A sociogênese das milícias negras mineiras só pode ser entendida, portanto, dentro dessa totalidade e em consonância com o processo civilizador, com a consolidação dos estados e suas instituições e as teias sociais que envolvem os indivíduos nas figurações sociais.

III- O CONCEITO DE MUNDO ATLÂNTICO

O conceito de Mundo Atlântico é importante por permitir que se compreenda Minas Gerais do século XVIII como uma figuração social inserida no contexto de outras figurações

⁵⁷ *Idem.*

maiores, ou seja, conectada com outras sociedades e em intenso equilíbrio instável, influências, espelhamento e demais aspectos da interdependência. Assim, as milícias negras mineiras podem ser pensadas como um objeto de análise que não é isolado e não pertence a um ambiente específico, mas é consequência de outros processos sociais maiores e também dinâmicos, ao mesmo tempo em que são não-planejados. Para tanto, é necessário que antes se compreenda melhor o conceito com que se está trabalhando nesta pesquisa.

Já há uma vasta historiografia relativa ao Mundo Atlântico, que possui intensos debates e formulações. Contudo, já é fato para a maioria dos atlanticistas que o tema deve muito aos pressupostos de Fernand Braudel.⁵⁸ Em *As divisões do Espaço e do Tempo na Europa*⁵⁹, a questão do espaço para o autor é um elemento analítico que pode, como o próprio título já menciona, ser dividido. Sobre o conceito, o autor afirma: “O espaço, fonte de explicação, põe em causa ao mesmo tempo todas as realidades da história, todas as partes envolvidas da extensão” que seriam “os Estados, as sociedades, as culturas, as economias... E, conforme escolhamos um ou outro destes conjuntos, modificar-se-á o significado e o papel do espaço. Mas não inteiramente”.⁶⁰ Com isso, o autor dá grande destaque para a economia em suas formulações, que estão baseadas nos pressupostos teóricos de Immanuel Wallerstein sobre a *economia-mundo*. É a partir dessa noção que se pode compreender a visão braudeliana acerca de espaço, capital e conexões. Primeiramente, o autor se preocupa em diferenciar *economia-mundo* de economia mundial. Enquanto a última se refere ao mercado global como um todo, a primeira “envolve apenas um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica”.⁶¹ A *economia-mundo* deve ser percebida, portanto, como uma unidade analítica, ou seja, um recorte teórico no espaço-tempo que serve para que se compreenda melhor a configuração econômica, cultural, social e política de uma região.

Braudel e Palmer são duas matrizes teóricas acerca do *Mundo Atlântico* que serão retomadas de maneira recorrente pela historiografia relativa a esse tema. Autores como Allison Games, Bernard Bailyn e David Armitage acabam por minimizar a influência da perspectiva de

⁵⁸ BAILYN, Bernard. *Atlantic history. Concepts and contours*. Cambridge: Harvard University Press, 2005, p. 3.

⁵⁹ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. (Vol. 3, O tempo do mundo). Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2006, pp. 11-58 [1979].

⁶⁰ *Idem.*, p. 12.

⁶¹ *Idem. Ibidem.*

Braudel na história atlântica.⁶² Armitage, por exemplo, tenta criar um modelo muito diverso da perspectiva braudeliana ao refletir sobre o Atlântico como um Oceano que poderia ser um objeto de análise passível de se multiplicar em inúmeras perspectivas diversas, dependendo do olhar do pesquisador. Não haveria, portanto, um Atlântico, para Armitage, como havia um Mediterrâneo para Braudel, mas múltiplos Atlânticos com suas múltiplas perspectivas. Contudo, o próprio Braudel já tinha dado os primeiros passos nesse tipo de análise ao repensar o tempo e o espaço, como foi visto acima. Armitage, portanto, apesar de tentar superar o modelo braudeliano, ainda acaba por ser adepto dele.

Dale Tomich⁶³, que critica os atlanticistas, entre eles o Armitage, por acreditar que suas perspectivas são muito difusas e até mesmo superficiais, por trazerem em suas análises muita variedade de temas e se pautarem somente numa espécie de inventário entre semelhanças e diferenças das diversas regiões do *Mundo Atlântico*. Para Tomich, portanto, retomar Braudel tornaria as discussões sobre tal unidade analítica muito mais densas e com aspectos teóricos bastante sólidos.

Portanto, o autor acredita que a História Atlântica necessita de uma visão mais integrada sobre o Atlântico que supere as perspectivas nacionais e imperiais. Assim, propõe utilizar o conceito de *economia-mundo*. Nesse sentido, o Atlântico seria visto como uma região específica e histórica da economia mundial capitalista e que tem papel central na configuração da *economia-mundo* europeia.⁶⁴ Dessa forma, para Tomich o *Mundo Atlântico* seria uma parte importante da *economia-mundo* cuja Europa é o centro. Os Atlânticos britânico, espanhol, francês, português, e assim por diante, constituiriam, dessa maneira, unidades de observação, enquanto a *economia-mundo* seria a unidade de análise que integraria todas essas perspectivas.⁶⁵

Tomich também chama atenção para o fato de os atlanticistas conceberem o Atlântico como espaço físico, esquecendo que ele é um acima de tudo um espaço histórico e social. Fazem

⁶² Sobre esse debate, conferir: GAMES, Alison. *Atlantic history: definitions, challenges, and opportunities*. *The American Historical Review*, vol. 111, nº 3, 2006, pp. 741-757; BAILYN, Bernard. *Atlantic history. Concepts and contours*. Cambridge: Harvard University Press, 2005, pp. 3-56; ARMITAGE, David; SUBRAHMANYAM, Sanjay (Eds.). *The age of revolutions in global context, c. 1760-1840*. New York: Palgrave Macmillan, 2010, pp. xii-xxxii; ARMITAGE, David. Tres conceptos de historia atlántica. *Revista de Occidente*, nº 281, 2004, pp. 7-28.

⁶³ TOMICH, Dale. Atlantic History and World Economy: concepts and constructions. *Proto Sociology*, vol. 20, 2004, pp. 102-121.

⁶⁴ *Idem.*, p. 106.

⁶⁵ *Idem.*, p. 107.

isso, segundo ele, por medo de caírem em uma espécie de armadilha do determinismo geográfico. Tal abordagem, contudo, deixa de compreender o Atlântico como unidade de análise pautada na historicidade. Segundo o autor, entender o Atlântico como espaço humano e geográfico, construído historicamente e ligado ao capitalismo mundial torna mais densa sua concepção, deixando de estar ligada a um movimento entre o Velho Mundo e o Novo Mundo, mas à integração entre os quatro continentes que formam o Mundo Atlântico.⁶⁶

Segundo Tomich, o Atlântico é geograficamente heterogêneo, e somente a ação humana poderia transformar um espaço tão distinto em uma fonte de recursos econômicos para a economia-mundo europeia. As zonas geográficas distintas do Atlântico se tornaram interdependentes e estabeleceram uma divisão internacional do trabalho baseada nos seus padrões climáticos e de produção. Essa divisão espacial também determinou a migração forçada ou não da mão de obra necessária em cada uma de suas partes. Assim, configurou-se o Atlântico europeu, separado pelos impérios ibéricos, pioneiros na expansão atlântica, e pela ascensão de centros comerciais e manufatureiros do noroeste da Europa.⁶⁷

Uma forma de resolver o problema acerca do tipo de abordagem a ser feito quando se reflete sobre o Mundo Atlântico é inserir, portanto, aspectos sociológicos conectando o todo às suas partes. Norbert Elias e sua *sociologia figuracional* pode contribuir nesse sentido, pois é possível que se compreenda o *Mundo Atlântico* como uma *figuração social*. Segundo o autor, há inúmeros tipos de *figurações sociais*. Algumas mais estáveis, outras esporádicas ou instantâneas. Umas menores, outras maiores. Não há uma lógica precisa na formação das *figurações sociais*, mas elas se formam no espaço-tempo de acordo com processos sociais específicos. A menor *figuração social* possível é formada por dois indivíduos, como por exemplo um casal; indivíduos dispostos em uma sala também pertencem a uma *figuração*; pequenas comunidades ou grandes estados nacionais também são *figurações sociais* e também formam teias humanas que determinam os *habitus sociais* e modificam as estruturas de personalidade de seus indivíduos. A maior *figuração social* pensada por Norbert Elias foi o Estado. No entanto, ele deixou em sua teoria uma brecha para que se possa também pensar o *Mundo Atlântico* como uma *figuração social* específica, sobretudo em seus escritos a respeito da lógica entre o todo e suas partes, os quais para ele pertencem a um *continuum*, o que não os coloca como pólos opostos, mas como elementos conectados. Dessa forma, o todo seria o

⁶⁶ *Idem.*, p. 109.

⁶⁷ *Idem.*, p. 110.

Mundo Atlântico (ou, acima dele, a economia mundial) como unidade analítica, enquanto as partes seriam as regiões que formam esse sistema com suas conexões políticas, econômicas, sociais e culturais.⁶⁸ Esse tipo de pensamento sociológico contribui para que se supere a questão do isolamento de objeto de pesquisa aqui em foco. Por exemplo, as Milícias Negras que se formaram no *Mundo Atlântico* constituem com ele determinadas *figurações sociais*. Não se encontram, portanto, isoladas e desconectadas de outras realidades. Assim, não pertencem somente ao contexto de um determinado Império Colonial entre os séculos XVI e XIX, mas ao *Mundo Atlântico* como um todo e conectado na forma de uma extensa *figuração social* desenvolvida por processos sociais e históricos específicos.

IV- ESTRUTURA DO TRABALHO

Nesse sentido, a estrutura deste trabalho se dará com base em fontes de origens diversas, na literatura clássica e também na mais recente. Foi possível construir um texto que trouxesse à tona características importantes na exposição que alcançou o objeto das milícias negras mineiras no século XVIII, o que é um desafio intenso, pois deve ser refletido com base em tudo o que foi colocado acima em termos teóricos e em uma perspectiva processual e conectada com outras realidades. Para isso, foi preciso dividir o texto em 4 capítulos, cada um abordando um tema e objetos em uma dimensão específica, mas não isoladamente.

O primeiro capítulo versou sobre a gênese e a formação de Minas Gerais como uma figuração social. Para isso, foi preciso refletir sobre todo o seu desenvolvimento, sua ocupação territorial, seu sistema administrativo e sua estrutura econômica e social. Assim, o capítulo em foco traz as questões que fizeram com que aquela região se tornasse uma capitania com intenso comércio, com uma dinâmica espacial e com diversidade produtiva, sendo que a agropecuária sempre teve papel importante no desenvolvimento da capitania, mas ganhou mais destaque após o declínio da produção aurífera na segunda metade do século XVIII. Esse desenvolvimento também está relacionado com a presença cada vez mais volumosa de uma população de africanos e afrodescendentes cativos, livres e libertos, e também com a existência de espaços

⁶⁸ Sobre esses aspectos teóricos relativos ao pensamento de Norbert Elias, conferir: ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1994; ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1980, pp. 113-145; ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. São Paulo: Jorge Zahar Editores, 2001; ELIAS, Norbert. *Escritos & ensaios*. (1. Estado, processo, opinião pública). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, pp. 21-35; ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, pp. 19-50; ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Tradução de Ruy Jurgman. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993; entre outros trabalhos.

de conflito, como os quilombos e as aldeias de indígenas hostis. Portanto, o primeiro capítulo do trabalho precisou destacar toda essa complexa estrutura econômica ligada a intensos processos e disputas sociais, além da questão da dinâmica do tráfico e da escravidão naquela figuração social.

O segundo capítulo trouxe à tona a questão dos africanos e afrodescendentes livres e libertos e suas relações com importantes instituições à época, como as irmandades e as milícias negras. Para isso, foi preciso também fazer uma revisão da literatura a respeito de trabalhos que trataram desses indivíduos livres e libertos e suas perspectivas teóricas. Também se debruçou sobre os dos capitães do mato em Minas Gerais e a relação que esse corpo militar possui com a institucionalização das milícias negras. Após a guerra luso-castelhana e com a institucionalização de várias tropas de pretos e pardos em Minas, a patente de capitão do mato passou a ser um entrave para as autoridades no sentido de melhor controlar aquele corpo militar. Para isso, o governo da capitania, na figura de Dom Antônio de Noronha, criou um corpo militar que poderia substituir as funções dos capitães do mato: o Corpo de Caçadores, que estava em conexão com outras experiências semelhantes no Mundo Atlântico.

O terceiro capítulo trata das Guerras Atlânticas, ou seja, a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e a Guerra Luso-Castelhana (1774-1777), que determinaram inúmeras mudanças nas estruturas militares da América portuguesa, que refletiram em mudanças nas estruturas militares de Minas Gerais, ou seja, também influenciou nos processos de institucionalização das milícias negras mineiras. Além das guerras, há também os decretos e ordens régias que foram realizadas em todo esse período, como a Carta Régia de 1766, que criou vários corpos militares nas diversas capitanias da América portuguesa, entre eles os Terços e Pretos e Pardos de Minas Gerais. Portanto, a institucionalização das milícias negras passou por processos existentes no interior da capitania, com os enfrentamentos dos *inimigos internos*, mas também teve relação com as guerras disputadas nas partes externas à capitania, ou seja, contra os *inimigos externos*.

O quarto capítulo trata especificamente dos indivíduos militares, isto é, os africanos e afrodescendentes livres e libertos e suas conexões com as corporações militares a eles destinados, suas disputas, as questões relacionadas ao prestígio social e à diferenciação, além das trajetórias de alguns desses indivíduos que demonstram como foi efetivo o efeito da mudança de status de africanos e afrodescendentes livres e libertos em Minas Gerais no século XVIII a partir da participação destes nas corporações militares a eles destinadas. Essas

trajetórias individuais são analisadas em consonância com as transformações estruturais ocorridas nas milícias negras ao longo do século XVIII.

É um trabalho que precisa de muito fôlego e que possui muitas variantes e vasta pesquisa em literatura diversa e em inúmeras fontes das mais diferentes origens. Não basta, como dizia Walter Benjamin, escovar a contrapelo, mas também juntar muitas peças de um quebra-cabeça bastante complexo e cheio de nuances.

1 MINAS GERAIS: UMA FIGURAÇÃO SOCIAL – ESTRUTURAS SOCIAIS

1.1 O NASCIMENTO DE MINAS GERAIS

Desde a chegada dos portugueses no Novo Mundo havia um desejo da metrópole de encontrar ouro na colônia. Na própria Carta de Pero Vaz de Caminha, de 1500, já aparece o desejo por metais preciosos quando o autor afirma sobre aquela terra que “até agora não podemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal”. Quando chegaram as notícias acerca da descoberta das minas de prata em Potosí, as esperanças dos portugueses se elevaram, pois acreditava-se que aquelas terras eram razoavelmente próximas e até mesmo semelhantes, como se toda aquela parte do continente fosse “um só Peru”.⁶⁹

Contudo, até a década de 1690 não foram encontradas grandes quantidades de metais preciosos como naquele território pertencente à coroa espanhola, o que despertava a inveja dos portugueses. A experiência em se buscar e capturar indígenas no Sertão levou os portugueses aos seus primeiros achados de ouro, em locais que depois formariam a capitania de São Paulo e Minas do Ouro (1709) – ponto que será aprofundado adiante nesta tese – como Curitiba e Paranaguá, o que foi um preparatório para o que se encontrou em larga escala, posteriormente, no território que seria chamado de Minas Gerais.⁷⁰ Essa grande esperança se materializou quando paulistas encontraram ouro de aluvião no vale do rio das Mortes e rio Doce, o que ocorreu por volta de 1693 e 1695.⁷¹ Há vários relatos sobre quem e sobre como se encontrou pela primeira vez o metal precioso em grande quantidade naquelas paragens, mas o mais importante, e que foi imprescindível para tal feito, se deu por meio da prática das entradas e das bandeiras.

Consoante Carneiro, desde meados do século XVI, se faziam entradas nos sertões da colônia, que partiam principalmente dos territórios pertencentes às capitanias do norte. Quando pequenos achados de ouro foram enviados ao governador de São Vicente (que seria posteriormente chamada de capitania de São Paulo), Dom Francisco de Sousa, ele acabou por

⁶⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1985. p.97.

⁷⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. "Metais e pedras preciosas". In HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira: a época colonial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, v. 1, t. 1, p. 289.

⁷¹ BOXER, Charles R. *A idade do ouro do Brasil*, 2 ed. São Paulo: Companhia editora nacional (Coleção Brasileira), 1969, p. 58.

se oferecer à coroa para iniciar expedições aos sertões do território que governava.⁷² A partir daí, de acordo com Carneiro, o centro difusor de expedições ao sertão passou a ser São Vicente, que possuía quatro vilas principais (São Paulo de Piratininga, Santos, São Vicente e Itanhaém) e cerca de 700 moradores, a sua maioria de portugueses. Portanto, as entradas eram expedições oficiais de exploração do território por parte da coroa, enquanto as bandeiras eram especificamente “partidas de homens empregados na tarefa de prender e escravizar o ‘gentio’”.⁷³ As primeiras tinham caráter mais oficial, enquanto as segundas eram organizadas por indivíduos particulares, mesmo que esses tivessem estreitas ligações com a Coroa.

Ao longo do século XVII, as bandeiras se tornaram cada vez mais constantes, sobretudo após a década de 1630, o que estaria relacionado, segundo John Manuel Monteiro, ao desenvolvimento da economia do próprio planalto, ou seja, o apresamento indígena estaria voltado à demanda por mão de obra na própria região e não teria como objetivo o abastecimento de mão de obra para outras capitanias, como a historiografia apontava até então. Somente o número excedente de cativos indígenas é que era comercializado para fora de São Paulo, segundo Monteiro.⁷⁴ Além disso, há a questão da dinâmica das próprias sociedades indígenas. Por exemplo, houve escassez de indígenas guarani nos sertões do Paranapanema⁷⁵, do Guairá⁷⁶ e dos Patos⁷⁷, o que obrigou a incorporação de população não-guarani como cativa.

A historiografia batizou os sertanistas de São Vicente de *bandeirantes*. Todavia, não se pode pensar que a maioria dos ditos bandeirantes eram experientes, nem que grande parte da população da capitania era composta por esses tipos de indivíduos. Segundo Monteiro, “geralmente as expedições contavam com um ou mais sertanistas experientes, que conduziam um punhado de jovens colonos em sua primeira viagem ao sertão”.⁷⁸ Além disso, a grande maioria dos sertanistas participou de alguma expedição uma ou duas vezes ao longo da vida. Os mais experientes, por sua vez, exerciam funções militares, sabiam se comunicar com

⁷² CARNEIRO, Patricio Aureliano Silva. *Do Sertão ao Território das Minas e das Gerais: entradas e bandeiras, política territorial e formação espacial no período colonial*. 2013. 392 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. p. 96-99.

⁷³ *Idem*. p. 99.

⁷⁴ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 75-78.

⁷⁵ DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. *Terras e índios: Botucatu ("bôca de sertão"): o povoamento e a propriedade da terra no Vale do Paranapanema*. Arte & Ciência, 2001.

⁷⁶ OLIVEIRA, Jorge Eremites de; ESSELIN, Paulo Marcos. Uma breve história (indígena) da erva-mate na região platina: da Província do Guairá ao antigo sul de Mato Grosso. *Espaço Ameríndio*, v. 9, n. 3, p. 278, 2015.

⁷⁷ KOK, Glória. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 17, n. 2, p. 91-109, 2009.

⁷⁸ *Idem*. p. 87.

indígenas e também sabiam se deslocar nas matas e nos principais caminhos dos sertões. Os cativos indígenas acompanhavam esses sertanistas na maioria das expedições e até mesmo eram utilizados para trabalhar em roças que serviriam de abastecimento para as tropas nas bandeiras mais longas e que demandariam grandes quantidades de alimentos para os homens e até para as mulheres que participavam da diligência. Em expedições mais curtas, a caça e a coleta eram as práticas mais comuns no abastecimento dessas tropas de exploradores.⁷⁹ Portanto, mesmo antes do nascimento da capitania de Minas Gerais, teoria e prática militares se faziam presentes na região por parte de seus exploradores e, após isso, por seus colonizadores.

Assim, é notório como a força militar estava presente nas bandeiras e também nos primeiros achados de ouro nas paragens de Minas Gerais. Até porque o caráter militar da população colonial era um elemento proveniente das estruturas sociais de tipo antigo, nas quais todos eram obrigados a entender sobre armas e aplicar violência. Não é à toa que os sertanistas e suas tropas precisavam garantir sua sobrevivência diante das dificuldades encontradas no sertão e também por conta dos ataques que sofriam por indígenas. Portanto, antes mesmo de aquele território que seria conhecido como a capitania de Minas Gerais se formar, bandos armados estavam ali apresando seres humanos. Assim, logo após os já mencionados achados de ouro em grande escala terem sido feitos em Minas, homens das armas formaram uma sociedade em que a violência era extremamente comum. Com o desenvolvimento da capitania, táticas e técnicas militares se desenvolveriam por conta da presença constante de indivíduos conhecedores dessa ciência militar e também por meio do desenvolvimento de estruturas militares organizadas em torno do Estado. Pode-se afirmar que a violência cada vez mais organizada e estruturada por elementos formais e legitimados pelo Estado fizeram parte de uma nova fase da empresa colonial portuguesa, na qual a exploração do ouro exerceria papel fundamental.

O número de pessoas que migrou para aquelas terras auríferas era imenso, de forma que indivíduos de inúmeras camadas sociais passaram a fazer parte daquela povoação. Segundo Antonil “das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil” partiam “brancos pardos e pretos” além de “muitos índios, de que os paulistas se servem”. Para o autor, havia naquele território “toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres

⁷⁹ *Idem.* p. 90-91.

e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos”.⁸⁰ É importante compreender que a visão de Antonil é a de um jesuíta europeu que havia conhecido de perto a sociedade do açúcar na Bahia e que o objeto inicial de sua obra não era o ouro, mas a agricultura e a pecuária. O ouro teria sido descoberto para, de certa forma, castigar aquela sociedade. Por isso, a visão caótica sobre Minas Gerais das primeiras décadas. Era uma forma de contrastar uma sociedade bem organizada e formada em torno do açúcar com aquela que teria o metal precioso como sua perdição.⁸¹ Conforme Andrade, há a hipótese de que o jesuíta tenha escrito a primeira parte de sua obra entre 1693 e 1698, tendo incorporado mais capítulos a ela após 1707, tratando de Minas e da exploração do ouro nessas partes e contrastando com outras. De acordo com Andrade, “a descrição factual das Minas” foi feita para se “harmonizar as peças políticas e econômicas que comporiam o quebra-cabeça colonial luso-brasileiro, mas de acordo com o ordenamento da açucarocracia”.⁸²

Portanto, Antonil acaba por apresentar uma visão caótica da sociedade mineira em seus primeiros anos, exagerando em vários pontos que provavelmente podem ter suas faíscas de realidade, uma vez que a própria historiografia a respeito de Minas Gerais aponta a anomia social dos primórdios daquele povoado entre 1694 e 1709, como se verá posteriormente. O importante, contudo, é pensar que as teses de Antonil não se tratam de uma visão neutra sobre a região. Sobre aquelas terras, ele afirma que:

sobre esta gente, quanto ao temporal, não houve até o presente coação ou governo algum bem ordenado, e apenas se guardam algumas leis, que pertencem às datas e repartições dos ribeiros. No mais, não há ministros nem justiças que tratem ou possam tratar do castigo dos crimes, que não são poucos, principalmente dos homicídios e furtos. Quanto ao espiritual, havendo até agora dúvidas entre os prelados acerca da jurisdição, os mandados de uma e outra parte, ou como curas, ou como visitadores, se acharam bastantemente embaraçados, e não pouco embaraçaram a outros, que não acabam de saber a que pastor pertencem aqueles novos rebanhos. E, quando se averigúe o direito do provimento dos párocos, pouco hão de ser temidos e respeitados naquelas freguesias móveis de um lugar para outro, como os filhos de Israel no deserto⁸³

A descrição do jesuíta é de uma terra que estava em completo caos e abandonada pelas autoridades. Seria uma região em que o nomadismo aventureiro se misturava com crimes e com a falta de controle da coroa diante de indivíduos afeitos à selvageria. Estava implícito nas

⁸⁰ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. p. 77.

⁸¹ ANDRADE, Francisco Eduardo de. A Natureza e a gênese das Minas do Sul nos livros de André João Antonil e Sebastião da Rocha Pita. *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 51, p. 171-195, 2006.

⁸² *Idem*, p. 179.

⁸³ ANTONIL, *op. cit.* p. 77.

palavras de Antonil a ideia de uma terra que estaria sendo castigada por conta da cobiça de seus habitantes, que cresciam em número a cada ano. Não é à toa que em Minas Gerais as autoridades tiveram de agir rapidamente para tentar frear a violência existente na região e também para enfrentar indígenas e quilombos, como se verá adiante. Será imprescindível, nesse sentido, a figura do capitão do mato e das demais milícias negras, que combateriam *inimigos internos* e *inimigos externos*.

O próprio Antonil opina acerca do número de habitantes em Minas Gerais de seus primórdios, quando afirma que

a sede insaciável do ouro estimulou a tantos deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas, que dificultosamente se poderá dar conta do número das pessoas que atualmente lá estão. Contudo, os que assistiram nela nestes últimos anos por largo tempo, e as correram todas, dizem que mais de trinta mil almas se ocupam, umas a catar, e outras a mandar catar nos ribeiros do ouro, e outras a negociar, vendendo e comprando o que se há mister não só para a vida, mas para o regalo, mais que nos portos do mar.⁸⁴

Para o jesuíta, mais de trinta mil almas habitavam a região entre o final do século XVII e o início do século XVIII. Se pensarmos nos estudos recentes de Angelo Alves Carrara, que revisa aspectos demográficos do Brasil Colonial, há reflexões importantes a serem feitas. Por exemplo, para o autor:

Bahia e Pernambuco responderiam juntas por três quartos, pelo menos, da população total do Brasil, ficando a capitania do Rio de Janeiro com o quarto faltante. Para os anos finais do século XVII, atribuindo-se um valor máximo tanto para Pernambuco quanto para a Bahia, da ordem de 70 mil pessoas, e de 40 a 50 mil pessoas para toda a área compreendida pelo bispado do Rio de Janeiro, alcançaríamos uma cifra em torno de, e de modo algum, muito superior a 200 mil indivíduos.⁸⁵

Sendo assim, uma estimativa de 30 mil habitantes era algo realmente impressionante para um território que há pouco tempo teria recebido assentamentos humanos.

Mesmo que Antonil tenha exagerado em seus números, há alguns fatores que contribuíram para que a região atraísse cada vez mais pessoas em busca de enriquecimento rápido. Souza afirma que a “escassez de recursos que marcou a Capitania de São Paulo durante todo o período colonial e o fato de este ter sido um período de crise e estagnação econômica em Portugal” foi um incentivo para que indivíduos de todas as camadas buscassem riqueza em outras paragens, de forma que “a crise econômica portuguesa, aliada ao sonho

⁸⁴ ANTONIL, *op. cit.*, p. 77.

⁸⁵ Carrara, A. A. A população do Brasil, 1570–1700: uma revisão historiográfica. *Revista Tempo*, v. 20, 2014., p. 19-20.

de riqueza provocou, enfim, uma sangria populacional em Portugal, com cerca de 10.000 habitantes deixando anualmente o país rumo à capitania” de Minas Gerais.⁸⁶ O número de habitantes apenas cresceu durante todo o século XVIII, como demonstra a **TABELA 1**, construída com estimativas de Antonil e Tarcísio Rodrigues Botelho:

TABELA 1 – ESTIMATIVA POPULACIONAL DE MINAS GERAIS, 1709 A 1805

Ano	Total
1709	30.000
1721 – 1722	90.000
1776 (1)	319.769
1776 (2)	341.869
1786	362.847
1805	407.004

Fonte: Adaptado de ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. População e escravidão nas Minas Gerais, c. 1720. *Anais do 12º Encontro da Associação Brasileira de Estudos de População – ABEP, GT População e História, realizado em Caxambu (MG)*, 2016.

Segundo estimativas da historiografia recente, podemos supor que houve um surto populacional na região de Minas Gerais desde o descobrimento do ouro em grande escala até o final do século XVIII. Também pode-se afirmar que a população passou de cerca de 30 mil (levando-se em conta os números exagerados de Antonil), na primeira década do mencionado século, para aproximadamente 90 mil já na década seguinte.

O surto populacional foi evidente e os primeiros habitantes buscavam de toda a maneira tirar proveito da exploração do ouro. As práticas executadas por faiscadores que já haviam explorado o ouro em São Vicente eram insuficientes e, posteriormente, a própria coroa teve de buscar técnicos de outros impérios e outras regiões do Mundo Atlântico para conseguirem dar conta de tamanha quantidade de metais e pedras preciosas que começaram a ser exploradas em Minas. Técnicos mineradores do Potosí, do Chile, da Alemanha, entre outros lugares, chegaram ao território mineiro para ajudarem os portugueses na empreitada.⁸⁷ Contudo, o que auxiliou bastante na exploração do ouro mineiro também foram as técnicas que os escravos africanos da Costa da Mina trouxeram para Minas Gerais, como afirma Paiva:

⁸⁶ SOUZA, Ricardo Luiz de. Os sentidos do povoamento: aspectos da ocupação territorial de Minas Gerais. *Revista Ciências Humanas*, [S. l.], v. 2, n. 1, 2009, p. 7-8.

⁸⁷ HOLANDA, *op. cit.*, p. 278-279.

esses homens e mulheres africanos, embarcados na Costa da Mina com destino ao Brasil, eram tradicionais conhecedores de técnicas de mineração do ouro e do ferro, além de dominarem antigas técnicas de fundição desses metais⁸⁸

Essa questão será retomada posteriormente neste trabalho. O mais importante a se refletir por agora é que aos poucos se define a constituição dessa figuração social chamada Minas Gerais, com toda a sua complexidade social, com indivíduos de inúmeras camadas sociais, entre reinóis, gente de outras regiões da colônia, mestiços, indígenas, africanos e afrodescendentes escravizados, livres e libertos. Os livres e libertos formaram as milícias negras, que ao longo do século, como se verá, passaram por um processo de institucionalização. A diversidade dessa figuração social deve ser pensada dentro da lógica das transformações históricas e sociais que ocorreram em Minas desde o seu surgimento até fim do período proposto por esta tese, isto é, fins do século XVIII. Logo nos primórdios daquilo que seria Minas, após o nascimento da figuração social, houve um conflito entre indivíduos que disputavam o mesmo espaço de convívio e tinham interesses em comum. A historiografia chamou esse conflito de *Guerra dos Emboabas*.

1.1.1 A GUERRA DOS EMBOABAS

O conflito já foi estudado por autores do século XVIII, como Sebastião da Rocha Pitta, Manuel da Fonseca, Pedro Taques Leme e Cláudio Manuel da Costa, além de historiadores do século XIX, como Varnhagen, do século XX, como Diogo de Vasconcelos, J. Soares de Melo, e Isaías Golgher, e também por uma historiografia mais recente, já do século XXI, como os estudos de Adriana Romeiro.⁸⁹ A pesquisadora enxerga alguns problemas

⁸⁸ PAIVA, Eduardo França. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In ANASTASIA, Carla M. J. & PAIVA, Eduardo F. *O trabalho mestiço – maneiras de pensar e formas de viver, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002., p. 187.

⁸⁹ Os escritos do século XVIII mais importantes sobre o assunto são: PITA, Sebastião da Rocha. *História da América portuguesa*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976; LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia paulistana*, histórica e genealógica. 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980; do século XIX temos: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Das rivalidades se geraram ódios, e estes trataram de satisfazer-se; vindo os partidos às mãos, em uma guerra civil, no ano de 1708. In: *___História geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1948.; do século XX: VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. Prefácio de Francisco Iglésias. Introdução de Basílio de Magalhães. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974; MELLO, J. Soares de. *Emboabas: crônica de uma revolução nativista – documentos inéditos*. São Paulo: São Paulo Editora, 1929; GOLGHER, Isaías. *Guerra dos Emboabas: a primeira guerra civil nas Américas*. 2. ed. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1982; e há estudos mais recentes de Adriana Romeiro: ROMERO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Editora UFMG, 2008 e ROMERO, Adriana. *Guerra dos Emboabas: balanço histórico*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano 45, n.1. Belo Horizonte, 2009, pp. 107-117.

relacionados à interpretação desse conflito por parte dos autores tanto do próprio século XVIII quanto da historiografia posterior ao século XIX. Enquanto Rocha Pita, entusiasta da colonização portuguesa, faz uma leitura pró-emboaba, Cláudio Manuel da Costa e Pedro Taques exaltam os paulistas e acabam influenciando autores que colocam nos últimos o signo dos nativistas que lutavam contra a opressão da metrópole, como pressupõe Soares de Melo.⁹⁰ Por sua vez, Isaías Golgher interpretou o evento como uma Guerra Civil, influenciado por leituras que fez da obra de Varnhagen. Para ele, o fim do conflito se deu com a escolha de Manuel Nunes Viana por voto, o que o colocaria como uma espécie de figura antecipada de Tiradentes, e tal como o último, representaria a supremacia do povo mineiro diante da tirania portuguesa. Porém, o autor não reflete sobre a própria condição de Nunes Viana como reinól, enfatizando a imagem dele como a de um forasteiro; o embate teria ocorrido, para ele, portanto, entre paulistas e forasteiros, não entre paulistas e reinóis. Para Golgher, ademais, os paulistas aparecem como fiéis vassalos da coroa, enquanto os forasteiros são vistos como indivíduos extremamente prejudicados pela organização colonial daquele momento. Eles seriam, portanto, os precursores dos mineiros e, dessa forma, a visão de Golgher, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, refuta o enaltecimento dos bandeirantes, que era feito pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.⁹¹ É importante frisar que esses indivíduos caracterizados como forasteiros por Golgher eram, em sua maioria, advindos da própria América portuguesa, como aponta a historiografia, o que se verá mais adiante. Adriana Romeiro afirma que:

outro equívoco muito comum em que incorreram as análises tradicionais sobre a Guerra dos Emboabas consiste no pecado capital da história – o anacronismo, expresso na tendência a reduzir o evento a uma racionalidade que é a do nosso tempo. Disso resulta a estranha sensação de que tudo parece encadear-se de forma lógica, como se paulistas e emboabas partilhassem da nossa visão de mundo e fossem movidos pelos mesmos valores e anseios. Não há lugar para a surpresa, o estranhamento e tampouco para a história. A naturalização do passado conduz inexoravelmente à supressão da história como diferença, substituindo-a por uma história como obviedade, em que não há questões ou problemas a serem enfrentados. Outra limitação recorrente nos estudos sobre o tema refletiu-se no recorte temporal e espacial muito restrito, dando lugar a abordagens excessivamente focadas na Guerra dos Emboabas, sem que se buscasse articulá-la ao contexto mais amplo do Império português ou da própria história dos atores nela envolvidos. Para grande parte dos historiadores, o episódio encerrava-se em si mesmo, numa temporalidade curta e fortuita, surgindo e morrendo como uma flor no deserto.⁹²

⁹⁰ Ver ROMEIRO, Adriana, 2009, *op. cit.*, p. 110-112.

⁹¹ *Idem.*, p. 214.

⁹² *Idem.* p. 214.

Assim, segundo a autora, o anacronismo dos intérpretes e também a restrição do conflito à sua lógica e ao seu tempo curto, com um fim em si mesmo, são problemas que devem ser enfrentados pela historiografia. Romeiro acredita que se deva deixar de lado a dimensão trágica e de caráter sangrento do episódio, e também se deve libertar a análise do conceito de guerra civil imputado por Varnhagen, ou seja, as novas interpretações precisam fugir da visão romântica e nacionalista de outras historiografias. A historiadora prefere compreender o conflito como parte da lógica de processos históricos presentes na implementação do Império Português após a Restauração de 1640. Por exemplo, eleições como a de Manuel Nunes Viana seria prática comum nos quatro cantos do império, assim como o conceito de “direito de conquista” oferecido a desbravadores, como os paulistas, que, segundo Romeiro, nada tinham de patriotas, pois “viviam em busca de novas terras, onde quer que fossem, para ali se instalarem com a família e agregados”.⁹³

A interpretação da própria Romeiro sobre a Guerra dos Emboabas está pautada principalmente no conceito de “economia moral”, presente em estudos da nova esquerda inglesa, como as pesquisas de E. P. Thompson, que procura interpretar os levantes populares dentre de uma lógica da justiça dos costumes e do bem comum, elementos que teriam sido suplantados pela nova lógica capitalista, nascida nos primórdios da Revolução Industrial.⁹⁴ O conflito, segundo a autora, teria se iniciado por conta do contrato dos açougues, que criou monopólios sobre o abate do gado e comercialização da carne na região, o que teria inflado os ânimos de paulistas e emboabas e ferido, de certa forma, a “economia moral”. A guerra também seria fruto da disputa por quem teria mais direito de conquista naquele território. O fim do conflito, para a autora, se deu com a negociação da coroa diante de paulistas e emboabas. Os primeiros tiveram sua vila transformada em cidade e os segundos puderam assegurar o seu domínio naquela região.⁹⁵

É importante compreender que os estudos de E. P. Thompson contribuíram para o campo das ciências humanas quando tratou de conceitos como o supracitado “economia moral”, além de noções de cultura popular, experiência, entre outras questões teóricas que renovaram o marxismo. Contudo, há outras questões relevantes que podem ser entendidas por um viés mais sociológico de alguns processos de formação de figurações sociais como a de Minas Gerais em

⁹³ *Idem.* p. 216.

⁹⁴ Ver THOMPSON, Edward Palmer. *A economia moral da multidão inglesa no século XVIII*. THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁹⁵ Ver ROMEIRO, 2008, *op. cit.*

seus primórdios. Como se pode perceber, as fontes até agora apresentadas e até mesmo a historiografia mostra aquela figuração formada por conflitos e por trocas sociais entre indivíduos de diferentes grupos e instâncias. A palavra “emboaba”, por exemplo, refere-se não apenas a algo cultural, mas também social. Segundo Romeiro:

O recurso ao termo emboaba para designar os forasteiros é emblemático do fosso cultural que os separava dos paulistas, revelando, ao mesmo tempo, a altivez e o sentimento de superioridade que animavam os homens do Planalto, capazes de transformar a ausência – de calçado, no caso – em vantagem.⁹⁶

Como o termo em língua geral paulista significava algo semelhante a “pata peluda” ou “com plumas”, como de algumas aves⁹⁷, os emboabas eram chamados assim, de maneira pejorativa, por calçar botas, que os paulistas não tinham. Norbert Elias apresenta a estigmatização do outro como um recurso que alguns grupos utilizam para se diferenciar de outros. À medida que um grupo se estabelece numa determinada figuração social, os indivíduos desse grupo acabam por criar laços de diversos tipos, buscando sempre uma forma de se equilibrar o poder, sempre instável, no interior daquela figuração social. A sensação de pertencimento a esse grupo faz com que seus membros sintam que estão cada vez mais coesos e comprometidos nas causas organizacionais desse grupo. Quando ocorre o contato desses grupos com outros indivíduos que não pertencem à organização estabelecida previamente na figuração, há um novo desequilíbrio de poder de forma que os *estabelecidos* enxergam nos outros, nos indivíduos de fora, *outsiders*, que são considerados diferentes do primeiro grupo simplesmente por chegarem depois naquela figuração.⁹⁸

Apesar do caráter instável daquela sociedade em desenvolvimento, sem dúvida, houve a certa estigmatização dos emboabas por parte dos paulistas, bem como havia também havia disputas internas dentro dos grupos dos próprios paulistas e dos emboabas. A estigmatização do outro grupo é uma forma de diferenciação social constante, pois ao estigmatizar o grupo rival, os indivíduos do grupo que está sendo estigmatizado acabam ganhando mais coesão social. De acordo com Souza:

⁹⁶ *Idem*, p. 536.

⁹⁷ NAVARRO, E. A. *Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo. Global. 2013. p. 560.

⁹⁸ Conferir o ensaio teórico de ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Introdução: ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders. ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Op. Cit.*, p. 19-50.

quando falamos em paulistas, é preciso compreendermos o termo a partir das clivagens e rivalidades que nele se abrigam, rivalidades que se davam entre os oriundos de Taubaté e os que vinham de São Paulo. Havia, de fato, rivalidade não apenas entre paulistas e portugueses mas, também, entre paulistas e taubateanos; aqueles, mais ricos e, estes, oriundos de uma vila mais humilde e, portanto, dotados de menores recursos.⁹⁹

Havia também rivalidades não só entre paulistas e taubateanos, mas também entre os últimos e os piratininganos. Os grupos rivais acabavam por não se associar nas minerações. Um relato de José Álvares de Oliveira, realizado em 1750 em São João Del Rei, mostra claramente esse tipo de conflito interno, quando ele afirma que na passagem do ano 1704 para 1705:

logo paulistas e taubateanos, também tidos por paulistas, como todos os naturais de Serra Acima, prezando-se muito deste nome e naquele tempo por horrendo fero, ingente e temeroso, e apoderando-se de todo o descoberto como costumavam em todas as minas, porque em todas punham e dispunham despoticamente pelo ditame do assim o quero, assim o mando, e à razão prevalece a vontade.¹⁰⁰

Segundo Romeiro, conflitos no interior dos próprios grupos designados como “paulistas”, mas também, é claro, entre grupos distintos provenientes de pelo menos três regiões principais: Bahia, São Vicente e Rio de Janeiro. Os baianos desejavam ligar o comércio com as Minas e o porto de Salvador por meio do vale do rio São Francisco; os paulistas pretendiam assegurar o domínio na região, uma vez que foram eles os descobridores do ouro; do Rio de Janeiro, tanto as autoridades governamentais quanto os comerciantes (e reinóis) queriam controlar as Minas Gerais administrativamente e também via comércio.¹⁰¹ Há de se pensar também que havia indivíduos provenientes de outras partes da América portuguesa que eram tão importantes quanto São Vicente, Bahia e Rio de Janeiro e que também eram designados como “paulistas”. Por exemplo, indivíduos provenientes da capitania de Pernambuco, região de intensa conexão com essas outras acima mencionadas e que possuía importância social, econômica e política entre os domínios portugueses na América.

Mesmo com as rivalidades no interior desses grupos, houve a diferenciação entre aqueles que se diziam paulistas contra os chamados emboabas, com os últimos sendo, segundo Adriana Romeiro, como já mencionado, em sua maioria, reinóis. A autora afirma que desde muito cedo os jesuítas espanhóis teriam representado os paulistas como vassalos rebeldes e extremamente autônomos, ligados até mesmo à figura do bom selvagem, que seriam também

⁹⁹ SOUZA, 2009, *op. cit.* p. 10.

¹⁰⁰ CÓDICE COSTA MATOSO. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto*. Coord. Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Coleção Mineiriana, 2 v., 1999. p. 230.

¹⁰¹ Conferir ROMEIRO, 2008, *op. cit.*, pp. 35-50.

avessos à vida política do Antigo Regime.¹⁰² Por exemplo, na visão do Frei Francisco de Meneses, procurador no Rio das Velhas, os participantes do conflito seriam os insubordinados paulistas, defraudadores da justiça, contra os vassalos e zelosos portugueses de nascimento, que eram obedientes à coroa e desejavam apenas o bem comum naquelas Minas.¹⁰³ Para Adriana Romeiro, essas questões fariam parte da cultura popular da época e do imaginário político que tanto um grupo quanto o outro utilizava para negociar com a coroa em sua disputa para ver quem merecia mais o direito de conquista das Minas Gerais.¹⁰⁴

Todavia, é importante não restringir esses aspectos apenas a uma certa cultura política de “sujeitos” na construção dos modos de agir de seus grupos, pois é interessante refletir, como já mencionado, a respeito dos elementos sociológicos existentes nas disputas por posições desses grupos em suas teias sociais que os conectavam entre si, tornando-os interdependentes, o que se configura como a principal dinâmica do equilíbrio de poder, que deve ser percebido sempre como instável e nunca estático; ou seja, deve ser compreendido como pertencente a processos sociais de longa e também de curta duração. Nesse sentido, se os habitantes de São Paulo, Taubaté, Piratininga e outras regiões de São Vicente denominavam-se *paulistas* em contraposição aos *emboabas* (que poderiam ser do Rio de Janeiro, da Bahia, de Pernambuco e de outras praças marítimas que os conectavam por meio do Atlântico ao reino), havia também tanto uma busca por coesão quanto a estigmatização de um grupo ao outro. O conflito, dessa forma, como já foi dito, consolidou-se também no campo das disputas sociais organizadas em torno de indivíduos interdependentes conectados à teia do poder. Esses indivíduos que transitavam por inúmeras figurações sociais também realizavam trocas sociais com indivíduos de diferentes camadas daquela sociedade colonial, fossem eles reinóis, nativos, mestiços, indígenas, ou africanos e afrodescendentes livres e libertos. Posteriormente será discutido neste trabalho como se configuravam as disputas entre grupos pertencentes ao nível mais elevado da sociedade e aqueles pertencentes a grupos subalternos, que frequentemente exerciam pressão no jogo social entre esses dois níveis.

Com relação aos primórdios do que seria Minas Gerais, é interessante o relato de um anônimo, em 1750, que teria vivido ainda “muito menino” nas Minas, no início da exploração do ouro, mas que conta o que diz ter ouvido de um paulista sobre aqueles tempos. Segundo ele, os paulistas costumavam “ajuntar cinquenta, ou sessenta, ou mais pessoas, a quem chamavam

¹⁰² *Idem*, p. 225.

¹⁰³ *Idem*, p. 266.

¹⁰⁴ *Idem*, p. 266-276.

bandeiras” para correrem “a costa do mar, desde uma paragem a que chamavam Paranaguá até a capitania do Espírito Santo” com o intuito de “apanharem gentios para se utilizarem deles”, repartindo-os entre todos. Com os gentios eles fabricavam “redes de algodão e panos” com os quais se vestiam. Eles também “vendiam os ditos panos e redes, trigo e marmelos” em “Santos, porque iam e vinham à dita vila fazendas de Lisboa”. De Paranaguá, seguiam para “Ubatuba, Parati, Ilha Grande”, que eram “naquele tempo aldeias de gentio”. Esses paulistas caçavam animais de diferentes gêneros e se alimentavam de mel, “cocos, palmitos”, carás e peixe. Segundo o relato, esses homens conquistaram regiões que se tornaram vilas, como “Itu, Parnaíba, Jacareí, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Piedade. Passando ao sertão, deram com uma aldeia” em “Rio das Mortes, a que chamam Cataguases”, onde teriam apresado muitos indígenas e encontrado ouro, que foi mostrado por um “capitão dos gentios”.¹⁰⁵ A respeito da questão de Cataguases, adiante esse assunto será pormenorizado.

O texto acima mostra como os paulistas se identificavam como um grupo coeso que partilhava de atividades comuns, alimentavam-se e vestiam-se de maneiras semelhantes, possuíam um convívio social conectado entre si e que também possuía relações com outros grupos sociais, como os próprios indígenas, com os quais trocavam experiências e conhecimento. Na sequência do relato, o anônimo descreve os primeiros anos daquela figuração social, demonstrando como a região mineradora era extremamente precária:

e só posso dizer que nesta Vila Rica, que não tinha mais moradores que o coronel Francisco do Amaral e seu sobrinho Bento do Amaral, a igreja eram quatro forquilhas, forrada de esteiras de taquara e coberta de palha; em Antônio Dias só havia um corte de carne de um homem chamado Henrique Lopes; a cidade que chamam Mariana tinha outra capela do mesmo feitio; mais abaixo morava, em São Caetano, um coronel que só a sua capela era coberta de paus de palmitos em lugar de telha; seguia-se logo outro paulista, Francisco de Oliveira; logo um mercador da vila de Santos chamado o Castro, logo um pardo muito rico que tirava ouro em tachos, Manuel de Lima; logo abaixo outro paulista não menos rico, Alberto Dias; logo abaixo um filho de Lisboa, José Rabelo Perdigão, também rico; logo abaixo um paulista, Bento Pires; logo abaixo o Furquim.¹⁰⁶

A figuração social era composta por indivíduos de diferentes camadas sociais, incluindo nela até mesmo um afrodescendente rico chamado Manuel de Lima, minerador naquele tempo. Dessa forma, paulistas, portugueses, indígenas, africanos e afrodescendentes livres e libertos conviviam, trocavam experiências e se tornavam cada vez mais interdependentes, o que será importante na questão da formação das milícias negras mineiras, que conviviam com inúmeros

¹⁰⁵ CÓDICE COSTA MATOSO, *op. cit.*, p. 218.

¹⁰⁶ *Idem.*, p. 218.

grupos sociais, mas que acabavam por se identificar também como grupo coeso dentro de uma organização militar.

Na sequência do relato, há mais menção a indivíduos pretos e pardos, que dessa vez já aparecem na fonte como ligados à função militar e em pleno conflito entre paulistas e emboabas. Há de se refletir sobre o fato de esses pretos e pardos serem homens de armas em um momento em que ainda não havia nenhuma possibilidade de institucionalização de qualquer corpo militar destinado a esses afrodescendentes:

Começaram os paulistas a descobrir ouro e a fazer fazendas por esses campos para meterem neste Ouro Preto mantimentos. Aumentaram-se as fazendas, veio vindo muita gente, até que se levantaram os homens de Lisboa contra os paulistas, que os derrotaram, de sorte que ficaram senhores, e tão soberbos ficaram que correram com o governador do Rio de Janeiro, a que veio a estas Minas apaziguar, e no Campo lhe foram ao encontro, que escapou por milagre, deixando a sua comitiva muitos dias atrás para poder escapar, porque o alarido com que lhe tomaram os passos foi tão excessivo de caixas, clarins e muitos mil negros armados de espadas, katanas e armas de fogo que, ainda que tivesse esforço para resistir ao ímpeto dos negros, não escapava dos infinitos brancos que eram ou estavam como leões.¹⁰⁷

O governador mencionado que foi expulso por esses grupos de pressão dos níveis subalternos da sociedade era Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre. Indivíduo pertencente ao nível social mais elevado, foi até Minas Gerais para apaziguar o conflito, mas acabou percebendo que todo o seu cabedal político e social não valia tanto naquela figuração. Foi o português que viveu anos na Bahia e que possuía ligações com Pernambuco, o mestre de campo Manuel Nunes Viana, que, por voto popular, acabou se tornando governador daquelas terras. Comparando-se as figuras de ambos pode-se refletir sobre questões acerca da dinâmica social de Minas Gerais no período de início da exploração do ouro. Segundo relato de Bento Fernandes Furtado sobre o episódio:

Em o mês de maio de 1709, subiu a estas Minas o senhor dom Fernando Martins Mascarenhas, governador que era do Rio de Janeiro a tempo que os paulistas se tinham retirado para São Paulo, e chegando ao Rio das Mortes tirou os postos que estavam dados pelo governador Manuel Nunes Viana e os deu a alguns paulistas que tinham ficado e a filhos do Rio de Janeiro. E vindo esta notícia ao governador Manuel Nunes, mandou este o capitão Brás Fernandes Rola com carta ao senhor dom Fernando dizendo não era conveniente Sua Senhoria tirar os postos aos reinóis e dá-los a paulistas e cariocas. E o senhor dom Fernando mandou encostar a gineta ao capitão Brás Fernandes Rola por não ter poder quem lha dera, e não cedeu da sua opinião. E daí a poucos dias veio o dito senhor dom Fernando do Rio das Mortes para estas Minas Gerais, e tendo a notícia da sua vinda o foram esperar os povos ao Campo onde chamam o Rodeio: grande número de gente e os cabos sem insígnias, e só Manuel Nunes Viana foi com o seu bastão alvorado como capitão-mor da vila do Penedo, e,

¹⁰⁷ *Idem.*, p. 219.

lhe foi logo falar ao senhor dom Fernando a sua barraca e lhe dissera que aquele povo estava de ânimo a o não deixar entrar para estas Minas a ele não exceder de sua opinião em tirar os postos que estavam dados e dá-los a outrem. E como não excedeu da opinião, pediu três dias para se retirar ao seu governo do Rio de Janeiro, e em dois se retirou.¹⁰⁸

Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, dessa maneira, teve que imediatamente voltar ao Rio de Janeiro, pois tinha até mesmo a sua vida em risco. Segundo Mônica da Silva Ribeiro, o governador estava no ápice de sua carreira ao se tornar administrador daquela que se tornaria “a mais importante capitania da América portuguesa durante o século XVIII: a capitania do Rio de Janeiro”, em um período que era de “grandes mudanças na região Centro-sul, desencadeadas, sobretudo, pelas descobertas auríferas”.¹⁰⁹ É importante mencionar que a questão da “importância” tem suas ressalvas, pois a dinâmica dos processos históricos demonstra que determinadas figurações conectadas a determinados centros de poder dotados de forças centrípetas e centrífugas convivem em interdependência recíproca e em equilíbrio instável de poder. O Rio de Janeiro se tornou importante, sem dúvida, e conquistou o status de capital do vice-reino na segunda metade do século; contudo, isso se deveu mais a suas conexões e à sua posição estratégica até mesmo espacial que às suas características vistas de uma perspectiva isolada. Em que pese isso, a historiadora afirma também que o governador vinha de uma Casa importante ligada à alta nobreza de Portugal e por isso teria adquirido durante toda a sua vida muito prestígio, muitas mercês e honrarias diversas, o que permitiu que ele tivesse governado regiões importantes do Império português, como o Estado da Índia (1691-1693), Pernambuco (1699-1703) e, como já dito, o Rio de Janeiro (1705-1709). Ribeiro também concorda com Adriana Romeiro e Júnia Furtado com relação à atuação de Lencastre no governo e na resolução dos conflitos em Minas Gerais: o governador teria inflado os ânimos de autoridades locais tanto no Rio quanto em Minas, por conta de agir sem muita cautela, o que seu sucessor, Antônio de Albuquerque, teria feito posteriormente, retomando, assim, o controle da coroa.¹¹⁰ Nesse sentido, para cumprir com sua missão, Lencastre deveria agir com mais prudência e sem muito alarde, negociando, dessa maneira, com as forças locais.

¹⁰⁸ CÓDICE COSTA MATOSO, *op. cit.*, p. 199.

¹⁰⁹ RIBEIRO, Mônica da Silva. Trajetória administrativa e hierarquias sociais: o exemplo do governador Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre. In: GUEDES, Roberto (Ed.). *Últimas vontades: Testamento, sociedade e cultura na América Ibérica [séculos XVII e XVIII]*. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2015. pp. 377-399.

¹¹⁰ *Idem.*, pp. 380-390.

Ao contrário de Lencastre, Manuel Nunes Viana não veio da camada nobre do Reino. Natural de Viana do Castelo, era de origem humilde e chegou na América portuguesa por volta da década de 1680.¹¹¹ Ficou conhecido em uma briga de rua na cidade de Salvador, quando teve sua espada partida ao meio e conseguiu se defender dos ataques dos agressores com o seu próprio chapéu, matando um deles na sequência. Esse relato encontra-se no *Código Costa Matoso*, sendo a única menção biográfica de todo o documento.¹¹² De acordo com a passagem, após o ocorrido o governador da Capitania da Bahia teria pedido a Viana para que fosse encontrá-lo. O governador “deu-lhe o que representava um perdão condicional, banindo-o para o interior, fornecendo-lhe, entretanto, cartas de recomendação para alguns dos barões do gado do Rio São Francisco”.¹¹³

Manuel Nunes Viana, então, fez fama e fortuna em suas terras que iam desde o sertão da Bahia (Morro do Chapéu), até a região do Rio da Velhas, em Minas Gerais. Célia Nonata da Silva afirma que a extensão do domínio territorial de Viana “poderíamos comparar ao tamanho do estado da Bahia”, possessões que teriam sido feitas também à base de invasões e roubos de territórios.¹¹⁴

O poder pessoal de Viana só aumentava às vésperas do episódio que a historiografia chama de “Guerra dos Emboabas”. O futuro governador eleito de Minas era procurado por inúmeros indivíduos até mesmo para apaziguar conflitos pessoais, como no caso de um indivíduo que teria pedido sua ajuda numa querela com um paulista por conta da posse de arma de fogo. O paulista era protegido de um poderoso homem, também paulista, chamado Jerônimo Pedroso. Com os ânimos exaltados de todas as partes desse conflito, Viana acabou por desafiar Pedroso para um duelo, o que, segundo Boxer, não era algo comum nos domínios portugueses. Pedroso primeiramente aceitou o desafio, mas depois evitou o encontro com Viana.¹¹⁵

A atitude de Viana demonstra o que a historiografia aponta a respeito da personalidade desse indivíduo, que teria participação importante nos primeiros anos de ocupação de Minas Gerais e que, à medida que ganhava poder, “gabava-se mais de suas valentias” espalhando “a todos que as balas não entravam no seu corpo e que seus escravos eram mandingueiros”. Afirmava que tinha o “corpo fechado” e também “adivinhou tudo”

¹¹¹ RUSSELL-WOOD, A. J. R. Manuel Nunes Viana: Paragon or Parasite of Empire? *The Americas* [online]. 1981, vol. 37, no. 4, pp. 479–498

¹¹² CÓDICE COSTA MATOSO, *op. cit.*, p. 294-295.

¹¹³ BOXER, *op. cit.*, p. 87.

¹¹⁴ SILVA, Célia Nonata da. Autoridade Mestiça: Territórios de Mando no sertão do São Francisco. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 2009, p. 11.

¹¹⁵ BOXER, *op. cit.*, p. 87.

que se passava “nas casas dos moradores, causando impressão nos povos”.¹¹⁶ Segundo Anita Novinsky, Viana tinha “origens judaicas” e era “amigo íntimo de Miguel de Mendonça Valladolid” que era um “homem de negócios que percorria as rotas do comércio São Paulo, Rio de Janeiro, Minas, Bahia, Colônia do Sacramento, e que lhe ensinou as orações judaicas”.¹¹⁷ Segundo Novinsky:

Manuel Nunes Viana, mal era alfabetizado mas tinha algumas ambições culturais. Depois de vitorioso financiou, em 1728, a publicação de um livro de Nuno Marques Pereira *Compêndio do Peregrino da América*, obra que teve enorme sucesso. Consta que tinha uma biblioteca e também chegou a financiar a impressão de 3º volume das *Décadas*, de Diogo do Couto. Manuel Nunes Viana vivia como muitos cristãos-novos, dividido entre dois mundos. Num deles pronunciava as preces judaicas, no outro levava suas duas filhas para serem freiras em um convento de Lisboa.¹¹⁸

Cristão-novo, afeito a valentias, aventureiro e explorador, Viana tinha um certo carisma que o ajudou a conquistar a posição social necessária para se tornar o governador eleito de Minas Gerais ao final do conflito conhecido como Guerra dos Emboabas. Sua posição central na teia do poder naquela figuração social em formação demonstra que há um intenso debate a ser feito pela historiografia a respeito dos homens da elite nas possessões coloniais portuguesas. Comparando-se Dom Fernando Martins Mascarenhas, que chegou a Minas Gerais a mando da coroa para governar e foi expulso pelos moradores, com Viana, que aos poucos conquistou a posição necessária de liderança naquela figuração, pode-se questionar conceitos como o de “potentado”, “bandos”, “nobreza da terra”, entre outros termos consagrados por uma historiografia que busca categorizar os tipos ideais existentes na colônia, na maioria das vezes com base em aspectos econômicos.¹¹⁹ O que se percebe é que a comparação entre os dois

¹¹⁶ SILVA, op. cit., p. 12.

¹¹⁷ NOVINSKY, Anita. Ser marrano em Minas Colonial. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 161-175, 2001. p. 164.

¹¹⁸ Idem, p. 164.

¹¹⁹ Termos nascidos de trabalhos como os de Fragoso, como em FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de Grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998; e FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa*. *Revista Tempo*, v.8, n.15, 2003, p.11-35 ; e também em trabalhos de Fragoso com Manolo Florentino, como em e FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840*. Sette Letras, 1996. O termo “potentados locais” parece até mesmo naturalizado nos artigos da pesquisadora que foi orientada por Manolo Florentino, Ana Paula Pereira Costa, em trabalhos como: COSTA, Ana Paula Pereira. *Armar Escravos em Minas Colonial: potentados locais e suas práticas de reprodução social na primeira metade do século XVIII. Vila Rica, 1711-1750*. 2010. Tese (Doutorado em História)–Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro; COSTA, Ana Paula Pereira. *Negociações e reciprocidades: interações entre potentados locais e seus escravos armados nas Minas Gerais na primeira metade do século XVIII*. *Almanack Braziliense*, 2008, 8: 57-70; COSTA, Ana Paula Pereira.

indivíduos resume as disputas existentes entre a nobreza de toga e a nobreza de nascimento durante o século XVIII no Mundo Atlântico, isso porque, como foi visto, Viana não possuía títulos provenientes de sua ancestralidade assim como Mascarenhas, mas teve de subir na escala social por meio de suas habilidades que envolviam características pessoais que magnetizavam indivíduos em torno de si. Sendo assim, Viana representa uma certa nobreza togada por ter servido a coroa e recebido títulos por esses serviços, ao contrário de Mascarenhas, que possuía seu prestígio exclusivamente por conta do poder de sua ancestralidade, representando, assim, uma nobreza de nascimento, mesmo que já um pouco decaída na escala de prestígio social.

Viana não era do potentado, nem de algum bando e também não pertencia à nobreza da terra. Ele foi um indivíduo que veio do reino ainda jovem e pobre e conseguiu fama e fortuna por conta de uma infinidade de acontecimentos e processos sociais que o elevaram à condição de homem poderoso no seio de Minas Gerais em seus primórdios. Ele escalou posições sociais nas figurações pelas quais passou e se tornou indivíduo de extrema importância e centralidade na teia de poder a que pertencia. Sua escalada não foi apenas econômica, mas social, tendo sido a sua capacidade de organizar ao redor de si outros indivíduos uma habilidade tão importante quanto a de acumular capital. Entre os indivíduos que orbitavam a figura de Viana estavam africanos e afrodescendentes livres e libertos, como aqueles “mil negros armados de espadas, katanas e armas de fogo” que ajudaram a expulsar Dom Fernando Martins Mascarenhas da capitania. Essas milícias negras, ainda que não institucionalizadas e ainda dispersas, associavam-se com indivíduos de alto prestígio social e participavam das decisões que balançavam as estruturas de poder na região. É importante também refletir sobre Manuel Nunes Viana ser um Mestre de Campo e possuir essas milícias negras. Esse tipo de discussão será retomada no capítulo 4 desta tese. Para adiantar, o papel dos Mestres de Campo na primeira metade do século XVIII em Minas Gerais, com suas tropas compostas por seus cativos, ou seja, suas milícias negras, é uma das chaves para se compreender melhor algumas questões a respeito das organizações militares nas colônias nesse período.

Como já foi dito, após a chegada de Antônio de Albuquerque à capitania, houve negociação entre Viana e o sucessor de Mascarenhas. Viana teria se recolhido ao sertão, na região do São Francisco, onde era protegido de Isabel Maria Guedes de Brito, filha do mestre de campo Antônio Guedes de Brito. Lá Viana cobrava dos viajantes os impostos para que pudessem passar por aquelas terras e também continuava com seus mais variados negócios,

Potentados locais e seu braço armado: as vantagens e dificuldades advindas do armamento de escravos na conquista das Minas. *Topoi (Rio de Janeiro)*, 2013, 14.26: 18-32.

exercendo função de mestre de campo e sendo reconhecido por inúmeras autoridades como homem poderoso naquelas terras.¹²⁰ Ele também se correspondia com o vice-rei Marquês de Angeja, com quem tinha amizade e que afirmava que Viana era leal à coroa, o que Pedro Miguel de Almeida Portugal e Vasconcelos, o conde de Assumar, duvidava. Ao chegar em 1717 para governar São Paulo e Minas do Ouro, capitania criada após o conflito dos emboabas, em 1709, o Conde de Assumar enxergou Viana como um algoz e começou a enviar à coroa missivas denunciando aquele indivíduo que seria, para ele, uma ameaça aos domínios portugueses na América.¹²¹

Viana também aparece no *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720* como personagem importante naquele levante de Vila Rica que culminou na execução de Filipe dos Santos a mando de Assumar¹²². Muitos historiadores, inclusive Gilberto Freyre, atribuíram ao longo do tempo a autoria do *Discurso* a Assumar. Contudo, mais importante que a autoria do documento é o seu conteúdo, que demonstra como Viana realmente possuía imenso poder pessoal e incomodava muitos outros indivíduos que também disputavam posições naquela figuração social, como o próprio Assumar. Vários dos trechos presentes no *Discurso* apresentam a imagem de Manuel Nunes Viana como uma espécie de inimigo da coroa, corroborando a visão de Assumar:

Este é aquele Manoel Nunes Viana que no sertão dos currais da Bahia se estabeleceu, e engrossou com a desgraça alheia e o dano dos terceiros, e a quem, como a Cipião as ruínas de África, começaram a dar nome os estragos dos Paulistas, e depois com detrimento das leis, escândalo da religião, horror da natureza, inumeráveis atentados, repetidos insultos, infinitas maldades, foram, e vão continuando em o fazer conhecido nas praças do Reino e suas conquistas, apesar de mercadores, órfãos, viúvas que experimentam, padecem, choram a falta dos maridos, o amparo dos pais, a perda do cabedal, nos incêndios, nos assaltos, nas mortes, de que ofendidas as estradas do rio de São Francisco, e magoadas até as pedras das Minas, estão atualmente pedindo vinganças, e desde cá passando rios, atravessando desertos, abreviando distâncias, consta que chegam suas vozes muito vivas aos tribunais: mas como lá ou as afogam, ou lhes não dão ouvidos, vendo que nem aí deixam de clamar em deserto, apelam para Deus, e cobram em lágrimas, sem remédio, a satisfação que a justiça lhes deve em sangue.¹²³

Não era à toa a desconfiança que as autoridades tinham com relação à participação de Viana na sedição de 1720, afinal, ele tinha intensas relações interpessoais com os líderes

¹²⁰ CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Livraria José Olympio: Rio de Janeiro, 1959. p. 967.

¹²¹ BOXER, op. cit., p. 372.

¹²² *DISCURSO histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*. (Estudo crítico, estabelecimento do texto e notas: Laura de Mello e Souza) Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

¹²³ *DISCURSO histórico*, op. cit., p. 90.

daquele movimento, como Pascoal Guimarães, pois estiveram lutando lado a lado no já mencionado conflito batizado pela historiografia como Guerra dos Emboabas.¹²⁴

Um ponto interessante acerca do levante de Vila Rica de 1720, que ocorreu por conta da intensificação da fiscalização relativa à exploração do ouro e também à cobrança do quinto via Casas de Fundição, é que os líderes do movimento, como Pascoal Guimarães, tinham como principal força militar do levante os “negros”, como são citados no *Discurso* os africanos e afrodescendentes cativos, livres ou libertos, sem distinção e de forma generalizada. O início do levante teria se dado com sete indivíduos encapuzados que estariam com 40 negros, como afirma o anônimo autor do *Discurso*:

Começa-se ordinariamente a formar o motim por seis ou sete mascarados, a que acompanham trinta ou quarenta negros armados, dos quais a uns fazem ocupar as bocas das ruas, a outros mandam ir batendo, e onde logo não se abre, arrombar as portas dos moradores, que como pela maior parte sejam térreas, limitadas e de pouca resistência, qualquer empuxão as tira de seus eixos. Correndo assim as ruas, e gritando - Viva o povo, senão morra - os moradores, por não experimentarem naquele repente alguma violência na fazenda ou na vida, vão dando passos em seu dano, como rebanhos de ovelhas após os mesmos lobos que as devoram.¹²⁵

Não eram só os líderes do levante que faziam uso de negros como principal força militar, mas também o próprio Conde de Assumar pediu para que alguns indivíduos os utilizassem na defesa da capitania, resistindo aos revoltosos:

Avisou a todos os ouvidores do sucedido, para que dispusessem as suas comarcas de sorte que lá não sucedesse o mesmo; também escreveu a várias pessoas principais que acudissem à Vila do Carmo com os seus negros armados; e não se mandou logo atacar Vila Rica, porque dos sessenta dragões estavam o melhor de vinte impedidos, e se achava o Conde só com quarenta.¹²⁶

O aliado de Viana, Pascoal da Silva, havia sido preso, assim como outros líderes da revolta. Porém, João da Silva, filho de Pascoal da Silva, decidiu vingar a prisão do pai e juntou uma tropa para atacar a Vila do Carmo, local que Assumar queria defender também com negros armados:

¹²⁴ CALMON, *op. cit.*, p. 969.

¹²⁵ *Discurso histórico*, *op. cit.*, p. 84.

¹²⁶ *Idem* p. 96.

E subindo por esta causa a atalhar tanto despejo o Conde a Vila Rica, lá se lhe seguiu que estavam ainda com armas nos matos os levantados, que nas vizinhanças da Vila se achava o filho de Pascoal da Silva com duzentos negros armados e municionados.¹²⁷

Mais importante que retomar toda a narrativa da sedição de 1720, que contou com cativos armados tanto nos ataques dos revoltosos quanto na resistência das autoridades, é refletir sobre a presença desse tipo de força militar naquela figuração social. Os “negros armados”, como são citados no documento, davam aos indivíduos a força necessária para tanto manter quanto para desequilibrar o poder naquela figuração social. Negros armados foram utilizados na chamada Guerra dos Emboabas por vários indivíduos poderosos, inclusive Manuel Nunes Viana, no episódio já mencionado que ocasionou na expulsão do governador Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre de Minas Gerais. Seu aliado naquele tempo era Pascoal da Silva, que mais de dez anos depois também faria uso desse tipo de força militar para se revoltar contra a criação das Casas de Fundição. O próprio Conde de Assumar também utilizaria tal recurso na defesa de seus interesses e para acabar com aquele conflito. Pode-se chegar à conclusão de que a teia do poder se entrelaçava em indivíduos que tinham a possibilidade de utilizar africanos e afrodescendentes livres ou libertos como sua principal força militar.

Manuel Nunes Viana possuía esse tipo de recurso, pois utilizou dele nos conflitos de 1708 e 1709 e também pode contar com negros armados durante toda a fase em que exerceu a função de mestre de campo no São Francisco. Esse poderio militar formado por africanos e afrodescendentes livres e libertos também contribuía para a sua posição de homem forte naquela figuração social. Em 22 de março de 1719, antes ainda da sedição de Vila Rica, o vice-rei do Brasil, Sancho de Faro e Sousa (1659-1719), conhecido como Conde do Vimieiro, enviou uma carta para Assumar, que tinha como um dos assuntos a figura de Viana:

este homem ainda que é revoltoso, e com poder [e] respeito que sabemos, espero metê-lo em razão; e poderá ser que vença a indústria, o que talvez poderia não conseguir à violência, porque nem a Bahia tem forças para fazer destacamentos capazes de poderem ir buscar a contenda de um régulo com muitos negros, com muitos mulatos, com muitos achegados em sertões incógnitos e desconhecidos, nem este é o meio de o moderar senão de o exasperar mais; e finalmente se ele me vier falar, como espero, corre por minha conta procurar o sossego das Minas da maneira que me é possível.¹²⁸

¹²⁷ *Idem.* p. 142.

¹²⁸ DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Biblioteca Nacional. Volume 71. Carta que se escreveu ao Conde de Assumar, Governador das Minas. Bahia, 22 de março de 1719. p. 54. O autor foi o Conde do Viemeiro, vice-rei do Brasil.

O argumento principal do vice-rei na missiva é o de que seria melhor resolver a situação de Viana sem violência, porque nem mesmo as forças da Bahia seriam capazes de conter um poderoso indivíduo que teria em suas mãos um grande exército formado por africanos e afrodescendentes cativos, livres e libertos e que estariam espalhados pelos sertões incógnitos e desconhecidos. Portanto, nem a coroa, nem indivíduos como Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, governador que acabou expulso das Minas pelos homens de Viana em 1709, muito menos o Conde de Assumar ou o vice-rei Conde do Viemeiro poderiam bater de frente com o poder social de um homem como aquele, que não por acaso havia sido aclamado governador de Minas Gerais naquele início da figuração social.

Como já foi dito, não se deve pensar em Viana como um “potentado”, ou representante de algum tipo de “nobreza da terra”, “homem bom” ou líder de um “bando”. Seu poder não tinha também relação direta com sua riqueza, pois mais que poder econômico Viana possuía carisma e características que deram a ele uma posição de liderança social. Foi naquela sociedade mineira do início do Setecentos que Viana continuou conquistando prestígio em todas as camadas sociais existentes naquela figuração social. Ele possuía o respeito da coroa, das autoridades locais, de paulistas, europeus ricos, pobres e também dos grupos subalternos, como aqueles formados pelos “negros e mulatos”, ou seja, pelos africanos e afrodescendentes livres e libertos. Dessa forma, é imprescindível que se reflita acerca da importância desses indivíduos na construção da imagem de Viana. Porque se o mestre de campo dependia desse tipo de poderio militar para conquistar todo o seu prestígio, a camada de africanos e afrodescendentes livres e libertos também se conectava nesse sistema de interdependência e, por isso, tinha em Viana o centro de gravidade do poder naquela figuração social que se formava no nascimento de Minas.

1.2 CRIAÇÃO E CONTROLE DA CAPITANIA

No ano de 1720, houve a separação do território mineiro da chamada capitania de São Paulo e Minas de Ouro, ou seja, é a partir de então que se pode chamar Minas Gerais de capitania. Desde o descobrimento daquela região, ela estava submetida à autoridade dos governadores do Rio de Janeiro. É por esse motivo que homens como o já mencionado Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre vinham até Minas Gerais tentar apaziguar os conflitos lá existentes. Até 1709, portanto, aquele território conhecido na época como Sertão de Cataguases fazia parte, portanto, do Rio de Janeiro. Entre 1697 e 1701, o governador responsável por Minas Gerais era Artur de Sá e Menezes, que foi a primeira autoridade régia a

visitar a região, fazendo uma longa viagem que durou trinta dias.¹²⁹ A dificuldade para se chegar até a região era, portanto, imensa, e somente com a criação de caminhos específicos era possível tornar o acesso até lá mais viável. Até meados do século XVIII, vários caminhos foram criados com o aumento das atividades produtivas da capitania e a intensa circulação de indivíduos pelas regiões. Até 1745, com a criação do Bispado de Mariana, por exemplo, essa região era pouco usada efetivamente, e se tratava de território espanhol.

No início do povoamento, o acesso para a região mineradora era composto por trilhas que os bandeirantes faziam entre um acampamento e outro, ou arraiais e roças, dos quais serão debatidos a seguir. Essas trilhas formaram os chamados caminhos. Com o tempo esses caminhos (ou picadas) se tornaram cada vez mais trilhados por viajantes e tropeiros. Eles foram se interligando e formando redes que conectavam os lugares mais importantes da região a outras capitanias. Além do caminho que Artur de Sá havia percorrido por um mês até chegar ao que seria Vila Rica, Manuel da Borba Gato, que havia descoberto jazidas de ouro no lugar que seria posteriormente conhecido como a região do Rio das Velhas, fundou o Caminho da Bahia. Ele era formado por trilhas que percorriam o vale do São Francisco. O governador, então, deu a Borba Gato a função de superintendente das minas naquela região e, por isso, ficou encarregado de impedir qualquer tipo de contrabando que acontecesse naquele caminho dominado por ele.¹³⁰ Novos caminhos para várias outras regiões de Minas e na direção de outras capitanias foram abertos a mando da coroa, como o Caminho Novo, que ligava trilhas mais acessíveis de Ouro Preto ao Rio de Janeiro.¹³¹ Rapidamente, o local mais importante para as autoridades se tornou a região que posteriormente ficaria chamada de Vila Rica, isso porque era um espaço estratégico que conectava os principais caminhos do Cataguases até o Rio de Janeiro e também às principais áreas de mineração. Mesmo o terreno sendo muito acidentado, tornou-se o centro de poder do que seria Minas Gerais. O local acabou se transformando na residência do governador e dos ouvidores das comarcas da capitania (após sua criação, em 1720), posição que disputava com a Vila do Carmo até aquele momento.¹³² Muitos outros caminhos se desenvolveram ao longo do século XVIII à medida que a capitania se estruturava em meio a atividades diversas ligadas ao comércio, à agricultura, à pecuária, à exploração do ouro e ao tráfico de escravos, como se verá adiante. Caberia à coroa, portanto, impor seu sistema administrativo naquela

¹²⁹ FONSECA, C.D. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas* [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 134.

¹³⁰ *Idem*, p. 135.

¹³¹ *Idem*, p. 487.

¹³² *Idem*, p. 148.

região o quanto antes, dominando-a e impedindo que qualquer indivíduo colocasse seus interesses pessoais acima dos interesses do rei.

No sistema administrativo da coroa, havia também as circunscrições eclesiásticas, que tinham por objetivo demarcar os territórios de dominação espiritual, segundo o sistema do padroado, acordo existente entre a monarquia e a Igreja que remontava a expansão marítima portuguesa e dava ao rei o poder espiritual em suas colônias conquistadas. O padroado era um sistema de dominação comum às monarquias ibéricas, que detinham, grosso modo, tanto o poder temporal quanto o espiritual de seus súditos em seus domínios.

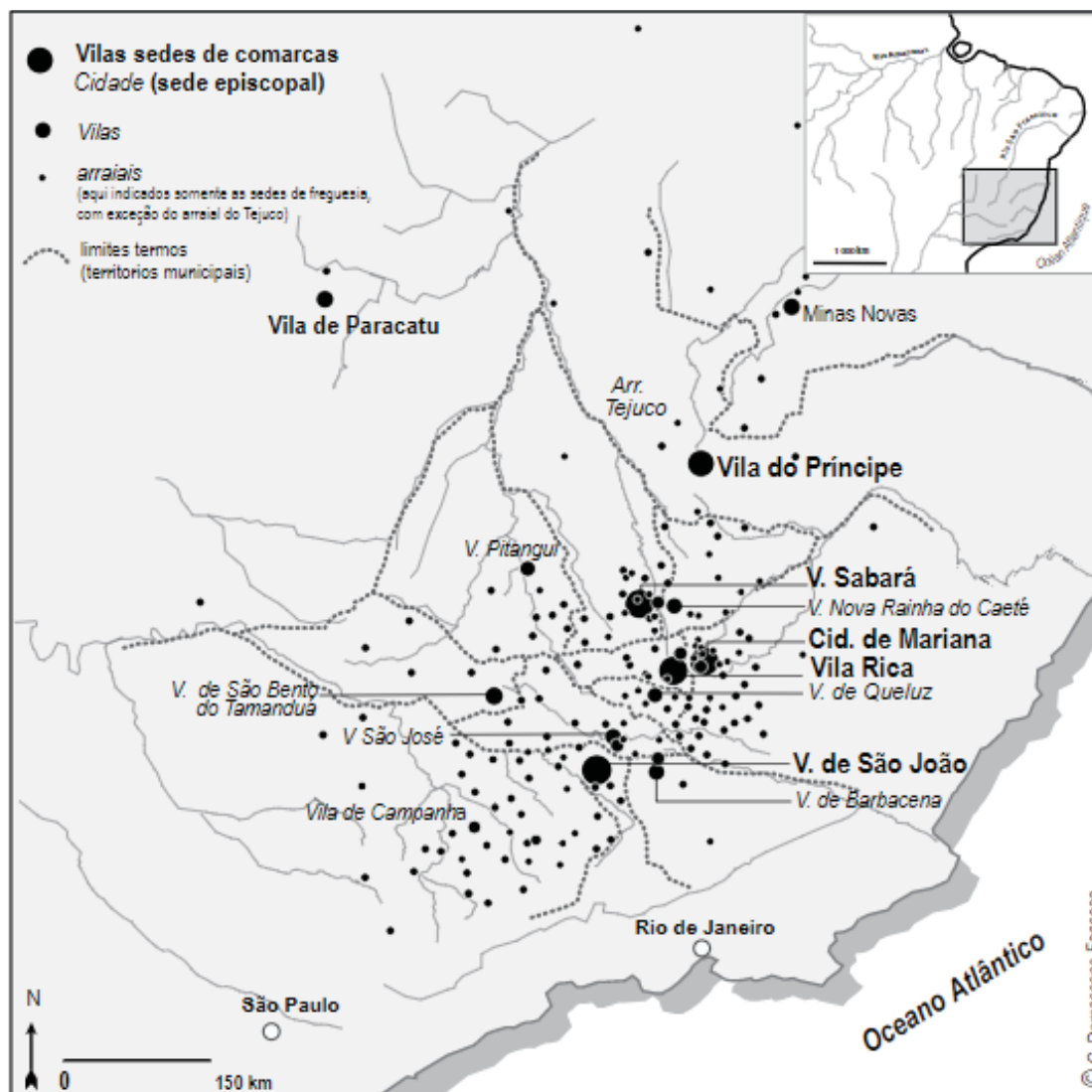
Dessa maneira, assim que o território mineiro começou a ser ocupado, a coroa buscou a dominação espiritual daquela região. As circunscrições eclesiásticas principais eram as arquidioceses e dioceses (ou arcebispados e bispados), que tinham à sua frente arcebispos ou bispos. Já as paróquias ou freguesias eram lideradas por párocos ou padres. Nas primeiras décadas de Minas Gerais, a jurisdição eclesiástica territorial ficava dividida entre três bispos: o do Rio de Janeiro dominava as partes centrais e meridionais da região; a região do São Francisco, ao nordeste, próximo ao Rio das Velhas, era responsabilidade da arquidiocese da Bahia; já a margem mais à esquerda do São Francisco, não tão povoada, ficava sob a jurisdição do bispado de Pernambuco, que tinha sede em Olinda.¹³³ Somente em 1745 que o papa deu ao rei Dom João V a permissão para a criação não só do Bispado de Mariana (antiga Vila do Carmo, que então seria promovida a cidade), mas também para a criação de outros três centros de poder da administração eclesiástica, que tinham em comum estarem situados no interior do continente: o bispado de São Paulo e as prelazias de Cuiabá e de Mato Grosso, sendo os dois últimos territórios de mineração que também haviam sido dominados pelos paulistas.¹³⁴

A **FIGURA 1** dá uma noção da distribuição espacial que houve em Minas Gerais no decorrer do século XVIII e durante o XIX:

¹³³ FONSECA, C.D. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas* [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 118-119.

¹³⁴ *Idem.*, p. 119.

FIGURA 1 – O MAPA DAS VILAS E SEDES DE COMARCAS DE MINAS GERAIS (SÉCULO XVIII)



FONTE: FONSECA, Claudia Damasceno. Urbs e civitas: a formação dos espaços e territórios urbanos nas minas setecentistas. *An. mus. paul.*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 77-108, June 2012, p. 84.

Como se pode perceber, a coroa buscou ocupar a capitania com suas instâncias de poder civis e eclesiásticas, formando Concelhos, Vilas, Comarcas, Julgados, Freguesias e Paróquias por todo o território no decorrer do século XVIII. Queria, dessa maneira, garantir o controle administrativo e espiritual na região, uma vez que ela nasceu em meio a conflitos e aos poucos se tornou a localidade mais importante para a coroa em seus domínios na América. A primeira tentativa de controle da nova região se deu, como foi visto, com a submissão dela ao Rio de Janeiro, o que ocorreu até 1709, com o fim do conflito dos Emboabas, que já foi tratado aqui. A partir de então, a coroa estaria mais próxima da região e exerceria o seu controle para evitar

novos confrontos como aquele. Posteriormente, em 1720, criou-se a capitania de São Paulo e Minas de Ouro, sendo a região controlada a partir daquele momento pelos paulistas. Contudo, após a revolta de Filipe dos Santos naquele ano de 1720, na qual Assumar acabou pedindo a execução daquele indivíduo, a coroa optou por separar Minas Gerais como capitania e, dessa forma, finalmente levar até ela um governo fixo e que desse conta de todos os problemas existentes naquela figuração que parecia ter como principal razão de existência o conflito e as pressões que abalavam o equilíbrio instável de poder.

É importante frisar que desde 1714 havia três comarcas principais em Minas: a de Rio das Velhas, cuja sede era a vila de Sabará, fundada em 1711; a do Rio das Mortes, cuja sede era a vila de São João Del Rei, fundada em 1704; e a de Vila Rica, com sede em Vila Rica, fundada em 1711. Em 1720, uma nova comarca é criada, a do Serro Frio, com sede na Vila do Príncipe, fundada em 1714.

1.3 INDÍGENAS

A capitania de Minas Gerais, como já foi mencionado, nasceu por conta das investidas de paulistas e também de indivíduos provenientes de outras regiões da colônia, como a Bahia e Pernambuco, na região que era conhecida como Cataguases, onde povos indígenas conhecidos como “cataguás” resistiam ao controle português. O local pertencia ao que as autoridades chamavam de “sertão”, ou seja, o “sertão dos cataguases”. Na visão dos colonizadores, para se enfrentar aquele sertão, ou seja, para se ocupar e conquistar Minas, era necessário subjugar as populações indígenas que lá viviam e que não tinham se civilizado. O trabalho escravo indígena também poderia ser também um importante mecanismo que ajudaria no controle daquelas populações, além de auxiliar na produção dos alimentos e na exploração do ouro. Utilizando da concepção de *guerra justa*, a coroa poderia enfrentar os grupos indígenas considerados hostis para então fazer uso da mão de obra deles na condição de cativos. Portanto, havia uma série de justificativas para se escravizar povos indígenas. Esses enfrentamentos, muitas vezes, serão feitos pelas milícias negras, antes mesmo da institucionalização destas, assunto que também será debatido posteriormente.

Renato Pinto Venâncio afirma que desde o início da ocupação de Minas Gerais era comum a utilização de indígenas cativos na região, mas esse tipo de escravização acabou praticamente desaparecendo em duas décadas, sendo substituída pela mão de obra cativa

proveniente da África.¹³⁵ Contudo, a resistência indígena não cessou durante todo o século XVIII, sendo esse um problema constante para as autoridades mineiras lidarem. É por esse motivo que a presença indígena em Minas Gerais tem sua relevância, e por isso não se deve acreditar que o índio tinha papel secundário na história mineira, mas sua atuação tanto nos conflitos presentes na capitania quanto na resistência à presença portuguesa durante um longo período coloca o nativo com papel importante nos processos sociais e históricos que aqui estão expostos.¹³⁶ A “crônica da extinção”, criticada por Monteiro, definitivamente não se fez presente nas Minas Setecentistas.¹³⁷

A questão indígena se tornou mais preocupante para as autoridades mineiras a partir da segunda metade do século XVIII, quando houve a intensificação da conquista do sertão da capitania na busca incessante por metais e pedras preciosas. Segundo Resende e Langfur:

o ápice da violência que colocou soldados e posseiros contra os índios no sertão mineiro aconteceu não no início da corrida do ouro, como poderia se imaginar, mas durante a segunda metade do século XVIII na região oriental da capitania. Durante os séculos XVI e XVII, diversos grupos indígenas haviam se retirado para o interior, fugindo da colonização da costa. No século XVIII, a explosão da mineração provocou uma linha consolidada de construção de vilas e lugarejos coloniais a oeste desses grupos, definidos grosso modo pelo caminho que ia da vila de Matias Barbosa ao sul até Rio Pardo ao norte. O resultado foi a criação de uma zona de refúgio nas florestas a leste da capitania. A conquista sistemática dessa região, conhecida como o sertão do leste (oriental), só foi iniciada após a diminuição da corrida pelas minas. Assim que as descobertas do ouro começaram a rarear, os colonizadores passaram a avançar para dentro das florestas. Alguns procuraram novas fontes de riqueza mineral, enquanto outros tentaram alternativas para a mineração em atividades na agricultura, no pastoreio e no comércio.¹³⁸

Consoante Lamas, essa diáspora das populações indígenas de Minas Gerais se consolidou com a fixação desses povos em uma região a leste da capitania, entre a atual Zona da Mata e a Vale do Rio Doce.¹³⁹

¹³⁵ VENANCIO, Renato Pinto. Os Últimos Carijós: Escravidão Indígena em Minas Gerais: 1711-1725. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 165-181, 1997.

¹³⁶ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 37, n. 75, p. 17-38

¹³⁷ MONTEIRO, John Manuel. O desafio da História Indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da S.; GRUPIONI, Luís D. Benzi (Ed.) *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC; Mari; Unesco, 1995. p.221-228

¹³⁸ RESENDE, Maria Leônia Chaves de; LANGFUR, Hal. Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei. *Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, p. 5-22, 2007, p. 8.

¹³⁹ LAMAS, Fernando. Os indígenas de Minas Gerais: guerra, conquista da terra, colonização e deslocamentos. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, n.44, junho de 2012.

Enquanto havia escravização de parcela da população indígena da capitania, que diminuiu na década de 1720, a resistência de grupos hostis continuou, como foi dito, durante todo o século. Contudo, muitos dos indígenas eram controlados via “administração”, que era uma forma de escapar às leis que dificultavam a escravização desses indivíduos. Segundo Bruna Marina Portela:

Os colonos continuaram fazendo uso de alternativas para escapar das leis de proibição da escravidão indígena, como por exemplo, justificando o uso da mão de obra através da administração, meio através do qual estariam, antes de tudo, trazendo os índios para a civilização e para a verdadeira fé.¹⁴⁰

Durante todo o século XVIII, portanto, os grupos indígenas estiveram presentes nos processos históricos e sociais que se desenvolveram nas Minas e se tornaram problemas constantes para as autoridades. Essas precisavam controlar tal população e impedir que a produção na capitania fosse de alguma maneira afetada, além de evitar que os sertões mineiros continuassem desocupados e/ou longe da presença do governo e da fé cristã. Na visão dos colonizadores, a conquista daquele território seria imprescindível para se expandir os domínios portugueses, nem que para esse intento o extermínio e o cativeiro fossem necessários e justificados pela fé e pela presença do Estado.

1.4 QUILOMBOS E MOCAMBOS

A historiografia já se debruçou muito sobre a história dos mocambos/quilombos no Brasil, principalmente a respeito do mais famoso deles, o Quilombo dos Palmares. Localizado na Serra da Barriga, na então capitania de Pernambuco¹⁴¹, o quilombo perdurou por quase todo o século XVII e estima-se que chegou a possuir por volta de 20 mil habitantes.¹⁴² É importante que antes de se pensar nos quilombos/mocambos formados em Minas Gerais, que se reflita sobre o próprio conceito de quilombo/mocambo e sobre o que a historiografia diz a respeito disso.

Os termos estão presentes na documentação desde o século XVII e as autoridades passaram a utilizar tais vocábulos e inseri-los até mesmo na legislação, que considerava

RESENDE, Maria Leônia Chaves de; LANGFUR, Hal. Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei. *Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, p. 5-22, 2007, p. 15.

¹⁴⁰ PORTELA, Bruna Marina. *Gentio da Terra, gentio da Guiné*: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para escravidão africana (Capitania de São Paulo, 1697-1780). 386 f. Tese (Doutorado em Historia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014, p. 50.

¹⁴¹ VIOTTI, Ana Carolina. Revisitar Palmares: histórias de um mocambo do Brasil colonial. *Trashumante. Revista Americana de Historia Social*, 2017, p. 80.

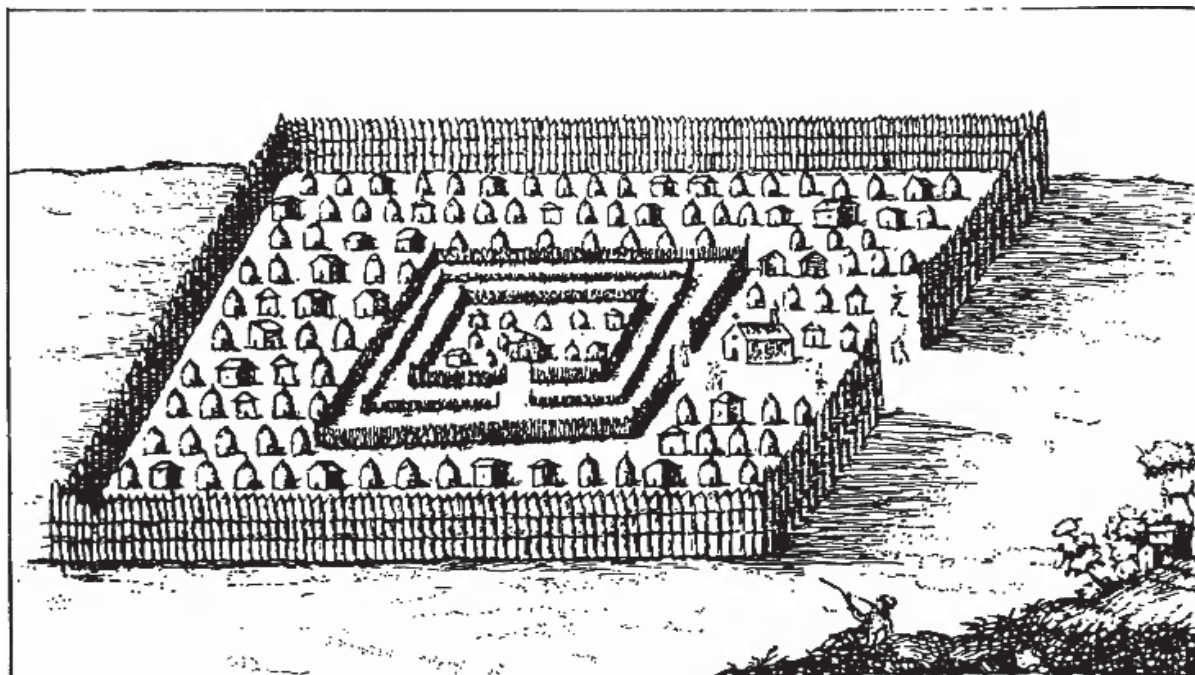
¹⁴² SCHWARTZ, Stuart B. Mocambos, Quilombos e Palmares. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 1987, p. 81.

quilombos e mocambos comunidades de africanos e afrodescendentes que haviam fugido do cativeiro. Sobre o uso desses termos, portanto, a historiografia utiliza como sinônimas as expressões “quilombo” e “mocambo”. A origem do termo remete a organizações centro-africanas, como as dos povos bantos. Enquanto agricultores viviam em “libatas” (aldeias) ou “mbanzas” (capitais), os “jagas”, que eram guerreiros e nômades, viviam em “kilombo”, aldeias fortificadas e temporárias.¹⁴³ Já o termo mocambo provavelmente é de origem do dialeto quimbundo, no qual “mukambu” significa “fortificação”.¹⁴⁴ Segundo Marina de Mello e Souza, o kilombo africano era:

um acampamento provisório, circular, cercado por troncos, com portões controlados cada um por um chefe militar. Dentro dele ficavam as casas próximas umas das outras, com a casa do chefe principal no centro, guardada por sentinelas sempre atentas e prontas para dar o alarme diante de qualquer suspeita de ataque.¹⁴⁵

A **FIGURA 2** mostra a disposição de um “kilombo” angolano:

FIGURA 2 - KILOMBO ANGOLANO, 1680



FONTE: SCHWARTZ, Stuart B. Mocambos, Quilombos e Palmares. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 1987, p. 74.

¹⁴³ SOUZA, Marina M. *Kilombo em Angola: Jagas, Ambundos, Portugueses e as circulações atlânticas*. África e Brasil no mundo moderno. São Paulo: Annablume, 2012, p. 139

¹⁴⁴ VIOTTI, Ana Carolina. Revisitar Palmares: histórias de um mocambo do Brasil colonial. *Trashumante. Revista Americana de Historia Social*, 2017, p. 91.

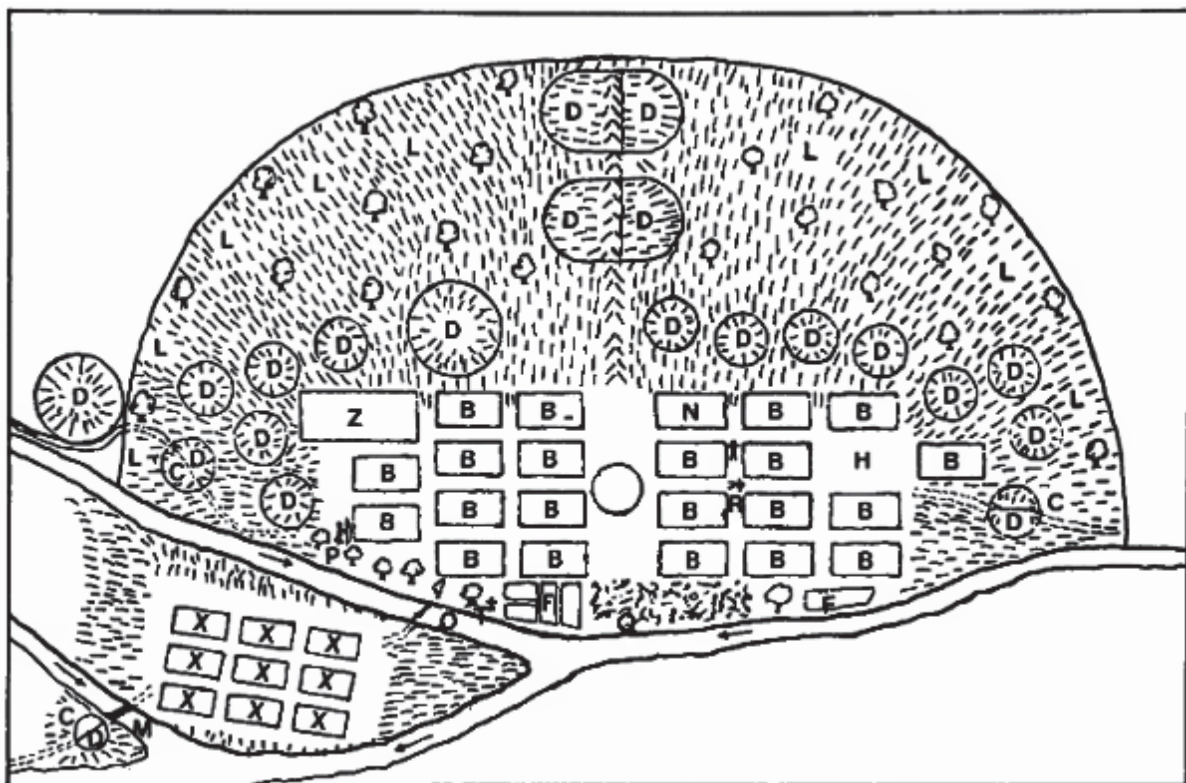
¹⁴⁵ SOUZA, Marina M. *op. cit.*, p. 141.

A historiografia relaciona esse tipo de comunidade africana com os quilombos/mocambos existentes não só na América portuguesa, mas em todo o Mundo Atlântico. Segundo Viotti:

Vale ressaltar que esse tipo de ajuntamento ocorreu em todos os espaços escravistas, sob designações distintas: *palenques* ou *cumbes* na América espanhola, *maroons* na inglesa, *grand marronage* na porção francesa das Américas.¹⁴⁶

Assim sendo, os quilombos/mocambos tinham relações em comum com as organizações de guerreiros existentes no continente africano, de onde se originaram os termos. Há, contudo, diferenças significativas entre as comunidades existentes na África e aquelas que se desenvolveram nas Américas. Esses espaços acabaram sofrendo transformações em cada região em que foram organizados, ou seja, a constituição desses quilombos/mocambos tinha a ver com o tipo de sociedade do qual eles faziam parte. A **FIGURA 3** mostra a planta do quilombo Buraco do Tatu:

FIGURA 3 - PLANTA DO QUILOMBO BURACO DO TATU, 1763



FONTE: SCHWARTZ, Stuart B. Mocambos, Quilombos e Palmares. *Estudos Econômicos* (São Paulo), 1987.

¹⁴⁶ VIOTTI, Ana Carolina. *Op. Cit.*, p. 91.

A planta mostra toda a organização do quilombo que ficava próximo de Salvador. As letras indicam: B- 32 residências retangulares; X- residências separadas; Z- Casa do capitão-mor; N- vigias; H- praça central; Q e F- Hortas; L e D- Estacas e Covas para defesa (armadilhas); N- Vigias. O quilombo é um exemplo de organização bastante militar e que a historiografia coloca como modelo para vários tipos de ajuntamento de negros que existiram na América portuguesa.

Contudo, a historiografia mudou sua visão a respeito dos quilombos/mocambos ao longo dos séculos XX e XIX. Na década de 1960, historiadores *culturalistas* enxergavam nessas organizações uma forma de resistência negra contra a “aculturação” europeia existente nas Américas. Assim, o negro escravizado não se deixaria envolver por aquela cultura que faria com que ele esquecesse suas raízes africanas.¹⁴⁷ O africanista Kent buscou em análises linguísticas demonstrar que a maioria dos habitantes de Palmares falava quimbundo e era proveniente “do perímetro Congo-Angola”, mas sem pertencer a um sub-grupo específico. Kent via os quilombos como uma recriação de sociedades africanas num novo meio. Assim, Palmares seria uma inspiração em modelos africanos de governo e também de modos de vida, pois havia construído um estado centralizado com capacidade de governar não somente indivíduos de vários grupos étnicos provenientes da África, mas também aqueles nascidos no Brasil.¹⁴⁸ Na década de 1970, o marxismo de Alípio Goulart, Clóvis Moura e Luís Luna coloca os quilombos/mocambos como uma negação da ordem escravista.¹⁴⁹ Imprescindível também é o trabalho de Décio Freitas na mesma década no Rio Grande do Sul com suas pesquisas censuradas e republicadas posteriormente com o livro *Palmares, a guerra dos escravos*.¹⁵⁰ Após a década de 1980, principalmente após o centenário da abolição, a historiografia retomou esse tema colocando o escravizado como personagem ativo na sociedade e nos processos históricos que se desenvolveram na América portuguesa e no Brasil Império.

Sobre os quilombos e mocambos, Stuart Schwartz percebeu que eles se configuravam como uma ameaça à estrutura econômica e social nas sociedades coloniais portuguesas. Segundo o historiador, (adepto, portanto, da perspectiva da resistência), as autoridades buscavam destruir esses ajuntamentos e reescravizar seus membros, podendo essas ações

¹⁴⁷ *Idem.*, p. 92-93.

¹⁴⁸ LARA, Silvia. Quem eram os “negros do Palmar”? in: RIBEIRO, Gladys Sabina; FREIRE, Jonis; ABREU, Martha Campos; e CHALHOUN, Sidney (orgs.). *Escravidão e cultura afro-brasileira: temas e problemas em torno da obra de Robert Slenes*. Campinas, Editora da Unicamp, 2016, pp. 57-85.

¹⁴⁹ ¹⁴⁹ VIOTTI, Ana Carolina. *Op. Cit.*, p. 92-93.

¹⁵⁰ FREITAS, Décio. *Palmares, a guerra dos escravos*. Graal, 1981.

causarem a morte de alguns.¹⁵¹ Sintomático em toda a América portuguesa, há indícios da existência de quilombos na Bahia e em Pernambuco desde o século XVI. Quilombos e mocambos tiveram em Palmares seu exemplo mais intenso, diante da dificuldade das autoridades em combater aquela comunidade. A partir da segunda metade do século XVII, por mais de duas décadas as autoridades realizaram investidas contra aquela comunidade formada por africanos e afrodescendentes que haviam fugido do cativeiro. O Quilombo dos Palmares somente foi vencido somente em 1694, em um conflito que durou por volta de um mês. Foi preciso uma tropa de quase 6 mil indivíduos para vencer aquela batalha, os quais eram chefiados pelo mestre de campo Domingos Jorge Velho.¹⁵² Assim, havia um temor constante por parte das autoridades na América portuguesa com relação ao surgimento de quilombos que tivessem a mesma força e proporção de Palmares, o que impulsionou e difundiu a função de capitão do mato na América portuguesa, por ela ser considerada como o principal recurso da coroa contra a formação desses ajuntamentos de africanos e afrodescendentes fugidos do cativeiro. Segundo Viotti:

dos mais destacados estudos, lembramos aqui as obras de Robert Slenes, Leila Mezan Algranti, Stuart Schwartz, Silvia H. Lara, João José Reis e, em especial, Flávio dos Santos Gomes, um dos que mais se dedicaram às pesquisas sobre os aquilombados. As perspectivas desses historiadores, grosso modo, lançam luz sobre a ação dos escravizados nos âmbitos culturais e políticos da vida social. Dito de outro modo, consideram que processos em que o escravo era tomado de forma passiva, receptor das consequências de outrem — como os concernentes à obtenção da liberdade — eram muito mais dinâmicos, apercebidos e modificados pelos cativos. Nesse escopo, passam a repensar algumas perspectivas cristalizadas nas abordagens anteriores e perscrutam as experiências do escravo, com especial enfoque em suas relações de sociabilidade e de edificação e disseminação de valores. É relevante indicar que, nesses trabalhos, o processo de aquilombamento, como o caso de Palmares, não estaria à margem da sociedade escravista; a revolta e a fuga não seriam as únicas maneiras de o escravo ser considerado sujeito na história. Os quilombos não estariam isolados — e muitos são os indicativos sobre relações de comércio e trocas com essas comunidades —, e a escravidão passa a comportar mundos plurais e variados, em que os próprios cativos imputavam sentidos e limites às mais variadas experiências. Em poucas palavras, a própria ideia de liberdade teria sido delineada pela experiência do cativeiro, uma experiência que estava permeada, por certo, pela violência física, mas que continha pactos e regras estabelecidas, também, pelos escravizados. Uma linha de abordagem, portanto, que coloca em xeque modelos nos quais a exploração senhorial violenta tinha como resposta o protesto — ou as fugas.¹⁵³

¹⁵¹ SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001, p. 233-234.

¹⁵² LARA, Silvia Hunold. Do singular ao plural. Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 86.

¹⁵³ *Idem.*, p. 93.

Pode-se pensar, dessa forma, segundo essa nova perspectiva historiográfica, que os quilombos/mocambos podem ser pensados também como uma figurações sociais que não apenas tinham função de resistir à ordem escravista, mas participavam dos jogos sociais existentes entre os inúmeros indivíduos que delas faziam parte e que transitavam e disputavam posições em inúmeras outras figurações do Mundo Atlântico. Esses indivíduos provenientes dos níveis mais baixos da sociedade formavam grupos que exerciam pressão nos níveis mais altos, colaborando nas dinâmicas que afetavam o equilíbrio instável de poder. Há que se ressaltar que a perspectiva adotada neste trabalho não se enquadra na ideia de harmonia entre grupos étnicos, muito menos na ideia de democracia racial e na amenização da experiência do cativo. Antes, havia um jogo social das camadas mais baixas da sociedade e a tentativa de exercer pressão no nível mais alto que buscava dominar todas as estruturas sociais. Era, portanto, uma forma de resistência, mas que não pode ser resumida em uma simples disputa entre brancos e pretos ou uma aliança entre eles.¹⁵⁴

Em Minas Gerais, os quilombos estiveram presentes durante todo o século XVIII e mantiveram várias das características daqueles existentes nas regiões açucareiras.¹⁵⁵ Como a população mineira era formada por uma grande quantidade de escravos africanos e afrodescendentes livres e libertos durante todo o mencionado século, a formação de quilombos se tornou um problema para as autoridades, uma vez que essas comunidades poderiam atrapalhar a exploração de novas áreas para a mineração, o comércio e a agropecuária. Além disso, os quilombos eram um atrativo tanto para negros fugidos quanto para indígenas e brancos, que conseguiam, por meio de negociação, lucrar com o contrabando de ouro oferecido por vários desses ajuntamentos.¹⁵⁶

Nas Minas Setecentistas, havia um medo generalizado com relação a revoltas planejadas de escravos e também se temia que os quilombos/mocambos da região se tornassem um novo Palmares. Contudo, os vários ajuntamentos de africanos e afrodescendentes livres e libertos que se desenvolveram na capitania também pertenciam aos processos históricos e sociais que ocorriam naquela região, de modo que tais quilombos/mocambos não podem ser vistos apenas como locais de resistência, mas também como espaços de interdependência e de cooperação que reproduziam não apenas padrões africanos, como pensavam os historiadores do século XX,

¹⁵⁴ PIERSON, Donald. *Branco e pretos na Bahia*. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

¹⁵⁵ SCHWARTZ, Stuart B. Mocambos, Quilombos e Palmares. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 1987, p. 77.

¹⁵⁶ *Idem.*, p. 77.

mas padrões que existiam naquela figuração social específica que era Minas Gerais. Esses padrões sociais poderiam estar ligados tanto a modos de vida africanos como também a formas de agir específicas do Mundo Atlântico, bem como a mistura desses padrões sociais que não necessariamente eram excludentes ou dicotômicos. Quilombos e outros espaços sociais do Mundo Atlântico construía *habitus* específicos nos indivíduos que deles faziam parte, que a partir deles constituíam suas realidades e ajudavam a modificar as realidades de todos que estavam no seu entorno. Portanto, neste trabalho afirma-se que o caráter social configurava a razão de ser e o *modus operandi* de cada um dos quilombos existentes em Minas Gerais. Dessa forma, esses agrupamentos que continham africanos, afrodescendentes, indígenas e brancos não pode ser visto apenas como um problema a ser resolvido pelo *homo economicus* colonial¹⁵⁷, pois a racionalidade econômica era apenas parte do universo social da América portuguesa. Também não se deve pensar os quilombos/mocambos apenas como organizações ligadas ao campesinato proto-revolucionário e que viam no resto da sociedade colonial inimigos a serem severamente combatidos.¹⁵⁸

Desde o início do século XVIII, quilombos se estabeleceram em Minas Gerais, muitos deles permanecendo como centros de poder e sociabilidade por muitos anos. Outros foram combatidos e destruídos, mas há relatos da existência dessas comunidades por todo o século XVIII.¹⁵⁹

A **TABELA 2** foi construída por Guimarães com base nas menções a quilombos que o autor observou em suas fontes sobre as Minas Setecentistas:

TABELA 2 – QUILOMBOS EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII

LOCAL	DATA
Mariana	1711
Curralinho	1714
Brumado	1716
Palmital	1718
Serra do Caraça	1719
São Bartolomeu	1719

¹⁵⁷ FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Márcia. Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX. *História, Ciências, Saúde* – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.259-297

¹⁵⁸ GUIMARÃES, C. M. Quilombos e Política (MG Século XVIII). *Revista de História* 132: 69-81. São Paulo, USP, 1995.

¹⁵⁹ GUIMARÃES, C. M. Os quilombos do século do Ouro (Minas Gerais, século XVIII). *Estudos Econômicos*. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 1988.

Sabará	1720
Palmital	1720
Santa Bárbara	1720
Serro Frio	1722
Curral do Torino	1722
Casa da Casca	1726
Tejuco	1731
São João Del Rei	1733
Rio das Velhas Abaixo	1733
Carijós	1733
Mariana	1733
Baependi	1736
Guarapiranga	1736
São Sebastião	1736
Ibituruna	1737
Rio Verde	1737
Rio Abaixo	1737
São Caetano	1737
Guarapiranga	1737
São Miguel	1738
Sabará	1738
Caeté	1738
Congonhas do Campo	1738
Inficionado	1738
São Caetano	1738
Catas Altas	1738
Itambé	1738
Paracatu	1738
Pitangui	1739
Rio Verde	1740
Vila Rica	1740
Suassui	1741
Paraopeba	1741
Sertão das Contagens	1741
Comarco do Rio das Mortes	1742
Forquim	1743
Guarapiranga	1743
Serra de São Bartolomeu	1743
São Bartolomeu	1745

Arassuaí	1745
Campo Grande	1746
Vila Rica	1748
Borda do Campo	1748
Sapucaí	1751
Paraúna	1751
Demarcação Diamantina	1752
Demarcação Diamantina	1752
Sabará	1753
Campo Grande	1754
Brejo Salgado	1754
Itaverava	1755
Pitangui	1758
Indaiá	1759
Serra da Marcela	1759
Sapucaí	1759
Ibituruna	1759
Comarca do Rio das Mortes	1760
Mariana	1760
Paraibuna	1764
Sítio da Caveira	1764
Inficionado	1765
Serra da Marcela	1766
Pitangui	1766
Parnaíba	1766
Pitangui	1767
Vila rica	1767
Rio Pomba	1768
Pedra Menina	1768
Indaiá e Abaeté	1768
Borda do Campo	1769
Paraibuna	1769
Suassui	1769
Cachoeira do Campo	1769
Tabua	1769
Serra Negra	1769
Carijós	1770
Rio do Pinho	1770
Bambuí	1770

Tamanduá	1770
Caeté	1770
Casa da Casca	1770
Mariana	1770
Brumado	1771
Morro do Chapéu	1772
Fidalgo	1772
Mariana	1772
Paracatu	1773
São José do Rio das Mortes	1773
Curimatai	1773
Arassuaí	1774
Rio do Peixe	1776
Forquim	1777
Rio do Sono	1778
São José	1780
Paraopeba	1780
Mariana	1780
Curral Del Rei	1781
Paracatu	1781
Serro	1782
Mateus Leme	1782
Itamarandiba	1785
São José do Rio das Mortes	1785
Caeté	1785
Rio Pomba	1786
Serra do Funil	1788
Itaverava	1795

FONTE: GUIMARÃES, Carlos Magno. Os quilombos do século do ouro. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 18, n. Especial, p. 7-43, 1988, pp. 40-43.

Essa tabela permite que se reflita sobre a existência de inúmeros quilombos na capitania de Minas Gerais durante ao longo do século XVIII, sobretudo na sua primeira metade, como aponta Stuart Schwartz quando apresenta os esforços das autoridades no combate a esses locais ainda no início do século.¹⁶⁰ Como se pode perceber, havia quilombos em praticamente toda a

¹⁶⁰ SCHWARTZ, Stuart. Repensando Palmares: resistência escrava na Colônia. In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001.

extensão do território mineiro, em praticamente todas as vilas, arraiais, currais, freguesias. Era praticamente impossível para um indivíduo qualquer do século XVIII, principalmente na primeira metade, quando havia muito mais quilombos em Minas Gerais, não ter algum tipo de contato com algum deles. Comparando as regiões em que esses quilombos existiam com outras regiões já demonstradas aqui, percebe-se que os quilombos faziam parte da figuração social de Minas Gerais e havia uma interdependência entre eles e o resto dos habitantes da capitania. Muitos desses quilombos, como já foi dito, perduraram por anos, outros foram destruídos e outros ainda que nem sequer deixaram registros. O próprio Guimarães declara que ao fazer seu levantamento bibliográfico, inicialmente havia uma pequena estimativa de 40 quilombos em Minas Gerais para todo o século XVIII. Após seus estudos, o número subiu para 127. Porém, afirma o autor, é provável que muitos dos quilombos não apareçam nos documentos, pois aqueles que foram encontrados podem inclusive ter sido descobertos acidentalmente e deixaram registros por acaso.¹⁶¹ Mesmo que vários destes espaços tenham sido alvos de ataques das autoridades durante todo o século, é imprescindível que se compreenda que eles eram locais de convívio, troca de experiência e também de interdependência entre todos aqueles que de alguma forma adentravam em suas órbitas sociais e ficavam presos às suas redes de poder.

Os capitães do mato e suas tropas, dos quais se falará mais especificamente no próximo capítulo, eram os corpos militares mais aptos a confrontarem os ajuntamentos de africanos e afrodescendentes. Por exemplo, em documento de 2 de maio de 1742, o governador de Minas afirma que “na comarca do Rio das Mortes se acham vários quilombos de negros”, e, por isso, seria preciso “acudir com pronto remédio aos insultos que fazem”. Manda, então “José Jacinto Flores, que acompanhado dos capitães do mato com seus soldados, procurem invadir tais quilombos”. Em 4 de janeiro de 1743, nova ocorrência e nova ordem do governador, que agora pedia para que se atacasse o quilombo do Campo Grande e que se prendesse os africanos e afrodescendentes que lá se achassem, matando o que entre aqueles resistissem à prisão.¹⁶² O rei de Portugal, Dom João V (1707-1750), tomou conhecimento dos problemas envolvendo quilombos em Minas Gerais e ordenou, por meio do secretário Alexandre de Gusmão, que se combatesse e se exterminassem aquelas comunidades. Em uma missiva remetida ao governador de Minas Gerais, o rei informa que teve conhecimento acerca dos problemas relacionados a

¹⁶¹ GUIMARÃES, *Op. Cit.*, p. 9.

¹⁶² *REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS*. VOL. VI. Belo Horizonte, 1959. Quilombos em Minas Gerais (Documentos esparsos). Vila Rica, 2 de maio de 1742, códice n. 69, fls. 33V, p. 437.

quilombos por meio de uma representação feita pelos camaristas de São João del Rei em 20 de abril de 1743, na qual os oficiais o informaram a respeito da “inquietação em que hoje vivem os moradores dessas Minas, e os contínuos roubos e mortes que nelas fazem os negros fugidos”. Por esse motivo, o governador da capitania teria de “dispende tudo o que for preciso de porção certa e anual aos capitães do mato, ou cabo maior, não só para continuamente desenfestarem as estradas destes [...] para dali saírem a destruir os quilombos dos negros que frequentemente costumam roubar e matar os viandantes, visto que os meios que se tem aplicado para evitar estes insultos, tem sido ineficazes”.¹⁶³

Um outro exemplo de alianças entre capitães do mato e aqueles que em tese seriam seus inimigos ocorreu com José Antônio Freire de Andrade, sucessor de seu irmão no governo de Minas, em 1753, quando ele pediu ao “sargento mor das ordenanças desta comarca, Luiz Vaz de Siqueira Monrroy” que passasse à “Vila do Príncipe, onde mandará juntar as duas companhias da dita Vila, e da do distrito de São Gonçalo, e juntas todas as ditas três companhias” para delas tirar “cem homens escolhidos com os quais marchará no dia de domingo, quatorze do corrente, pela meia noite, e botará cerco ao Arraial do Itambé e seus arredores, aonde prenderá à minha ordem todo negro fugido”. Contudo, entre os indivíduos encontravam-se “capitães do mato, mulatos, mestiços e carijós, sendo estes dos que se retiraram dos córregos da demarcação Diamantina. Bem amarrados e seguros, os meterá na cadeia do Arraial do Tejuco, de que logo me dará parte”. Os soldados poderiam agir com a máxima violência, pois “no caso que os ditos negros, capitães do mato, mulatos, mestiços e carijós se ponham em resistência, em tal caso lhe será permitido os matar”.¹⁶⁴

Os quilombos continuaram preocupando as autoridades mineiras a partir de meados do século XVIII. Uma das tentativas de se amenizar esses ataques constantes pode ser percebida em carta de 15 de abril de 1755, em que o governador José Antônio Freire de Andrade ordena que se realizassem rondas noturnas na região do Taquaral, onde cativos fugidos cometiam diversos crimes. Para isso, os soldados dessas companhias deveriam se revezar em patrulhas,

¹⁶³ *REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS*. VOL. VI. Belo Horizonte, 1959. Quilombos em Minas Gerais (Documentos esparsos). Carta de José Antônio Freire de Andrade. Vila Rica, códice n. 86, maço 25. p. 438-439.

¹⁶⁴ *REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS*. VOL. VI. Belo Horizonte, 1959. Quilombos em Minas Gerais (Documentos esparsos). Carta de José Antônio Freire de Andrade. Arraial da Gouveia, 11 de janeiro de 1753, códice n. 69, fls. 98, p. 442.

vigiando e impedindo os crimes praticados por aqueles indivíduos naquela região.¹⁶⁵ No mesmo ano, o Cabo de Esquadra Manoel Lopes Saraiva clamava ao governador proteção contra os ataques dos africanos e afrodescendentes aquilombados. Em carta do dia 29 de outubro de 1755, Manoel Lopes Saraiva, que se achava destacado na guarda dos diamantes, afirma que teve o quartel atacado por quilombolas, ficando com ferimentos e uma perna quebrada devido a aquela ação, pois aqueles *inimigos internos* “o encheram de flechas, e a seu camarada, deixando-os quase mortos depois de os haverem roubado, querendo lançar-lhes os dito quilombolas fogo na cavalaria” que “estava junta a casa em que sitiam, que era de capim”. Ele pede então que o governador construa um quartel mais reforçado naquela região, com telhas, boas portas e uma chaminé, por conta do perigo constante pelo qual ele e os outros homens de armas estavam passando naquele presídio.¹⁶⁶ O próximo capítulo trará novamente a questão dos capitães do mato, que eram tropas de afrodescendentes que atuavam contra indígenas hostis e quilombos e que pertencem ao processo de institucionalização das milícias negras mineiras.

¹⁶⁵ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. VOL. VI. Belo Horizonte, 1959. Quilombos em Minas Gerais (Documentos esparsos). Carta de José Antônio Freire de Andrade ao capitão mor Antonio Ramos dos Reis. Vila Rica, 15 de abril de 1755, código n. 107, fls. 178v, p. 444.

¹⁶⁶ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. VOL. VI. Belo Horizonte, 1959. Quilombos em Minas Gerais (Documentos esparsos). Carta de José Antônio Freire de Andrade ao cabo de esquadra Manoel Lopes Saraiva. Vila Rica, 28 de outubro de 1755, código n. 69, fls. 144V, p. 445.

2 MINAS GERAIS: UMA FIGURAÇÃO SOCIAL – ESTRUTURAS ECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS

Quando se menciona o termo *economia* no campo da história (e, mais especificamente, na história do Brasil Colonial), há algumas ressalvas que devem ser feitas. Primeiramente, há de se pensar no conceito, que muda constantemente, o que pode trazer armadilhas para a análise do pesquisador. Em um momento de capitalismo avançado, pensar em economia vincula-se automaticamente a dinheiro, bolsa de valores, transações monetárias. No entanto, o conceito, como já foi dito, é proveniente já do Mundo Antigo, onde não necessariamente estava conectado a trocas mercantis e a circulação de capital, mas a administração do seu espaço ou domicílio (o “oikos”, provindo do grego). Logo, no momento conhecido como Antigo Regime, o conceito já havia passado por inúmeras mudanças e inclusive tinha relações até mesmo com o sagrado, uma vez que Portugal e Espanha eram reinos católicos e que estenderam essa condição para todos os seus domínios de além-mar, ou seja, estrutura administrativa, estrutura política e estrutura econômicas muitas vezes se confundiam com a estrutura eclesiástica nessas figurações sociais.

Uma outra armadilha que pode ocorrer para o pesquisador é empregar o conceito e automaticamente ser alinhado a tradições historiográficas que o utilizam como peça chave de suas análises e de seus embates teóricos. João Fragoso já atentou para essas questões quando questionou modelos explicativos da chamada “economia colonial”, criticando as visões de Caio Prado Júnior e Celso Furtado, por um lado, e, por outro lado, as de Fernando Novais e Laura de Mello e Souza acerca do tema.¹⁶⁷ Para Fragoso, Caio Prado e Celso Furtado tinham visões teleológicas em suas análises, que viam no imperialismo e no capitalismo os vilões que tiravam todos os recursos possíveis das colônias em detrimento das metrópoles. Já Novais e Laura de Mello e Souza, segundo Fragoso, persistiam na ideia de que as nações europeias determinavam as relações diante de suas colônias, o que estava pautado pelo capitalismo comercial, que era exclusividade das metrópoles. Fragoso faz essas críticas para implementar sua concepção de Economia do Dom, baseada nas teorias de António Manuel Hespanha, bem como o conceito de nobreza da terra, pautado por uma ideia de que havia um sistema administrativo pluricontinental que conectava os reinos aos seus domínios por meio da distribuição de mercês às elites coloniais. Essas elites, dessa maneira, teriam desenvolvido um forte sentimento de

¹⁶⁷ FRAGOSO, João. Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio. *História*, Franca, v. 31, n. 2, p. 106-145, Dec. 2012

pertencimento à monarquia ibérica e por esse motivo a economia colonial seria movimentada por esses indivíduos em favor da coroa.

Contudo, a perspectiva adotada nesta pesquisa está vinculada a uma visão da sociologia figuracional e, por conseguinte, não se enquadra necessariamente na ideia de que a economia colonial teria como foco o capitalismo mercantil a partir da Europa ou das colônias. A relação entre Portugal e seus domínios está, dessa maneira, mais conectada aos laços sociais desenvolvidos no interior das figurações desde a mais ampla, entre Estados, até as relações mais simples (entre indivíduos). Pode-se ir mais longe ainda: não se pode deixar de pensar nas conexões dessas figurações com o Mundo Atlântico e com a economia mundial, ou seja, as trocas sociais, econômicas e políticas não se restringem ao interior de Estados isolados. Nessa perspectiva, a economia colonial passa a ter sua importância a partir de indivíduos e suas experiências, vivências e relações, com trocas sociais dinâmicas e desenvolvidas de maneira multilateral. A economia, portanto, está relacionada a teias de poder que formam forças centrípetas e centrífugas organizadas por indivíduos que lutam por posições no interior de figurações sociais interdependentes. Contudo, essa concepção não descarta a importância das mercês, do poder econômico de determinadas elites e da própria coroa, mas toda essa dinâmica pertence a disputas relacionadas à teia de poder social, ou seja, aos indivíduos e suas lutas no interior das figurações, das mais amplas às mais estreitas.

Nesse contexto, quando se menciona a economia das Minas Gerais setecentistas, deve-se relacionar esse conceito a toda essa dinâmica que liga indivíduos e suas teias sociais com suas disputas internas e seu equilíbrio de poder. Assim, a economia mineira deve ser pensada dentro dessa lógica, conectando indivíduos e seus grupos a vilas e cidades, que por sua vez se conectam a todo o universo colonial português, ao espanhol e ao resto do Mundo Atlântico.

2.1 A PRODUÇÃO DO OURO E DOS DIAMANTES

Esta pesquisa demonstrará que na formação da Minas Gerais o papel do comércio e da agropecuária foram extremamente importantes para a formação de Minas Gerais. Mesmo assim, é indiscutível a importância do ouro para o nascimento dessa figuração social, e a partir de agora alguns elementos a respeito desse tema serão debatidos.

Um autor que se debruçou sobre o tema da produção do ouro na capitania no século XVIII foi Virgílio Noya Pinto, que traz estimativas a respeito disso não só com relação a Minas, mas a Goiás e também a Mato Grosso, como se pode verificar na **TABELA 3:**

TABELA 3 – CÁLCULO DE PRODUÇÃO DE OURO (EM QUILOGRAMAS) EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII

QUINQUÊNIO	MINAS GERAIS
1700 - 1705	1470
1706 - 1710	4410
1711 - 1715	6500
1716 - 1720	6500
1721 - 1725	7000
1726 - 1729	7500
1730 - 1734	7500
1735 - 1739	10637
1740 - 1744	10047
1745 - 1749	9712
1750 - 1754	8780
1755 - 1759	8016
1760 - 1764	7399
1765 - 1769	6659
1770 - 1774	6179
1775 - 1779	5518
1780 - 1784	4884
1785 - 1789	3511
1790 - 1794	3360
1795 - 1799	3249

FONTE: Adaptado de PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos de economia atlântica no século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 114.

João Antônio de Paula se debruça por essas estimativas de Noya Pinto afirmando que a produção aurífera de Minas Gerais no setecentos teria três etapas:

a primeira de 1700 a 1735, marcada pela descoberta, consolidação e crescimento da produção até a introdução da sistemática da capitação; a segunda etapa, que é de auge da produção, marcada pela vigência da capitação, mas também é o momento do incremento da produção de Goiás e Mato Grosso, que vai de 1735 até 1755, já no período pombalino, com o quinto restabelecido; finalmente a terceira etapa, iniciada em 1755, será marcada por queda irreversível da produção, sistematicamente, a partir daí. Desse quadro é possível depreender que o ápice da produção situa-se entre 1750-1755, depois do que há forte retração; após o “boom” da descoberta, a produção passa de 1.470 kg para 4.410 kg de média anual entre os períodos de 1700-1705 e 1706-1710; outro grande salto ocorre entre 1730-1734 e 1735-1739, quando a produção de Minas Gerais marcará em grande medida o perfil da produção da Colônia.¹⁶⁸

¹⁶⁸ PAULA, João Antônio de. A mineração de ouro em Minas Gerais do século XVIII. *As Minas Setecentistas*. v. 1, 2007, p. 295.

João Antônio de Paula afirma que os indicadores apontam para o declínio da produção aurífera em Minas Gerais a partir da década de 1760.¹⁶⁹ Contudo, há divergências com relação ao auge da produção do ouro na capitania, uma vez que as estimativas de Noya Pinto apresentam os anos de 1750-1754 como o ápice da produção, enquanto as estimativas de Michel Morineau, com base em dados divulgados por jornais holandeses sobre a produção aurífera mineira, indicam que o auge da produção do ouro nas Minas foi entre 1730-1734.¹⁷⁰ Porém, mais importante que saber se o auge foi na década de 1730 ou na de 1750, é pensar que o ouro passou por um “boom” significativo seguido de um declínio sem volta. Esse “boom” foi suficiente para modificar toda a América portuguesa, além de tornar Minas Gerais imprescindível para a coroa, sendo a capitania o novo centro econômico e populacional da colônia.

Não há um estudo tão sistemático acerca da produção de diamantes nas Minas Setecentistas. As primeiras jazidas de diamante da capitania foram encontradas pouco antes de 1720, no Serro Frio.¹⁷¹ Júnia Ferreira Furtado afirma que a produção anual de diamantes em Minas Gerais era de aproximadamente 9 mil oitavas por ano.¹⁷² Simonsen aponta que “o total exportado entre 1729 e 1801 está avaliado em 3.000.000 de quilates, cerca de £ 9.000.000” e admite que “não será exagerado calcularem cerca de £10.000.000 a produção bruta de diamantes, no período colonial”.¹⁷³

A legislação portuguesa estipulava que todas as riquezas minerais das colônias eram patrimônio da coroa, que podia conceder o direito de exploração a determinados mineradores nas “datas”, que eram uma unidade de medida de exploração do ouro na beira dos rios.

2.2 TRIBUTAÇÃO

Tanto a produção do ouro quanto a dos diamantes passou por fiscalização e tributação por parte da coroa. A cobrança do quinto já estava estipulada desde o início da colonização da América portuguesa, uma vez que em carta de D. João III, em 1534, este afirma que : “[...] havendo nas terras da dita capitania qualquer sorte de pedreira, pérolas, aljófar, ouro, prata,

¹⁶⁹ *Idem*, p. 296.

¹⁷⁰ *Idem*, p. 297.

¹⁷¹ FURTADO, Júnia Ferreira. O Distrito dos Diamantes: uma terra de estrelas. *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, v. 1, 2007, p. 304.

¹⁷² *Idem*, p. 314.

¹⁷³ SIMONSEN, Roberto C. História Econômica do Brasil (1500/1820).[1937]. *Companhia Editora Nacional*. São Paulo–Rio de Janeiro–Recife, 2005, p. 370.

cobre, estanho e chumbo ou qualquer outra sorte de metal, pagar-se-á a mim o quinto...”.¹⁷⁴ É certo que a tributação sobre o ouro mudou bastante no decorrer do século XVIII e possui inúmeros detalhes, mas alguns pilares da cobrança do quinto real podem ser explicitados devido à sua importância. Um desses pilares são as já mencionadas Casas de Fundição, que foram objeto de revoltas na capitania. Criadas por lei de 1719, passaram a funcionar a partir de 1725, quando “todo o ouro das lavras devia ser entregue nas Casas de Fundição, onde haveria o desconto dos 20% do ouro em pó” e o resto seria “fundido em uma barra e entregue ao minerador com uma guia, podendo ser levado para fora da capitania”.¹⁷⁵

Como se pode perceber, o sistema de tributação em Minas Gerais, no século XVIII, sofreu muitas mudanças ao longo do tempo, ocasionando muitos protestos e revoltas, como a de 1720, conhecida pela historiografia como a de Felipe dos Santos. Já foi mencionado aqui que houve participação de africanos e afrodescendentes livres e libertos nesse levante, o que demonstra que o poderio militar de negros armados sempre foi um recurso tanto para elites locais e demais camadas da população mineira resistirem às políticas advindas da metrópole quanto para o uso da própria coroa quando lhe fosse preciso. Os constantes conflitos que se seguiam após instauração de diferentes sistemas de tributação por parte da coroa mostram como não havia uma simples imposição por parte da metrópole de suas políticas fiscais em seus domínios, muito menos essas políticas seriam implementadas naturalmente por uma nobreza da terra que se sentia mais pertencente a Lisboa que a Vila Rica, como relata parte da historiografia.

Se as Casas de Fundição geravam confusão e revolta nas Minas Setecentistas, o mesmo ocorreu com o sistema de capitação, que vigorou entre 1735 e 1751. Idealizado pelo diplomata Alexandre de Gusmão, o sistema gerou muitos protestos na capitania de Minas Gerais durante todo o período em que esteve presente, mesmo sendo defendido por figuras importantes, como o Gomes Freire de Andrade, governador do Rio de Janeiro e que administrava também Minas Gerais. Enquanto o governador e Alexandre de Gusmão defendiam o tributo, as câmaras protestavam. Segundo Joaquim Romero Magalhães:

começaram a juntarem-se pareceres negativos, corroborando os clamores e súplicas dos povos. Auscultavam-se oficiais régios das comarcas das Minas. Havia, segundo António Rodrigues de Macedo, Intendente de Vila Rica, que “remediar a miséria que

¹⁷⁴ RINGER, Friedrich. O quinto do ouro no regime tributário nas Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 42, n. 2, p. 90-105, 2006, p. 93.

¹⁷⁵ *Idem*, p. 104.

experimentavam os povos com a forma da capitação [...] e se cobre como dantes", o que implicava repor em funcionamento as Casas de Fundição e Moeda, embora "no comum se está vendo ser mais suave" este procedimento da capitação. Porém, a crise era grande. Essa era a queixa amplificada. Aliás, qualquer dos métodos pareceram "suaves a princípio, e intoleráveis depois". Achava-se aquele procedimento das Casas de Fundição e Moeda "ajustado com as leis do Reino, e o mais conforme à igualdade porque paga cada hum somente do que extrahe, ou tem". E o grande obstáculo à satisfação residia em que o "tributo compreende tanto aos que tirão ouro; como aos que o não tirão". A compreensão de uma nova imposição sobre o rendimento não passara para a população, e por isso sempre o protesto se basearia nesta evidência: tanto pagava o mineiro como o roceiro; tanto pagava o escravo doméstico como o que garimpava; tanto o moço do cego como a preta da cozinha. Essa era a desigualdade de situações sempre sentida – porque o tributo para todos era o mesmo. Importava a cabeça, não o ofício ou ocupação.¹⁷⁶

A queixa era que o imposto deveria ser pago até mesmo por aqueles que nada tinham a ver com a mineração. Angelo Alves Carrara afirma que o sistema de capitação seria uma espécie de “imposto de renda” e que teria sido bastante eficaz nos anos de sua vigência.¹⁷⁷ Para o autor:

o sistema, do ponto de vista da Coroa, era altamente eficaz, por conseguir não apenas cumprir a quota das cem arrobas originalmente estabelecida, mas mesmo ultrapassá-la ao longo de todo o período. Prova disto é que, tão logo a capitação foi substituída pelo sistema de Casas de Fundição, verificou-se uma queda abrupta na arrecadação: no ano fiscal de 1º de agosto de 1751 a 31 de julho de 1752 o rendimento dos quintos foi de 55 arrobas, 13 arráteis, 7 onças, uma oitava e 39 grãos de ouro (ou seja, faltaram 44 arrobas e 1.223 oitavas de ouro para se completar a finta das 100 arrobas anuais). A redução era clamorosa, já que a capitação do ano fiscal anterior rendera mais do que o dobro: 114 arrobas e 907 oitavas de ouro. [...] para igual período de 32 semestres - de 1º de julho de 1751 a 31 de dezembro de 1766 - as casas de fundição em Minas Gerais produziram 6.361.126,52 oitavas de ouro (ou 1.553 arrobas) [...]. Seja qual tenha sido o volume efetivo de ouro enviado entre 1736 e 1751, o fato é que tanto o valor arrecadado com a capitação como o montante correspondente ao superávit fiscal em Minas Gerais foram regularmente remetidos pelas autoridades da capitania aos responsáveis no Rio de Janeiro. Ao longo do período, a média anual foi de 527.342,35 oitavas de ouro (ou 128,74 arrobas), segundo os números de Cunha Matos. Para alguns anos os dados disponíveis confirmam remessas maiores, como em 1738 e 1739, e menores, como em 1736, 1748, 1749 e 1750. Em síntese: o sistema da capitação pode ser considerado um absoluto sucesso, do ponto de vista da Coroa portuguesa, evidentemente.¹⁷⁸

Mais importante que a constatação da eficácia do sistema é a questão colocada por Carrara em seu artigo: “Então, porque alterar um sistema que, do ponto de vista da eficácia tributária estava funcionando adequadamente?”.¹⁷⁹ O historiador se apoia no argumento de Joaquim Romero Magalhães para tentar responder a essa questão. Para ele:

¹⁷⁶ MAGALHAES, Joaquim Romero. A cobrança do ouro do rei nas Minas Gerais: o fim da capitação - 1741-1750. *Tempo*, Niterói, v. 14, n. 27, p. 118-132, 2009, p. 126.

¹⁷⁷ CARRARA, Angelo Alves. Eficácia tributária dos sistemas de cobrança dos quintos reais: A segunda capitação em Minas Gerais, 1736-1751. *Varia hist.*, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 837-860, Dec. 2016.

¹⁷⁸ *Idem*, p. 849.

¹⁷⁹ *Idem*, p. 850.

a capitação e o censo, escorados “em princípios de igualdade tributária e de proporcionalidade”, talvez “não interessasse aos pagadores mais abonados”. De fato, os maiores proprietários de escravos eram também os maiores contribuintes. Como eram também os indivíduos que se faziam representar nas câmaras, eram suas vozes — travestidas das do “povo destas Minas” — que ecoavam nas muitas representações que expunham a vexação a que estavam submetidos. Ou seja, as representações das câmaras constituiriam a expressão da insatisfação das classes que controlavam os meios de produção da capitania — em especial, um: os escravos. Assim, para satisfazer seus interesses particulares, os proprietários de escravos da capitania, principalmente, mobilizaram argumentos de duas naturezas: uma, doutrinária — a injustiça do sistema; e outra, econômica — a redução da produtividade das lavras. E assim a capitação foi substituída pelas Casas de Fundição.¹⁸⁰

Os grandes proprietários de escravos teriam sido os responsáveis, na visão do autor, pela mudança, por pressionarem as autoridades régias e por estarem presentes nas contestações efetuadas pelas câmaras, uma vez que tinham forte presença nelas. Esses grandes proprietários de escravos seriam prejudicados por recaírem sobre eles a maior parte do jugo do quinto real. Teriam, assim, unido argumentos em favor da troca do sistema, o que foi atendido pela coroa. Contudo, o retorno das Casas de Fundição não deveria ter agradado a todos os habitantes da capitania. Até porque houve a estipulação da derrama, que era uma sobretributação que poderia ocorrer caso não se atingissem as 100 arrobas anuais e que foi aplicada duas vezes no século XVIII, em 1763-1764 e entre 1771-1772.¹⁸¹ As câmaras muitas vezes alegavam que a derrama era injusta por obrigarem as comarcas a contribuírem de maneira equivalente na quantia a ser derramada, o que era uma crítica já feita por Alexandre de Gusmão ao atacar o novo sistema em detrimento da extinta capitação, idealizada por ele.¹⁸² Foi também diante da ameaça da imposição de uma nova derrama em 1789 que a historiografia alega que houve o levante mineiro conhecido tradicionalmente como Inconfidência.¹⁸³

O **GRÁFICO 1**, apresentado por Renger, ilustra a diminuição da arrecadação do quinto real a partir da década de 1750:

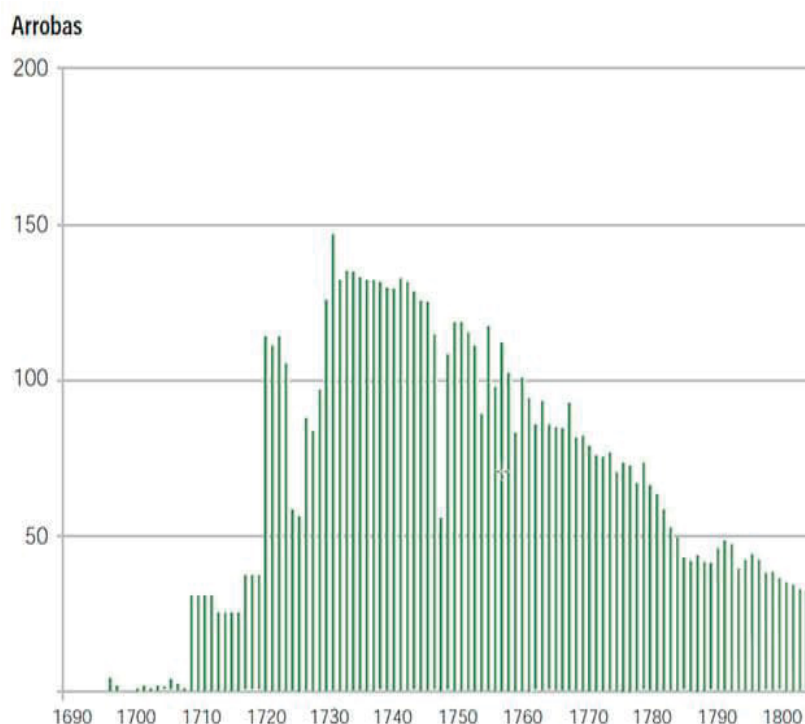
¹⁸⁰ *Idem*, p. 854.

¹⁸¹ GASPAR, Tarcísio de Souza. Derrama, boatos e historiografia: o problema da revolta popular na Inconfidência Mineira. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 11, n. 21, p. 51-73, 2010, p. 52.

¹⁸² FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Derrama e política fiscal ilustrada. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 41, 2005.

¹⁸³ *Idem*, *Ibidem*.

GRÁFICO 1 - QUINTOS DE OURO DE MINAS GERAIS 1697-1800



FONTE: Adaptado de RENGGER, Friedrich. *O quinto do ouro no regime tributário nas Minas Gerais*. Revista do Arquivo Público Mineiro, v. 42, n. 2, 2006, p. 105.

Sobre o gráfico acima, o autor afirma:

O gráfico acima ilustra o rendimento dos quintos de ouro; compilado de dados de Teixeira Coelho, Eschwege, Vasconcellos e Calógeras. O máximo de arrecadação, com 145,8 arrobas, corresponde ao ano de 1735; em 1751 foi considerada a capitação do primeiro semestre (55,5 arr.); para o pico de 1809 (47,6 arr.) não há explicação. Os quintos dos anos da capitação (1735 a 1750) apresentam um decréscimo de 22%, valor indicativo da diminuição da população escrava em Minas Gerais, o que sinaliza a exaustão das lavras a partir de 1750.¹⁸⁴

As estatísticas demonstram que Minas Gerais passou por uma transformação após a decadência da produção aurífera pós 1750, o que coincidiu com as estimativas que apontou para a diminuição da população escrava da capitania na segunda metade do século, o que será discutido posteriormente, e também com a intensificação dos conflitos entre Portugal e Espanha nas partes meridionais da América portuguesa.

O controle e a fiscalização por parte das autoridades com relação à produção de diamantes não foi diferente do que ocorreu com o ouro. Após a “descoberta” oficial dos

¹⁸⁴ *Idem., Ibidem.*

diamantes em Serro Frio, o período entre 1729 e 1734 foi aberto à exploração de quem tivesse recursos e escravos para investir nas lavras. Cada escravo era taxado por capitação. Após esse período, a coroa optou por inserir um sistema de contratos particulares. Entre 1740 e 1771, seis contratos foram arrematados por indivíduos que possuíam riqueza e prestígio. Após 1771, iniciou-se a chamada real extração, com legislação específica e monopólio direto da coroa com relação à produção de diamantes.¹⁸⁵

Segundo Júnia Ferreira Furtado, em 1734 o “Distrito Diamantino” foi demarcado e ficava em torno do arraial do Tejuco, sede do distrito e da Intendência de Diamantes, órgão que faria a fiscalização daquela atividade. A administração da região ficaria a cargo da Câmara e da ouvidoria da Vila do Príncipe, uma vez que durante todo o século XVIII, segundo a autora, o Tejuco ficaria reduzido à condição de arraial.¹⁸⁶

O controle exercido pela coroa em Minas Gerais no que diz respeito à produção do ouro e dos diamantes tinha a ver também com o contrabando, as falsificações do ouro e os demais crimes que poderiam ter relação com essas riquezas minerais no território mineiro. O contrabando de diamantes, por exemplo, era um problema que as autoridades procuravam de toda maneira solucionar ou amenizar suas consequências. Segundo Furtado:

O extravio ocorria na esfera da produção das pedras e significava o ato de explorar ilegalmente o diamante, sem que a pedra fosse notificada às autoridades. Em geral, o extravio era visto como uma atividade ocasional, na qual o extraviador aproveitava-se de uma oportunidade quase fortuita. Muito comumente, os escravos empregados na exploração eram implicados nesse delito, algumas vezes chegando-se a apurar que agiam a mando dos próprios senhores. Já o garimpeiro era um indivíduo marginal à sociedade, um criminoso contumaz, que fazia do garimpo clandestino seu principal modo de vida.¹⁸⁷

Ainda de acordo com o autor, muitos garimpeiros famosos acabaram presos no Distrito Diamantino no decorrer do século XVIII, sendo que após 1780 a repressão ao garimpo foi intensificada. Até mesmo contratadores acabaram cometendo crimes e foram punidos pelas autoridades, como Felisberto Caldeira Brant, que foi preso em 1752 e acabou sendo enviado para a cadeia do Limoeiro, onde morreu em 1769, quando já estava até paralítico devido a uma doença grave.¹⁸⁸

¹⁸⁵ FURTADO, *op. cit.*, p. 309-316.

¹⁸⁶ *Idem.*, p. 316.

¹⁸⁷ FURTADO, *op. cit.*, p. 312.

¹⁸⁸ *Idem.*, p. 314.

A participação de figuras ilustres da capitania em crimes envolvendo as riquezas minerais da região não era algo incomum. Até mesmo governadores poderiam participar de negociações ilícitas e, assim, desobedecerem a própria coroa e suas determinações. Foi o caso de Dom Lourenço de Almeida (1721-1732), que, segundo Adriana Romeiro, esteve envolvido em falsificações de barras e moedas de ouro junto a Inácio de Sousa Ferreira, que seria proprietário de uma fábrica clandestina desses materiais na serra do Paraopeba. O esquema teria sido descoberto pelo ouvidor de Sabará, Diogo Cotrim de Souza em 1731.¹⁸⁹

Adriana Romeiro considera Inácio Ferreira um membro dos “potentados locais” mineiros, e por isso ele e sua rede clientelar teria conseguido vantagens na justiça e, assim, evitar o pior. Contudo, é notório como tanto Inácio quanto D. Lourenço de Almeida, na análise da própria historiadora, pareciam fazer o jogo político e social de encontro às determinações das autoridades régias, enfrentando o que era estipulado pelo rei, descolando-os daquilo que seria o padrão de um indivíduo que trazia em si um forte senso de pertencimento a Portugal. É interessante perceber que, assim como outros indivíduos já mencionados até aqui, como Manuel Nunes Viana, a preocupação de Inácio era a de manter seu status e prestígio local, no interior de sua figuração, não importando se para isso tivesse que violar as leis da coroa. O mesmo parece ocorrer com o governador D. Lourenço de Almeida, que mesmo com fortes ligações na Europa, acaba por preferir aumentar sua riqueza com práticas ilícitas aos olhos do rei.

Um fato importante presente no relato é que Diogo Cotrim de Souza, o ouvidor de Sabará, para invadir a fortaleza de Inácio e surpreendê-lo, fez uso da “participação de soldados conhecedores do mato e dos caminhos, convocados nas companhias de ordenanças do Morro Vermelho e Congonhas”.¹⁹⁰ Se essas tropas eram compostas por homens que conheciam as matas, e levando-se em consideração que nas ordenanças havia o emprego de africanos e afrodescendentes livres e libertos¹⁹¹, é provável que entre os soldados que fizeram a emboscada

¹⁸⁹ ROMEIRO, Adriana. Confissões de um falsário: as relações perigosas de um governador nas Minas. *História: Fronteiras*. XX. *Simpósio Nacional da ANPUH (Anais)*: São Paulo: Humanitas, 1999, p. 321-322.

¹⁹⁰ *Idem.*, p. 324.

¹⁹¹ COSTA, Ana Paula Pereira. Organização militar, poder de mando e mobilização de escravos armandos nas conquistas: a atuação dos corpos de ordenanças em Minas colonial. *Revista de História Regional*, v. 11, n. 2, 2006.

estivessem indivíduos desses grupos sociais. Até porque somente na década de 1770 se formou um corpo de ordenança exclusiva para pardos libertos no Morro Vermelho.¹⁹²

Dom Lourenço de Almeida não foi o único governador que sofreu com denúncias de corrupção ou ligação com esquemas ilícitos em Minas no setecentos. José Antônio Freire de Andrade, governador interino e irmão de Gomes Freire de Andrade, foi acusado de ter fechado os sertões do distrito da Mantiqueira para favorecer o tenente coronel Manoel Lopes de Oliveira, que queria ter exclusividade na exploração da região. A decisão de Freire de Andrade foi publicada em um bando de 1755, que a circulação de pessoas não autorizadas e a abertura de picadas e novos caminhos, pois assim o contrabando e outras ações ilícitas seriam dificultadas.¹⁹³ Segundo Anastasia:

Na opinião de D. Rodrigo José de Menezes, Freire de Andrade, ao decretar o distrito da Mantiqueira como área proibida, fora influenciado pelo tenente coronel Manoel Lopes de Oliveira, morador na Borda do Campo, que recomendara fechar o sertão “de que só ele queria receber utilidades e conhecer os intrincados caminhos”. Mais tarde, José Aire Gomes reforçara a posição do tenente coronel, também por interesse próprios, uma vez que se apossara de terras ao longo da estrada para o Rio de Janeiro e estabelecera uma das maiores fazendas da Mantiqueira, a da Borda do Campo, espaço de ação da quadrilha da Mantiqueira.¹⁹⁴

Manoel Lopes de Oliveira realmente possuía prestígio na região e também com a coroa. Em requerimento de 1760, pediu ao rei que o deixasse erguer um engenho para fundição de cobre na Borda do Campo, e que obtivesse toda a liberdade naquelas terras, como o transporte de produtos, com monopólio da atividade por dez anos. O rei permitiu a construção, desde que o engenho não fosse usado para a fundição e para o contrabando do ouro, mas apenas para que o cobre velho fosse fundido e vendido a preço justo em Minas, para o benefício do bem comum.¹⁹⁵

A opinião de D. Rodrigo José de Menezes sobre as intenções de Freire de Andrade com o fechamento do distrito da Mantiqueira parecia estar influenciada por conta dos problemas que o governador sofreu com a região durante todo o seu governo, entre 1780 e 1783. Ele tinha de

¹⁹² A informação consta em: Requerimento de Paulo Barbosa Vilar, Capitão da Companhia da Ordenança de Pé dos Homens Pardos Libertos do distrito do Morro Vermelho, no Termo da Vila Nova da Rainha, pedindo sua confirmação no exercício do referido posto. Sem local, 5 de fevereiro de 1773. AHU-MG, Cx. 104, doc. 28.

¹⁹³ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Editora UFMG, 2005, p. 88.

¹⁹⁴ *Idem.*, p. 89.

¹⁹⁵ Conferir: Requerimento do capitão da Companhia de Ordenanças de Cavalaria do distrito da Borda do Campo nas Minas Gerais, Manoel Lopes de Oliveira, ao rei [D. José], solicitando licença para erigir um engenho para refundir cobre velho, e que por tempo de dez anos não se erija outro semelhante. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1760. AHU-Rio de Janeiro, cx.69, doc. 13.

lidar com salteadores nas estradas da região, assassinatos, contrabando, entre muitos outros crimes, que o fazia acreditar, segundo Anastasia, que “os sertões estavam dominados por facinorosos e os caminhos infestados de ladrões”.¹⁹⁶ Mesmo assim, o governador empreendeu inúmeras expedições na região em 1781, e fez pessoalmente o desbravamento daqueles sertões, distribuindo terras para aqueles que tivessem condições de lavrá-las.¹⁹⁷ Para abrir os sertões de vez, o governador determinou a construção de uma estrada, o “caminho de Menezes”, que atravessava a Mantiqueira e parava em Paraibuna.¹⁹⁸ Junto com os outros caminhos citados anteriormente, este se tornou também importante para as atividades desenvolvidas na capitania.

O sucessor de D. Rodrigo José de Menezes no governo da capitania foi Luís da Cunha Pacheco Menezes (1783-1788), o conde de Lumiares. Ele também sofreu acusações de corrupção, mas agora vindo de alguém acima dele na hierarquia das autoridades nos domínios portugueses: o próprio vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa (1778-1790), sucessor do Marquês do Lavradio naquele posto. O vice-rei acreditava que Cunha Menezes estaria recebendo vantagens do conhecido falsificador Manuel Henriques, conhecido como Mão de Luva, que tinha um arraial na cachoeira do Macacu, na Mantiqueira.¹⁹⁹

Porém, o governador rebateu as acusações do vice-rei afirmando que estaria colocando indivíduos infiltrados no arraial de Mão de Luva para facilitar a invasão e prisão dos falsificadores, o que ocorreu em 13 de maio de 1786, quando o governador chegou na região com tropas de pedestres e homens do mato, contrariando a vontade do vice-rei, que queria atacá-los com uma infantaria numerosa liderada por oficiais e coronel. Porém, segundo Anastasia, “Cunha Menezes acreditava que somente pedestres e homens do mato poderiam derrotar o bando de Mão de Luva, por conta da “facilidade com que [penetravam] nos sertões mais agrestes e sua subsistência não depender de tão pesada bagagem”.²⁰⁰ Assim como no combate a quilombos e a aldeias indígenas hostis, a presença de africanos e afrodescendentes armados também é observada em locais em que as autoridades necessitavam daquele tipo de poder militar para enfrentar indivíduos que de alguma forma não seguiam as imposições da coroa.

¹⁹⁶ ANASTASIA, *op. cit.*, p. 96.

¹⁹⁷ RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 23, n. 46, p. 253-270, 2003.

¹⁹⁸ *Idem.*, *Ibidem.*

¹⁹⁹ ANASTASIA, *op. cit.*, p. 97-100.

²⁰⁰ *Idem.*, p. 102.

Não fica claro na documentação se o governador estava se referindo a milícias negras, mas provavelmente boa parte dessas tropas de homens do mato e pedestres que invadiram o arraial de Mão de Luva era composta por africanos e afrodescendentes livres e libertos. Logo, mais uma vez fica claro que esse tipo de tropa, que conduzia emboscadas e que conhecia as matas e os sertões, era uma ferramenta eficaz no emprego da violência contra os inimigos *internos e externos* da coroa. Outro fator importante a se levar em consideração acerca do que foi exposto até aqui sobre o crime, os desvios e o contrabando é que tanto em Paraopeba quanto na Mantiqueira, assim como nas várias regiões que formavam os sertões mineiros do século XVIII e que preocupavam a coroa, as comunidades, arraiais, fazendas e demais territórios, os grupos lá existentes formavam redes de sociabilidade ligados a complexos econômicos que iam muito além da exploração do ouro e dos diamantes. A exploração dos recursos minerais, apesar de ser para a coroa aquilo que havia de mais importante na capitania, ou seja, a razão de ser e a função principal de Minas para a metrópole durante o século XVIII, longe estava de ser aquilo que mantinha de pé a economia da região, bastante diversificada, dinâmica, possuidora de mercado interno e com conexões com as demais capitanias que estavam à sua volta.

Não só a exploração do ouro que de fato dará forma a toda a complexidade territorial de Minas Gerais ao longo do século XVIII, mas também o comércio constante, a circulação pelos caminhos, seja para exercer contrabando quanto para o tráfico de escravos e também a agropecuária, o que se intensificará cada vez mais na capitania, terá grandes transformações até o final do século em questão.

2.3 MINAS E CURRAIS: RURAL E URBANO NA FORMAÇÃO DAS MINAS SETECENTISTAS

Foi visto até aqui, que houve o nascimento de Minas Gerais ainda nos anos finais do século XVII, com as descobertas auríferas em larga escala e as primeiras formações populacionais que lá estiveram para explorar o ouro. Após os conflitos sociais já comentados nesta tese, como a Guerra dos Emboabas, houve por parte da coroa a tentativa de controlar aquela região, com as divisões políticas e administrativas que culminaram na transformação daquele espaço em uma capitania. Vários outros elementos e processos históricos dinâmicos que ligam Minas não só à América portuguesa, mas também ao Mundo Atlântico ocorreram, sendo talvez o ponto de inflexão mais importante em todos esses processos foi a decadência da produção aurífera a partir da segunda metade do século XVIII. Nesse sentido, é interessante trazer à tona a perspectiva que Alexandre Mendes Cunha tem acerca de Minas Gerais no século

XVIII e sua divisão espacial e reorientação econômica, política e social após a segunda metade do referido século, ou seja, após a já dita decadência da produção aurífera. A grosso modo, para Cunha, o processo de transformação do espaço mineiro no século XVIII se configurou de maneira muito diferente do que ocorreu em outros espaços coloniais da América portuguesa, e isso se deu por conta do ouro.²⁰¹

De certa forma, segundo o autor, a exploração do ouro determinou de início a configuração dos primeiros núcleos urbanos da região. Cunha argumenta que o urbano não pode ser confundido com o “espaço citadino” ou com o conceito de “cidade”, mas o urbano é aquilo que tem um si uma “vida urbana”, é construído por indivíduos e por suas vidas sociais e não pode ser percebido como apenas um pano de fundo desses processos, mas os influencia e deles também sofre influência. Assim, para o autor:

o urbano no sentido que se vem tratando aqui é, por sua vez, uma expressão que mais se aproxima do sentido fundamental de “vida urbana”. Relaciona-se, dessa forma, à especificidade da concentração de serviços, de processos, de caminhos, de encontros, de idéias, de possibilidades, enfim, que o espaço urbano sintetiza e oferece. [...] Tudo o que se pode associar à vivência da urbanidade nas vilas do ouro mineiras na segunda metade do século XVIII decorre em larga medida dos encontros próprios da vida urbana, desde a complexificação da economia, gerando adensada estrutura de serviços e mobilizando recursos para o seu abastecimento; passando pela conformação de um tecido social com posições mais variadas, com substantivas diferenças em relação ao binômio senhor x escravo; até a conformação de projetos políticos dissonantes aos horizontes do empreendimento colonial ou, ainda, da gestação de uma paisagem artística e cultural significativamente nova e exuberante aos quadros da América.²⁰²

Ele defende, portanto, que a decadência da produção aurífera mineira na segunda metade do século XVIII trouxe uma reorientação do espaço que se desenvolveu em torno de novas dinâmicas voltadas para a organização de práticas que trouxeram o espaço rural como preponderante a partir do ponto de inflexão acima mencionado. Em outras palavras, o autor acredita que houve uma ruralização do espaço mineiro a partir da segunda metade do século XVIII, ao contrário de outras regiões da América portuguesa, nas quais o rural antecedeu ao urbano. Em Minas, para Cunha, a produção aurífera trouxe o urbano com ela, sendo que outros espaços, como o político, o religioso e o comercial foram se sobrepondo a esse espaço, tornando-o mais complexo. Da mesma forma, zonas de abastecimento a esses núcleos urbanos

²⁰¹ CUNHA, Alexandre Mendes. O urbano e o rural em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX. *Cadernos da Escola do Legislativo-e-ISSN: 2595-4539*, v. 11, n. 16, p. 57-70, 2019.

²⁰² *Idem.*, p. 60.

foram se formando desde o início do século, sendo que a partir da segunda metade dele muitas delas se tornaram mais populosas que esses núcleos urbanos iniciais.²⁰³

É por esse motivo o autor defende a tese de uma possível “ruralização” da sociedade mineira no decorrer da segunda metade do século XVIII, pois, segundo Cunha:

o que se está querendo aqui enfatizar é que há uma forte diminuição da mineração do ouro nos últimos anos do século XVIII e primeiros do XIX. A atividade começa a efetivamente entrar em decadência, diminuindo muito a sua importância no conjunto da economia, em comparação com as décadas de 60 e 70 do Setecentos. Torna-se inescapável a verdade de que a mineração era uma atividade em decadência aos olhos dos administradores da época, e isso se articula diretamente às perdas populacionais que vai sofrendo essa região central das minas. Dá-se uma troca populacional, com crescimento em particular do sul de Minas, crescimento esse que ocorre em função particularmente da atração das áreas ligadas à agropecuária, que no começo do século XIX teriam um incentivo particular, por conta justamente da vinda da família real em 1808 e da necessidade de abastecimento da praça do Rio de Janeiro, para o qual o sul de Minas será fundamental.²⁰⁴

Houve, de fato, um aumento do número de nucleações urbanas (ou citadinas) na esteira da decadência da produção aurífera, o que, segundo o autor, não significa que houve uma “urbanização” do espaço mineiro, mas o contrário, pois “a função principal dessas nucleações que vão surgindo ou se dinamizando é a de serem entrepostos para essa produção rural, o que bem se corrobora os testemunhos da época”.²⁰⁵ No entanto, não se pode deixar de lado o fato de que estudos como o de Angelo Alves Carrara, apontam não para essa ideia de ruralização de Minas após decadência do ouro, mas para uma existência concomitante do rural e do urbano desde os primórdios da Capitania.²⁰⁶ Mesmo assim, alguns testemunhos são apontados por Cunha para demonstrar sua tese de reorientação econômica da capitania. Entre eles estão os do viajante francês Saint-Hilaire, que durante sua passagem por Araxá, uma “cidade domingueira”, em 1819, relata que:

durante a semana a maioria das casas de Araxá fica fechada. Seus donos só ali aparecem aos domingos, para assistirem à missa, passando o resto do tempo em suas fazendas. Só permanecem nas cidades, nos dias de semana, os artesãos – alguns dos quais bastante habilidosos –, as pessoas sem profissão, alguns comerciantes e as prostitutas. O que acabo de dizer aqui pode ser aplicado praticamente a todos os arraiais da Província de Minas.²⁰⁷

²⁰³ *Idem.*, p. 66.

²⁰⁴ *Idem. Ibidem.*

²⁰⁵ *Idem.*, p. 67.

²⁰⁶ CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais*. Produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007.

²⁰⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goyaz*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 224.

É importante mencionar, contudo, que para o autor tanto o processo de declínio da produção do ouro quanto também a ruralização econômica da sociedade mineira, ambos ocorridos a partir da segunda metade do século XVIII, não significam, de maneira nenhuma, que houve decadência econômica na região. O que houve, segundo Cunha, foi uma reorientação econômica de Minas, reorganizada a partir da agropecuária, que não era uma atividade nova na capitania, mas que ganhou novos rumos à medida que a vida urbana voltada para a mineração decaía.

Apesar de ter contribuído para o debate sobre a economia brasileira durante muitos anos, a teoria dos ciclos econômicos proposta por Simonsen e reformulada por Celso Furtado, que influenciou a historiografia no sentido de criar a ideia de um suposto “ciclo do ouro”, não faz muito sentido.²⁰⁸ Isso porque nessa concepção, Minas Gerais durante todo o século XVIII estaria fadada a produzir o ouro e a importar os demais produtos para sua reprodução social, de modo que tanto a agricultura quanto a pecuária mineiras estariam em segundo plano. Como foi visto, essa era uma visão da metrópole sobre a economia mineira e que foi reproduzida pela historiografia. Porém, apesar de o ouro ter contribuído para a criação de nucleações urbanas e para a diversificação da sociedade e da economia de Minas, nem no seu auge ele representava o que havia de mais lucrativo para a metrópole. Isso porque, segundo José Jobson de Andrade Arruda, o valor do ouro exportado em 1760 (que era aproximadamente 4 toneladas), valia pouco mais de 2 milhões de libras, enquanto a mesma quantidade de açúcar no mercado europeu tinha o valor de quase três milhões de libras.²⁰⁹

Minas, dessa forma, não ficou restrita a apenas produzir ouro e diamantes, mas durante todo o século XVIII manteve a pecuária e a agricultura como pilares que sustentavam tanto os centros de mineração quanto o resto da complexa malha social e econômica da região. Na segunda metade do século, como já foi dito, esses espaços destinados à agropecuária passaram a ter uma importância central, enquanto a mineração entrava numa decadência sem volta.

Contudo, como já foi mencionado, a concepção de que Minas entrou em decadência econômica na esteira da diminuição da produção aurífera não é correta. A historiografia já demonstrou que houve uma mudança no eixo econômico na capitania. As pesquisas do

²⁰⁸ Sobre o assunto, conferir: SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. São Paulo - Rio de Janeiro - Recife: Companhia Editora Nacional, 1937; FURTADO, Celso; IGLÉSIAS, Francisco. *Formação econômica do Brasil*. Editora Universidade de Brasília, 1963.

²⁰⁹ ARRUDA, José J. de A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática. 1980. p. 609.

supracitado Angelo Alves Carrara, por exemplo, mostraram que a capitania desenvolveu ao longo do século uma estrutura econômica baseada nas “minas” e nos “currais”, ou seja, a mineração e a agropecuária, que se tornaram interdependentes e que foram se modificando ao longo do tempo; isso porque as minas se desgastaram e a agropecuária se desenvolveu tanto em larga escala quanto em pequena escala (as lavouras particulares), sendo que no final do século XVIII, segundo o autor, o número de escravos decresceu (com a escassez do ouro) ao mesmo tempo em que o número de indivíduos livres aumentou.²¹⁰ O que é importante para o tema das milícias negras, uma vez que elas eram formadas por indivíduos livres e libertos. Segundo o autor:

cada uma das minas – que eram muitas – desde sua origem exerceu forte demanda por gêneros que outras áreas, próximas ou distantes, fossem capazes de atender. Assim, daquela identidade primordial, cujo núcleo constituía o triângulo cujos vértices correspondiam às três primeiras vilas coloniais – Ribeirão do Carmo, Vila Rica e Sabará – começaram a brotar, frutificar e amadurecer outras Minas. Algumas chegaram mesmo a transmutar o caráter original: Pitangui, por exemplo, de arraial minerador da primeira hora, já havia se transformado no mais importante centro produtor de gado em meados do século XVIII. Ou, então, Minas Novas, cujas catas descobertas em 1728 minguaram cedo, viu a mineração perder fôlego nos anos seguintes e já nos fins do século XVIII concentrava a maior parte da produção de algodão da capitania. [...] Minas e currais são decerto categorias evidentes da divisão regional colonial mineira na infância da capitania. Com o tempo, contudo, tornaram-se absolutamente insuficientes no momento de se caracterizar as diferentes regiões da capitania a partir do segundo quartel do século XVIII. Aqui a lição de Ilmar Mattos deve ser lembrada: mudou-se o contorno regional, porque se alterou o espaço socialmente construído, com a chegada de novos atores em outros lugares.²¹¹

A última citação, retirada de trabalho mais recente do autor, demonstra como a visão de Carrara teve algumas mudanças com relação à ênfase que ele dava ao mercado interno mineiro. Esses “outros lugares”, por exemplo, têm relação não só com a própria diversidade econômica mineira existente desde seus primórdios, como também a conexão da região com as outras capitanias, que já apareciam conectadas às Minas Setecentistas nas pesquisas anteriores do autor, o que fica mais evidente nos seus últimos trabalhos, quando ele afirma que “proponho que a divisão regional ultrapasse as fronteiras de Minas” ou seja, dessa forma, “a identidade do noroeste de Minas só poderá ser plenamente apreendida se incorporarmos o oeste da Bahia, as minas de Goiás e do Tocantins e o sul do Piauí”, e que também “do mesmo modo, a personalidade histórica da zona da Mata sul de Minas só poderá ser plenamente compreendida

²¹⁰ Ver CARRARA, Angelo Alves. *Op. Cit.*, 2007.

²¹¹ CARRARA, Ângelo Alves. Para além das Minas e Currais (e de Minas Gerais): ensaio de caracterização da divisão regional mineira; séculos XVIII e XIX. *Seminário sobre Histórias Regionais de Minas Gerais*. Instituto Cultural Amílcar Martins – ICAM. Belo Horizonte: 2006, p. 55.

se abarcada boa parte do vale do Paraíba fluminense e paulista”.²¹² Dessa maneira, o autor atualiza sua visão sobre a economia mineira, reconhecendo que além do mercado interno que absorvia a produção da capitania, havia também conexões entre a região e outros lugares existentes na América portuguesa. Nesse sentido, pode-se afirmar que as Minas setecentistas não estavam isoladas do conjunto do Mundo Atlântico e que características existentes em sua economia e em sua sociedade estariam em conexão com a conjuntura social e política de outras partes, tanto as mais próximas quanto as que estavam muito além da capitania. A conexão se dava por meio da agropecuária, da exploração do ouro, do contrabando e também tinha intrínseca relação com o tráfico de escravos e a passagem desses indivíduos nos inúmeros caminhos que conectavam Minas a outras regiões da América portuguesa.

Ainda sobre a reorientação econômica ocorrida na capitania após a decadência do ouro, segundo Clara Maria Carvalho de Almeida:

no decorrer da segunda metade do século XVIII, a tendência à diversificação econômica presente desde os primórdios da ocupação foi se aguçando e os produtos agropecuários passaram a desempenhar papel preponderante na economia da capitania, anteriormente ocupado pelo ouro.²¹³

Sobre isso, a autora complementa:

Decorrente deste rearranjo interno de atividade principal, se verificaria uma redistribuição interna da população e dos recursos econômicos. Freguesias até então extremamente produtivas e em constante crescimento populacional, dariam lugar a outras que até então possuíam reduzido número de habitantes e menor interesse econômico, fosse para a coroa, ou para os habitantes das Minas. Assim, o peso das quatro comarcas da capitania também se alteraria sensivelmente, tanto em termos da proporção da população nelas residente, quanto em relação à arrecadação que eram capazes de gerar para a administração colonial.²¹⁴

Portanto, a questão populacional estava estritamente relacionada com as mudanças econômicas ocorridas na região ao longo do século.

2.4 POPULAÇÃO

Já foi mencionado aqui acerca do surto populacional da capitania desde seus primórdios e que a população mineira, segundo as estimativas, chegou a mais de 400 mil indivíduos. Diante disso, é interessante refletir também sobre como ocorreu esse processo nas diferentes regiões

²¹² *Idem.*, p. 60.

²¹³ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. De Vila Rica ao Rio das Mortes: uma mudança do eixo econômico em Minas colonial. *Locus: Revista de história*, Juiz de Fora, v.11, n.1 e 2, p. 137-160, 2005, p. 2.

²¹⁴ *Idem.*, p. 3.

existentes em Minas no século XVIII e a diversificação econômica da região. Mesmo com o ouro em decadência, as outras atividades produtivas da capitania continuaram impulsionando a economia mineira. A **TABELA 4**, a seguir, traz luz à questão:

TABELA 4 – CRESCIMENTO POPULACIONAL NAS COMARCAS DE MINAS GERAIS (1767 E 1776)

Comarcas	1767	1776	Crescimento
Vila Rica	60.249	78.618	30,5 %
Rio das Mortes	49.485	82.781	67,3 %
Rio das Velhas	69.328	99.576	43,6 %
Serro Frio	29.538	58.794	99,0 %
Total	208.600	319.769	53, 3 %

FONTE: Adaptado de 1- “Mapa geral de fogos, filhos, filhas, escravos e escravas, pardos forros e pretos forros, agregados, clérigos, almas, freguesias, vigários, com declaração do que pertence a cada termo e total, e geral de toda a Capitania de Minas Gerais, tirado no ano de 1767”.- *AHU/MAMG*, cx.93, doc.58; 2- *RAPM*, 2:511. Apud: CARRARA, Ângelo Alves. Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais 1674-1807).Rio de Janeiro, 1997, p.65.

Os números demonstram que houve pouco crescimento populacional na Comarca de Vila Rica em comparação a outras comarcas entre meados dos anos 60 e 70 do século XVIII. Com as lavras em decadência, houve, como já foi dito, a reorganização da economia mineira na direção de atividades voltadas para a agropecuária, o que justifica o crescimento populacional das comarcas de Rio das Mortes e Rio das Velhas. Já a Comarca do Serro Frio, voltada para a exploração de diamantes e também para a pecuária, teve um aumento populacional bastante significativo, principalmente após a implementação da Real Extração, em 1771. Também, como já explicitado, não se pode afirmar que Minas Gerais entrou em decadência econômica nas décadas finais do século, uma vez que houve essa reorganização da economia por meio da agropecuária e também porque não há diminuição significativa na arrecadação de dízimos pela coroa, o que se verá a seguir. Segundo Almeida, Vila Rica naquele momento ainda possuía um grau elevado de mercantilização de sua produção agropecuária, por isso apresentava mais de 34% dos dízimos arrecadados, e isso em plena crise do ouro. Contudo, a autora acredita também que os números demonstram como a capitania passava por uma mudança nos rumos de sua economia, principalmente por conta da atividade agropecuária e também devido a conexões entre Minas e outras regiões da América portuguesa, como o Rio de Janeiro.²¹⁵ Essa transformação do eixo econômico da capitania a partir da segunda metade

²¹⁵ *Idem.*, p. 18.

do século XVIII também iria se refletir na dinâmica da escravidão, que passou a estar cada vez mais relacionada com atividades voltadas para a agropecuária em detrimento da mineração. A tabela 5 ²¹⁶ deixa mais clara a relação que havia entre roças, lavras e fazendas em conexão com a mão de obra cativa na década de 1760 em Minas Gerais:

TABELA 5 – ROÇAS, ESCRAVOS, LAVRAS E FAZENDAS EM MINAS GERAIS (1766)

Comarcas	Roças	Escravos	Lavras	Escravos	Fazendas	Escravos
Vila Rica	1.236	9.966	925	14.617	-	-
Rio das Mortes	978	9.266	370	5.976	-	-
Rio das Velhas	1.396	8.262	571	11.189	174	1.112
Serro Frio	1.327	8.591	186	2.681	88	-
Total	4.937	36.085	2.056	34.463	262	1.112

FONTE: Adaptado de ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. De Vila Rica ao Rio das Mortes: uma mudança do eixo econômico em Minas colonial. *Locus: Revista de história*, Juiz de Fora, v.11, n.1 e 2, p. 137-160, 2005.

Como se pode perceber, a tabela demonstra que em 1766 a comarca de Vila Rica ainda possuía o maior número de escravos da capitania, sendo a atividade mineradora primordial nesse sentido, pois a exploração necessitava de muitos cativos para ser realizada. Contudo, o que também chama atenção é que o número de roças em Vila Rica também era alto em comparação a outras comarcas que depois se especializaram na atividade agropecuária. O grande número de roças espalhadas por todo o território mineiro também demonstra que atividades ligadas à agricultura e à pecuária tinham predominância na capitania. Outro fator relevante é que somente a categoria “fazendas” são veiculadas apenas a Sabará e Serro Frio, o que provavelmente tem a ver com o fato de essas regiões estarem ligadas ao sertão mineiro, onde grandes propriedades pecuaristas se configuraram. Segundo Almeida, no Serro Frio e no Rio das Velhas (onde ficava Sabará), havia algumas fazendas em que:

o número de gado vacum chegava até a superar a média de animais presentes nos rebanhos da campanha de Buenos Aires e do Rio Grande do Sul, regiões tradicionalmente pecuaristas. Em Buenos Aires, entre 1751 e 1815, a média de animais por rebanho era de 790, e no Rio Grande, entre 1765 e 1825, este número chegava a 995 cabeças. Embora não tenhamos o número médio de animais das propriedades pecuaristas dos sertões mineiros, há exemplos que

²¹⁶ *Idem.*, p.10.

permitem supor sua aproximação com as regiões citadas anteriormente. Este era o caso, da fazenda de D. Catarina Perpétua da Fonseca situada no sertão do Rio Verde, que em 1752 possuía 1.737 cabeças de gado; da fazenda Piçarrão do Capitão Inácio da Luz que em 1766 ao vender sua propriedade localizada na barra do Rio das Velhas contava com 1.011 bois; ou ainda, do Vínculo do Jaguará que, na ferra do gado realizada em outubro de 1805, possuía em todas as suas propriedades 1.968 cabeças.²¹⁷

Fica evidente a mudança do eixo econômico na capitania quando se vê as estatísticas existentes na **TABELA 6**:

TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ESCRAVA EM MINAS GERAIS POR COMARCA (1723 – 1767)

Comarcas	1723	1735	1749	1767
Vila Rica	23.398	47.755	39.278	38.647
Rio das Mortes	7.048	14.400	13.711	26.891
Rio das Velhas	14.789	24.284	28.317	43.027
Serro Frio	2.522	10.102	6.980	18.038
Total	53.707	96.541	88.286	126.603

FONTE: Adaptado de ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. De Vila Rica ao Rio das Mortes: uma mudança do eixo econômico em Minas colonial. *Locus: Revista de história*, Juiz de Fora, v.11, n.1 e 2, p. 137-160, 2005.

A TABELA 6 apresenta números relativos à distribuição da população escrava nas quatro comarcas de Minas Gerais nos anos de 1723, 1735, 1749 e 1767. Com base nas estatísticas presentes na tabela, é possível perceber que no auge da mineração a Comarca de Vila Rica possuía um grande número de cativos, o que decresceu em 1767, ao contrário das outras comarcas, que viram a quantidade de cativos aumentar ao longo do tempo. Há uma tendência de mudança na dinâmica econômica de Minas, na qual se pode observar que o novo centro econômico mineiro se tornou a Comarca de Rio das Mortes, seguida pela comarca do Rio das Velhas e, com isso, a consolidação das atividades ligadas à agropecuária e com nova demanda por trabalho escravo.

²¹⁷ *Idem.*, p. 15.

Outro fator interessante que mostra a mudança na direção da economia mineira após a decadência da produção aurífera é o número crescente de indivíduos livres em todas as comarcas, tendência que se fortaleceu na passagem do século XVIII para o XIX. Segundo Almeida, em 1821, a população livre e liberta na capitania passou de 330 mil indivíduos.²¹⁸ A tendência do século XVIII, assim sendo, se consolidou no próximo século. Porém, algumas ressalvas aqui são importantes. Apesar de o número de indivíduos livres apresentado pela autora ser expressivo, ele não destaca aqueles que fariam parte de camadas de africanos e afrodescendentes, de indígenas e de brancos. Essa dimensão populacional em Minas Gerais no século XVIII é importante para que se compreenda a dinâmica que ligava os processos de tráfico e de alforria com a formação da camada extensa de africanos e afrodescendentes livres e libertos que pertenciam às milícias negras. As estatísticas demonstram que Minas Gerais se tornou a capitania mais populosa do Estado do Brasil, como apresenta Alden:

TABELA 7 – CAPITANIAS MAIS POPULOSAS DO BRASIL (1776)

Capitania	Número de Habitantes	Porcentagem com relação ao número total de habitantes do Brasil
Pernambuco	239,713	15,4
Bahia	288,848	18,5
Rio de Janeiro	215,678	13,8
Minas Gerais	319,769	20,5

FONTE: ALDEN, D. O período final do Brasil Colônia (1750 – 1808). In: BETHEL, Leslie (Org.). *América Latina Colonial*. São Paulo: Edusp, 1999.

Em 1776, segundo as estimativas, Minas Gerais já possuía mais de 319 habitantes, sendo a capitania mais populosa da América portuguesa e possuidora, como foi visto, um número muito elevado de indivíduos escravizados e de livres e libertos. Segundo as estimativas, a população mineira já havia ultrapassado Pernambuco e Bahia no número de habitantes, possuía 100 mil indivíduos a mais que o Rio de Janeiro. A tabela a seguir, feita a partir das estatísticas de Clotilde Paiva, apresenta as estimativas que relacionam escravos e livres na população do Brasil em 1808:

²¹⁸ *Idem.*, p. 6.

TABELA 8 – LIVRES E ESCRAVOS NAS CAPITANIAS/PROVÍNCIAS MAIS POPULOSAS DO BRASIL (1808)

Capitania/Província	Número de livres	Número de escravos	Total
Minas Gerais	235.000	115.000	350.000
Bahia	228.000	107.000	335.000
Rio de Janeiro	111.000	123.000	234.000
Pernambuco	173.000	71.000	244.000
São Paulo	130.000	42.000	172.000

FONTE: Adaptado de PAIVA, Clotilde A., CARVALHO, José Alberto Magno de, LEITE, Valéria da Motta. Demografia. In: FUNDAÇÃO IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil*. 2 ed.. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. p. 31

Segundo as estimativas dessa tabela, em 1808 a população total de Minas Gerais chegou a 350 mil indivíduos, sendo por volta de 115 mil escravos e 235 mil indivíduos livres e libertos. Pernambuco aparece nas estimativas com 244 mil indivíduos, sendo 173 mil livres e 71 mil escravos. A Bahia, por sua vez, possuía uma estimativa de 228 mil indivíduos livres e 107 mil escravos em 1808. O Rio de Janeiro, vice-reino, possuía por volta de 234 mil habitantes, segundo as estimativas, sendo que por volta de 111 mil eram livres e 123 mil escravos. São Paulo, por sua vez, que não aparece nos dados de Alden, aparece nas estimativas de Clotilde Paiva com 172 mil habitantes, sendo 130 mil desses indivíduos livres e 42 mil escravos. Contudo, essas comparações são feitas com bases em números totais de indivíduos livres e libertos, com já foi dito, não separando os brancos dos pretos, pardos e indígenas, o que traria mais clareza aos processos que envolvem as milícias negras e suas estruturas, pois esses corpos militares eram compostos por africanos e afrodescendentes livres e libertos, ou seja, tinham sua dinâmica ligada aos processos de tráfico escravo e alforria, elementos que compõem ativamente a mudança de status de africanos e afrodescendentes ao longo do tempo.

Os dados censitários escassos há muito preocupam os historiadores da América portuguesa, que acabam por utilizar de estimativas e hipóteses construídas a partir de bases empíricas precárias. Essa já foi uma das queixas de Maria Luiza Marcílio e um de seus textos sobre a população do Brasil colonial.²¹⁹ Contudo, mesmo assim é importante que o historiador se debruce sobre os números, mesmo que escassos, para entender processos como esses acima

²¹⁹ MARCÍLIO, Maria Luiza. A população do Brasil colonial. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: América Latina Colonial* (Vol. 2). São Paulo: EDUSP, 1999, p. 331-338.

mencionados. No caso de Minas Gerais e sua população, o desafio é separar essa estimativa de Dauril Alden sobre os cerca de 235 mil indivíduos livres e libertos na capitania em 1808 e compreender a quantidade de africanos e afrodescendentes livres e libertos aproximadamente faziam parte deste montante. Em outro de seus textos, o historiador apresentou estimativas que trazem outro problema derivado das fontes escassas: ele apresenta a separação por categorias dessa vez, ou seja, indivíduos brancos, pardos e pretos; porém, o número de cativos não é apresentado nas estimativas populacionais de Minas Gerais entre 1772 e 1780. Segundo o autor, entre esse período, Minas Gerais teria uma população total estimada em 319.769 indivíduos, sendo 76.664 desses brancos, 76.110 pardos e 166.995 pretos.²²⁰ Infelizmente, a tabela trazida por Alden nesse trabalho não apresenta números sobre Pernambuco e Bahia, além de trazer dados precários sobre São Paulo e Rio de Janeiro, o que não permite fazer uma comparação com essas capitanias a respeito das populações de africanos e afrodescendentes livres e libertos. Sobre não haver o número de cativos de Minas Gerais nas estimativas de Alden entre 1772 e 1780, isso provavelmente ocorreu por conta de muitos desses indivíduos constarem na categoria “pretos” (e, talvez, uma minoria na categoria “pardos”). Há, portanto, a possibilidade de se subtrair esse número de 166.995 “pretos” dos 115.000 presentes nas outras estimativas trazidas pelo historiador acerca do número de cativos para a Minas em 1808. Isso traria um número aproximado de livres ou libertos considerados “pretos” pelas autoridades. Portanto, por essa lógica, é provável que havia quase 52 mil “pretos” livres ou libertos em Minas Gerais no período entre 1772 e 1780. Somando-se esses 52 mil aos outros 76.110 pardos, a população africana e afrodescendente livre e liberta mineira no período chegaria a aproximadamente 128 mil indivíduos.

Esses números não ficariam tão longe daqueles apresentados por outros autores, como por exemplo Russell-Wood. Segundo o autor, as Minas Gerais de 1786 possuiria, segundo as estimativas levantadas por ele, 362.847 indivíduos. O autor apresenta a seguinte divisão nessas estimativas: 65.664 brancos, 80.309 mulatos livres, 42.739 negros livres, 20.376 mulatos escravos e 153.759 negros escravos.²²¹ Portanto, Russell-Wood acaba por utilizar o termo “mulato” no lugar de “pardo” em sua categorização e também troca o termo “preto” por “negro” nas suas análises. Há certa discrepância nos números trazidos por Almeida, Russell-Wood e

²²⁰ ALDEN, Dauril. The population of Brazil in the late eighteenth century: a preliminary study. *Hispanic American Historical Review*, v. 43, n. 2, p. 173-205, 1963, p. 196.

²²¹ RUSSELL-WOOD, Anthony John. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 80.

Alden com relação ao número de escravos na capitania entre 1767 e 1808, portanto. A primeira traz o número aproximado de 128 mil escravos na capitania de Minas Gerais em 1767, enquanto o segundo apresenta a cifra de 174 mil cativos para o ano de 1786; já Alden é mais conservador nessas estimativas e acredita que havia por volta de 115 mil escravos em Minas já no ano de 1808. Russell-Wood também apresenta cifras para os anos de 1805 e também 1808. Segundo ele, em Minas Gerais de 1805, havia 407.004 habitantes segundo as estimativas, sendo que 78.035 deles seriam brancos, 92.049 mulatos livres, 48.139 negros livres, 24.997 mulatos escravos e 163.784 negros escravos. Portanto, segundo as estimativas dele, todas as cifras populacionais entre 1778 e 1805 teriam aumentado na capitania, tendência que não se sustentaria nos anos posteriores, pois, em 1808, segundo o historiador, a população mineira teria: 433.049 habitantes, com 106.684 brancos, ou seja, um acréscimo populacional dessa camada; 129.656 mulatos livres, um acréscimo também, seguido de um leve decréscimo de negros livres, que seriam no número de 47.937, a diminuição de mulatos escravos para 15.737 e também a diminuição severa de negros escravos para a cifra estimada de 133.035. Mesmo assim, as estimativas de Russell-Wood sobre o número de cativos em Minas para o ano de 1808 são muito diferentes das de Alden, pois enquanto o primeiro exhibe a cifra de quase 150 mil escravos, o segundo apresenta o número estimado de 115 mil para o mesmo ano. Entretanto, é importante refletir sobre o que esses números nos demonstram, mesmo que discrepantes: 1- O número de cativos em Minas Gerais sempre foi grande durante todo o século XVIII e se manteve assim pelo menos até o início do século XIX; 2- O número de brancos, mesmo que tenha aumentado ao longo do século, era muito inferior ao número de africanos e afrodescendentes, fossem eles cativos, livres ou libertos; 3- Foi feita uma estimativa aqui de 128 mil africanos e afrodescendentes livres e libertos vivendo em Minas Gerais entre os anos de 1772 e 1780, o que não está tão longe assim das estimativas de Russell-Wood, que apresenta cerca de 123 mil africanos e afrodescendentes livres e libertos vivendo na capitania no ano de 1786, ou seja, nesse caso, Alden e Russell-Wood não apresentam tantas discrepâncias em suas estimativas. Portanto, pode-se afirmar que na capitania de Minas Gerais, havia uma camada de africanos e afrodescendentes livres e libertos considerável, que formava um grupo de pressão diante da camada de brancos na capitania, que estavam em um número muito inferior em relação a essa camada e também à camada de cativos. É claro que, como já foi dito, essas cifras não correspondem a todo o século XVIII, mas a uma parte da sua segunda metade. Contudo, demonstram tendências de uma capitania que esteve sempre em intenso crescimento e desenvolvimento, sempre ligada ao tráfico e a processos de alforria, e também a toda a dinâmica existente em uma sociedade escravista colonial. Esses números demonstram que havia um

movimento que aos poucos foi transformando a capitania de Minas Gerais em um local propício para que a camada de africanos e afrodescendentes livres e libertos se desenvolvesse e participasse cada vez mais das instituições sociais, como as corporações militares. Entre esses indivíduos, formaram-se elites que buscavam adentrar nas posições de prestígio na sociedade e participar de instância de poder diversos, fazendo parte de redes de sociabilidade e de poder ligadas ao comércio, às irmandades e sobretudo, ao poder militar. As milícias negras mineiras, portanto, estão dentro dessa perspectiva em que essa camada populacional de indivíduos provenientes de um passado cativo pôde alçar voos mais altos e mudar de status em processos graduais e geracionais, que envolviam dinâmicas cada vez mais complexas em uma sociedade que também se transformava aos poucos. O que parece evidente no caso de Minas Gerais é que as corporações militares em que africanos e afrodescendentes atuaram ao longo do século XVIII se desenvolveram na mesma esteira das mudanças sociais, econômicas e políticas apresentadas pela capitania e pelo Mundo Atlântico conectado a ela. As estruturas dessas milícias negras, como se verá, passaram, aos poucos, de precárias, desreguladas, até mesmo anômicas e pouco preparadas, para cada vez mais desenvolvidas, reguladas e treinadas.

Fernando Prestes de Souza comparou os números dessa população africana e afrodescendentes livre e liberta para o início do século XIX entre algumas capitanias da América portuguesa, chegando a algumas estimativas interessantes: Minas Gerais, em 1814, teria, segundo o historiador, uma população africana e afrodescendente livre e liberta de 143.080 indivíduos, perdendo apenas nesse quesito para Pernambuco, que teria 164.634 indivíduos livres de cor em sua população em 1810. Segundo Souza, a capitania da Bahia teria 113.582 africanos e afrodescendentes livres em 1810 em sua população. Muito atrás ficaria São Paulo, com cerca de 48 mil indivíduos de cor e Rio de Janeiro, com pouco mais de 42 mil africanos e afrodescendentes livres e libertos em sua população, segundo o autor.²²² O autor compara essas cifras com o número de regimentos milicianos exclusivos para pretos e pardos nessas capitanias e percebe que há uma correlação, pois Pernambuco possuía naquele ano o número de 6 regimentos, Minas teria 7, Bahia apenas 2, São Paulo 1 e Rio de Janeiro 2. Fica clara a ligação que havia entre essa camada populacional existente na capitania de Minas Gerais e que se desenvolveu ao longo do século XVIII e a importância de suas milícias negras, que também se desenvolveram nesse século. Para que se compreenda essas questões, portanto, é

²²² SOUZA, Fernando Prestes de. *Pardos livres em um campo de tensões: milícia, trabalho e poder* (São Paulo, 1797-1831). Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 92.

preciso que se debruce sobre o tráfico de escravos para Minas Gerais e também sobre outros elementos que contribuíram para as transformações na capitania que impactaram também nas transformações estruturais das milícias negras.

2.5 TRÁFICO E ESCRAVIDÃO: MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII

Quando se iniciou o tráfico de africanos escravizados na direção de Minas Gerais para abastecer a mineração e demais atividades, há muito a empresa colonial portuguesa estava instalada nos trópicos. O sistema de *plantation*, definido como uma ordem econômica e política baseada no latifúndio monocultor e escravista, tinha na América portuguesa um aparato voltado para a produção de açúcar em larga escala que dependia fortemente do tráfico de escravos. Para Roquinaldo Ferreira e Tatiana Seijas:

o açúcar, mais que qualquer outro produto, corporifica a estreita conexão entre a emergência de um mercado de trabalho internacional (baseado na escravidão) e o desenvolvimento das economias de plantation que entrelaçaram a Europa, a África e as Américas (Schwartz, 2004). A primeira produção de açúcar em larga escala em terras tropicais ocorreu na colônia portuguesa de São Tomé e Príncipe, mas o complexo da plantation foi aperfeiçoado nas Américas, primeiro no Brasil e mais tarde no Caribe (Galloway, 1989; Schwartz, 1985).²²³

Após o fim da União Ibérica (1580-1640), houve uma presença mais forte de outros estados europeus no comércio Atlântico, suplantando a hegemonia portuguesa no comércio com as colônias espanholas; além disso, esse rearranjo político e comercial culminou na forte presença francesa e espanhola nas colônias portuguesas, o que levou Portugal a repensar a importância de seus domínios nas Américas, que estavam em segundo plano até então, visto a preferência lusitana pelas conexões com as Índias. Com isso, o tráfico português se voltou para a América portuguesa, onde, como já foi dito, um vasto maquinário voltado para o sistema de plantation envolvendo o açúcar se instalou. As relações entre a América portuguesa e Angola se tornaram estreitas, o que criou no Atlântico um sistema que impulsionou o capital mercantil português durante todo o século XVII. Segundo Ferreira e Seijas:

O aumento da produção açucareira no Brasil elevou o tráfico de escravos a um novo patamar de intensidade, construindo uma economia verdadeiramente distinta, que integrou completamente o Atlântico Sul e impulsionou o colonialismo português (Schwartz 1985). É significativo que o controle português sobre Angola, que havia sido tomada por invasores holandeses em 1648, tenha sido restaurado por forças militares saídas do Rio de Janeiro. A partir de então, Angola se

²²³ FERREIRA, Roquinaldo; SEIJAS, Tatiana. O tráfico de escravos para a América Latina: um balanço historiográfico. REID, George Andrews FUENTE, Alejandro de la. *Estudios afro-latino-americanos: una introducción*. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 50.

manteve como uma fonte de mão de obra fundamental no Atlântico Sul (Candido, 2013; Miller, 1988), muito em função de redes internas de escravização que catapultaram os embarques de cativos para o Brasil. No geral, esta migração forçada reforçou as conexões bilaterais entre as duas colônias portuguesas, além de contribuir para a ascensão do Rio de Janeiro como epicentro costeiro da economia de mineração do ouro do século XVIII.²²⁴

Portanto, como se pode perceber, o tráfico e a escravidão já eram elementos comuns na América portuguesa antes mesmo da descoberta do ouro em fins do século XVII. Porém, a demanda por escravos nos domínios portugueses na América se intensificou após a exploração aurífera, de acordo com as estatísticas apresentadas por Maria Luiza Ferreira de Oliveira e Pedro Puntoni. Segundo os autores:

entre o século XVI e o século XIX, cerca de 12,5 milhões de homens e mulheres foram embarcados em África, escravizados para abastecer o mercado de trabalho na América. Destes, quase 4,1 milhões foram trazidos para as colônias portuguesas na América (o Brasil e o Maranhão) ou para o Império do Brasil, onde foram vendidos como mercadoria para senhores, interessados em fazê-los trabalhar nas plantações, engenhos de açúcar, fazendas, oficinas, minas, serviços urbanos e domésticos. A escravidão, instituto jurídico que permitia a propriedade de uma pessoa (como um bem de uso e posse exclusivo passível de ser comprado e vendido), tornar-se-ia a base de um sistema de produção e, portanto, de um sistema social ressurgido na época moderna: o escravismo. Desde o século XV, nas ilhas do Atlântico (Açores, Cabo Verde, São Tomé e Madeira), convertidas à produção do açúcar para o mercado europeu, empreendedores portugueses introduziram escravizados africanos como principal mão de obra. Esta combinação de escravidão e produção mercantil tropical iria fundamentar a colonização portuguesa na América e, em consequência, marcar a economia e a sociedade do Estado brasileiro independente no século XIX.²²⁵

Pode-se dizer, então, que os africanos e os afrodescendentes livres na América portuguesa formavam a base da economia colonial por meio de sua força de trabalho, o que se refletiu no tipo de sociedade que naquelas figurações sociais se desenvolveram. De acordo com Puntoni e Oliveira, houve sete momentos do tráfico de escravos nas Américas, com destaque para o papel do Brasil em cada um deles²²⁶: 1- 1501-1560: o tráfico para a América hispânica; 2- 1561-1629: a demanda do Brasil; 3-1629-1648: o domínio holandês; 4-1649-1694: a crise da economia açucareira; 5-1695-1791: crescimento da economia colonial; 6-1792-1830: diversificação econômica e expansão da demanda; e 7-1831-1850: o tráfico ilegal.

Este trabalho corresponde ao momento 5 e também a parte do momento 6, ou seja, quando houve o crescimento da economia colonial, principalmente com o advento da mineração e também tem relação com a diversificação da economia na América portuguesa,

²²⁴ *Idem*, p. 57.

²²⁵ OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de; PUNTONI, Pedro. Entre a África e a América: escravismo e tráfico de escravos na formação do Brasil (1530-1850). *América*, n. 2, p. 36-51, 2020, p. 37.

²²⁶ *Idem.*, p. 42.

especificamente em Minas Gerais, em um movimento que se iniciou na segunda metade do século XVIII, com o declínio da produção do ouro. É notório o impacto da descoberta do ouro nas estatísticas relacionadas ao tráfico de escravos para a América portuguesa de acordo com as estatísticas apresentadas pelos autores. Por exemplo, na década anterior à descoberta aurífera, o número de indivíduos transportados da África para o Brasil estava na casa dos quase 76 mil; já na década da descoberta do ouro, houve um salto para quase 142 mil pessoas provenientes da África e transportadas na condição de escravizados na América portuguesa, número que praticamente só aumentou ao longo do século XVIII, chegando na casa dos quase 282 mil na última década do setecentos.²²⁷

O tráfico de escravos para Minas Gerais teve uma relação intensa com o porto de Salvador até a década de 1730. Os indivíduos escravizados desembarcavam na Bahia e eram redistribuídos para Minas Gerais por um caminho que costeava o Rio São Francisco e o Rio das Velhas, o que dava uma distância de aproximadamente 1200 km.²²⁸

Havia um forte laço comercial e político entre a comunidade mercantil da Bahia e a Costa da Mina, o que perdurou durante todo o século XVIII e também início do XIX²²⁹, o que explica o predomínio de africanos provenientes da Costa da Mina no início do setecentos em Minas Gerais. Portanto, de Salvador até as regiões mineradoras os indivíduos escravizados eram trazidos por um longo caminho que ligava o ouro à Bahia e também à Costa da Mina. Alguns indivíduos eram trazidos até o porto do Rio de Janeiro, mas o caminho até a região mineradora, conhecido como Caminho Velho, que passava por Paraty, era longo demais e chegava a durar entre 43 e 99 dias, o que não o tornava competitivo frente ao caminho da Bahia. Contudo, a partir de 1711, com a abertura do Caminho Novo ligando o Rio a Minas, o trajeto dos escravizados até a região mineradora poderia ser feito em dez ou doze dias.²³⁰ A partir de então, a praça mercantil do Rio de Janeiro passou a suplantiar o tráfico de africanos que ocorria do porto da Bahia para Minas Gerais. Além disso, conflitos entre reinos na Costa da Mina culminaram numa maior dificuldade nas expedições dos traficantes da Bahia e de Pernambuco

²²⁷ *Idem.*, p.40.

²²⁸ FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira; DA SILVA, Daniel Domingues. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX). *Afro-Ásia*, n. 31, 2004, p. 83.

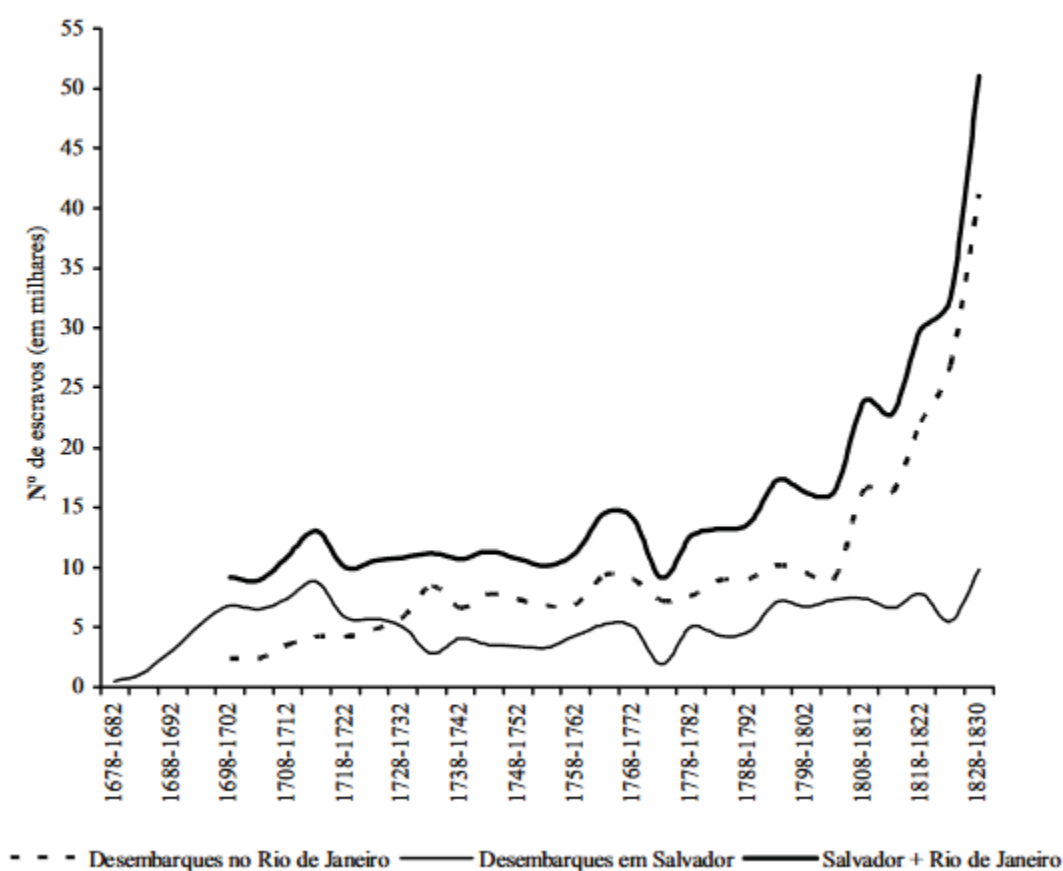
²²⁹ BRITO, Rafael Magno Maciel Costa. *Bahia, Costa da Mina e Minas Gerais: tráfico negreiro e laços culturais (1693-1763)*. 120 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova Lisboa, Lisboa, 2019.

²³⁰ FLORENTINO, M; RIBEIRO, A. V.; DA SILVA, D. D.. *Op. Cit.*, p. 87.

naquela região, o que teve como consequência o alargamento do tempo de viagem, que não durava mais de seis meses e passou a durar até 16.²³¹

Assim, a partir de 1730, o porto do Rio de Janeiro passou a ser o principal centro de abastecimento de cativos para as Minas Gerais, ficando o porto de Salvador como complementar durante todo o século XVIII. Essa mudança nos rumos do tráfico pode ser percebida no **GRÁFICO 2**.²³²

GRÁFICO 2 – MÉDIAS QUINQUENAIS DOS DESEMBARQUES DE ESCRAVOS AFRICANOS NOS PORTOS DE SALVADOR (1678 – 1830) E RIO DE JANEIRO (1700 – 1830)



FONTE: FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira; DA SILVA, Daniel Domingues. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX). *Afro-Ásia*, n. 31, 2004.

²³¹ *Idem.*, p. 86.

²³² *Idem.*, p. 85.

Pode-se perceber que essas mudanças no tráfico de escravos para Minas culminaram no aumento de conexões entre a capitania do ouro e o Rio de Janeiro a partir de então, o que iria interferir na dinâmica política e econômica das duas capitanias ao longo do século XVIII, incluindo nisso o período após a decadência aurífera. Segundo Manolo Florentino e outros:

o movimento de escravos africanos no porto de Salvador entrou em declínio exatamente quando o tráfico atra-vés do Rio de Janeiro conhecia movimento inverso. Já na década de 1720, importando 3.300 escravos/ano, o Rio de Janeiro talvez retivesse 20% dos 15 mil africanos então anualmente recebidos pela colônia.¹² A diminuição da duração da viagem entre o porto carioca e os veios auríferos possibilitou a redução dos custos de manutenção dos escravos, diminuindo inclusive as fugas e as taxas de mortalidade ao longo do trajeto Rio-Minas. Para a empresa traficante carioca, o aumento da velocidade de retorno do capital investido implicava em maior possibilidade de re-investimento e, pois, de maior lucratividade dos traficantes do Rio de Janeiro. Eis o motivo pelo qual, na década de 1730, continuava a se incrementar o comércio negreiro através do porto carioca: nos cinco primeiros anos da década ali desembarcavam 7.400 escravos/ano, dois terços dos quais desembarcados diretamente da África, o que, em relação às décadas de 1710 e 1720, configurava um aumento de quase 40% no volume das importações. Sabendo-se que por então a colônia importava anualmente 16.600 africanos, pode-se que a participação do porto do Rio tenha chegado a um terço do movimento médio anual de africanos para o Brasil.²³³

A predominância do porto do Rio de Janeiro no tráfico se refletiu na África, onde a exportação de africanos providos da Costa da Mina foi suplantada pelo tráfico congo angolano. A mudança nos rumos do tráfico para Minas a partir de 1730 com relação à origem dos africanos escravizados pode ser percebida no **GRÁFICO 3**.²³⁴

²³³ *Idem.*, p. 87.

²³⁴ *Idem.*, p. 89.

GRÁFICO 3 – ESTIMATIVA DA IMPORTAÇÃO DE ESCRAVOS PROVENIENTES DA ÁFRICA CENTRAL ATLÂNTICA E DA COSTA DA MINA PELO BRASIL, 1700 – 1810



FONTE: FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira; DA SILVA, Daniel Domingues. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX). *Afro-Ásia*, n. 31, 2004.

De acordo com Manolo Florentino e outros, “entre 1723 e 1771, de Luanda, o maior porto negreiro africano ao sul do Equador, foram exportados 204 mil escravos, metade dos quais para o Rio de Janeiro”²³⁵, com a maior parte deles sendo transportada para o abastecimento da mão de obra na capitania de Minas Gerais. Sobre a importância dos portos do Rio de Janeiro e de Salvador durante todo o século XVIII e parte do XIX no tráfico de escravos, Florentino e outros afirmam:

estimamos em cerca de 790 mil o número de africanos recebidos pelo porto de Salvador entre 1678 a 1830, e que a quantidade de cativos originários da África aportados no Rio de Janeiro totaliza algo em torno de 1.262.000 pessoas para o período de 1700 a 1830. Se aceitarmos, com Phillip Curtin, que entre 1701 e 1830 a América Portuguesa conheceu o desembarque de quase 2.500.000 africanos (um terço do total de cerca de sete milhões de africanos desembarcados em todas as Américas), veremos o quão ímpar é a envergadura dos tráficos carioca e baiano. Nesse período, o porto do Rio de Janeiro foi responsável por metade das importações brasileiras e Salvador por quase 30% das mesmas. Juntos, ambos os portos foram responsáveis por

²³⁵ *Idem. Ibidem.*

quase um terço de todos os desembarques de africanos ocorridos nas Américas ao longo do século XVIII e durante as três primeiras décadas do século XIX.²³⁶

Apesar de a maioria dos africanos escravizados terem chegado até Minas pelo porto do Rio de Janeiro a partir de 1730, as relações entre o porto de Salvador e a capitania do ouro continuaram constantes durante todo o século XVIII. Segundo as estatísticas de Martins, que demonstra as relações entre o porto de Salvador e Minas no que diz respeito ao tráfico de escravos, no período de 1759 a 1772, quase 60% dos indivíduos escravizados remetidos de Salvador eram direcionados a Minas Gerais, sendo mais de 10 mil desses indivíduos naturais da África e poucos mais de mil eram nascidos na América portuguesa. O Rio de Janeiro teria recebido mais de 15% desses escravizados, o que denota uma conexão entre as três regiões no que diz respeito ao sistema do tráfico.²³⁷ Já Goulart traz estimativas que permitem a comparação entre o número de escravos transportados para Minas do Rio de Janeiro e de Salvador entre 1739 e 1759. Segundo o autor, havia uma relação de complementaridade do porto de Salvador no que diz respeito ao tráfico de cativos para Minas no período em questão.²³⁸

Além disso, a grande maioria dos cativos que saíam do porto de Salvador eram remetidos para as regiões onde a mineração tinha preponderância. Segundo Carrara, a terminologia relacionada a “minas” ou “minas gerais” se remetia a regiões de lavras como Mariana, Ouro Preto, Sabará e Caeté; outras regiões que tinham a predominância na atividade mineradora eram Serro, Minas Novas e Paracatu, que se distinguiam do “sertão”, locais de passagem para as regiões de mineração e também onde havia os “currais”, em que se desenvolviam atividades voltadas para a agropecuária.²³⁹

De acordo com Rodrigo de Castro Rezende, na década de 1720, em números aproximados, havia uma maioria de indivíduos escravizados que eram provenientes da Costa da Mina e que haviam sido remetidos a Vila Rica (57%) e em menor número em São João del Rei (18%); Posteriormente, na virada do século, há um maior número de indivíduos que vieram

²³⁶ *Idem.*, p. 97.

²³⁷ MARTINS, Maria do CS; SILVA, Helenice CC da. VIA BAHIA: a importação de escravos para Minas Gerais pelo caminho do sertão 1759-1772. *XIV Seminário sobre a Economia Mineira: anais*, 2007, p. 5.

²³⁸ Fonte: GOULART, Maurício. *Escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, p. 170.

²³⁹ A discussão se encontra em CARRARA, Ângelo. *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1676-1807)*. Rio de Janeiro: PPGHIS/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997

da África centro-Occidental, principalmente classificados como de nação angola e benguela em Vila Rica (30%) e em São José del Rei (21%) (também da Comarca de Rio das Mortes). Há também uma predominância nas duas comarcas na virada do século por indivíduos classificados como crioulos, ou seja, nascidos na América portuguesa.²⁴⁰

Com base nos dados apontados pela historiografia, pode-se concluir que houve uma mudança significativa na capitania de Minas Gerais no que diz respeito ao tráfico e à escravidão a partir da segunda metade do século XVIII. Se por um lado há a forte presença de africanos provenientes da Costa da Mina durante todo o século. Porém, o como foi visto, o tráfico e o transporte pela via do porto de Salvador também nunca cessaram, tornando-se complementar no abastecimento de cativos para Minas Gerais durante todo o século XVIII. Os dados também demonstram que a partir da segunda metade do século acima mencionado há um número crescente de cativos naturais da América nas estatísticas. Não se pode acreditar que essa presença de indivíduos cativos naturais da América portuguesa se dê apenas por aquilo que a historiografia chama de “reprodução natural”, muito menos que seja apenas fruto do exclusivo do tráfico, ou seja, que eram indivíduos que vieram de outras regiões conectadas com Minas Gerais e que foram absorvidos pela capitania. Isso porque ambas as hipóteses não parecem ser excludentes. Portanto, esse número de “crioulos” cativos representa tanto a dinâmica do tráfico na América portuguesa na segunda metade do século XVIII quanto a própria reprodução natural de cativos na capitania em questão e também fora dela.²⁴¹

Sobre a dinâmica da escravidão em Minas Gerais, Rafael de Bivar Marquese afirma:

²⁴⁰ REZENDE, Rodrigo Castro. Escravos do Setecentos: um estudo sobre a composição da população cativa das Minas Gerais do século XVIII. *Unimontes Científica*, v. 9, n. 1, p. 33-44, 2015, p. 36. Segundo autor, a relação foi feita com base nas seguintes fontes: “Listas dos Quintos Reais da Coleção Casa dos Contos do Arquivo Público Mineiro nos anos de 1718 e 1719, para as localidades de Vila Rica e São João del Rei; das listas da mesma coleção, porém localizadas no Arquivo Nacional, para Vila Rica no ano de 1804; do rol de confessados da paróquia de São José em 1795, encontrado no Instituto Histórico Geográfico de Tiradentes; e das listas de batismos para a paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto entre 1713 e 1809”.

²⁴¹ Essa discussão pode ser vista em: MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*, BH: CEDEPLAR/FALE/UFMG. Coleção Textos para Discussão, v. 10, n. 2, 1980; MARTINS, Roberto Borges. “Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora”, *Estudos Econômicos*, XIII, n. 1, 1983; FRAGOSO, João Luís e GUEDES, Roberto, “Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421, 424 e 425: despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833”, in: Tarcísio R. Botelho e outros (org.), *História Quantitativa e Serial no Brasil: um balanço*, Goiânia, n. 4, ANPUH-MG, 2001; BERGAD, Laird W. *Escravidão e História Econômica – Demografia de Minas Gerais, 1720-1888*, Bauru, EDUSC, 2004; LIBBY, Douglas Cole. *Minas na mira dos brasilianistas: reflexões sobre os trabalhos de Higgins e Bergad*. *História quantitativa e serial: um balanço*, v. 1, p. 279-304, 2001.

para garantir a reprodução da sociedade escravista brasileira no tempo, fundada na introdução incessante de estrangeiros, era fundamental criar mecanismos de segurança que pudessem evitar um quadro social tenso como o do Caribe inglês e francês ou mesmo o de Pernambuco no século XVII. A libertação gradativa dos descendentes dos africanos escravizados — não mais estrangeiros, mas sim brasileiros — constituiu o principal desses meios. A prova definitiva da validade dessa equação é a associação de negros e mulatos libertos e livres com o sistema escravista: o grande anseio econômico e social desses grupos era exatamente a aquisição de escravos, ou seja, tornar-se senhor. Diversos trabalhos recentes documentam a prática bastante comum de negros e mulatos livres, libertos e mesmos escravos serem donos de escravos. Por conta da dinâmica do tráfico para o Brasil, o mais volumoso na história do comércio negreiro transatlântico, o africano escravizado era uma mercadoria socialmente barata. Foi isso que permitiu o disseminar da escravidão pelo tecido social brasileiro, marcando a particularidade desse sistema escravista. Essa mecânica, por sua vez, teve peso decisivo para a configuração econômica igualmente ímpar da América portuguesa.[...] Como há muito é consenso na historiografia brasileira, a partir do século XVIII, com o impacto da mineração, houve grande diversificação na economia colonial. Antes de mais nada, pelo aparecimento de uma produção ativa voltada ao abastecimento do mercado interno, como a pecuária no Rio Grande do Sul e no vale do São Francisco, ou a produção de mantimentos na própria capitania de Minas, em São Paulo e no Rio de Janeiro. O surgimento de vários núcleos urbanos em Minas Gerais, e mesmo o crescimento de antigas cidades como Rio de Janeiro e Salvador, também ativaram a economia interna. A produção de tabaco, no Recôncavo Baiano, foi outra atividade que recebeu impulso, pois se tratava de uma mercadoria central para a aquisição de cativos na Costa da Mina, especialmente valorizados nas zonas mineradoras. E, por último, não se pode esquecer que os enclaves de plantations açucareiras no Recôncavo Baiano, na Zona da Mata pernambucana e em Campos dos Goitacazes mantiveram sua vitalidade ao longo do século, a despeito da competição antilhana, que havia excluído seus produtores dos mercados inglês e francês.[...] o que importa para esta análise é o fato de todas essas atividades — rurais e urbanas — terem se baseado na escravidão, com uma estrutura de posse dos escravos que os distribuía por diferentes faixas de riqueza, sem concentrá-los apenas nas mãos dos senhores mais capitalizados ou mesmo dos proprietários brancos. A América portuguesa, portanto, combinava com essas diferentes operações econômicas o leque das formas de exploração do trabalho escravo presentes no Novo Mundo: a mineração e a escravidão urbana da América espanhola, as plantations escravistas do Caribe, a produção de mantimentos da região de Chesapeake.²⁴²

O que há de mais importante para o presente trabalho nessa longa citação do ensaio de Marquese é que a dinâmica do tráfico e da escravidão em Minas Gerais estava conectada com o restante do Mundo Atlântico e com seus processos políticos, sociais e econômicos que interligavam Europa, África e o Novo Mundo no século XVIII em um contexto que já vinha sendo construído muito tempo antes da existência da capitania do ouro. Portanto, apesar das especificidades e das reorientações econômicas presentes em Minas Gerais no século XVIII (sobretudo as mudanças ocorridas após a decadência do ouro na segunda metade do século), não se pode dizer que houve um sistema específico de tráfico e escravidão em Minas, mas que

²⁴² MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 74, p. 107-123, Mar. 2006, pp. 118-119.

o que ocorria naquela figuração social tinha relação intrínseca com processos que a conectavam com o Mundo Atlântico.

Com relação ao processo de libertação gradativa dos descendentes de africanos escravizados, não havia também um sistema específico para Minas Gerais no século XVIII, mas a capitania, como conectada ao Mundo Atlântico, seguiu os mesmos padrões de alforria presentes em outros domínios portugueses. Marquese afirma que essa libertação gradativa seria um mecanismo de segurança que garantiria a reprodução da sociedade escravista – pautada na introdução massiva de estrangeiros (como mão de obra cativa) na sociedade – de forma que não criasse tensões sociais profundas que modificassem o equilíbrio que permitia a existência do mesmo sistema escravista. A tese é extremamente válida, contudo, não se pode deixar de lado o fato de esses grupos sociais formados por africanos e afrodescendentes livres e libertos atuarem também no campo de tensões que existia nas sociedades do Mundo Atlântico. Por mais que houvesse o que o autor chama de associação de afrodescendentes com o sistema escravista por conta do anseio de grande parte desses indivíduos em tornarem-se senhores, isso não descarta o fato de que, segundo Luiz Geraldo Silva, “indivíduos situados no nível mais baixo [da sociedade] jamais ascendiam transpondo-se ao nível superior”, mas “ascendiam apenas no âmbito da hierarquia existente em seu próprio nível, o qual era distinto do nível mais alto, ademais, em decorrência da desonra, comum a todos os seus membros”, que possuíam “status atual ou ancestral, intra ou inter-geracional, de escravo”, ou seja, eram outsiders. Contudo, segundo o autor:

numa fase de transição, atribuir valor e significado às suas vidas tanto advindos da sociedade de tipo antigo, ou oligárquico, como da nova figuração de tipo democrático e representativo em processo de constituição, a qual engendra novas relações de poder, bem como um novo equilíbrio instável ou pendular entre os níveis sociais mais alto e mais baixo. Nesta nova estrutura as relações entre os dois níveis da sociedade alteram-se, pois há mais proximidade entre eles e menos potencial de retenção de poder concentrado no nível mais alto. O novo equilíbrio instável de poder entre os níveis mais alto e mais baixo se torna mais flexível, mais elástico e muito mais complexo, uma vez que a pressão exercida desde o nível mais baixo torna-se mais contínua, estável e consciente.²⁴³

A segunda metade do século XVIII, como se tem visto neste trabalho, é um momento em que há uma aceleração de processos sociais que culminarão na virada do século para um novo equilíbrio instável de poder no Mundo Atlântico; dessa forma, pode-se afirmar que as

²⁴³ SILVA, Luiz Geraldo. Afrodescendentes livres e libertos e igualdade política na América portuguesa. Mudança de status, escravidão e perspectiva atlântica (1750-1840). *Almanack*, Guarulhos, n. 11, p. 571-632, Dec. 2015, p. 609.

pressões exercidas pelos africanos e afrodescendentes livres e libertos desde o seu nível, mais baixo, e que chegam até o nível mais alto, o das autoridades régias, são processos que não se definem apenas por uma reprodução da ordem escravista, mas ações que demonstram mudanças nesse equilíbrio instável de poder e que aos poucos vão mover o pêndulo a ponto de transformar as estruturas mais profundas da sociedade. Grosso modo, essas pressões do nível mais baixo que reverberam no nível mais alto da sociedade não são apenas reprodução da ordem escravista e nem apenas resistência à escravidão, mas são as raízes da transição de uma sociedade do tipo antigo, ou oligárquico, para uma sociedade do tipo democrático e representativo.

Quanto às alforrias nas Minas Setecentistas, elas seguiam os mesmos padrões de outras regiões da América, conforme apontou a historiografia, que, de acordo com Marquese, além de associar o aumento do tráfico com o aumento do número de alforrias em toda a América portuguesa, elas, “reiteraram o modelo que Stuart Schwartz encontrou para a Bahia já em fim do século XVII” que “obedeceu a uma norma básica: quanto mais afastados da experiência do tráfico negreiro transatlântico, maiores seriam as possibilidades de os escravos e as escravas ganharem alforria”, assim, “o homem africano, predominante nos tumbeiros, dificilmente a obteria, mas seus descendentes, em uma ou mais gerações, sim”.²⁴⁴ Questões a respeito da mudança processual do status de africanos e afrodescendentes livres e libertos e da mobilidade social tridimensional desses indivíduos, conceitos oriundos dos estudos da antropologia da escravidão, serão pormenorizadas no próximo capítulo.

Basicamente, os tipos de alforria, ou manumissão, podem ser divididas em dois conjuntos, conforme a classificação de Andréa Lisly Gonçalves e outros pesquisadores sobre o assunto²⁴⁵: as gratuitas (ou graciosas) e as condicionais. Poderiam também ser elaboradas em formato de escrituras ou cartas e registradas em cartório com seu devido tabelião.²⁴⁶ As gratuitas

²⁴⁴ MARQUESE, *op. cit.*, pp. 116-117.

²⁴⁵ GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade: Estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011; SILVA, Elisa. *Alforriados e Fúções: a relação senhor-escravo na região de São João del-Rei (1820-1840)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Pós-Graduação em História do Instituto Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana MG, 2009; outras pesquisas importantes sobre a questão das alforrias são: PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. Annablume Editora Comunicacao, 1995; MATTOSO, Kátia M. de Q. A propósito de cartas de alforria—Bahia, 1779-1850. *Anais de História*, v. 4, p. 23-52, 1972; LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Clotilde Andrade. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d’El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 17, n. 1/2, p. 17-46, 2000; SCHWARTZ, Stuart B. A manumissão dos escravos no Brasil colonial-Bahia, 1684-1745. *Anais de História*, v. 6, p. 71-114, 1974.

²⁴⁶ LIMA, Douglas. *A Polisssemia das alforrias: o significado e dinâmicas das libertações de escravos nas Minas Gerais setecentistas*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

seriam aquelas concedidas sem ônus aos cativos, que não teria obrigação de efetuar algum pagamento ou realizar alguma tarefa para conseguir a liberdade. Já as condicionais seriam aquelas que seriam alcançadas por pagamento à vista, troca por outro cativo, condicionadas à morte do proprietário e também por pagamento parcelado, conhecido como coartação (ou carta de corte), além daquelas alforrias que eram ao mesmo tempo pagas e tinham como condição também a morte do senhor.²⁴⁷

Como foi visto, ao longo do século XVIII, ao mesmo tempo em que se aumentou a população africana e afrodescendente, o número de manumissões também foi grande, como já apontou a historiografia a respeito. Esse movimento não pode ser relacionado apenas com um tipo de mecanismo de segurança que garantia a reprodução da ordem escravista, mas também como maneiras de indivíduos do nível mais baixo exercerem pressão no nível mais alto, ou seja, como afirma Marco Antonio Silveira, era uma maneira de africanos e afrodescendentes acumularem forças²⁴⁸ e assim abalar as estruturas que garantiam o equilíbrio instável de poder.²⁴⁹ Segundo Eduardo França Paiva:

é claro que em ambientes urbanos, onde escravos, libertos e livres circulavam por logradouros públicos e por espaços privados, as notícias sobre acordos efetivados e alforrias conquistadas, assim como tentativas malogradas, acompanhavam o movimento dessa gente. Talvez por isso também a coartação tenha se tornado uma prática extremamente comum nesse meio urbano, sobretudo em Minas Gerais. Muitos coartados entraram em contato com essa possibilidade de manumissão através de contatos realizados no interior ou nas proximidades das incontáveis vendas de secos e molhados existentes e que, em muitos casos, pertenciam a negras libertas e, às vezes, a escravas. As informações eram passadas de boca a boca, e as negras vendeiras ou as negras de tabuleiro foram personagens centrais desse movimento. Vem daí, evidentemente, um enorme corpus legislativo sobre essas atividades e sobre condutas e práticas associadas a elas. A legislação pretendeu coibir essas mulheres, seus negócios e seu códigos culturais (nem sempre decifrados pelo poder) e colocá-los sob o controle das autoridades coloniais, mas, no cômputo geral, sem obter grande êxito.²⁵⁰

²⁴⁷ SILVA, Elisa Vignolo et al. As formas de obtenção da alforria: São João del-Rei 1820-1840. In: *Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira*. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

²⁴⁸ SILVEIRA, Marco Antonio. Acumulando forças: luta pela alforria e demandas políticas na Capitania de Minas Gerais (1750-1808). *Revista de História*, n. 158, p. 131-156, 2008.

²⁴⁹ Sobre esses mecanismos de pressão de africanos e afrodescendentes, ver: SILVA, Luiz Geraldo. "Esperança de liberdade": Interpretações populares da abolição ilustrada (1773-1774). *Revista de História*, n. 144, p. 107-149, 2001; SILVA, Luiz Geraldo. Afrodescendentes livres e libertos e igualdade política na América portuguesa. Mudança de status, escravidão e perspectiva atlântica (1750-1840). *Almanack*, n. 11, p. 571-632, 2015; SILVA, Luiz Geraldo; SOUZA, Priscila de Lima e. Escravos marinheiros, senhores e locadores: Leis Pombalinas, faina marítima e economia mundial (1761-1810). *Afro-Ásia*, n. 60, 2019.

²⁵⁰ PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia*: Minas Gerais, 1716-1789. Editora UFMG, 2001, p. 36.

É importante ressaltar que a perspectiva de Eduardo França Paiva em suas pesquisas é construir um aparato teórico que dê suporte para a construção do que ele chama de “História Cultural da Escravidão”, que estaria pautada por um método “comparativo” que alcançaria objetos de pesquisa que os “nacionalismos do fim do século XIX e da primeira metade do XX, assim como as visões ideologizadas e militantes do materialismo histórico marxista do século XX”²⁵¹ não permitiam enxergar.²⁵² O que se pretende aqui não é verificar como seria a “cultura” desses africanos e afrodescendentes, mas os aspectos sociológicos em uma perspectiva histórica que permitem compreender como as relações entre esses indivíduos marcados pela escravidão os conduziram a fim de exercerem pressão em grupos de nível superior e, dessa forma, atuarem em sua própria mudança de status ao longo do tempo. Contudo, é assertivo o que o autor declara a respeito de historiografias nacionalistas ou ideologizadas e militantes que acabavam por engessar indivíduos e grupos utilizando conceitos e ideias pautadas em anacronismos e na teleologia. Dessa forma, ser africano ou afrodescendente em Minas Gerais no século XVIII estava muito além de resistir à ordem escravista, vincular-se a ela e reproduzi-la, ou contribuir na construção de um universo cultural, participar da economia-mundo, entre outras perspectivas que acabam por reduzir o indivíduo histórico a determinações que se distanciam das interações sociais desses indivíduos que são empiricamente observáveis tanto de maneira diacrônica quanto sincrônica.

Não cabe aqui, portanto, demonstrar as “interações culturais” dos cativos das Minas Setecentistas na construção de um “universo cultural” que demonstre o cotidiano, o mundo do trabalho e a contribuição desses indivíduos para a construção de um cenário de convívio mútuo na América portuguesa, com interações e trocas de experiências entre a “Casa Grande” e a “Senzala”, pois uma vasta historiografia já tratou desses temas com veemência. Também não é necessário que se discuta as maneiras de resistir ao cativo e também as revoltas e as preocupações das autoridades com as sublevações de escravizados na capitania e a iminência de um “novo Haiti” no final do século XVIII, pois tais questões já foram pesquisadas com exaustão por diversos historiadores. O mais importante para este trabalho é a percepção do jogo social existente entre esses indivíduos dos níveis mais baixos da sociedade e a pressão exercida

²⁵¹ PAIVA, Eduardo França. Por uma história cultural da escravidão, da presença africana e das mestiçagens. *Fênix. Revista de História e Estudos Culturais*, v. 6, p. 1-24, 2009.

²⁵² Mesmo recentemente o autor diz se filiar à “história da cultura”, apesar de se apoiar em dados e em historiografia que apresentam aspectos muito mais sociológicos. Sobre isso, conferir: PAIVA, Eduardo França. Povos das Minas no século XVIII. *Cadernos da Escola do Legislativo-e-ISSN: 2595-4539*, v. 11, n. 16, p. 23-55, 2019.

por eles nos níveis mais altos, à medida que durante todo o século XVIII eles acumularam forças, para se usar as palavras de Marco Antônio Silveira²⁵³, no sentido de formarem figurações sociais que uniam africanos e afrodescendentes e, aos poucos, contribuíam nas transformações que impactavam no equilíbrio instável de poder.

Este capítulo buscou apresentar o nascimento de Minas Gerais como uma figuração social conectada ao Mundo Atlântico, com toda a dinâmica de uma sociedade escravista edificada por conta da extração do ouro e dos diamantes e que também possuía atividades voltadas para a agropecuária, sobretudo nos sertões; ao longo do século XVIII, tornou-se a capitania mais populosa da América portuguesa, dotada de inúmeros africanos e afrodescendentes livres e libertos. Com o declínio da produção aurífera, a capitania passou por processos de reorientação econômica, de forma que as atividades ligadas à agropecuária passaram a ter mais importância, de forma que as conexões com outras partes da América portuguesa tornaram-se mais intensas a partir da segunda metade do século em questão.

O próximo capítulo versará sobre os africanos e afrodescendentes livres e libertos e a relação destes com as instituições existentes no século XVIII, principalmente a militar, e as formas como esses indivíduos atuavam nessas instituições ligadas à coerção (e à violência) para buscar mobilidade social e, dessa forma, exercerem pressão nos níveis mais altos da sociedade. Assim, a gênese e a institucionalização das milícias negras mineiras ao longo do século XVIII deve ser compreendida dentro dessa dinâmica e também com relação às questões que envolvem do sistema escravista no Mundo Atlântico e da mudança gradual de status de africanos e afrodescendentes livres e libertos.

²⁵³ SILVEIRA, Marco Antonio. Acumulando forças: luta pela alforria e demandas políticas na Capitania de Minas Gerais (1750-1808). *Revista de História*, n. 158, p. 131-156, 2008.

3 GÊNESE E INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS MILÍCIAS NEGRAS MINEIRAS

No capítulo 1 foi visto que o número de indivíduos livres e libertos da capitania de Minas Gerais teve um aumento gradual ao longo do século XVIII, chegando a mais de 120 mil africanos e afrodescendentes livres e libertos na virada para o século seguinte, segundo as estatísticas apontadas no capítulo anterior. Além de ser um reflexo das alforrias crescentes ocorridas durante o século XVIII, era também efeito da reprodução natural de afrodescendentes nascidos livres da escravização. Essa massa de indivíduos livres e libertos formava a maioria da população mineira e tinha uma forte ligação com o mundo do cativo. Eram ex-escravizados ou descendentes de escravizados, e o vínculo deles com o passado cativo deixaria marcas em suas vidas e nas de seus filhos, ou seja, nas próximas gerações. Nem por isso poderiam ser chamados de *desclassificados*²⁵⁴, como parte da historiografia mineira os definiu nos anos 1980 e 1990. Assim como as pesquisas em torno do tráfico e da escravidão, aquelas a respeito da camada de indivíduos livres e libertos em Minas Gerais no século XVIII passou por aquilo que Paiva chamou de ideologização e militância, além de estudos pautados por vieses econômicos ou culturais.

3.1 AFRODESCENDENTES LIVRES E LIBERTOS NA HISTORIOGRAFIA

Há uma certa tendência na historiografia sobre a América portuguesa a tratar os africanos e afrodescendentes livres e libertos como indivíduos totalmente anômicos, sem coesão entre si. Há trabalhos que já foram bastante discutidos pela academia, como aqueles basilares de Laura de Mello e Souza, que percebe esses indivíduos como *desclassificados*²⁵⁵, ou seja, como se vivessem vagando pelas regiões onde habitavam, de maneira praticamente irracional e sem um sentido de existência. Essa visão da historiadora será retomada adiante. Porém, não é uma visão totalmente inédita, pois ela retoma conceitos já existentes na historiografia brasileira do início do século XX. Por exemplo, Gilberto Freyre, em seu livro, lançado originalmente em 1936, *Sobrados e Mucambos*²⁵⁶, mais especificamente no capítulo XI, cujo título é “Ascensão do bacharel e do mulato”, sugere a ideia de que os afrodescendentes livres e libertos somente conseguiram alguma mudança de status social no Brasil a partir do século XIX. Seria imprescindível para isso, segundo o historiador, o surgimento do mulato

²⁵⁴ SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

²⁵⁵ SOUZA, Laura de Mello e. *Op. Cit.*, 1982.

²⁵⁶ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo: Global Editora, 2006.

bacharel, um tipo de indivíduo bem-nascido e afeito à intelectualidade, sendo, portanto, fruto de processos sociais que teriam se sistematizado principalmente durante o reinado de Dom Pedro II.²⁵⁷

Por sua vez, Caio Prado Júnior, escrevendo na década de 1940 por meio de um viés marxista, apresenta uma perspectiva muito semelhante à de Freyre em seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo*²⁵⁸, no qual faz uma síntese do Brasil Colonial. Opõe dois grupos sociais bem classificados: de um lado os senhores, aqueles que faziam uso do poder, que também compunham uma camada social abastada e dona de grandes propriedades de terra; do outro lado, os escravos, aqueles responsáveis pelo trabalho. Segundo o autor, as duas categorias acima mencionadas eram bem delimitadas, cada qual em seu extremo. Todavia, entre essas duas havia uma camada de indivíduos não tão bem classificados “[...] dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma”.²⁵⁹ O culturalismo de Freyre e o marxismo de Caio Prado Júnior enxergavam, portanto, no afrodescendente, a chave para se compreender os problemas da nação brasileira, o que era uma questão teórica a ser construída e elucidada pela intelectualidade do país no início do século XX. O “mestiço” de Freyre formaria a distinta cultura brasileira, enquanto os “inúteis e inadaptados” de Prado Júnior, ou melhor, os elementos “alienados”, não poderiam formar classes trabalhadoras fortes o suficiente para superar o capitalismo, o grande problema do Brasil para o autor. Essas visões clássicas da intelectualidade brasileira acerca do africano e do afrodescendente influenciariam as perspectivas posteriores a respeito desses indivíduos.

Por exemplo, em *Homens livres na ordem escravocrata*²⁶⁰, Maria Sylvia de Carvalho Franco, pesquisando as relações sociais estabelecidas por homens livres na sociedade do Vale do Paraíba no século XIX, chegou a algumas conclusões que parecem muito semelhantes às de Freyre e, principalmente, às de Prado Júnior, guardadas as devidas diferenças de tempo e de perspectivas teóricas. A autora afirma que havia muitas estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais que impediam qualquer pretensão de liberdade plena por parte daqueles indivíduos provenientes das camadas mais baixas da população. De acordo com Franco (1997), os grandes proprietários da região por ela estudada exerciam plena dominação pessoal diante de tropeiros,

²⁵⁷ *Idem.*, p. 713.

²⁵⁸ PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23. edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

²⁵⁹ *Idem.*, p. 281.

²⁶⁰ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Unesp, 1997.

vendeiros e sitiante.²⁶¹ Segundo Pedro Cazes, a sociologia histórica de Franco tenta superar as visões “dualistas” sobre o passado colonial brasileiro que acreditavam que o patrimonialismo e o tradicionalismo presentes na colônia impediam, de certa forma, o desenvolvimento capitalista da região, como se o capitalismo europeu fosse muito diferente daquele existente nos domínios portugueses nas Américas. Para Cazes, a visão de Franco é totalizante, percebendo conexões entre o todo e suas partes e inserindo o capitalismo existente na colônia em um movimento global.²⁶² Segundo o autor, Franco estaria inclusive tentando superar os modelos teóricos sobre a história colonial do Brasil sustentados pela escola sociológica paulista, com a qual ela mantinha um diálogo intenso.²⁶³ Para a autora, portanto, o capitalismo estaria em pleno desenvolvimento na Colônia, intensamente conectado ao escravismo, de forma que até mesmo os homens considerados livres não conseguiriam superar as amarras existentes naquele sistema. A ordem capitalista, portanto, sustentaria a dominação sobre os afrodescendentes e impediria a autonomia e dificultaria a mobilidade social destes.

Além dos autores supracitados, não há como deixar de mencionar a visão de Silvia Hunold Lara apresentada na sua tese de livre docência intitulada *Fragmentos Setecentistas: Escravidão, Cultura e Poder na América Portuguesa*, defendida em 2004.²⁶⁴ A obra da autora é um ponto de inflexão nos estudos sobre a escravidão na América portuguesa e deixou um legado imprescindível para a historiografia. Na obra, Lara descreve uma sociedade composta de imensa quantidade de homens de cor livres no Brasil colonial no decorrer do setecentos.²⁶⁵ Esses africanos e afrodescendentes livres e libertos, segundo a autora, possuíam status social muito próximo ao dos escravizados e eram chamados por inúmeros termos pejorativos, sendo que até mesmo a palavra “mulato” “também podia ser eventualmente uma forma de

²⁶¹ *Idem.*, p. 65-70.

²⁶² CAZES, Pedro Faria. Passagens para o capitalismo: a sociologia histórica de Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Revista Crítica e Sociedade*, v. 4, n. 2, p. 113-138, 2014.

²⁶³ Grupo de pesquisadores reunidos em torno de Florestan Fernandes na cadeira de Sociologia I da USP, e que reunia jovens pesquisadores como Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Renato Jardim Moreira e a própria Maria Sylvia de Carvalho Franco, entre outros egressos do curso de Ciências Sociais, que acabaram se envolvendo em pesquisas sobre relações raciais e a mudança social no Brasil, que eram lideradas por Roger Bastide e também por Florestan Fernandes, orientador de Franco. O projeto se desenvolveu ao longo dos anos 1950 e foi patrocinado pela UNESCO.

²⁶⁴ LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas: Escravidão, Cultura e Poder na América Portuguesa*. Campinas. Tese de Doutorado. Tese de Livre-Docência. Unicamp, 2004.

²⁶⁵ *Idem. Ibidem.*

xingamento”.²⁶⁶ A cor da pele na América portuguesa, segundo análise de Lara, era marca simbólica de distinção social.²⁶⁷

Um outro autor que também tratou do assunto é Roberto Guedes. No capítulo “De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX)”, lançado em 2007 no livro *Conquistadores e Negociantes*, o autor discorre sobre a mobilidade social numa sociedade escravista. Para Guedes, a mudança de status e o prestígio social de um afrodescendente, tanto no Brasil Colonial quanto no Brasil Império, é um movimento que “se dá gradativamente, ao longo do tempo”, ou seja, “é geracional”.²⁶⁸ Portanto, afirma o historiador, quanto mais afastado do passado escravista o indivíduo se encontra, mais possibilidade de mudança de status social ele detém.²⁶⁹ A mobilidade social desses indivíduos, segundo Guedes, poderia ser definida de acordo com a cor com que eram descritos nas fontes. Conforme o autor, “era a mobilidade social que transformava um pardo em branco, um branco em pardo, um pardo em negro”.²⁷⁰ Dessa forma, a troca de cor por parte de um indivíduo proveniente de um passado escravista era um dos traços que definiriam a possibilidade do indivíduo mudar seu status social, de acordo com Roberto Guedes. É importante ressaltar que a perspectiva de Roberto Guedes está muito próxima à de Fragoso, um dos organizadores da obra e que pertence ao grupo de pesquisadores que formaram o modelo teórico existente no *Antigo Regime nos Trópicos*²⁷¹ e na obra *O Arcaísmo como Projeto*.²⁷² Para o autor, portanto, a questão da mobilidade social de um afrodescendente poderia seguir os modelos existentes nas elites mercantis que, segundo o modelo de Fragoso e de Florentino, movimentavam o capitalismo mercantil nas colônias, a “nobreza da terra”. Um ex-escravo, dessa maneira, não só teria a possibilidade de tornar-se senhor, mas também poderia mudar de cor no mesmo processo de mudança de status e comporia, dessa forma, a elite

²⁶⁶ *Idem.*, p. 151.

²⁶⁷ *Idem.*, p. 156.

²⁶⁸ GUEDES, Roberto. De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: JLR FRAGOSO; CMC de ALMEIDA; ACJ de SAMPAIO, *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos*. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 341.

²⁶⁹ *Idem.*, p. 342.

²⁷⁰ *Idem.*, p. 351.

²⁷¹ BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

²⁷² FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840*. Editora Record, 2001.

mercantil que, segundo a visão do grupo de pesquisadores, formava os pilares da monarquia pluricontinental pautada na economia do dom.

Apesar de ter uma relevância imprescindível para os estudos históricos sobre africanos e afrodescendentes livres e libertos no Brasil colonial e imperial, tal perspectiva vai de encontro a aquela que aqui é apresentada sobre este tema. Como já foi dito, este trabalho se articula nas discussões propostas pela sociologia figuracional eliasiana e tem como base teórica para se refletir o sistema escravista os estudos de Miers e Kopytoff. Por meio dessa perspectiva, a questão da mudança de cor de um afrodescendente não significa que ocorre a passagem automática deste indivíduo ao nível superior da sociedade; o que se apresenta é uma mudança em termos de mobilidade social, a qual, como foi visto, segundo os preceitos de Miers e Kopytoff, possui três dimensões que são independentes.

Sobre Minas Gerais no século XVIII, a pesquisa precursora de Laura de Mello e Souza no já mencionado *Desclassificados do Ouro* influenciou a historiografia brasileira posterior a respeito dessa camada de livres que, segundo a historiadora, haviam sido esquecidos por parte dos pesquisadores. Para ela,

numa sociedade de extremos bem definidos – a camada senhorial e a camada escrava –, os homens livres pobres constantemente desclassificados foram os protagonistas miseráveis de uma triste aventura. A heterogeneidade e a fluidez da camada que os envolveu, a violência dos mecanismos que os rejeitaram e os incorporaram quando conveio, tolheu-lhes a possibilidade de construir uma percepção consciente da própria miséria. Esse eterno ser e não-ser impediu que se enxergassem e compreendessem suas virtualidades; ao mesmo tempo, propiciou que outros construíssem um juízo sólido a seu respeito: foi assim que a camada dominante, mais bem articulada, pôde tecer a sua ideologia da vadiagem.²⁷³

Assim, a questão da desclassificação social destes indivíduos para a historiadora representa a alienação política, a falta de coesão e ausência de senso de pertencimento, o que fazia com que tais indivíduos deixassem de consolidar uma “classe trabalhadora” sólida que se unisse para resistir aos desmandos das autoridades. O referencial teórico marxista baseado nas perspectivas de E. P. Thompson²⁷⁴ fazem com que a pesquisadora perceba esses indivíduos “vadios” como dispersos e pouco autônomos, o que os impedia de construir a si mesmos como uma “classe” que pudesse adquirir uma *cultura política* necessária para superar o sistema de

²⁷³ SOUZA, *op. cit.*, p. 294.

²⁷⁴ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

exploração e opressão a que estavam submetidos. Sobre esses indivíduos considerados por ela como desclassificados, ela complementa:

a camada dos desclassificados ocupou todo o “vácuo imenso” que se abriu entre os extremos da escala social, categorias nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização. Ao contrário dos senhores e dos escravos, essa camada não possui estrutura social configurada, caracterizando-se pela fluidez, pela instabilidade, pelo trabalho esporádico, incerto e aleatório. Ocupou as funções que o escravo não podia desempenhar, ou por ser antieconômico desviar mão-de-obra da produção, ou por colocar em risco a condição servil: funções de supervisão (o feitor), de defesa e policiamento (capitão-do-mato, milícias e ordenanças), e funções complementares à produção (desmatamento, preparo do solo para o plantio).²⁷⁵

Portanto, na visão da historiadora, a camada de indivíduos livres de Minas Gerais permanecia sempre à margem da sociedade, impossibilitados de resistir ao sistema que os mantinha naquela condição estática, sendo úteis às autoridades no ato de reproduzir aquele sistema coercitivo e dominador. Laura de Mello e Souza, portanto, em sua obra dos anos 1980, enxergava nas Minas Setecentistas (e no Brasil Colonial) as raízes dos problemas percebidos por ela na sociedade brasileira dos anos 1960 e 1970, momento de intensas lutas políticas na América latina contra sistemas políticos opressores e antidemocráticos; momento também em que inúmeros movimentos sociais reivindicavam direitos às camadas marginalizadas no ocidente. Foi um período em que essas camadas populares marginalizadas, portanto, passaram a ter mais importância como objeto de pesquisa para as ciências humanas.

Influenciado pelas pesquisas de Laura de Mello e Souza e suas concepções sobre os *desclassificados*, bem como as questões apontadas por ela a respeito da imposição da moral cristã e da espiritualidade em Minas Gerais pelas autoridades portuguesas em *O diabo e a Terra de Santa Cruz*²⁷⁶, Luciano Figueiredo publicou em 1997 a obra *Barrocas Famílias*.²⁷⁷ A obra pertence ao período dos anos 1990 em que se abriu o leque de possibilidades temáticas no campo historiográfico. Segundo Rago:

a enorme ampliação do leque temático e dos sujeitos históricos forçou um alargamento do campo conceitual e acentuou a busca por novas formas de operar o conhecimento. Nesse contexto, outra importante fonte de renovação veio da redescoberta da Escola dos Annales, obscurecida pela produção marxista desde o final dos anos 60, e da Nova História, que encanta com seus novos temas e abordagens, sobretudo ao longo dos anos 80. Dos instintos aos sentimentos, do medo ao amor, do cheiro às lágrimas, entre

²⁷⁵ SOUZA, *op. cit.*, p. 91.

²⁷⁶ SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. Editora Companhia das Letras, 1986.

²⁷⁷ FIGUEIREDO, Luciano. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

a mentalidade e a sensibilidade, pensadas nas múltiplas temporalidades existentes na “longa duração”, os novos temas revelam um vasto campo de pesquisas inexploradas. Ao contrário das mudanças revolucionárias, da ansiosa busca marxista da luta de classes e da Revolução, passa-se paulatinamente a olhar para as permanências estruturais, para as continuidades existentes ao longo dos processos temporais, o que ajuda, em certa medida, a explicar as falências das propostas transformadoras. Duvida-se crescentemente da possibilidade de um conhecimento objetivo, enquanto a dimensão subjetiva e o campo simbólico passam a ser evidentemente interrogados.²⁷⁸

O historiador, portanto, por meio de documentação proveniente de devassas, busca compreender as vidas das famílias dos “*desclassificados*”, chamadas por ele de famílias “barrocas”, em meio às imposições da moral e da fé cristã, com a Igreja Católica forçando a população mineira a seguir os seus preceitos religiosos e punindo aqueles que não seguiam as tradições e os dogmas da instituição. Assim, a Igreja e o Estado português sob o Padroado Régio, seguiam com as visitas diocesanas nas Minas Setecentistas para averiguar delações relativas a desvios de conduta da população mineira. A Mesa de Visitação, segundo o autor, punia os transgressores com multas, excomunhões, prisões e castigos físicos. Em contrapartida, os “desclassificados” resistiam a essas ações coercitivas da Igreja por meio de práticas como as relações extraconjugais, o concubinato, os incestos, os apadrinhamentos, a criação de enjeitados, o infanticídio e as alianças entre famílias empobrecidas. O autor, portanto, enfatiza que a vida familiar desses “desclassificados” transcorreu à margem das instituições que dominavam a sociedade mineira. Ao mesmo tempo, portanto, que resistiam às imposições da moral cristã, permaneciam nas margens das instituições ligadas à Igreja e também se mantinham afastados de posições de poder nos domínios portugueses nas Américas.²⁷⁹

A análise de Figueiredo, dessa forma, é centrada na resistência dos “desclassificados” de Minas Gerais no século XVIII frente às imposições das autoridades régias. Tentando superar a historiografia pautada por essa ideia de resistência, Eduardo França Paiva resgata os preceitos de Gilberto Freyre na obra aqui já mencionada: *Escravidão e Universo Cultural na Colônia*.²⁸⁰ Como já foi dito, o pesquisador busca construir uma análise a partir do que ele chama de “história cultural da escravidão”. Paiva procura, dessa maneira, deixar de lado o “imaginário do tronco” e a perspectiva da “história dos vencidos” e dos oprimidos e ressaltar a importância cultural das vidas dos africanos e afrodescendentes livres e libertos, suas práticas no cotidiano e suas relações sociais, pois, segundo o autor, “as culturas africanas, ao chegar à América

²⁷⁸ RAGO, Margareth. A “nova” historiografia brasileira. *Anos 90*, v. 7, n. 11, p. 73-96, 1999, p. 78.

²⁷⁹ FIGUEIREDO, *op. cit.*, 1997.

²⁸⁰ PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia*: Minas Gerais, 1716-1789. Editora UFMG, 2001.

portuguesa, junto com os escravos, não se deram jamais por vencidas”.²⁸¹ Para ele, a América portuguesa possuía um universo cultural que “era mestiço e, também, distinto; era híbrido, mas, também, impermeável”.²⁸² Os africanos e afrodescendentes livres e libertos das Minas Setecentistas contribuiriam, segundo ele, na construção de um mundo colonial com traços de pluralidade, com indivíduo que acabavam por se adaptar ao sistema escravista sem esquecer, no entanto, suas origens africanas.

Sendo considerados tanto “desclassificados” sociais como construtores da cultura brasileira, os afrodescendentes livres e libertos foram vistos pela historiografia mineira como um grupo social que sofria os impactos de uma dominação imposta por autoridades régias que insistiam em os controlar por meio de inúmeros instrumentos de coerção. Essa historiografia, dessa forma, retoma com nova roupagem tanto o marxismo de Prado Júnior (embora sob o viés thompsonian) quanto o culturalismo de Freyre. Embora as perspectivas sejam ricas e tenham deixado um legado importante para a historiografia, esse tipo de visão não se alinha aos aspectos teóricos aqui discutidos sobre a escravidão e a mudança de status dos africanos e afrodescendentes livres e libertos, muito menos reflete sobre processos históricos e sociais específicos que se traduzem em importantes transformações na sociedade da América portuguesa ao longo do século XVIII, principalmente a partir da segunda metade desse século. Os africanos e afrodescendentes livres e libertos de Minas Gerais no século XVIII não formavam grupos anômicos, desclassificados, sem coesão e que permaneciam sempre à margem da sociedade. Essa é uma representação feita pelas autoridades da época e que se manifestavam nas fontes. É necessário que se repense essa perspectiva e que se compreenda que esses indivíduos paulatinamente se incorporavam na sociedade mineira, formavam grupos interdependentes que participavam das instituições na capitania, traçavam trajetórias individuais e intergeracionais no sentido de aos poucos passarem da posição de *outsiders* a estabelecidos e, assim, exercer pressão no nível mais elevado da sociedade a fim de atender suas principais reivindicações.

Por meio de uma visão sociológica de Max Weber, Sérgio Buarque de Holanda analisou os “tipos ideais” presentes no processo de colonização da América portuguesa. Em *Raízes do Brasil*²⁸³, construiu o conceito de *homem cordial*, que era avesso às normas e à burocracia,

²⁸¹ *Idem.*, p. 20.

²⁸² *Idem.*, p. 38.

²⁸³ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

sendo personalista, contrário à polidez, vista como “máscara social”, e afeito mais à intimidade que aos formalismos, não conseguindo, dessa maneira separar totalmente o espaço público do privado. Esse tipo ideal construído por Sérgio Buarque se associa ao conceito de *patrimonialismo*, também analisado pelo pesquisador ao longo de suas obras. O autor também se debruçou sobre os conceitos levantados por ele acerca das diferenças entre o *ethos* aventureiro e o *ethos* trabalhador. Assim, o aventureiro seria o indivíduo sempre em busca de experiências novas, vivendo provisoriamente e com o objetivo de sempre descobrir novas coisas. O trabalhador, por sua vez, é analítico, calculando as dificuldades e com parcimônia e com esforço contínuo planeja tirando o melhor proveito possível das situações do cotidiano. Há um valor moral positivo nas funções relativas ao trabalho para o indivíduo com o *ethos* trabalhador. Por isso, ele despreza a inconstância e a aventura. Já os aventureiros são apegados à ousadia, muitas vezes realizam atividades consideradas imorais, descuidadas e desprezíveis aos olhos do trabalhador, vistas inclusive como irresponsáveis, ociosas e relacionadas a indivíduos vadios ou vagabundos, que procuravam sempre recompensas imediatas. Assim, tudo o que é ligado ao trabalho, para o indivíduo de *ethos* aventureiro, muitas vezes é visto como algo que relativamente merece o desdém. Da mesma forma que o *ethos* aventureiro se contrapõe ao *ethos* trabalhador, na visão de Sérgio Buarque de Holanda o *homem cordial* se contrapõe ao ideal de Estado, com suas instituições e corpo burocrático.

Foi visto no primeiro capítulo desta tese que Minas Gerais nasceu em função da exploração do ouro e ao longo do século XVIII passou por inúmeras transformações em decorrência de inúmeros processos sociais relacionados às suas atividades produtivas, ao escravismo, aumento populacional, dinâmica econômica interna e conexões com outras regiões da América portuguesa e do Mundo Atlântico. Foi visto também que a partir da segunda metade do século houve uma reorganização da economia mineira por conta da crise na produção do ouro, com o aumento de atividades voltadas para a agropecuária na capitania, o que se somou ao desenvolvimento de muitos núcleos urbanos que serviam de entrepostos às regiões mais rurais. A escravidão mineira também passou por mudanças, pois, como foi visto, com o aumento gradual das alforrias, o número de africanos e afrodescendentes livres e libertos ultrapassou a população cativa naquela figuração social.

De certa forma, pode-se afirmar que o *ethos* aventureiro predominou na formação de Minas Gerais ao longo do século XVIII, bem como a presença do *homem cordial*, a exemplo Manuel Nunes Viana e tanto outros indivíduos que faziam frente ao estabelecimento de um aparato burocrático estatal nas Minas Setecentistas, e que tinham no prestígio pessoal e no poder

individual a força necessária para disputar espaço com qualquer autoridade local ou que fosse proveniente do reino. A camada de africanos e afrodescendentes livres e libertos que passou a predominar nas estatísticas populacionais mineiras ao longo do século também podem ser percebidas como entrelaçadas a um *ethos* aventureiro, como se percebe na historiografia e também nas fontes coevas. Esses indivíduos não podem ser vistos como *desclassificados* somente por estarem no entremeio da dicotomia clássica *senhor* e *escravo*. Além disso, a associação desses indivíduos com o termo “vadio” não detém o mesmo peso pejorativo existente nas sociedades industriais de tipo democrático representativo. No dicionário *Bluteau*, o termo “vadio” é um adjetivo com o significado de “o que não tem ofício, emprego, nem modo de vida; vagamundo; ocioso”.²⁸⁴ Já o termo “vagabundo” aparece no mesmo dicionário com a definição de “o que anda vagando, sem domicílio nem vivenda certa”.²⁸⁵ “Vagamundo”, por sua vez, é o mesmo que “vagabundo”, segundo o padre Rafael Bluteau, ou seja, é o indivíduo vagante, sem ocupação, que caminha sem função, ocioso.²⁸⁶ “Ócio” é um termo que remete também à desocupação ou tempo de folga, enquanto “ocioso” é aquele que é “vadio, que não se ocupa em coisa alguma; que está de folga; que está sem exercício”.²⁸⁷ É provável que a concepção pejorativa de “vadio”, com conotação extremamente negativa tenha sido construída na passagem da sociedade de tipo antigo, ou oligárquico, para a sociedade de tipo democrático representativa, principalmente com a industrialização e a construção da moral que envolveu o trabalho a partir dessa nova organização social do ocidente. O termo pode ter recebido conotação negativa assim como o conceito de “vilão”. Segundo Bluteau, “vilão” é o adjetivo relacionado a quem “mora em vila, camponês; homem civil, não nobre; descortês”.²⁸⁸ Portanto, o termo também se transformou com as mudanças da sociedade na passagem do XVIII para o XIX, sendo associado aos que cometem o mal, aos antagonistas, contrário aos heróis da literatura burguesa. Vilão era alguém que habitava uma vila ainda na Idade Média, ou seja, que não estava ligado à nobreza feudal e que possuía, assim, maior autonomia que outros indivíduos ligados à servidão. Transformação parecida pode ter ocorrido com o termo “vadio” ou “vagabundo” (vagamundo), que recebeu uma conotação negativa ligada até mesmo com a

²⁸⁴ BLUTEAU, Raphael. *Dicionário da língua portuguesa*: composto pelo padre Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes da Silva, natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1790, p. 505.

²⁸⁵ *Idem. Ibidem.*

²⁸⁶ *Idem.*, p. 506.

²⁸⁷ *Idem.*, p. 128.

²⁸⁸ *Idem.*, p. 526.

criminalidade, com a total indisciplina e com o fato de não exercer atividades produtivas, ou seja, não gerar capital e, assim, não movimentar a economia.

Ao contrário disso, a própria historiografia demonstrou que esses “vadios”, chamados por essa historiografia de “desclassificados”, tinham, na verdade, inúmeras funções sociais nas Minas Setecentistas. Esses africanos e afrodescendentes livres e libertos, que eram a maioria naquela sociedade, eram coesos, articulavam-se nas inúmeras figurações sociais às quais pertenciam e possuíam maior autonomia que grande parcela da população mineira. Eram também incorporados por instituições, às quais se associavam e trocavam experiências e solidariedade com outros indivíduos de vários grupos sociais. Transitavam no meio urbano, nos cartórios, nas vendas, no campo, nos sertões, nas fazendas, abrindo caminhos, combatendo quilombos, unindo-se a quilombos, combatendo indígenas ou unindo-se a eles. Faziam uso do aparato burocrático colonial, pedindo justiça ou sendo julgados por esse corpo burocrático por conta de seus delitos. Participavam das missas nas igrejas e também faziam parte das irmandades. Os africanos e afrodescendentes livres e libertos traçavam trajetórias individuais e intergeracionais que aos poucos contribuía para a mudança de status dessa camada populacional, que está ligada à mobilidade tridimensional desses indivíduos. Eles estavam também muito mais conectados ao *ethos* aventureiro que ao trabalhador. É por isso também que esses indivíduos constituíam as milícias negras mineiras, que se desenvolveram institucionalmente ao longo do século XVIII.

É a partir dessa perspectiva que se deve compreender a sociogênese das milícias negras mineiras. À medida que afrodescendentes passaram a atuar em corpos militares na capitania de Minas Gerais ao longo do século XVIII, por meio delas tiveram a oportunidade de disputar posições de prestígio naquela sociedade, desenvolvendo sentimentos de pertencimento às organizações militares e aos grupos sociais que orbitavam essas instituições. Ao longo do tempo, mudaram seus padrões de comportamento, suas condutas individuais e suas estruturas de personalidade por conta das transformações sociais ocorridas na capitania no decorrer do século XVIII, o que tem uma ligação intrínseca com as relações desses afrodescendentes aos corpos militares. Para se compreender a sociogênese das milícias negras mineiras, portanto, deve-se entender não só a direção desses processos sociais acima mencionados em sua totalidade, como também deve-se perceber as transformações nas estruturas institucionais existentes naquela sociedade, sobretudo no que se diz respeito à questão das organizações militares presentes na América portuguesa, que se desenvolveram ao longo de séculos ainda na Europa. Uma vez que tiveram seu nascimento no Velho Mundo, com as conquistas do ultramar

houve um longo processo de tentativa de se transplantar essas estruturas militares para as Américas. No novo mundo, as estruturas militares se desenvolveram com base nas dinâmicas daquele distinto universo social, ou seja, em uma formação social muito diferente daquela existente na Europa.

A respeito da sociogênese, chama a atenção o fato de ser a partir de uma associação religiosa que afrodescendentes reivindicaram às autoridades o direito de usar espadim à cinta. Em petição de 1758, “homens pardos, irmãos da Confraria do Senhor São José de Vila Rica”, solicitaram ao rei esse direito por acreditarem que uma lei de 1749 a respeito disso possuía incongruências. Segundo aqueles indivíduos, a Pragmática de 24 de maio de 1749, que excluía pessoas de “baixa condição” do direito de portarem armas não se pronunciava especificamente sobre os pardos, uma vez que

pelo capítulo quatorze da pragmática, de vinte e quatro de maio de mil setecentos e quarenta e nove, se proibira o uso de espada ou espadim à cinta, às pessoas de baixa condição, como eram os aprendizes de ofícios mecânicos, lacaios marinheiros, negros e outros de igual ou inferior condição, com as penas no mesmo capítulo declaradas e que, publicando-se a mesma lei nos estados da América [...] ficaram os suplicantes inibidos do dito uso, por se suporem compreendidos no capítulo mencionado. [Os pardos] [...] sendo legítimos vassalos de Vossa Majestade e nacionais daqueles domínios, onde vivem com reto procedimento, sendo uns mestres aprovados pela câmara da dita Vila em seus ofícios mecânicos e subordinados a esses trabalham vários oficiais e aprendizes; que outros se veem constituídos mestres em artes liberais, como os músicos, que o seu efetivo exercício é pelos templos do senhor e procissões públicas, aonde certamente é grande indecência irem de capote, não se atrevendo a vestirem corpo por se verem privados do adorno e compostura dos seus espadins, com que sempre se trataram e que, finalmente, outros aspirando a mais, se acham mestres em gramática, cirurgia e na honrosa ocupação de mineiros, sendo muitos destes filhos de homens nobres, que como tais são reconhecidos.²⁸⁹

Enquanto Daniel Precioso ressalta a questão de que se proibiu “negros” de portarem armas por conta do “defeito mecânico” que sustentavam, mas que a maestria dos pardos indicava “limpeza de sangue”²⁹⁰, Marco Antonio Silveira chama a atenção para o que ele chama de “clivagens” irreconciliáveis existentes entre “negros” e “pardos”, uma vez que “os mestiços possuíam reivindicações muito particulares, já que, diferentemente dos negros”, segundo o

²⁸⁹ *Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM)*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, Ano XXVI, 1975, p. 223-4.

²⁹⁰ PRECIOSO, Daniel. Legítimos vassalos: pardos livres e forros na Vila Rica colonial (1750-1803). *Coleção PROPG Digital (UNESP)*, 2011, p. 95 e também: PRECIOSO, Daniel. Os pardos forros e livres em Vila Rica: Sociabilidade Confrarial e busca por reconhecimentos social (C. 1746-C. 1800) DOI10. 5216/o. v8i11. 9367.OP SIS, v. 8, n. 11, 2008, p. 329.

historiador, muitos pardos “podiam valorizar o fato de serem filhos de brancos e, em alguns casos, de brancos nobres”.²⁹¹

Primeiramente, é importante mencionar que na petição os indivíduos que se identificam como pardos fazem uma clara distinção entre eles e os “negros”. Colocam-se, portanto, na posição de *estabelecidos*, *insiders*, enquanto estigmatizam os “negros”, os *outsiders*. Consideram-se, desse modo, superiores aos “negros” na hierarquia social e assim, percebem-se como mais distantes da experiência da escravidão do que aqueles de “baixa condição”. Dessa forma, estariam aptos a fazerem o uso do espadim à cinta, pois não poderiam ser comparados com indivíduos daquela estirpe. Segundo esses indivíduos, eles possuíam profissões com prestígio social e poderiam fazer parte de grupos sociais privilegiados e que tinham até mesmo indivíduos que eram seus subordinados, dos quais precisavam também se distinguir socialmente. O uso do espadim, nesse sentido, poderia ser um símbolo de distinção que os separaria daqueles outros indivíduos que estavam abaixo deles na hierarquia social. Esses pardos estariam muito mais próximos de um *ethos* do trabalho que um *ethos* aventureiro, pois eram mestres em suas artes e ofícios, sendo que essas atividades requeriam muito mais capacidade de racionalização e de previsão. Assim, esses indivíduos acreditavam que as tarefas realizadas por eles eram importantíssimas e dignas de distinção social; deve-se lembrar que naquele momento de passagem de uma sociedade de tipo antigo, ou oligárquico, para uma nova formação social pautada em uma sociedade de tipo democrático representativo, e também no contexto das disputas entre a nobreza de toga e a nobreza de nascimento, essas artes liberais e também as que necessitavam de uma maior capacidade de racionalização passaram a ter cada vez mais prestígio social.

Esses indivíduos acreditavam em sua superioridade frente aos demais afrodescendentes, o que era fruto daquela sensação de pertencimento a um grupo distinto que desfrutava de posições sociais importantes, uma vez que circulavam por diversas figurações e representavam a monarquia, por dela serem “legítimos vassalos”; por isso, ao transitarem por entre os “templos do senhor” e também nas “procissões públicas”, deveriam sustentar uma imagem distinta, composta por símbolos de prestígio e de boa conduta. Por esse motivo é que deveriam poder utilizar o espadim à cinta. Ao contrário daqueles outros indivíduos que estariam mais próximos

²⁹¹ SILVEIRA, *op. cit.*, p. 135.

da escravidão, e que por isso estariam mais próximos da barbárie, os pardos daquela Confraria sentiam-se polidos e capazes de utilizar aquelas armas de uma maneira civilizada.

O processo civilizador pelo qual haviam passado transformou, portanto, suas estruturas mentais a ponto de aqueles afrodescendentes se sentirem muito distantes socialmente de outros indivíduos que também traziam consigo o estigma da escravidão. Dessa maneira, os pardos da Confraria do Senhor São José de Vila Rica, exerciam pressão no nível superior da sociedade por acreditarem estar muito distantes de indivíduos que pertenciam às camadas mais baixas da sociedade. Em termos da mobilidade social tridimensional e da mudança de status dos afrodescendentes, já haviam conquistado o prestígio necessário que os conduzia a uma maior mobilidade social afetiva e material. Por isso, sentiam-se suficientemente superiores para reivindicarem mudanças em sua mobilidade social formal, traduzida naquela reivindicação relativa ao uso de espadim à cintura pelos pardos da Confraria. Esses indivíduos percebiam a si mesmos como muito distantes da margem social em que aqueles “negros” se encontravam. Deles eram interdependentes, mas precisavam carregar símbolos de distinção para não serem confundidos com aqueles outros afrodescendentes. Há de se destacar também que o aumento demográfico de afrodescendentes em Minas Gerais ao longo do século XVIII contribuiu no aumento também das funções sociais relativas a esses indivíduos, o que entrou em consonância com as mudanças no curso das atividades produtivas naquela figuração social, o que modificou as relações sociais e as disputas entre esses indivíduos interdependentes.

A forte presença de afrodescendentes nas inúmeras instituições existentes nas Minas Setecentistas deixa claro que ao invés de “desclassificados”, como se apontou a respeito da visão de parte da historiografia com relação a eles, esses indivíduos eram extremamente atuantes, presentes, possuíam coesão social e disputavam posições sociais de prestígio nas hierarquias presentes nas figurações das quais participavam. A dinâmica de suas relações de interdependência entre os afrodescendentes tornou-se tão complexa que pode ser percebida até a formação da relação entre *estabelecidos* e *outsiders* no interior desses grupos, como a divisão relatada pelos pardos da Confraria do Senhor São José de Vila Rica, que se achavam superiores aos “negros”, grupo que aqueles pardos acreditavam estar abaixo deles na hierarquia social.

Portanto, a sociogênese das milícias negras só pode ser compreendida por meio da análise dessa transformação nas relações sociais envolvendo afrodescendentes como um todo no Mundo Atlântico, na América portuguesa e em Minas Gerais no século XVIII. Assim como os pardos da Confraria acima relatada utilizaram daquela posição social de prestígio deles em

uma instituição religiosa para exercer pressão no nível superior da sociedade, afrodescendentes atuantes em outras instituições existentes na capitania também utilizavam de suas posições nessas organizações sociais para subir na escala social de prestígio e para conquistar melhorias para si mesmos e para os grupos sociais aos quais sentiam pertencer. A existência disso corrobora a ideia de que houve mudanças nas estruturas de personalidade desses indivíduos, que passaram a alterar as perspectivas que tinham de si mesmos e de seus semelhantes, sentindo-se cada vez mais incorporados nas instituições daquela sociedade, seguindo, portanto, trajetórias individuais e intergeracionais que aos poucos os conduziam cada vez mais distantes da margem social.

3.2 ORGANIZAÇÃO MILITAR

A respeito da constituição da estrutura militar portuguesa entre os séculos XVI e XIX, Fernando Prestes de Souza afirma:

a primeira linha era composta pelos corpos *regulares*, também denominados como *de linha* ou *pagos*, que eram os que mais se aproximavam do ideal de profissionalização. Eles deveriam ser a tropa melhor preparada para as ações bélicas e demais funções atribuídas aos corpos militares, cabendo-lhes igualmente permanecer instruídos e permanentemente mobilizados, razão pela qual eram pagos. A segunda linha era formada pelos corpos de *auxiliares* que posteriormente foram denominados *milícia*. Trata-se de corpos militares integrados por homens robustos e aptos para o serviço militar, mas que cotidianamente exerciam ocupações civis. Como um de seus nomes sugere, eram destinados a auxiliar a tropa regular e recebiam soldo apenas quando efetivamente mobilizados. Por fim, as *ordenanças* correspondiam à terceira linha. Seus integrantes eram os homens não incluídos na tropa regular ou nas milícias e, além de realizarem atividades militares mais ligadas à dinâmica das localidades, a terceira linha era encarada como um vasto contingente de reserva à tropa paga.²⁹²

Como o próprio autor conclui, esse tipo de estrutura militar se desenvolveu ao longo de séculos no reino, com a coroa não poupando esforços para implementá-lo em seus domínios no ultramar. É importante mencionar que por se tratar de um processo social de longa duração que transformou as estruturas daquelas sociedades, não possui um ponto zero em seu desenvolvimento.²⁹³ Portanto, esse processo não possui origens e inícios, mas apenas desenvolvimento ao longo do tempo. Além disso, é notório que há diferenças entre a teoria e a prática nesse desenvolvimento, pois na maioria das vezes as estruturas militares, como no caso da América portuguesa, tiveram de se adaptar a realidades diversas.

²⁹² SOUZA, Fernando Prestes de. *Op. Cit.*, p. 25.

²⁹³ ELIAS, Norbert. *Op. Cit.*, 1993, p. 194; Sobre a não existência de um “ponto zero” no processo de sociogênese das milícias negras da Bahia e do Rio de Janeiro, conferir: BARBOSA, Francielly Giachini. *Op. Cit.*, p. 87.

O modelo militar presente no ocidente europeu teve raízes no modelo romano, que continuou a ter presença na Península Ibérica ao longo de séculos após a queda daquele império, principalmente no processo que a historiografia denominou como *Reconquista*, ao longo do século IX, quando os territórios conquistados pelos cristãos frente aos islâmicos na Península Ibérica eram chamados de presúrias. Esses territórios passaram a possuir fortificações que de acordo com suas características eram denominados *civitates*, *castella* ou *castri*, cada qual com suas *urbs* e *villae*, divisões que, segundo Mário Jorge Barroca, traduziam uma hierarquização em termos de importância e funções.²⁹⁴ Foi nesse período que na Península Ibérica foram desenvolvidas cada vez mais as fortificações conhecidas como castelos, que tinham como principal função a defesa militar e que se difundiram por todo o continente no decorrer da Idade Média. Segundo Barroca:

desde as primeiras presúrias em terras portucalenses, ocorridas sob o *albende* de Afonso III das Astúrias na década que medeia entre 868 e 878, o território incorporado na monarquia cristã do Norte foi militarmente estruturado em grandes unidades espaciais designadas na documentação da época por expressões como *territoria* ou *civitates*.²⁹⁵

De acordo com o autor, no interior das *civitates*, podiam “coexistir vários castelos rurais ou locais” que eram “estruturas de reduzidas dimensões e de características muito rudimentares, erguidas pelas populações para sua defesa”.²⁹⁶ Segundo o autor, esse modelo de organização territorial militar pode ser denominado como “condal”, e que ao longo do século X passou a se mostrar pouco eficaz diante da dificuldade de se administrar e defender esses territórios, por serem muito amplos e, como foi dito, rudimentares. Após várias campanhas dos cristãos na conquista e defesa de parte do que hoje é Coimbra, segundo o autor, houve uma mudança no modelo de divisão territorial militar na Península Ibérica, baseado a partir daquele momento em *Terras*, que eram mais compactos, eficientes e fáceis de administrar e possuíam uma única fortificação, sendo geralmente construídos em espaços amplamente rurais. Para o autor, esse processo é conhecido com “encastelamento”.²⁹⁷ Segundo Barroca:

o governo de uma *terra* era confiado, pelo monarca, a um *tenens*, um nobre que, por regra, era um rico-homem. O tenente recebia o território e o castelo das mãos do monarca, numa delegação de poderes que era temporária e

²⁹⁴ BARROCA, Mário Jorge. Do castelo da reconquista ao castelo românico (séc. IX a XII). *Portugália*, vol. 11-12, 1990-1991, p. 89-136, 1993, p. 90.

²⁹⁵ BARROCA, Mário Jorge. A arquitectura militar portuguesa no tempo de D. Afonso Henriques. In: _____. *No tempo de D. Afonso Henriques: reflexões sobre o primeiro século português*. Porto: CITCEM, 2017, p. 125-126.

²⁹⁶ *Idem.*, p. 127.

²⁹⁷ *Idem.*, p. 129-134.

revogável. Por isso, muitas vezes os documentos, ao nomearem os tenentes, referem expressamente “que então tinha a terra”.²⁹⁸

Seguia-se a *homenagem*, um ritual feudal amplamente discutido pela historiografia e que definia as relações de *suserania* e *vassalagem*. Segundo João Cerineu Leite de Carvalho, “A atomização do Estado após o ano mil pressupunha a repartição do poder de mando em um conjunto de relações sociais hierarquizadas, fundado no seio da aristocracia militar medieval.” Dessa forma, “príncipes territoriais, condes, castelões, ou mesmo senhores territoriais, usufruíam o poder político desde suas posições privilegiadas”. Porém, segundo o autor “quando, a partir da segunda metade do século XIV, a crises de produção agrícola e de peste, e as quedas demográficas atingiam diversas regiões da Europa”, houve um reordenamento político, econômico e social naquela figuração, de maneira que “as monarquias que já emergiam nas centúrias anteriores, apresentavam-se em alguns casos como a instância capaz de, concentrando poderes, restabelecer a ordem naquela sociedade”.²⁹⁹

Para o autor:

o processo histórico que deu origem e fomentou a construção, ao longo dos séculos, do Estado peninsular de Portugal estava inserido na lógica política e social medieval, constituída no embate que colocava frente a frente a constelação de poderes representada pela aristocracia fundiária senhorial e a busca (em geral, mas nem sempre, régia) pela hegemonia política sobre várias regiões através do controle dessa estrutura plural. Ainda que não seja possível verificar durante o período medieval nenhum tipo de centralização administrativa plena, é possível notar na estrutura do Estado português ao longo dos séculos o forte conflito – marcado por avanços e recuos – entre a monarquia e a fidalguia lusitana, inclusive no período que nos interessa aqui, configurado em um lento processo de concentração régia de poderes.³⁰⁰

Aos poucos, então, em um longo processo social o Estado português ganhava contornos e a monarquia passava a ter a autoridade central naquela figuração por meio da implementação de monopólios, como o jurídico, o fiscal e o da violência a partir do século XIV. A monarquia passou a exercer o “controle sobre o porte de armas, fundamentado em lei promulgada por D. João I”, restringindo seu uso a “cavaleiros de espada dourada e aos cidadãos de Lisboa,” o que explicita a “distinção associada ao uso de armas, por sua vez conjugado a elementos de status social elevado”.³⁰¹ A monarquia iniciou o seu monopólio da violência no século XIV por meio do “recrutamento dos besteiros do conto, súditos que serviam como oficiais

²⁹⁸ *Idem.*, p. 135.

²⁹⁹ CARVALHO, João Cerineu Leite de. O Estado Português Avisino e a Regulação da Violência em Princípios do Século XV. *Anais do XIII Encontro de História da ANPUH*, Rio de Janeiro, 2008, p. 2.

³⁰⁰ *Idem.*, p. 3.

³⁰¹ *Idem.*, p. 6.

militares de defesa e manutenção da ordem no território português”. Segundo Carvalho, esse corpo militar

apresentava-se como um aspecto representativo da estrutura militar do reino. Em primeiro lugar, por se oporem às lanças, grupos armados de recrutamento senhorial, uma vez que respondiam diretamente ao oficialato régio. Além disso, o exercício desta atividade, ainda que não concedesse a ninguém um título de fidalgo ou homem-bom, investia o besteiro de alguns privilégios consideráveis e de um certo status, novamente lembrando-nos da relação que a prática militar tinha com o grupo social ascendente. Por essa razão, encontramos em diversos documentos da chancelaria a dispensa de determinados besteiros do serviço por intervenção de terceiros, sempre alegando que aqueles não podiam deixar de exercer suas atividades cotidianas para servir na dita posição. Assim, poderosos locais impediam que seus criados escapassem-lhe do domínio por uma pequena elevação de sua condição jurídica.³⁰²

Na passagem do século XIV para o XV, portanto, houve um reequilíbrio de forças pautado na redistribuição de poderes efetuado pela monarquia portuguesa, que passou a exercer o poder central em negociação constante com as forças centrífugas. Esse rearranjo se deu, sobretudo, a partir da questão do monopólio da violência e da implementação de um aparato militar que cada vez mais tornava-se regular e permanente. Segundo Carvalho:

acumulava-se poder político sem se extinguir a diversidade de esferas jurídico-sociais característicos da sociedade feudal. O motor do sistema sócio-político do Estado Português passava pelo controle do exercício da violência legítima, atrelado ao sistema fiscal régio (cujo principal instrumento de manutenção eram as sisas, imposto extraordinário de guerra transformado em cobrança permanente desde o Interregno), pois a atividade militar estava, na mentalidade e na prática feudais, ligada à extração de riquezas.³⁰³

O longo processo de formação do Estado português e a centralização do poder em torno da monarquia se deu com base na dinâmica social das relações entre o rei e a nobreza. Segundo Renata Cristina de Sousa Nascimento, “a estrutura interna da nobreza”, já no século XV, “foi marcada por uma enorme complexidade e mutabilidade” de forma que o “prestígio social deste grupo” nobiliárquico “encontrava-se ameaçado em suas prerrogativas”, o que fazia com que esse grupo dependesse “cada vez mais da proximidade e favor do rei. Este paulatinamente se afirmou como fonte de poder do qual o segmento nobiliárquico participava”.³⁰⁴ A estrutura militar portuguesa permaneceu ligada à nobreza e a seus castelos e fortalezas até a expansão marítima do reino, que tem como marco principal a conquista de Ceuta, em 1415. Segundo João

³⁰² *Idem. Ibidem.*

³⁰³ *Idem.*, p. 7.

³⁰⁴ SOUSA NASCIMENTO, Renata Cristina de. Um perfil de fidalguia: Elementos para o estudo da estrutura nobiliárquica portuguesa no século XV. *Notandum* 32, CEMOROC-FEUSP; IJI-Universidade do Porto, maio-ago. 2013, p.145.

Gouveia Monteiro, houve um planeamento estratégico e um cuidado do rei D. João I naquela empreitada que nunca fora visto até então por parte de uma monarquia, pois, segundo o autor

Num tempo em que não havia ainda exércitos permanentes (que, após o desaparecimento das legiões romanas, só reaparecem na cena europeia em meados do século XV, com as «Companhias de Ordenança» do rei Carlos VII de França), quatro anos para preparar uma operação militar era um luxo absolutamente singular.³⁰⁵

A partir de então, as campanhas portuguesas no Norte da África determinariam os rumos da estrutura militar de Portugal, que estariam ligadas às investidas no ultramar e às suas fortificações, sendo o exército permanente uma nova tendência do Estado, em detrimento da queda na capacidade de retenção de poder por parte das forças centrífugas baseadas na antiga nobreza em seus castelos. A estrutura militar daquele império marítimo em expansão estaria, dessa forma, extremamente conectada com os mares e oceanos e também com o sentimento aventureiro de exploração e de conquista. Segundo Júlia Tomás:

a conquista de Ceuta, em 1415, é o acontecimento que inicia a época dos Descobrimentos. A primeira fase desta era, dita “henriquina” (até 1460), é marcada pela descoberta e exploração de quatro mil quilómetros de costa africana (até à Serra Leoa). O primeiro marco das navegações atlânticas é a descoberta da ilha de Porto Santo por Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira (c. 1419). No ano seguinte, os mesmos descobridores chegam à Madeira. Mas esta fase é sobretudo notável pela passagem do Cabo Bojador por Gil Eanes em 1434. Ultrapassar este obstáculo, com as suas correntes, ventos e penhascos, permitiu desenvolver o conhecimento da geografia física, humana e económica do litoral africano.³⁰⁶

A historiografia já demonstrou à exaustão que a constituição do Império Português no ultramar se deu pela extensão do reino na África, Índia, Oriente e depois nas Américas, com o Mundo Atlântico se desenvolvendo a partir do século XVI, quando as potências europeias chegaram no Novo Mundo e nele estenderam sua estrutura militar, impondo nele o seu domínio e adaptando, na prática, teorias que aos poucos se modificavam à medida que guerras e mais guerras eram travadas. Ao longo do século XVI, essa estrutura militar portuguesa, portanto, foi ganhando contornos teóricos, principalmente com a colonização das regiões conquistadas e a demanda por homens de armas para controlar esses territórios e seus povos e defendê-los de outros reinos com seus exércitos e corsários. Pode-se afirmar que houve não só a modernização da guerra nesse período, mas até mesmo um renascimento militar, com a retomada da influência greco-romana nas forças militares. Com o advento das armas de fogo, o conhecimento marítimo

³⁰⁵ MONTEIRO, João Gouveia. A Campanha Militar de Ceuta (1415) Revisitada. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, v. 17, p. 63-78, 2017, p. 64.

³⁰⁶ TOMÁS, Júlia. *Ensaio sobre o imaginário marítimo dos portugueses*. Braga: CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade Universidade do Minho, 2013, p. 33-34.

e cartográfico extenso e as novas táticas militares envolvendo a infantaria e a cavalaria, alguns autores defendem que houve uma revolução militar no século XVI.³⁰⁷ Essas técnicas e táticas militares foram difundidas pelo ocidente por meio de inúmeras obras escritas na esteira dos movimentos renascentistas, sobretudo nas regiões da Península itálica e no mundo Ibérico. Segundo Sousa:

a arte militar de Quinhentos passou a contar com um conjunto de técnicas de representação específicas que sublinharam a progressiva especialização que a guerra foi adquirindo. Estas transitaram para o contexto da guerra, tanto na sua vertente teórica como prática. Os diagramas, por exemplo, passaram a ter um papel idêntico à planta de um edifício, estabelecendo o traçado pretendido para construir o esquadrão no terreno. O mesmo sucedeu com a geometria e a perspectiva. Tornou-se comum nos diversos tratados de *Re militar* não só a representação da fortificação como figura tridimensional e o campo de batalha com o desenho pormenorizado das formações militares de combate. Também a Geometria foi utilizada para o estudo das linhas de fogo da artilharia, tal como a Matemática no cálculo dos ângulos de tiro e da forma dos esquadrões.³⁰⁸

Esses tratados militares da arte da guerra impulsionaram as influências entre inúmeras regiões europeias com relação às estruturas de suas forças militares, que uniam a tradição greco-romana com novos elementos. Assim, regiões italianas como Saboia criavam seu sistema de *coronelia*, ao mesmo tempo em que sofriam influência dos *terços* espanhóis, o que também influenciou nas transformações das estruturas das tropas portuguesas, de maneira que a interdependência entre essas figurações também se refletia no campo das ideias. Todas essas profusões de ideias militares que circulavam na Europa iriam culminar em uma série de leis e ordenações levadas a cabo por D. Sebastião, um monarca português que tinha experiência militar e que tinha gosto por essas novas ideias circulantes. A TABELA 8 apresenta a legislação militar surgida na época sebástica:

TABELA 8 – LEGISLAÇÃO SEBÁSTICA

Data	Lei
3 de agosto de 1563	Trata da defesa dos meus lugares e conservação do estado da Índia
13 de junho 1568	Capitania-mor do Porto
16 de maio de 1569	Carta patente de Capitão-mor de Lisboa
6 de dezembro de 1569	Cada pessoa é obrigada a ter em todos os Reinos e Senhorios de Portugal
3 de janeiro de 1570	Provisão sobre as rendas aplicadas para a fortificação dos lugares de África

³⁰⁷ SOUSA, COSTA E. From Tangier to Alcácer Quibir: The Portuguese Military Revolution (Re) visited. *Portuguese Studies Review*, 2015, p. 1.

³⁰⁸ SOUSA, Luís Filipe Guerreiro da Costa e. *Escrita e prática de guerra em Portugal (1573-1612)*. Tese de doutoramento, História (História dos Descobrimentos e da Expansão), Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2013, p. 700.

28 de janeiro de 1570	Regimento de Alçadas
10 de dezembro de 1570	Regimento de capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias de gente de cavalo e de pé; e da ordem que terão em se exercitarem.
14 de agosto de 1571	Provisão sobre os Oficiais de fazer limpar e guarnecer as armas
3 de novembro de 1571	Lei de como hão-de-ir armados os navios que deste Reino navegam
6 de fevereiro 1572	Regimento e Estatutos sobre a Reforma das três Ordens Militares
15 de Maio de 1574	Provisão sobre as Ordenanças

FONTE: Adaptado de SOUSA, Luís Filipe Guerreiro da Costa e. *Escrita e prática de guerra em Portugal (1573-1612)*. Tese de doutoramento, História (História dos Descobrimentos e da Expansão), Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2013.

Há de se destacar, no conjunto de leis acima dispostas, a *Lei das Armas*, de 1569 (reformulação de antiga lei de 1549) e as leis de Capitania-mor do Porto (1568) e de Lisboa (1569), que instituíram as *Companhias de Ordenança* como principal corpo militar a atuar na defesa do reino. Conforme Sousa:

no ano seguinte à criação das companhias de ordenança do Porto foram reactivadas companhias de ordenança em Lisboa, para cuja capitania-mor foi nomeado D. João de Mascarenhas do Conselho do rei. O efectivo seria também de trezentos homens comandados por um capitão, devendo este levantar uma companhia em cada freguesia da capital. Foi também em 1569 que se publicou nova versão da Lei das Armas, que não apresentando diferenças substanciais relativamente à lei de , confirma que os portugueses absorveram uma profunda influência dos teóricos militares italianos, mas sem deixar de seguir de perto a prática militar castelhana. Finalmente, em 1570 promulgou-se o diploma estruturante de toda a reforma militar sebastica, o Regimento dos Capitães-Mores. Nela está ainda presente a influência da reestruturação militar de Sabóia. Porém, introduziram-se também alguns aspectos significativos da legislação militar filipina. O efectivo orgânico das companhias é um deles.³⁰⁹

Portanto, é a partir do reinado de D. Sebastião que se estrutura a formação militar que Portugal desenvolverá ao longo dos séculos XVI ao XVIII, que teria seu efetivo recrutado com base na população de cada um dos domínios do império do ultramar. A partir de então, todo o súdito do império que tivesse entre 18 e 60 anos e que não fosse listado nas tropas pagas deveria compor as ordenanças, custeando, assim, suas próprias armas na defesa do território sob domínio da coroa, independentemente de sua posição social, ou seja, o armamento deveria se adequar à condição social de cada indivíduo. Além disso, as tropas deveriam ser mobilizadas por meio das municipalidades, e os indivíduos precisavam ser submetidos a exercícios militares periódicos. Segundo Fernando Prestes de Souza:

³⁰⁹ *Idem.*, p. 788.

Essas reformas militares eram consoantes ao processo mais amplo vivenciado em diversas partes da Europa e, no caso particular de Portugal, atendiam às necessidades emergenciais da segunda metade do século XVI. Essas diziam respeito ao assédio de corsários mouros, franceses e ingleses à costa litorânea do reino, aos boatos acerca da possível extensão das guerras religiosas para o território peninsular, às investidas francesas e inglesas aos domínios ultramarinos portugueses e, finalmente, à continuidade das ações militares no norte da África. Os corpos militares de ordenanças funcionariam como complemento ao limitado contingente de tropa paga. Além disso, serviriam para robustecer os vínculos entre o rei e seus súditos, na medida em que permitiriam maior controle ao papel intermediador exercido pelos senhores locais. Longe de constituir um fenômeno histórico simplório, a arregimentação da população masculina em companhias de ordenança perenes e padronizadas tensionou aspectos fundamentais da organização social ibérica, gerando reações as mais diversas e especialmente por parte dos senhores locais que se percebiam invadidos em seus domínios e privilégios pela ingerência do Estado. As tensões entre poderes centrais e locais instigadas pelo advento das ordenanças perduraram por todo o período da União Ibérica (1580-1640). Se, de uma parte, a Coroa reconhecia a proeminência local dos senhores de terras e dos antigos castelos ao garantir a eles a preferência ao posto de capitães de ordenança, de outra, circunscrevia e padronizava o raio de ação e influência desses patronos regionais.³¹⁰

Segundo o autor, o império português enfrentou dificuldades em implementar esse sistema de forças militares permanentes na Índia até meados do século XVII, o que resultou em uma formação militar tradicional na região, ou seja, pautada em vínculos clientelares. Já nas Américas, houve um modelo híbrido que uniu as iniciativas locais dos conquistadores e dos colonizadores ao poder estatal, o que, segundo o autor, ocorreu tanto nos domínios portugueses quanto nos espanhóis no Novo Mundo.³¹¹

O sonho do monarca português D. Sebastião de fazer das ordenanças as novas legiões romanas e formar um império cristão conectando possessões portuguesas em vários continentes e no ultramar caiu por terra em 1578, na famosa batalha de Alcácer-Quibir, na qual o rei perdeu sua vida e levou consigo grande parte da nobreza da corte. Segundo Sousa, “no plano das consequências políticas, a derrota e desaparecimento de D. Sebastião iniciaram o processo de união efetiva das coroas espanhola e portuguesa”, a União Ibérica, “que teve a sua fase mais intensa com a invasão de 1580 chefiada pelo duque de Alba”. Como consequência, “militarmente falando, foi o culminar de um profundo processo de reestruturação do poder militar do reino no qual se fizeram sentir”, ao longo de décadas, “as influências dos processos militares tanto de Itália como de Espanha”.³¹² Se por um lado os portugueses do reino sentiam-se como que abandonados por não possuírem um rei em Lisboa³¹³, por outro a nova

³¹⁰ SOUZA, Fernando Prestes de. *op. cit.*, p. 28.

³¹¹ *Idem.*, p. 29.

³¹² SOUSA, Luís Filipe Guerreiro da Costa e, *op. cit.*, p. 967.

³¹³ CAMARGO, Maicon da Silva. Um Reino sem rei? Cultura política ibérica durante a Federação Ibérica (1580-1640). *AEDOS*, v. 8, n. 19, p. 192-208, 2016.

monarquia possibilitou maior autonomia às municipalidades³¹⁴ ao mesmo tempo em que centralizava cada vez mais o poder a partir de Castela, criando um plano estratégico de fortalecimento das fronteiras e de seus domínios no ultramar.³¹⁵ O plano era fortalecer as fronteiras nos domínios da coroa ibérica, sobretudo nos litorais com fortificações e tropas capazes de defender os territórios dos ataques constantes de corsários e também para assegurar o controle frente às populações conquistadas no Novo Mundo. O período denominado como União Ibérica foi marcado, na América portuguesa, como de tentativa de defesa e manutenção das colônias e também de controle administrativo e religioso na região por parte da coroa hispânica, uma vez que outros reinos cobiçavam aquelas terras atlânticas que tinham desenvolvido uma vasta rede de produção de açúcar e também outras atividades econômicas importantes no século XVII. Segundo Barreto, Palomo e Stumpf:

o impacto da União Ibérica se terá feito sentir mais sobre a monarquia portuguesa do que sobre a monarquia espanhola, desde logo porque a União foi acompanhada por aquilo que se designou a «viragem estrutural» da Ásia para o Atlântico, no contexto das opções geopolíticas da monarquia portuguesa, dando início ao processo de atlantização do império português que seria irreversível até à independência do Brasil. Foi durante este período que se verificou uma reconfiguração espacial -institucional da América portuguesa, a criação de novas instituições e circunscrições administrativas, o adensamento da rede de oficiais régios, e maior controlo do território.³¹⁶

Mesmo assim, houve dificuldades por parte da coroa ibérica em resguardar suas possessões na América portuguesa. Primeiramente, houve consequências após a derrota da *Invencível Armada* espanhola pela Inglaterra em uma guerra marítima de grandes proporções em 1588. Após o episódio, houve uma melhora na perspectiva política e econômica da Inglaterra, que passou a ver a expansão marítima com outros olhos.³¹⁷ A partir de então, investidas de corsários nas colônias portuguesas se tornou constante. Como no episódio conhecido como *Saque do Recife*, em que o corsário James Lancaster invadiu o porto recifense em 1795 e nele permaneceu por mais de um mês, demonstrando, assim, para os inimigos da

³¹⁴ SILVA, Francisco Ribeiro da. Autonomia municipal e centralização do poder durante a união Ibérica: o exemplo do Porto. *História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, v. 4, 2019.

³¹⁵ JAYO, José Antonio Hoyuela. A fortificação sistêmica do Atlântico no Brasil da União Ibérica. In: *Patrimônio cultural de origem militar: contribuições do ICOFORT RIO 2017* / Roberto Bartholo, Flávia Ferreira de Mattos e José Claudio dos Santos Júnior (organizadores). Rio de Janeiro: Florescer, 2019, p. 101-1-4.

³¹⁶ BARRETO XAVIER, Ângela; PALOMO DEL BARRIO, Federico; STUMPF, Roberta. *Monarquias ibéricas em perspectiva comparada (sécs. XVI-XVIII)* : dinâmicas imperiais e circulação de modelos administrativos. Lisboa : ICS - Imprensa de Ciências Sociais, 2018, p. 23.

³¹⁷ PARKER, Geoffrey. “The ‘Enterprise of England’, 1585-1588”. In: *Imprudent King – A New Life of Philip II*. United States of America: Yale University Press, 2014.

coroa hispânica que a defesa colonial nas possessões americanas dos ibéricos encontrava-se em frangalhos. O episódio abriu caminho para as invasões holandesas no Brasil, em Salvador (1624-1625) e em Recife e Olinda, com invasão iniciada em 1630 seguida de uma ocupação que perdurou até 1654.³¹⁸

Com a *Restauração*, em 1640, a coroa portuguesa deveria lidar com todos os problemas existentes em sua defesa militar em seus territórios, incluindo nisso a ocupação dos holandeses no Recife. Era nítido que as *ordenanças* longe estavam de reproduzir os patamares das legiões romanas da antiguidade. Esse tipo de sistema militar precisava de mudanças urgentes. Por isso, em 7 de janeiro de 1645 o monarca português lançou o Alvará que criava as tropas de *auxiliares*.³¹⁹

No documento fica claro que os corpos de *ordenança* não conseguiam mais conduzir as defesas necessárias nos domínios portugueses naqueles tempos de intensas batalhas pela hegemonia além de suas fronteiras. Era preciso criar um tipo de milícia permanente capaz de defender as fronteiras com eficácia. No Alvará, o rei afirma ter o desejo de “aliviar os meus vassallos de todas as moléstias”, e para isso era preciso “procurar todos os meios de sua quietação”. Diz o monarca que muitas vezes, por erros dos comandantes, eram recrutados para defenderem as fronteiras os soldados mais desamparados dos corpos de ordenança, enquanto os que deveriam ir para a guerra não eram enviados para lá, o que causava “grande vexação dos povos”.³²⁰

Por isso, ordenava o rei que cada comarca de seus domínios formasse entre os “desobrigados” e capazes de “se poder ocupar em meu serviço”, um corpo militar de “Soldados Auxiliares” que teriam “o privilégio de que gozam os pagos”, que teriam como capitães “pessoas de experiência e valor, a que mandarei dar patentes assinadas por mim”. Esses capitães, além de “gozarem de todas as honras e preeminências de capitães pagos, lhes terei por particular serviço o que nesta forma me fizerem, para as ocasiões de honra e acrescentamento”.³²¹ O rei também afirma que “esta gente, por esta maneira alistada e certa,

³¹⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Brasil holandês, 1630-1654*. Companhia das Letras, 2010; MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada*. Guerra e açúcar no nordeste, 1630-1654. S. Paulo: Forense/EDUSP, 1975

³¹⁹ Carta Régia de 7 de janeiro de 1645. Criação de Soldados Auxiliares”. In: SILVA, José Justino de Andrade e. *Collecção Chronologica da legislação portuguesa (1640-1647)*. Lisboa: Impensa de F. X. de Souza, 1856, p. 271-272.

³²⁰ *Idem. Ibidem.*

³²¹ *Idem. Ibidem.*

com honras e privilégios, estará à vossa ordem, disciplinada e pronta para que, havendo ocasião em que” a coroa necessitasse dela, esses auxiliares pudessem se conduzir aos “lugares da raia”, ou seja, nas fronteiras, “pagando-se muito pontualmente seus socorros dos casos ocorrentes”.³²²

O rei também afirma que “para que desde logo se possa dar a execução” dessas ações, que seriam um “remédio tão eficaz às necessidades presentes, e em tão grande benefício de todos os vassalos”, mandaria às comarcas os nomes dos capitães, suas qualidades, serviços e merecimentos para que deles se escolhessem os que fossem mais preparados. Além disso, caberia ao sargento-mor da comarca listar “de que gente consta cada companhia; e se for possível, quantos homens há desobrigados em cada uma”, e ainda “que número de soldados vos parece que, na forma referida, se poderão alistar nessa comarca, nomeando, ou tantos de cada companhia”, ou ainda “dois ou três de cada freguesia”. O sargento-mor deveria verificar que “além da gente que de presente tendes alistada, que quantidade haverá da outra que, a título de serem nobres e honrados, não costumam sair nas companhias”, pois dessas pessoas seria mais interessante compor as tropas de “soldados auxiliares, assim porque deles se deve esperar que, por serem de qualidade e afazendados, acudam com maior vontade a defesa da sua pátria e meu serviço”, isso porque, para o rei, esses homens de distinção se assentariam melhor nessas tropas de auxiliares e melhor receberiam as “mercês que espero fazer aos que assim me servirem”. Além disso, caberia ao sargento-mor apontar também “quais destas companhias se poderia formar uma de cavalo, com maiores privilégios e honras”.³²³

Algumas conclusões podem ser retiradas da análise do documento: 1) Foram criadas por conta da ineficácia das ordenanças; 2) Teriam maior utilidade na defesa das fronteiras; 3) Poderiam receber soldo em algumas ocasiões quando convocadas (como no caso de uma guerra); 4) Deveriam ser formadas por indivíduos que realmente pudessem se ocupar naquele tipo de tropa; 5) Receberiam privilégios e mercês equiparados aos das tropas regulares (pagas); 6) Seria interessante que indivíduos provenientes de grupos mais abastados participassem daquela nova tropa, pois o poder pessoal deles, segundo o monarca, faria com que eles atuassem com mais vontade, por conta das mercês que receberiam; 7) Seus capitães seriam retirados das tropas regulares e escolhidos com base em seu prestígio no serviço militar; 8) A formação de tropas auxiliares de cavalaria seria algo muito bem vindo; 9) A estrutura dessa tropa seria adequada à realidade de cada comarca e de suas freguesias; 10) Por último, a criação das tropas deveria ser

³²² *Idem. Ibidem.*

³²³ *Idem. Ibidem.*

feita com a máxima urgência, principalmente por conta das dificuldades da coroa em defender seus territórios, como no exemplo do ocorrido em Recife, com a ocupação holandesa naquela região.

Segundo Fernando Prestes de Souza, o fato de nas tropas de ordenança, de acordo com o rei, servirem muitas vezes os menos capazes em detrimento de outros, por erro de seus comandantes na recruta era uma “clara referência à vigência de práticas locais de suborno, proteção e isenção que beneficiavam aos comissários regionais e aos indivíduos e famílias capazes de pagar para eximirem-se das obrigações militares”.³²⁴ Portanto, esse era um dos problemas envolvendo a formação desses corpos militares e um dos motivos de as fronteiras dos domínios portugueses continuarem com suas defesas frágeis. Além disso, para o autor essa “investida da Monarquia portuguesa, recém-restaurada e nas mãos da nova dinastia de Bragança”, em criar tais corpos militares “significou uma maior ingerência no funcionamento dos poderes locais e, ao mesmo tempo, um aumento em sua concentração dos meios de fazer a guerra”.³²⁵

A expulsão dos holandeses em 1654 se deu principalmente por conta tanto das novas políticas portuguesas voltadas para a defesa de suas fronteiras e territórios como também por meio das práticas locais existentes com relação a formação de tropas e execuções de atividades militares. Por exemplo, uma das tropas que lutou contra os holandeses foi o “Terço de Henrique Dias”, corpo militar formado, segundo Souza, “em Pernambuco, em 1633, ao calor das movimentações militares, com apenas algumas dezenas de soldados livres e cativos” Ainda segundo o autor, “a originalidade inscrita na composição de suas fileiras conferiu-lhe caráter provisório”.³²⁶ Era, portanto, um amálgama entre elementos tradicionais e novas práticas e estruturas relacionadas ao universo militar. Por isso a tropa foi chamada de “Terço”, uma denominação que vinha dos corpos militares espanhóis, como já foi dito, e que tinha também influência de estruturas militares italianas (a *coronelia*). Seu comando era exercido por um afrodescendente, Henrique Dias, que tinha já o título de *Mestre de Campo*, posto equivalente ao de coronel e que já estava presente nas hierarquias militares tradicionais, sendo, portanto, um cargo de muito prestígio social. De acordo com Fernando Prestes de Souza:

³²⁴ SOUZA, Fernando Prestes. *op. cit.*, p. 33.

³²⁵ *Idem. Ibidem.*

³²⁶ *Idem.*, p. 59.

portanto, a confirmação da conservação do então “terço de homens pretos e pardos” no ano de 1657 – fruto em grande medida das pressões exercidas na Corte lisboeta por Henrique Dias, que havia algum tempo era “cabo e governador dos pretos e mulatos” – foi um fenômeno importante para seu processo de institucionalização. Em fins do Seiscentos, aquela corporação era composta por várias companhias de pretos forros distribuídas por diferentes vilas e freguesias da capitania pernambucana, as quais encontravam-se já agregadas sob a forma de terço – o Terço de Henrique Dias. Ainda no contexto da expulsão dos holandeses de Pernambuco, formaram-se na Bahia companhias militares com negros a partir de 1638, as quais foram inicialmente incorporadas ao terço do mestre-de-campo preto Henrique Dias e tenderam, ao fim das guerras luso-holandesas, a lograrem relativa autonomia em relação ao terço dos pretos de Pernambuco e a replicar a corporação em território baiano.³²⁷

A institucionalização desses terços de pretos e pardos somou-se e deu contorno ao processo de sociogênese das milícias negras mineiras ao longo do século XVIII. Esse processo não é, portanto, isolado, mas deve ser percebido como conectado com uma gama de estruturas e processos sociais em desenvolvimento, sobretudo a dinâmica do Mundo Atlântico e as relações escravistas presentes no Novo Mundo em uma sociedade de tipo antigo, ou oligárquico. As milícias negras mineiras não surgiram em um ponto zero, como já foi dito, nesse processo de sociogênese, mas tem vínculos com o passado da organização militar portuguesa na formação de suas três linhas defensivas. Essas estruturas, por sua vez, não podem ser percebidas como estáticas, mas pertencem a processos sociais dinâmicos que possuem regularidades e direções específicas. São também processos sociais não planejados. Por mais que possuam marcos institucionais formados por decretos, cartas régias e alvarás, e que foram publicados por indivíduos específicos, não são estruturas militares que surgiram isoladamente por parte de ideias exclusivas e individuais, mas pertencem a demandas sociais amplas e configuradas ao longo de séculos.

A estrutura militar portuguesa, dessa forma, foi formada diante de um longo processo social que tem relação intensa com suas guerras travadas com Castela e também com outros reinos. Nesses processos, as teorias e as práticas se confundiram e adaptações ocorreram. No Novo Mundo, a estrutura militar portuguesa precisou dessa adaptação, pois muitas vezes não havia recursos e a necessidade de defesa se tornava cada vez mais constante. Mesmo assim, ao longo do tempo, surgiram as tropas regulares, ou pagas e também as ordenanças, que foram desenvolvidas com a pretensão de que fossem as novas legiões romanas, pelo menos em teoria, com as quais o reino português levaria a todos os continentes o seu poder junto com a fé cristã. Contudo, com a nova dinâmica do ultramar, que pode ser percebida nas disputas entre Estados

³²⁷ *Idem.*, p.59.

por suas colônias e territórios a partir do século XVI, o que adentra na questão da União Ibérica, a coroa portuguesa precisou reestruturar suas defesas para garantir suas possessões, sobretudo nas Américas. Criou, assim, as tropas auxiliares, que formaram a segunda linha das defesas militares na organização militar portuguesa. Essas três linhas militares, ou seja, as tropas pagas (ou regulares), os auxiliares e as ordenanças, formavam a estrutura militar portuguesa já em fins do século XVII, quando se iniciou a exploração do ouro em Minas Gerais.

A partir dessa estrutura é que surgiram ao longo do século XVIII os corpos militares mineiros, que se adequaram à realidade presente no desenvolvimento da capitania, sua dinâmica produtiva e suas relações com o sistema escravista. Foram essas estruturas conectadas a processos sociais amplos que possibilitaram a indivíduos como o já mencionado Manuel Nunes Viana a utilizarem africanos e afrodescendentes como parte de suas tropas particulares. Foi esse processo também que possibilitou a africanos e afrodescendentes livres e libertos conquistarem uma posição de capitão do mato, que ficava à frente das esquadras de homens do mato, tropas especializadas que se desenvolveram nas Minas Setecentistas.

3.3 CAPITÃES DO MATO

Já foi mencionada no capítulo anterior a atuação dos capitães do mato no enfrentamento de quilombos e também contra aldeias de indígenas hostis. Conforme a historiografia a respeito, os capitães do mato já atuavam na América portuguesa desde princípios do século XVII, mas, segundo Sílvia Hunold Lara, foi somente a partir das primeiras décadas do século XVIII que essa posição se consolidou e se difundiu por todo nessa figuração social nos lugares em que o sistema escravista era mais abrangente.³²⁸ Sua introdução em Minas Gerais ocorreu no início do século XVIII, pouco tempo depois do início dos esforços de colonização da região. Para Mariana Dantas, a função provavelmente teria evoluído a partir da posição de quadrilheiro, que era um oficial de justiça ligado à patrulha da freguesia e que prendia indivíduos considerados desordeiros e ligados a algum tipo de criminalidade. Assim, se no reino essa função coercitiva de quadrilheiro servia para punir o comportamento condenável de súditos em geral, nos domínios portugueses nas Américas, por conta da fuga intensa de escravizados e da formação de quilombos, sua função coercitiva ligada ao mau comportamento dos súditos em geral, na América portuguesa, a crescente preocupação com relação à fuga de escravos e à formação de

³²⁸ LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 299-300.

quilombos, um cargo semelhante surgiu, mas ligado a essa preocupação da coroa em amenizar o impacto social causado pelas fugas constantes de cativos.³²⁹

Contudo, a função de capitão do mato muitas vezes tem sido concebida pela historiografia como uma posição ocupada por indivíduos que agiam isoladamente. Além disso, como observado por Luiz Geraldo Silva, parte da historiografia também não percebe que funções como a de capitão do mato estão conectadas ao processo de sociogênese das milícias negras na América portuguesa (e na capitania de Minas Gerais), pois a gênese desses corpos milicianos, segundo o autor, deve ser percebida:

a partir de uma perspectiva processual, a qual segue desde seu surgimento como bandos dispersos até sua *institucionalização* como terços e, depois, regimentos milicianos. Assim, pois, proponho aqui que as várias formas de agrupamento militar baseadas no recrutamento de afrodescendentes na América portuguesa não podem ser compreendidas como “tipos ideais”, isolados, concomitantes ou sucessivos, nem tampouco, no curto prazo, a partir de “etapas” ou “fases” independentes do processo de seu desenvolvimento social.³³⁰

Portanto, a formação de “terços de infantaria auxiliar de pardos e pretos libertos”, bem como a configuração de tropas de “ordenanças de pé de pardos e pretos libertos”, e o surgimento de companhias de “pedestres” e de “homens-do-mato”, de “entradas” e “assaltos” não podem ser vistos como “tipos” isolados uns dos outros, mas pertencem ao amplo processo de sociogênese das milícias negras mineiras.

O capitão do mato era o indivíduo que liderava as esquadras do mato, ou seja, era uma função exercida por um indivíduo que ocupava o posto de *capitão*, a posição mais elevada na hierarquia daquele tipo de corpo militar especializado. O próprio termo “esquadra” já está integrado no âmbito das reformas militares portuguesas desenvolvidas ao longo de séculos e que está presente em manuais militares renascentistas (já mencionados), que procuravam racionalizar a função militar e aproximá-la de uma ciência; por isso, a disposição dos soldados em um campo de batalha poderia ser organizada matematicamente, sendo o termo “esquadra” fruto dessa racionalização. No topo da hierarquia das esquadras do mato, o capitão do mato desenvolvia uma forte relação de interdependência para com seus subordinados. Esses grupos

³²⁹ DANTAS, Mariana L. R. Em benefício do bem comum: esquadras de caçadores do mato nas Minas setecentistas. In: LIBBY, Douglas Cole ; FURTADO, Júnia Ferreira. *Trabalho Livre, Trabalho Escravo*. Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006, p. 258.

³³⁰ SILVA, Luiz Geraldo. *Op. Cit.*, 2013, p. 116-117.

eram encarregados de vigiar e proteger suas freguesias, onde capturavam escravos fugidos e combatiam indígenas hostis. Esses indivíduos recrutavam os soldados para as suas tropas, que eram, como já dito, a principal força defensiva contra os quilombos.³³¹

Os capitães do mato não recebiam soldo. No lugar de remuneração fixa, eram pagos por cativo capturado, o que, segundo Mariana Dantas, abria brechas para fraudes. Por exemplo, segundo a autora, era muito comum existirem denúncias contra capitães do mato por atrasarem no retorno de indivíduos capturados para explorarem sua força de trabalho antes de os devolver aos seus senhores. Também era comum que esses capitães fossem negligentes na captura de certos cativos fugitivos, ou seja, muitas vezes os capitães do mato agiam de acordo com a situação³³², o que era comum naquela sociedade de tipo antigo ou oligárquico, o que também, nos termos de Sérgio Buarque, como já discutido, era um dos traços do *homem cordial*. com relação a esses sujeitos.

Havia por parte das autoridades mineiras a tentativa de diminuir a autonomia desses corpos militares especializados na captura de fugitivos do cativeiro. Um esforço nesse sentido foi a publicação do *Regimento dos Capitães do Mato*, assinado em 17 de dezembro de 1722 pelo então governador de Minas, Dom Lourenço de Almeida. No documento, regras são estipuladas com relação à captura de cativos fugidos por parte dos capitães do mato e também os valores a serem pagos a esses indivíduos por essas atividades, o que tinha relação direta com as dificuldades existentes por parte dos capitães em suas ações de busca e prisão. Caso não cumprissem com o que era determinado pelo Regimento, os capitães do mato e suas esquadras poderiam ter o pagamento suspenso e também poderiam ficar proibidos de exercer a função até segunda ordem:

sucedendo que alguns capitães do mato usam prender negros que não estão fugidos, sendo notório este seu mal procedimento, se me dará logo proceder contra eles, e o juiz ordinário, e, na sua falta, o cabo de distrito, lhes proibirá de exercerem os ditos postos até nova ordem minha. E prendendo alguns negros, lhes não pagarão as tomadias.³³³

³³¹ A respeito disso, conferir: *Livro para matrícula e registro das esquadras dos capitães do mato*. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Câmara Municipal de Sabará, Rolo 10. planilhas 00001 a 00058. Vila Rica, 1788. Essa documentação apresenta listas com os nomes de inúmeros afrodescendentes que pertenciam às esquadras do mato e que eram liderados pelos capitães do mato em 1788 na capitania de Minas Gerais.

³³² DANTAS, Mariana L. R. *op. cit.*, p. 259.

³³³ *REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO*, ANO II, VOLUME, II. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1897. Regimento dos Capitães do Mato de 17 de dezembro de 1722, p. 389.

Os capitães do mato também não podiam prender escravizados fugitivos em regiões fora da comarca em que atuavam. Além disso, precisavam cumprir qualquer ordem exercida por um capitão mor. Não podiam agir com crueldade em suas investidas contra quilombos, a não ser em caso de resistência dos aquilombados. Com relação ao pagamento a ser efetuado a esses indivíduos por seus serviços, é determinado pelo Regimento que “os carcereiros das cadeias não soltarão os negros fugidos sem que primeiro sejam pagos das suas tomadias os capitães do mato”.³³⁴ No Regimento também é afirmado que:

Todo capitão do mato que depois de prender negros fugidos os tiver em sua mão, ou em sua casa mais de quinze dias sem os vir meter nas cadeias, e onde não os houver apresentado aos cabos dos distritos em que foram presos para os segurarem até seus senhores os receberem (...) lhes não pagarão tomadias algumas.³³⁵

Ao longo do século XVIII, os capitães do mato tiveram que seguir as instruções existentes no Regimento. Mesmo assim, governadores e demais autoridades mineiras tiveram atritos com esse corpo militar ao longo de todo o século, o que dificultava as negociações com esses afrodescendentes e contribuía para que essa instituição e seus membros continuassem restritos a posições sociais vinculadas à margem.

Por exemplo, em 1765, uma ordem do governador de Minas Gerais na época, Luís Diogo Lobo da Silva, pedia a prisão de cinco sujeitos que haviam cometido crimes. Antes, o governador havia ordenado, por meio de um capitão mor, que três capitães do mato – Athanasio Antônio, Francisco da Costa e Ambrósio – capturassem dois “negros” e uma “crioula” que, segundo a descrição, “andavam aquilombados”, para que os entregassem ao Juiz de Fora na cadeia da cidade de Mariana. Esses capitães do mato ignoraram a ordem e não capturaram os três indivíduos. Lobo da Silva, então, atribuiu a tarefa a outro capitão do mato, que prendeu os três e os levou até o juiz de fora. Porém, uma vez que estavam em Mariana, eles conseguiram a aliança com dois oficiais de pedestres - José Coelho Fonseca e João Pereira da Cruz - que os libertaram. Como resultado, os cinco tornaram-se fugitivos, de forma que Lobo da Silva ordena:

Ordeno a todos os capitães mores, comandantes dos distritos e oficiais de milícias de jurisdição deste governo, que os cinco criminosos, capitães do mato e pedestres, sejam achados, e que os façam prender e os remeter seguros na cadeia da cidade de Mariana, e que lá sejam entregues ao Dr. juiz de fora, acompanhando-se nesta diligência oficial de justiça do mesmo distrito, para que passe por certidão de execução, sem faltarem a

³³⁴ *Idem.*, p. 391.

³³⁵ *Idem. Ibidem.*

justa moderação e necessária segurança, regulando-se para a certeza da identidade dos ditos delinquentes.³³⁶

Portanto, a sociogênese das milícias negras mineiras está intrinsecamente relacionada com a formação das esquadras do mato, lideradas por capitães do mato, e de outros corpos militares que podem ser considerados como “irregulares”, “dispersos” e não institucionalizados, que tinham como principais funções atividades como enfrentamento a quilombos, guerras contra indígenas hostis e captura de escravizados fugitivos. Como já foi dito, todos esses corpos militares desenvolvidos na capitania de Minas Gerais ao longo do século XVIII têm relação direta com aquela sociedade e suas demandas, e também são fruto de processos sociais mais amplos e complexos que envolvem todo o Mundo Atlântico, sua economia e suas relações sociais, que estão interligadas pelas redes de poder em intenso equilíbrio precário e que possuem bases no escravismo. Essas tropas mineiras compostas por africanos e afrodescendentes possuíam também ligação com a organização militar portuguesa e o desenvolvimento de suas três linhas defensivas no decorrer de séculos. Essas milícias negras se consolidaram e foram institucionalizadas principalmente após a segunda metade do século XVIII em Minas Gerais, no contexto das guerras atlânticas, que serão pormenorizadas no próximo capítulo.

Até a institucionalização, a principal função dessas tropas, como foi visto, era o combate aos *inimigos internos*; foi só na segunda metade do século que receberam também a função de combate aos *inimigos externos*, ou seja, os reinos rivais nas guerras atlânticas. É por isso que essas milícias negras mineiras não possuíam o mesmo prestígio de corpos militares semelhantes existentes em outras capitanias, como o já mencionado Terço dos Henriques. Mesmo assim, havia uma pressão por parte dessas milícias mineiras em serem reconhecidas e equiparadas aos Henriques.

Como apontou Luiz Geraldo Silva,

³³⁶ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. VOL. VI. Belo Horizonte, 1959, p. 446-447.

em Minas Gerais, pretos e pardos não mediram esforços após meados do século XVIII para que o processo de gênese de suas corporações precárias atingisse o estágio de desenvolvimento social consubstanciado em sua institucionalização, bem como concorriam para a consolidação e estandardização de suas funções sociais e hierarquias.³³⁷

O autor analisa algumas correspondências realizadas por africanos e afrodescendentes no início da segunda metade do século XVIII em Minas Gerais, as quais pressionavam as autoridades para que suas milícias tivessem o mesmo prestígio que as milícias negras de outras regiões dos domínios portugueses. Segundo o autor,

por volta de 1755, alguns "homens crioulos pretos e mestiços forros, moradores nas quatro Comarcas das Minas Gerais do Ouro" elaboraram petição e instituíram como seu "agente e procurador" o "capitão da Companhia chamada dos forros, criada há mais de 30 anos na Comarca do Rio das Mortes, José Inácio Marçal Coutinho". Este não procurou nenhum intermediário na capitania mineira no nível mais alto da governação: foi diretamente a Lisboa levar aquela petição e outros documentos, como os chamados "Capítulos ou itens para serem conferidos, vistos e examinados pelas pessoas que assistiram nas Minas Gerais do Ouro". Embora Coutinho exercesse papel central nessa missão, a petição tinha nítido caráter corporativo: "na pessoa deste os Suplicantes" pardos se apresentavam "todos juntos", "unânicos e conformes", perante o rei. [...] Os mineiros das quatro comarcas diziam querer "expor as vidas de presente e de futuro ainda quando corre a notícia dos novos régulos, e levantados das terras místicas das missões, e grandes mocambos de negros foragidos e brancos com eles juntos".³³⁸

Marçal Coutinho não agia sozinho, como afirmado pelo historiador, mas representava uma corporação que reivindicava privilégios por seus serviços contra os *inimigos internos* do reino. A demanda desses africanos e afrodescendentes, segundo Silva era “clara e espelhava experiências levadas a efeito em outras configurações sociais, não só da América, mas do Império português”, uma vez que afirmavam que “Para que S. M. haja por bem de sua Real grandeza os mande arregimentar no mesmo modo tratamento e honra” que os indivíduos das milícias negras de “Pernambuco, Bahia e São Tomé”, formando, assim, “companhias úteis e necessárias e arrais para os valerem, correrem e investigarem rondando aquelas terras, serras, estradas, campinas, rios e matas”.³³⁹

³³⁷ SILVA, Luiz Geraldo, *op. cit.*, p. 136.

³³⁸ *Idem. Ibidem.*; Conferir também: Requerimento dos crioulos pretos e mestiços forros, moradores em Minas, pedindo a d. José I a concessão de privilégios vários, dentre eles o de poderem ser arregimentados e gozarem do tratamento e honra de que gozam os homens pretos de Pernambuco, Bahia e São Tomé. *AHU--MG*, cx. 69, doc. 5, 1756. O documento também foi analisado por SILVEIRA, Marco Antonio. Narrativas de contestação. Os capítulos do crioulo José Inácio Marçal Coutinho (Minas Gerais, 1755-1765). *História Social*, nº 17, 2º sem., 2009, p. 285-307.

³³⁹ SILVA, Luiz Geraldo. *op. cit.*, p. 137; e também: Requerimento dos crioulos pretos e mestiços forros, moradores em Minas...

A reivindicação tornou a ocorrer anos depois, em abril de 1762, e em um momento de guerras atlânticas intensas, por isso a missiva traz em seus argumentos a existência de companhias semelhantes às mineiras existentes em todo o Mundo Atlântico. Segundo Luiz Geraldo Silva, os africanos e afrodescendentes reunidos no serviço militar mineiro, representados por Marçal Coutinho, afirmavam que:

há em todas as Capitanias da América, Angola, São Tomé, e Cabo Verde, regimentos auxiliares, militar, ordenanças, como os Henriques de Pernambuco, terço destes Henriques na Bahia, capitães de Infantaria nas companhias em alguns dos Regimentos de Angola". Coutinho agregava à sua argumentação os "Capitães-Mores dos Presídios da mesma Angola, comandantes em São Tomé, Cabo Verde". De volta a América portuguesa, recordava ainda do "Capitão de entradas e assaltos nas ditas cidades de Pernambuco, Bahia". Seu ponto de chegada, no entanto, era sua própria capitania: "e o houve também nas ditas Capitanias de Minas Gerais do Oiro, em tempos de Governadores" como "Antônio de Albuquerque, que fundou companhia de forros nesta Capitania na Vila de São João del Rei"³⁴⁰

Nesse requerimento, Coutinho pedia o posto de “capitão-mor das entradas e assaltos dos matos, rios, serras e campos da dita Capitania”, mas queria receber a patente e o dito posto para “fazer-lhe graça dele com todas as honras, privilégios, isenções e regalias que gozam os Henriques Dias pretos auxiliares de Pernambuco e Bahia”.³⁴¹ Segundo Luiz Geraldo Silva, a solicitação de Coutinho foi paradoxal, visto que “o processo de institucionalização dos terços de pardos e pretos em Pernambuco e na Bahia já alcançara, nesta segunda metade do século XVIII, estágio mais alto de desenvolvimento e divisão de funções”, ou seja, de acordo com a teoria sociológica figuracional de Norbert Elias. Assim, em Pernambuco e na Bahia, as milícias negras já estavam afastadas daquelas “tarefas levadas a efeito por capitães do mato”.³⁴² Em 1765, finalmente, Marçal Coutinho conseguiu a posição tão aspirada por ele, confirmada por decreto régio.³⁴³ Segundo Luiz Geraldo Silva:

institucionalização dos terços mineiros e o gozo das mesmas prerrogativas de pernambucanos e baianos, porém, ainda teria que esperar. O importante a considerar é que se Minas Gerais, como já sublinhei, influenciava outras capitanias da América portuguesa por sua posição de destaque na conjuntura da primeira metade do século

³⁴⁰ SILVA, Luiz Geraldo. *op. cit.*, p. 137, analisando o Requerimento de José Inácio Marçal Coutinho, assistente na cidade de Vila Rica do Ouro Preto, solicitando a promoção no posto de capitão-mor da referida Vila. S/1, 20 de abril de 1762. *AHU-MG*, cx. 80, doc. 26.

³⁴¹ *Idem. Ibidem.*

³⁴² SILVA, Luiz Geraldo. *op. cit.*, p. 138.

³⁴³ Decreto de d. José I, fazendo mercê a José Inácio Marçal Coutinho, homem preto, do posto de capitão do mato, para ter exercício nas Minas Gerais. Lisboa, 2 de janeiro de 1765. *AHU-MG*, cx. 85, doc. 1; Carta patente passada por d. José I, fazendo mercê a José Inácio Marçal Coutinho, homem preto, do posto de capitão do mato, para ter exercício nas Minas Gerais. Lisboa, 21 de março de 1765. *AHU-MG*, cx. 85, doc. 40.

XVIII, seus indivíduos também introduziam aspectos centrais para seu desenvolvimento social a partir de experiências levadas a efeito alhures.³⁴⁴

A institucionalização das milícias negras mineiras ocorreria posteriormente, em decorrência dos efeitos das guerras atlânticas, ou seja, a partir da Guerra dos Sete Anos e a posterior Guerra Luso-Castelhana, que influenciaram as novas dinâmicas sociais e econômicas ocorridas em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII e que já foram mencionadas no capítulo anterior desta tese. Sobre as guerras atlânticas e as consequências delas para as milícias negras mineiras, no próximo capítulo o assunto será abordado com maior ênfase. Porém, mesmo com guerras atlânticas e o enfrentamento aos *inimigos externos*, ainda que tenha ocorrido, como se verá, a formação de terços de pretos e pardos em Minas Gerais após a Carta Régia de 1766, o problema dos quilombos e dos ataques dos indígenas hostis, ou seja, o combate aos *inimigos internos* na capitania não cessou ao longo do século XVIII. Portanto, a iminência de um novo quilombo dos Palmares sempre esteve presente nas mentes das autoridades mineiras. O enfrentamento a quilombos e também às aldeias indígenas hostis estiveram ao longo do século XVIII no desenvolvimento social da capitania, fazendo parte, como já foi dito, da sociogênese das milícias negras mineiras. Por esse motivo é que provavelmente Coutinho queria que suas esquadras de homens do mato tivessem o mesmo prestígio que os Terços dos Henriques da Bahia e de Pernambuco.

3.4 CORPO DE CAÇADORES

Sobre os ataques a quilombos e a aldeias indígenas hostis que foram realizados por capitães do mato já foi frisado bastante no primeiro capítulo. Contudo, é interessante perceber como após as guerras atlânticas aqui mencionadas e que serão pormenorizadas adiante, a questão dos capitães do mato como única força a combater os *inimigos internos* da capitania também teve mudanças significativas na esteira do processo de institucionalização das milícias negras mineiras. Aos poucos, os capitães do mato seriam substituídos por um Corpo de Caçadores. O governador que realizou essa tarefa foi Dom Antônio de Noronha, que administrou Minas Gerais entre 1775 e 1780. Mesmo com problemas envolvendo *inimigos externos*, os espanhóis, ao final da Guerra luso-castelhana, Dom Antônio de Noronha tinha também preocupação a respeito de se elaborar medidas para combater os quilombos. Em carta de 9 de janeiro de 1777, informa ao Juiz de fora de Mariana sobre 15 indivíduos que haviam sido apreendidos no quilombo do Furquim, e o quais as medidas a se tomar a respeito daqueles

³⁴⁴ SILVA, Luiz Geraldo. *op. cit.*, p. 138.

africanos e afrodescendentes. Em carta do dia 8 de janeiro de 1777, segundo o governador, alguns capitães do mato teriam capturado e apresentado às autoridades “nove negros e cinco negras que haviam apreendido no quilombo do Furquim e que antes da prisão fizeram grande resistência com armas de fogo”. Tais indivíduos deveriam ser enviados à Junta da Justiça, e aqueles que não se mostrassem revoltados pelo ocorrido poderiam ser soltos. Noronha continua a carta afirmando que “ao depois de vossa mercê lhes dar castigo que declara na sua carta. [...] [os] mandará entregar a seus donos e o mesmo praticará quanto aos que forem por vontade” para que lhes fossem dado “primeiro o castigo que lhe parecer”. Já para os capitães do mato era preciso “pagar inteiramente os salários do regimento, salvo se eles se quiserem acomodar com menores quantias por que de outro modo se desanimam para as diligencias de sua origem”. A respeito das armas que traziam aqueles indivíduos capturados, Noronha afirma que dará “a providência que me parecer justa na forma que Sua Majestade tem determinado aos governadores desta capitania pela carta régia de 24 de julho de 1711 e ordens posteriores”.³⁴⁵

É interessante essa questão a respeito do que se fazer com as armas daqueles africanos e afrodescendentes, pois ela remete às discussões que foram debatidas pelo Conselho Ultramarino com relação aos pardos da Confraria do Senhor São José de Vila Rica e a petição de 1758 sobre eles usarem espadim à cinta, O que já foi discutido aqui. Na dita Carta Régia de 24 de julho de 1711, o rei pede a Albuquerque Coelho de Carvalho, governador naquela época, que “havendo visto a proposta que os oficiais da Câmara dessa vila de São Paulo”, pois na época Minas pertencia a aquela capitania, “fizeram sobre lhes conceder o uso de armas de fogo aos seus escravos nas jornadas que fizerem e o que sobre esta matéria me representastes”, fato que havia ocorrido na Guerra dos Emboabas, por isso a preocupação do rei, que afirma “me pareceu deixar por ora no vosso arbítrio esta permissão”. Isso porque deveria se compreender, na visão do monarca, a particularidade existente naquela região, por isso ficaria a critério do governador permitir que africanos e afrodescendentes usassem aquelas armas, pois o rei entendia “não ser possível poder-se aí praticar as proibições que há neste Reino sobre o uso das armas”, por conta dos “perigos que se consideram

³⁴⁵ Livro segundo das cartas que o Ill.mo e Ex.mo Sr. D. Antônio de Noronha, Capitão General da Capitania de Minas Gerais escreveu durante o seu governo que teve princípio em 20 de maio de 1776. *BIBLIOTECA NACIONAL*. Códice, 02, 02, 024, n. 41, 1776, pg. 81.

nas dilatadas serras e montanhas por onde caminham, sem o abrigo de povoações nem estalagens”.³⁴⁶

Ao mencionar as “ordens posteriores”, Noronha tinha em mente não só a Carta Régia de 1711, como também os resultados das discussões sobre o uso do espadim à cinta pelos pardos da mencionada confraria, bem como a Carta Régia de 1766, que cita o uso de armas por africanos e afrodescendentes dos Terços e Pretos e Pardos formados após ordem do rei e que será discutido aqui no próximo capítulo. Portanto, é uma questão que também integra a sociogênese das milícias negras mineiras e também pertence aos mecanismos de pressão que africanos e afrodescendentes livres e libertos desenvolveram ao longo do século XVIII sobre o nível mais alto da sociedade. Da mesma forma, são elementos vinculados à mudança de status desses *outsiders* na sociedade mineira em conexão com o Mundo Atlântico.

Se os quilombos mineiros eram um problema constante e que necessitava de corpos militares especializados para combatê-los, a luta contra indígenas hostis também era frequente e da mesma forma demandava o serviço dos capitães do mato. Em carta direcionada ao governador Dom Antônio de Noronha, em 31 de outubro de 1778, o capitão mor da cidade de Mariana, José das Pontes, menciona existir uma extensa comunidade de indígenas hostis naquela região. Pediu, então, que o governador mandasse reforços, pedindo a vinda de mais trinta homens para conseguir combater aquele contingente:

Meu Sr., O Capitão Antônio Pais de Almeida, que acompanhou a esquadra dos 30 homens para o Abre Campo, me participa em carta que inclusa ponho na presença de Vossa Excelência ter referida esquadra achado um grande alojamento do Gentio, não muito distante daquele presídio e por recear ser o poder desigual, e acharem-se sem coletes, voltaram sem os ofender a dar esta parte. Como o dito gentio se acha a vista e o capitão assegura que com mais 30 capitães do mato se os poderá acometer, aprontando-se também alguns coletes, sendo Vossa excelência assim servido mandar. Seja-me feito lembrar a Vossa Excelência que para se porem os 30 homens prontos com brevidade, podem vir vinte do Termo do Caeté, por ter boas Esquadras do Mato, e eu aprontarei armas por estar este termo exausto; logo que tiver aviso de Vossa Excelência, e juntamente os mantimentos necessários para a munição. [...] A escolta que se acha em Abre Campo eu só amuniciei de pólvora e chumbo. Porém, lembram-me que as balas poderão ser mais úteis e para armar estes quando seja Vossa Excelência servido mandá-los, hei de necessitar delas e de pólvora. Para a Vossa Excelência, Lavrado Gama, 31 de outubro de 1778.³⁴⁷

³⁴⁶ Carta Régia de Escrita em Lisboa em 24 de julho de 1711 em Lisboa pelo Rei Miguel Carlos. *IHGB*, Avisos, Provisões, Lata 100, doc.2, fl. 2v; BNRJMS, Coleção Sumária, 1,2,6, n. 1.

³⁴⁷ Livro terceiro das cartas que recebeu o illustríssimo Senhor D. Antônio de Noronha. Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais, que teve princípio em 28 de maio de 1775. BIBLIOTECA NACIONAL. Códice, 19, 3, 39, n. 87, 1775, p. 103.

Em carta emitida desta vez ao capitão mor de Mariana, José das Pontes, o militar traz alguns detalhes acerca do ocorrido naquelas paragens. Almeida afirma que chegou naquela região com ordens diretas para explorá-la. Porém, antes de chegar ao presídio de Mayupós, como lhe havia sido ordenado, encontrou uma aldeia indígena. Segundo ele, naquela aldeia constavam mais de 200 arcos. Vendo que o número de soldados que o acompanhavam era muito menor que o dos indígenas, e que eles não tinham os devidos coletes que os protegessem das flechas dos inimigos, recuaram. Almeida afirma que o “número do gentio é grande pelos estragos que tem feito nos mantimentos destes presídios que tem colhido a maior parte de vinte alqueires de milho de planta, que os moradores lhes deixaram ao desamparo nestes sóis”. Segundo Almeida, os indígenas teriam queimado as plantações que restaram, num fogo que, segundo ele, “ardeu por oito dias a fio de noite e de dia, com a tal fumaça que parecia uma roça nova; e veio o fogo lavrando até bem perto deste presídio que de noite fazia um avultado clarão, e ainda continuaria senão viessem as chuvas, que o apagou”. O capitão acreditava não ser possível vencer aqueles indígenas “com tão pouca gente e tão desprevenidos de coletes, que é ocasião deles ficarem vitoriosos e virem acometer este presídio de Abre Campo”, que seria, segundo o capitão, “o único que não tem desertado pelo maior número que tem de gente”. Pois os moradores daquela região, de acordo com o militar, não deixaram de cuidar de “suas fábricas de minerar que com tanto custo tem rompido sua grande cachoeira e agora é que principiavam a tirar ouro”. E continuando, diz:

como também não permite o tempo por ser de água que se molham as farinhas e mais as armas, coberturas e tudo o mais; e para dar nesta gente de sorte que se faça fruto é necessário outro provimento de sessenta homens capazes, e ao menos vinte coletes para romper a dianteira; que sem isso nada se faz, porque as retiradas são muito perigosas, pelas ciladas que costumam fazer que estas não há outro reparo mais do que os coletes que com eles avançam afoitos e desbaratam tudo, a vista do que o princípio da seca é que se pode dar nestes bárbaros, permitindo-o assim o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor General que agora neste tempo é gastar de balde e nada se faz e nem há petrechos com que se apronte a bandeira, por ter saído quase tudo para fora, que somente ficaram os sacos e alguns facões e uns tachos furados e algumas ferramentas quebradas que o mais tudo saiu que sem tornar a vir não é possível aprontarem bandeiras nem menos fazer-se exame de ouro. Enfim, Sr. Aqui fico esperando as ordens de Vossa Mercê. E já com pouco provimento de comestivo, e neste presídio não há em que se faça farinha por que somente tem uma perguiça que soca para todos; feijão não há nem para a planta por razão das secas passadas. Pedem-me os moradores deste continente represente a Vossa Mercê o grande vexame em que se vem para que Vossa Mercê faça a Sua Excelência que os socorra na destruição deste gentio para se poderem os povos alargar nestas conquistas que prometem seus

haveres e com muita largueza, por razão das muitas terras que tem e serem cabeceiras de todos os rios que desaguardam no Rio Doce; por não dilatar mais o portador, guardo mais para a vista que pessoalmente exporei a Vossa Mercê. Abre Campo. 25 de outubro de 1778.³⁴⁸

Como já foi sublinhado aqui, o ataque dos *inimigos internos* da coroa, como eram chamados os africanos e afrodescendentes aquilombados e os grupos de indígenas hostis, foi constante ao longo de todo o século XVIII. O corpo militar especializado e comandado pelos capitães do mato, as esquadras do mato, compostas também por africanos e afrodescendentes, era o principal “remédio”, como diziam os documentos coevos, para aquelas “moléstias”. Na segunda metade do século, como as milícias negras estavam se institucionalizando, principalmente após a Carta Régia de 1766, que será discutida posteriormente, havia também uma necessidade de se institucionalizar as esquadras do mato, criando um corpo militar semelhante, mas que não dependesse daquela autonomia que era dada até então aos capitães do mato, que as lideravam. A solução encontrada pelo governador Dom Antônio de Noronha foi a criação do Corpo de Caçadores, que seria composto por esquadras do mato:

Faço saber aos que a este edital virem que tendo eu ordenado aos capitães mores dos termos desta capitania que façam reduzir as esquadras do mato dos seus respectivos distritos, que até o presente eram de 15 praças, as mesmas de 30. E não sendo possível o acharem-se agora homens robustos e capazes de executar com valor o dito emprego, por se ter tirado uma grande parte deles para a expedição que acabei de fazer, e por causa da deserção de outros que se refugiaram nos matos. Sou servido perdoar a todos os mulatos, cabras, mestiços e negros que estando incursos nas penas que eu comuniquei por outro edital aos desertores, se apresentarem no prefixo termo de um mês aos capitães mores dos distritos das suas residências com armas de fogo e facas de [rastros], para serem listados nas sobreditas esquadras, que todas hão de formar um Corpo de Caçadores, não só para se empregarem na extensão dos quilombos e prisão dos negros fugidos, mas também nas entradas que fizerem ao mato para rebater os insultos do Gentio e lhes destruir as aldeias. Igualmente serão empregadas as mesmas esquadras de Caçadores na defesa desta capitania, no caso que seja invadida. E sendo preciso que eu passe ao Rio de Janeiro para defender aquela cidade ou a outra qualquer parte com os regimentos da cavalaria auxiliar deste governo, me acompanharão as referidas esquadras, que hei de incorporar para esse fim, as quais ficarão pertencendo todas as presas que fizerem ainda que sejam de grande valor, excetuando petrechos de guerra. Este Corpo de Caçadores será isento de outro qualquer serviço militar e nunca os oficiais e soldados de que se hão de compor poderão ser recrutados ou tirados para fora desta capitania, fora dos casos acima declarados. E para que chegue a notícia de todos, mando que este edital, indo por mim assinado e selado com o selo das mesmas armas, se publique em todas as vilas desta capitania, e que se afixe nos lugares mais públicos delas, registrando-o nos Serviços da Secretaria deste governo, e onde mais tocar. Dado em Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, 15 de maio de 1777.³⁴⁹

³⁴⁸ *Idem. Ibidem.*

³⁴⁹ Livro segundo das cartas que o Ill.mo e Ex.mo Sr. D. Antônio de Noronha, Capitão General da Capitania de Minas Gerais escreveu durante o seu governo que teve princípio em 20 de maio de 1776 (manuscritos). BIBLIOTECA NACIONAL. Códice, 02, 02, 024., N. 75., 1776, p. 122-124.

Noronha acaba justificando a criação desses corpos militares ao afirmar que estavam ocorrendo “atrozes delitos que proximamente cometeram os negros fugidos e aquilombados em diversas paragens desta capitania e com meios por escândalo no termo de Mariana, onde infestam as estradas públicas”, e também assaltam “fazendas, assustando nelas homens brancos e violentando as mulheres”. Por isso, coube ao governador colocar as “Esquadras do Mato em tal regularidade e pé que possam inteiramente destruir os quilombos que tanto prejudicam ao sossego interior desta capitania”, e também para reparar os danos sofridos pelos senhores “dos escravos que andam fugidos”. O novo corpo militar enfrentaria, dessa forma, tanto os quilombos quanto também o “gentio bravo, que tem invadido algumas fazendas que estão situadas nos diversos rios e córregos que vertem para o Rio Doce, onde fizeram mortes e roubos”. Esse Corpo de Caçadores seria formado por esquadras que fossem “mais numerosas e tenham alguma disciplina, porque deste modo poderão ser capazes de servir também utilmente na defesa desta capitania se for invadida pelos castelhanos”. Assim, o governador poderia utilizar essa nova tropa não só no combate aos inimigos internos, mas também no confronto aos inimigos externos, demanda proveniente das guerras atlânticas que serão tratadas no próximo capítulo. Por isso, o Corpo de Caçadores poderia até mesmo ser utilizado para a guarnição do Rio de Janeiro, caso fosse preciso e solicitado pelo vice-rei. Noronha afirma também ter conhecimento da existência desse tipo de milícia em outras partes do Mundo Atlântico, uma vez que afirma que o novo corpo militar seria necessário para “a conservação do sossego e paz interior e exterior do Estado”, de forma que a “resolução de criar um numeroso Corpo de Caçadores” seria realizada “seguindo nesta parte o exemplo de outras nações que tem semelhantes corpos”. A nova tropa deveria ser composta por “todas as Esquadras do Mato desta capitania, as quais serão reduzidas ao número de 30 praças cada uma, com os seus respectivos capitães e cabos”. Contudo, como não havia “gente capaz e bastante” para a formação delas, por conta da “expedição dos quatro mil homens que por ordem” de Noronha havia saído da capitania de Minas Gerais em direção às partes meridionais da América portuguesa, em detrimento da guerra Luso-Castelhana, caberia aos capitães-mores publicarem um edital no qual o governador convoca aqueles que se refugiaram nos matos para ingressarem no novo Corpo de Caçadores. Eles seriam perdoados pelo crime de deserção. Assim, para conseguirem esse perdão, teriam que se apresentar para recrutamento no novo corpo militar no prazo máximo de até um mês após a publicação daquele edital.

Segundo o governador, o Corpo de Caçadores deveria ser formado com “todos os mulatos, mestiços, cabras e negros que se acharem no seu distrito, e dos mais robustos e aptos para o trabalho completará as sobreditas esquadras” que seriam reduzidas a 30 praças, “nomeando para cada uma delas capitães e cabos, que sempre devem ser os mais fortes, os mais atrevidos, os mais acostumados ao trabalho”, indivíduos que deveriam ter “maior experiência dos matos”. “Porém”, reitera o governador, “nunca entrarão nestas esquadras homens brancos, ainda que se achem alguns que sejam revestidos daquelas qualidades”.³⁵⁰

Esse documento resume, de certa forma, várias noções até aqui desenvolvidas a respeito do processo de sociogênese das milícias negras mineiras ao longo do século XVIII. A criação do Corpo de Caçadores seria uma medida para tentar substituir a função dos capitães do mato, que atuaram na capitania com intensa autonomia ao longo do mencionado século, o que define a institucionalização de um corpo militar composto exclusivamente por africanos e afrodescendentes livres e libertos. Não caberia na capitania, portanto, naquele novo contexto econômico, político e social, um corpo militar disperso, autônomo e desregulado, voltado apenas ao combate dos *inimigos internos* do Estado. A partir daquele momento, os homens do mato serviriam exclusivamente ao rei e formariam uma milícia que poderia até mesmo ser utilizada nas guerras mais amplas do reino, enfrentando seus inimigos no Mundo Atlântico. As esquadras do mato formariam o novo Corpo de Caçadores, que seria uma tropa permanente, regulada, com hierarquia interna, dotada de novas funções e composta por indivíduos que uniriam, finalmente, o *ethos aventureiro* com o *ethos trabalhador*. Para o governador Antonio de Noronha, que estava alinhado às políticas levadas a efeito nos domínios portugueses pelos representantes da nobreza de toga, aquele tipo de corpo militar regulado e composto por estruturas internas semelhantes às de outras tropas existentes no Mundo Atlântico, elevaria o patamar das defesas portuguesas. Dessa forma, a coroa acataria as exigências feitas a partir da segunda metade do século XVIII pelos africanos e afrodescendentes livres e libertos que atuavam em corpos militares, e também reforçaria suas fronteiras nas colônias da América; continuaria, também, o processo de desbravamento dos espaços ainda não dominados completamente pelo Estado na capitania de Minas Gerais. Afinal, era preciso encontrar mais ouro, já escasso, e também abrir caminho nos sertões para as atividades agropecuárias, pois essa era a função das colônias portuguesas naquele momento de transição entre uma sociedade de tipo antigo, ou oligárquico, para uma sociedade de tipo democrático-representativo. Enquanto

³⁵⁰ *Idem. Ibidem.*

a metrópole se enquadrava, aos poucos, no âmbito dos estados mais polidos e civilizados, livres do escravismo e com uma intensa racionalização de suas estruturas burocráticas e econômicas, as colônias ficariam restritas à produção em larga escala de itens primários em associação com a mão de obra cativa. Atender reivindicações de africanos e afrodescendentes que faziam pressão nos níveis superiores da sociedade a partir de organizações as mais variadas não significava, portanto, superar o sistema escravista ou antecipar uma possível emancipação desses domínios, mas alimentar aquele sistema e reproduzir seus parâmetros, impedindo revoltas ao mesmo tempo em que garantiria o sucesso da colonização.

Como foi visto, a sociogênese das milícias negras mineiras não pode ser percebida como algo isolado, limitado às fronteiras da capitania e ao desenvolvimento de suas estruturas sociais internas. Também não pode ser compreendida como um fenômeno surgido no âmbito do século XVIII e fruto do que aconteceu na capitania somente ao longo deste século, mas se remete também a um longo processo de configuração das estruturas defensivas portuguesas que se organizaram a partir de patamares militares já presentes na antiguidade, que passaram por transformações intensas no período medieval e perduraram ao longo do tempo, seguindo as transformações ocorridas em Portugal e estendidas aos seus domínios em suas colônias no ultramar. Portanto, a sociogênese das milícias negras mineiras é fruto de um processo social não planejado de longa duração e conectado não só ao Mundo Atlântico, mas também ao alcance de toda a economia mundo que se desenvolvia no século XVIII. Esse desenvolvimento social foi acelerado por acontecimentos dinâmicos no âmbito do Mundo Atlântico a partir da segunda metade do século mencionado, sobretudo por conta das guerras atlânticas, que demandaram transformações estruturais por parte dos reinos que delas participaram e que ecoavam as aspirações sociais provenientes das disputas entre a nobreza de toga e a nobreza de nascimento naquela fase de transição entre a sociedade de tipo antigo, ou oligárquico, para a sociedade de tipo democrático-representativo. O objetivo do próximo capítulo, portanto, será o de compreender como essas guerras atlânticas forçaram as transformações nas estruturas da defesa militar na América portuguesa a partir da segunda metade do século XVIII, o que acarretou na institucionalização das milícias negras mineiras e formação de Terços e Pretos e Pardos na capitania, que posteriormente foram elevados ao patamar de Regimentos em que africanos e afrodescendentes livres e libertos atuavam no serviço militar.

4 MILÍCIAS NEGRAS NO MUNDO ATLÂNTICO: GUERRAS E CONEXÕES

Até agora foi visto aqui a formação da capitania de Minas Gerais durante o século XVIII, sua reorganização econômica e social no decorrer do século e suas conexões com a organização militar portuguesa, desenvolvida em um longo processo de estruturação e que sofreu também muitas transformações. Dentro de todo esse contexto, foi demonstrado que a sociogênese das milícias negras mineiras esteve conectada a processos mais amplos ligados às estruturas sociais mineiras e suas transformações ao longo do século XVIII. Portanto, o aumento populacional, o grande número de livres e libertos, relacionado às alforrias, as relações entre os africanos e afrodescendentes e as instituições mineiras, como as irmandades e as corporações militares, tudo isso somado ao processo de *mudança gradual de status* desses indivíduos no século mencionado, não pode ser percebido como um fenômeno isolado, mas conectado a processos maiores. É preciso, assim, enfatizar que as Minas Setecentistas estão intrinsecamente envoltas no *Mundo Atlântico*. A partir da segunda metade do século XVIII, essa ampla figuração social passou por tensões que impactaram no equilíbrio de poder e nas disputas entre a nobreza de toga e a nobreza de nascimento europeias. As guerras do Atlântico aceleraram processos que levaram aquelas sociedades de tipo antigo, ou oligárquico, a aos poucos se transformarem em sociedades de tipo democrático representativo, e essas transformações impactaram nas estruturas sociais da América portuguesa e, consequentemente, em Minas Gerais.

4.1 GUERRA DOS SETE ANOS

Alguns historiadores chamam a Guerra dos Sete Anos de “Guerra Mundial Zero”, devido à sua extensão e importância de escala global.³⁵¹ A Guerra dos Sete Anos (1756-1763) é tida por muitos historiadores como um ponto de inflexão importante que mudou os rumos da economia mundial no ocidente e no oriente e causou impactos decisivos no Mundo Atlântico, sendo imprescindível na construção das bases de uma nova sociedade que teria em sua população – a partir daquele momento – sua principal força em termos militares e de defesa

³⁵¹ DANLEY, Mark. The “Problem” of the Seven Year’s War: In *The Seven Year’s War*. Global Views, Mark H. Danley & Patrick J. Speelman, Brill (Ed.), Boston, 2012, p. xxiii.

territorial do Estado. Para Macfarlane, esse, por exemplo, foi travado principalmente pela França e pela Inglaterra e seus aliados entre 1756 e 1763 e teria causado grandes consequências para ambos os reinos, e gerou transformações na balança do poder colonial.³⁵² Nesse sentido, Procurando aumentar seus impérios coloniais, os reinos procuravam alianças que os auxiliassem no crescimento de suas influências no Atlântico. Contudo, apesar de a historiografia enfatizar quase sempre a importância desses dois reinos com relação ao conflito em questão, o início dele se deu por conta de rivalidades provenientes da antecâmara desse confronto: a Guerra de Sucessão da Áustria (1740-1748). Nela, a imperatriz Maria Tereza, uma Habsburgo, teve de ceder o território da Silésia ao reino da Prússia de Frederico II, como um dos acordos que garantiriam o seu direito dinástico naquela região. Porém, apesar de tal guerra ter chegado ao fim, as pretensões imperialistas dessas duas potências emergentes fariam com que a tensão entre elas atingisse outros impérios coloniais, principalmente França e Inglaterra.³⁵³ Além disso, a guerra teria reacendido as disputas entre as dinastias dos Habsburgos e dos Bourbon, que já haviam envolvido boa parte da Europa no conflito conhecido como Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714), ocasionado pelas pretensões expansionistas de Luís XIV.³⁵⁴

Segundo Corvisier, após a iniciativa pioneira dos reinos ibéricos na expansão ultramarina dos séculos XV e XVI, no século XVII houve a entrada de outros reinos na disputa pelo controle do Mundo Atlântico, principalmente a Inglaterra, os Países Baixos e a França, o que estabelece um choque de realidades e de sistemas econômicos que buscavam hegemonia e constante expansão de seus domínios.³⁵⁵

Em outras palavras, grosso modo, o que estava por trás de tais rivalidades eram dois modelos de governo e de administração conflitantes, ou seja, de um lado havia as antigas nobrezas de sangue centralizadoras do poder régio estatal e pautadas na nobiliarquia, enquanto do outro lado havia uma nobreza togada e parlamentar alinhada com um capitalismo mercantil expansionista. Somou-se a isso as novas estruturas militares trazidas pelos conhecimentos milenares dos povos austríacos e prussianos, que demonstraram ao mundo ibérico e ao continente europeu que a ciência bélica das infantarias e das cavalaria tradicionais poderia ser

³⁵² MACFARLANE, Antony. Independências americanas na era das revoluções: conexões, contextos, comparações. In: MALERBA, Jurandir. *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 394.

³⁵³ MARSTON, Daniel. *The Seven Year's War*. Osprey Publishing Limited, Londres, 2001, p. 7.

³⁵⁴ CORVISIER, André. *O Mundo Moderno*. Edições Ática: Lisboa, 1976, p. 299.

³⁵⁵ *Idem.*, p. 313-314.

aprofundada e poderia potencializar qualquer império fizesse da arte da guerra o seu mais importante investimento.

Enquanto a França aliou-se à Espanha, os ingleses, do outro lado, pressionaram Portugal a adentrar na guerra junto aos britânicos. É claro que os portugueses não iriam resistir à pressão e tiveram de se juntar aos seus aliados no conflito. Porém, acabou cedendo a essa pressão e acabou entrando na guerra em questão.³⁵⁶ Tal guerra acabou por demonstrar a vitória de um modelo econômico mercantil lançado pelo Reino Unido frente às outras potências mundiais, transformando-o na primeira grande nação industrial do mundo moderno e que passou a ter hegemonia sobre o comércio ultramarino e os espaços coloniais a partir de então.³⁵⁷ Segundo Priscila de Lima e Souza, “as conquistas territoriais obtidas pela Grã-Bretanha no decorrer da guerra, anexando o Canadá e produtivas ilhas caribenhas como Martinica, consolidaram-na como a grande potência militar do Atlântico”.³⁵⁸

A antecâmara da Guerra dos Sete Anos foi a Guerra de Sucessão da Áustria (1740-1748), que teve como consequência o reconhecimento do direito dinástico da imperatriz Mariz Tereza, que teve que ceder a região da Silésia para a região da Prússia, potência emergente que tinha como líder Frederico II. A vontade prussiana de recuperar o território perdido forçou a aliança entre aquele reino e os ingleses, de maneira que houve uma reforma intensa nas forças armadas de ambos que refletiu em todos aqueles que eram os seus aliados.³⁵⁹ A guerra em si se iniciou entre a própria Prússia e a Áustria, em 1757, que receberam cada uma os seus devidos reforços, seguindo para uma frente marítima britânica que esmagou seu oponente francês e mostrou para o Mundo Atlântico de então a sua potência militar e econômica.³⁶⁰ Na sequência dos anos, os britânicos iniciaram conquistas em territórios franceses no Novo Mundo, como Guadalupe em 1758, Dominica em 1761 e Martinica, Santa Lúcia, Grenada e São Vicente, em 1762, para em seguida ocuparem Havana, capital das Índias Ocidentais de Castela no mesmo

³⁵⁶ MELLO, Christiane F. Pagano de . A Guerra e o Pacto. A política de intensa mobilização militar nas Minas Gerais.. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Org.). *A Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV / Bom Texto, 2004; MAXWELL, Kenneth. *Marquês do Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Trad. Antônio de Pádua Danesi. R. de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 119-122; ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil – with special reference to the administration of the marquis of Lavradio, viceroy, 1769-1779*. Berkeley/Los Angeles, 1968, p. 96-99.

³⁵⁷ LAWRENCE, James. *The Rise and Fall of the British Empire*. Nova Iorque: St. Martin's Griffin, 1994, p. 51

³⁵⁸ SOUZA, Priscila de Lima. *‘Sem que lhes obste a diferença de cor’: a habilitação dos pardos livres na América portuguesa e no Caribe espanhol (c. 1750-1808)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 125.

³⁵⁹ MARSTON, Daniel. *The Seven Year's War*. Londres: Osprey Publishing Limited, 2001, p. 7.

³⁶⁰ SIMMS, Brendan. *Three Victories and a Defeat: The Rise and Fall of the First British Empire, 1714-1783*. Londres: Penguin Books Limited, 2007; McLYNN, Frank. *1759: The Year Britain Became Master of the Word*, New York: Grove Press, 2004.

ano.³⁶¹ Posteriormente, Castela também perde as Filipinas. Enquanto isso, no continente, Portugal e Espanha travavam batalhas na chamada “Guerra Fantástica”, que tinha no Conde de Lippe uma de suas figuras emblemáticas do lado português, atuando na reforma das tropas e nas estratégias diversas, conseguindo vitórias importantes e defesas que impediram que Castela conseguisse de alguma forma avançar naquele território.³⁶² Havia, portanto, três focos isolados de conflito em que Espanha deveria se concentrar. No continente, não conseguia avançar diante das defesas realizadas por Lippe. Já havia perdido Havana frente aos britânicos. Cabia a ela sustentar os domínios que dela restavam nas partes meridionais.

Como se viu, portanto, a entre Portugal e Castela John Elliot denomina a guerra como uma luta pela hegemonia global entre as duas potências acima mencionadas, num processo que acelerou a crise dos impérios atlânticos.³⁶³ As dimensões espaciais da guerra envolviam não só o Atlântico, mas toda uma rede territorial que envolvia figurações das mais diversas que colocam a Guerra dos Sete Anos como o primeiro conflito de alcance mundial, uma vez que o seu palco não foi somente a Europa, mas também os contornos ocidentais africanos, espaços no Oceano Índico, além do Norte da América e o Caribe. É curioso como alguns historiadores chegam a denominar esse conflito até mesmo como Guerra Mundial Zero, por conta de suas dimensões e sua importância mundial.³⁶⁴

Assim, a Guerra dos Sete Anos deve ser vista como um dos primeiros conflitos de extensão mundial e que tinha como pressuposto principal a hegemonia comercial em vários entrepostos econômicos espalhados pelo mundo. Havia em jogo uma luta que não era apenas travada pelas armas, mas que também era simbólica, pois carregava em si o conflito entre modelos divergentes de sociedade. Se por um lado havia a França, apegada a questões de nobiliarquia, afeita a muitos dos traços que ainda pertenciam ao Antigo Regime, com suas disputas entre a nobreza de sangue e a nobreza de toga estimuladas por suas relações com outros reinos, por outro lado havia a Grã-Bretanha, com seu capitalismo comercial bem mais desenvolvido e difundido por uma elite bastante ligada a esses mecanismos capitalistas e também ao poder político estabelecido por forças centrífugas provenientes do sistema

³⁶¹ ANDERSON, Fred. *Crucible of War: The Seven Year's War and the Fate of Empire in British North America, 1754-1766*. Nova Iorque: Vintage Books, 2001, p. 449-501.

³⁶² BARRENTO, António. *Guerra fantástica 1762: Portugal e o Conde de Lippe e a Guerra dos Sete Anos*. Lisboa: Tribuna da História, 2006.

³⁶³ ELLIOT, John H. *Imperios del mundo Atlántico: España y Gran Bretaña en América, 1492-1830*. Madrid: Taurus, 2006; NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1989 (Capítulo 1).

³⁶⁴ DANLEY, Mark. The Problem” of the Seven Year's War: in *The Seven Year's War. Global Views*, Mark H. Danley & Patrick J. Speelman, Brill (Ed.), Boston, 2012, p. 23.

parlamentar. O modelo britânico foi o vencedor do conflito, mas isso não significa que houve a total derrota dos padrões existentes no modelo francês, que continuou perdurando por muito tempo ainda, influenciando outras figurações além da França e seus domínios. Porém, em termos militares, houve em todos os reinos envolvidos no conflito uma tentativa de fortalecimento do poderio de cada um deles em terra e pelos mares. Cada Estado procurou implementar o seu modelo teórico ideal de exército e adaptá-lo às suas realidades em seus territórios continentais e em seus domínios nas colônias das Américas. As milícias negras, por exemplo, foram fruto desse tipo de adaptação, uma vez que eram corpos militares ligados a indivíduos provenientes de um passado escravista e que possuíam a capacidade de defender os domínios portugueses de seus *inimigos internos e inimigos externos*. Como já foi visto, a gênese desse processo em Minas Gerais está interligada aos processos de institucionalização desses corpos militares ao longo do século XVIII e também tem relações com a mudança de status dos africanos e afrodescendentes livres e libertos na capitania em consonância com processos maiores nesse sentido que se desenvolviam no Mundo Atlântico.

Porém, o fator principal que impulsionou a guerra foram as disputas entre França e Grã-Bretanha pelo território fronteiriço do vale do rio Mississipi. No decorrer dessa querela, Grã-Bretanha anexou o Canadá e parte de algumas ilhas caribenhas às suas colônias atlânticas, o que a elevaram ao patamar de grande potência militar do Atlântico em fins do século XVIII.³⁶⁵

4.2 A GUERRA LUSO-CASTELHANA

Já havia constantes conflitos na Colônia de Sacramento desde sua fundação, em 1680. Situada na margem do Rio da Prata, a região encabeçou o início de os conflitos entre Portugal e Espanha nas fronteiras meridionais da América portuguesa.³⁶⁶ Assinado em Madrid em 1750, o Tratado de Limites tinha como principal objetivo diminuir os conflitos que estavam ocorrendo entre os reinos com relação a territórios e fronteiras. Porém, havia muita dificuldade na demarcação territorial, e as disputas eram incessantes. O Tratado de El Pardo, assinado em 1761, deu fim aos acordos selados naquele documento de 1750.³⁶⁷

Em 1762, como já foi visto, houve o conflito chamado de Guerra Fantástica, travado entre os dois reinos e que consiste na atuação deles na já mencionada Guerra dos Sete Anos.

³⁶⁵ Conferir o Capítulo 10 de ELLIOT, John H. *Idem*.

³⁶⁶ POSSAMAI, Paulo César. A Colônia do Sacramento, o “jardim da América”. In.: *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre : PUCRS, v. 30, n. 1, p. 33-46, jun./2004, p. 40-41.

³⁶⁷ ALDEN, Dauril. *Op. Cit.*, 1968, p. 86-96.

Em decorrência dessas batalhas, França e Espanha se uniram para invadir Portugal e, assim, enfraquecer também o adversário de maior peso naquela guerra, a Grã-Bretanha. Uma vez que as defesas portuguesas estavam precárias, os ingleses foram obrigados a auxiliar seus aliados com homens e recursos. A hostilidade na fronteira foi curta graças ao auxílio britânico. Contudo, estava explícito que havia uma fragilidade intensa nas defesas de Portugal, o que deveria ser corrigido com a máxima urgência, uma vez que Castela e a própria França não viam a oportunidade de invadir algum domínio português. Com a perda de territórios entre os beligerantes por meio do Tratado de Paris (1763), estes passaram refletir sobre uma possível vingança futura que traria de volta suas colônias em uma nova guerra.³⁶⁸ O clima de revanchismo era grande entre os reinos e Castela e Portugal e era necessária uma reforma militar urgente. Para isso, a coroa contratou o já mencionado Conde de Lippe, um experiente militar de origem alemã que teve grande atuação nas defesas portuguesas na Guerra Fantástica e que se encontrava naquele momento a serviço da Grã-Bretanha, aliada da coroa portuguesa.³⁶⁹

No território europeu o conflito foi breve, mas nas Américas ele se estendeu por vários anos. No ano de 1763, o comandante das forças espanholas, D. Pedro de Cevallos, conseguiu a façanha e invadir a Colônia de Sacramento, os fortes de São Miguel e de Santa Tereza, e o Rio Grande de São Pedro, adquirindo um território imprescindível para Castela em meio a tantas derrotas já ocorridas nas várias frentes de batalha pelas quais se envolveu. Aquele era o início do período em que parte do sul da América portuguesa ficou dominado pelos espanhóis, o que perdurou até o ano de 1777.³⁷⁰

Desde 1755, após o terremoto de Lisboa, ganhou cada vez mais força a figura do primeiro ministro português, o Marquês de Pombal, que teve um papel importante para a segunda metade do século XVIII no reino e nos domínios portugueses e que sem dúvida foi fundamental nas decisões que acarretaram em intensas transformações que influenciaram nas disputas entre a nobreza de toga e a nobreza de nascimento lusitanos. Caberia a Pombal não só reconstruir Lisboa, mas reorganizar todo o sistema administrativo do reino, conduzir reformas das mais diversas e, sobretudo, estruturar um sistema defensivo que pudesse garantir as colônias de Portugal na América e impedir qualquer avanço de Castela naquela região. O tráfico não

³⁶⁸ MACFARLANE, Antony. Independências americanas na era das revoluções: conexões, contextos, comparações. In: MALERBA, Jurandir. *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 393

³⁶⁹ MAXWELL, K.. *op. cit.*, p. 119-123.

³⁷⁰ KÜHN, Fábio. A fronteira em movimento: relações luso-castelhanas na segunda metade do século XVIII. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre : PUCRS, Volume .XXV, n.2, 1999, p. 91.

poderia ser afetado, bem como a produção de ouro e as demais atividades desenvolvidas nas colônias. Para isso, era preciso elaborar um plano estratégico que reorganizasse as defesas do Estado do Brasil.

A primeira medida de Pombal no sentido de criar o plano defensivo para o Estado do Brasil foi a transferência da capital do vice-reino de Salvador para o Rio de Janeiro no ano de 1763. O Rio de Janeiro, uma região central e bastante estratégica, próxima à zona de mineração, situada em um litoral que tinha ligações com várias outras regiões da América portuguesa, era o local ideal para se desenvolver uma capital de um vice-reino guarnecida e que tivesse o abastecimento em tropas e mantimentos garantida com bastante rapidez em caso de qualquer tipo de ataque. O Rio de Janeiro, portanto, seria o centro de comando defensivo da América portuguesa. Caso ocorresse um ataque proveniente do Sul, no caso, por tropas de Castela, a região seria muito eficaz contra esses ataques, bloqueando a passagem para outras regiões, como a mineradora. A mobilização de tropas a partir dali também seria mais dinâmica com relação ao conjunto da América portuguesa, visto a localização estratégica do Rio de Janeiro.

O plano de defesa da América portuguesa, além da reorganização territorial tinha também em seu projeto a vinda de especialistas que possibilitariam o desenvolvimento e a reorganização da estrutura militar como um todo na colônia. Portanto, por esse motivo, Pombal acabou por enviar alguns oficiais estrangeiros ao Estado do Brasil para auxiliarem nessa empreitada, procurando reestruturar tropas e reorganizar as defesas nos domínios portugueses na América. Para o Estado do Brasil vieram o austríaco Johann Böhm e o sueco Jacques Funk, que haviam sido treinados pelo já mencionado Conde de Lippe ainda em Portugal. Os dois militares trairiam o que havia de mais novo no campo militar para os exércitos da América portuguesa. Teriam de regular, organizar e fiscalizar as mais variadas tropas naquela segunda metade do século XVIII em todo aquele vasto território do Estado do Brasil. Além desses dois militares estrangeiros, Pombal também enviou à América portuguesa dois indivíduos de sua mais alta confiança e aliados também serviço das armas: o morgado de Mateus, que acabou sendo nomeado governador da capitania de São Paulo, reestabelecida em 1765; e o marquês do Lavradio, que passou pelo governo da Bahia em 1768, sendo posteriormente nomeado vice-rei do Estado do Brasil no ano de 1769. O marquês do Lavradio teria, portanto, a função de governador e capitão-general da capitania do Rio de Janeiro, que eram, como foi dito, a capital do vice-reino e o centro defensivo da América portuguesa naquela reestruturação militar.³⁷¹

³⁷¹ ALDEN, Dauril. *Op. Cit.*, 1968, p. 13-28; MAXWELL, *op. cit.*, p. 126.

Lavradio, sem dúvida, seria o grande organizador e o braço direito de Pombal no plano de defesa da América portuguesa.

O marquês do Lavradio ficou responsável por aplicar uma total reformulação política e administrativa do Estado do Brasil. Como tinha por principal função comandar a guerra travada nas partes meridionais da América portuguesa, colocou como condição ao marquês de Pombal a recomendação de militares experientes e próximos a ele em posições importantes nos governos de algumas capitanias estrategicamente imprescindíveis. Pombal atendeu prontamente o pedido de Lavradio. Assim, Manoel da Cunha Meneses (1769-1774) saiu do governo de Pernambuco e passou para o governo da Bahia; José César de Meneses (1774-1787) acabou ocupando o lugar dele em Pernambuco; Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1782) substituiu o morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775); Francisco de Souza Meneses (1765-1775) passou para o governo de Santa Catarina e Jozé Marcelino de Figueiredo (1769-1771 e 1773-1780) foi governar o Rio Grande; já em Minas Gerais, outra troca: D. Antônio de Noronha (1775-1780) chegou à capitania para o lugar de Antônio Carlos Furtado de Mendonça (1773-1774).³⁷² Toda essa modificação nos governos tinha como objetivo trazer mais eficiência no que diz respeito às mobilizações de tropas, armas, mantimentos, recursos e demais elementos envolvidos naqueles esforços necessários para se vencer uma guerra.

Os governadores, por sua vez, teriam a obrigação de colocar em prática toda a reestruturação militar e reorganização do aparato defensivo da América portuguesa, agindo com a maior preparo e ordenamento possível no sentido de conseguir a vitória naquele conflito com os espanhóis. Era preciso recrutar indivíduos de todas as camadas sociais, inclusive, era necessário colocar em prática as ordens da coroa com relação à formação das milícias negras. A institucionalização desses corpos militares destinado aos africanos aos afrodescendentes livres e libertos estava em curso e conectado aos processos de sociogênese desses tipos de tropas formadas por uma camada populacional que na segunda metade do século XVIII em Minas Gerais formava uma maioria dos indivíduos que possuíam liberdade. Portanto, a institucionalização e a sociogênese são processos que também estão interligados à mudança de status desses negros que por conta do serviço das armas puderam aspirar por melhores condições sociais, formando grupos de pressão que passaram a reivindicar direitos frente às camadas dirigentes daquela sociedade em transformação.

³⁷² ALDEN, *op. cit.*, p. 139-140, 453-455.

4.3 CARTA RÉGIA DE 1766

Quando ainda estava em plena Guerra Luso-Castelhana, ou seja, em um contexto bélico, e ainda sob as consequências da Guerra dos Sete Anos e da Guerra Fantástica, coube ao governo português pensar em alternativas para reformar seus exércitos de maneira drástica. Era sabido que as tropas portuguesas no continente e nas colônias estavam em estado precário e precisavam ser ajustadas aos novos tempos, adotando novas estratégias e novas estruturas, adquirindo o saber militar que estava em voga naquele período e que indivíduos como o Conde de Lippe e seus discípulos conheciam e difundiam por onde passavam. Portugal precisava absorver o que havia de mais novo nesse saber militar e adequar isso às suas defesas na América portuguesa. Foi com esse intuito que foi lançada em 22 de março a Carta Régia de 1766, que já teve o seu impacto observado por alguns estudos.³⁷³

A Carta foi expedida a todas as capitanias existentes no Estado do Brasil, e constituía normas que deveriam ser seguidas por todos os governadores de todas as regiões daquela vasta extensão territorial. O rei declara na Carta de maneira muito aberta que havia “irregularidade e falta de disciplina a que se acham reduzidas as tropas auxiliares desse Estado”. Portanto, o monarca sabia que as tropas auxiliares, da maneira como estavam, não poderiam defender as colônias, por estarem extremamente despreparadas e com poucos soldados efetivos. Contudo, o rei acreditava que aquelas tropas, caso fossem “reguladas e disciplinadas como devem ser, consiste numa das principais forças que tem o mesmo Estado para se defender”. Portanto, a coroa percebia a imensa desorganização de suas tropas auxiliares e também de seus corpos de ordenanças, ou seja, daqueles segmentos militares que não recebiam soldo na América portuguesa. Porém, o conjunto da população da América portuguesa era o que havia de mais efetivo na defesa daquele território, de forma que se fossem recrutados, treinados e devidamente organizados, poderiam formar um grande exército do qual a coroa não poderia abrir mão, ainda mais em um momento tão tenso no que se diz respeito aos conflitos com o reino de Castela nas partes meridionais da América portuguesa.³⁷⁴

³⁷³ MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. “A guerra e o pacto: a política de intensa mobilização militar nas Minas Gerais”. In: CASTRO, C., IZECKSOHN, V. & KRAAY, H. (orgs.). Nova história militar brasileira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 71; RUSSEL-WOOD, A. J. R. Escravos e libertos no Brasil colonial. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 133; BELLOTTO, op. cit., p. 107; COTTA, Francis Albert. No rastro dos Dragões: universo militar luso-brasileiro e as políticas de ordem nas Minas setecentistas. Tese de Doutorado. UFMG. Belo Horizonte, 2005, pp. 286-292.

³⁷⁴ Carta régia de D. José, ordenando ao Conde da Cunha, vice-rei do Brasil, para que mande alistar, sem exceção, todos os moradores em estado de poderem servir nas Tropas Auxiliares e Ordenanças de Cavalaria e Infantaria. AHU – MG, cx. 85, doc. 42. Lisboa, 22 de março de 1766.

A coroa percebia também que havia um contingente populacional dinâmico na América portuguesa que capaz de participar dos corpos militares e que possuía origens diversas. Indivíduos provenientes de um passado escravista ou não poderiam ingressar nessas tropas sem distinção e seguir no serviço das armas na defesa dos territórios pertencentes à coroa. Por isso, aos governadores caberia “alistar todos os moradores das terras da Vossa Jurisdição que se acharem em estado de poderem servir em Tropas Auxiliares, sem exceção de Nobres, Plebeus, Brancos, Mestiços, Pretos, Ingênuos e Libertos, e a proporção dos que tiver cada uma das referidas classes formeis Terços de Auxiliares e Ordenança”.³⁷⁵ O rei era bastante claro e direto nessa ordem: sem exceção. A forma como é anunciada a tarefa é interessante, pois a coroa não a apresenta de maneira ordenada e hierarquizada, muito pelo contrário. Apresenta os “Nobres” e na sequência os “Plebeus”, contrapondo-os. Porém, coloca os “Brancos” antes dos “Mestiços” e dos “Pretos”, deixando por último os “Ingênuos” e os “Libertos”. Na carta, portanto, não há nenhuma referência a utilização de cativos na defesa militar, como se verá adiante, quando esse tipo de ideia passou pela cabeça de alguns governadores. Na sequência da carta, é pedido que cada governador escolha sargento mor “entre os oficiais das tropas que vos parecerem mais capazes de exercerem o dito posto”. Esses oficiais receberiam “o mesmo soldo que vencem outros sargentos mores das tropas regulares deste Estado, pago na mesma forma pelos rendimentos das câmaras dos respectivos distritos”.³⁷⁶ Dessa maneira, a coroa criaria uma hierarquia militar composta por oficiais superiores que receberiam soldo e seriam equiparados a oficiais das tropas regulares, o que era não apenas simbólico, mas até mesmo serviria para formar uma elite militar economicamente estável e composta por um oficialato com patentes reconhecidas pelo poder régio. Assim, com a hierarquia formada, a coroa fomentaria uma luta interna por posições de prestígio nessas corporações militares, pelo menos em teoria. Com um oficialato bem estruturado, treinado e organizado, dotado de prestígio e recebendo soldo, o rei poderia contar com um controle rígido exercido de cima para baixo em suas tropas. Dessa forma, a coroa esperava que suas tropas tivessem total “fidelidade dos sobreditos oficiais e soldados dos terços auxiliares e ordenanças, que me servirão à minha satisfação em tudo o de que forem encarregados e pertencente ao meu Real Serviço e à defesa desse Estado”.³⁷⁷

Todas essas mudanças estavam em acordo com o que havia de mais novo em circulação no que dizia respeito a questões de ordem militar no Mundo Atlântico e que o Conde de Lippe

³⁷⁵ *Idem, ibidem.*

³⁷⁶ *Idem, ibidem.*

³⁷⁷ *Idem, ibidem.*

estava trazendo ao reino português. Uma dessas prerrogativas era a questão da formação de um oficialato com prestígio e com soldo equiparado a das tropas pagas. Assim, aparece no documento, “os serviços que fizerem os mesmos oficiais desde o Posto de Alferes, até o de Mestre de Campo” precisavam ser “despachados como os dos oficiais das Tropas pagas”. Para se distinguir aqueles que pertenciam às hierarquias superiores nas posições do oficialato que recebia soldo e funções de prestígio daqueles soldados mais rasos, haveria diferenças nos trajes, como aparece na Carta: “E que possam assim os ditos oficiais como os soldados usarem uniformes, divisas e cairéis no chapéu, somente com a diferença de que as divisas e cairéis dos oficiais poderão ser de ouro ou prata e as dos soldados não passarão de lã”.³⁷⁸

Apesar de os oficiais receberem soldo e os soldados nem ao menos isso, nas tropas que seriam formadas por meio dessa Carta, a coroa sabia que não havia recursos suficientes para manter essas instituições militares nos territórios mais vastos de seus domínios no além-mar. Portanto, esses indivíduos deveriam arcar com as custas de algumas coisas para tirar do Estado o peso econômico que em uma guerra, como aquela que estava sendo travada, poderia ser muito grande. Armas, cavalos e escravos, por exemplo, eram elementos que os próprios militares precisavam levar em conta ao ingressar em ações militares a serviço da coroa. Aos membros dessas milícias, portanto, era recomendado “terem à sua custa espadas e armas de um mesmo adarme e os [oficiais e soldados] de cavalaria a terem e sustentarem, também à sua custa, um cavalo e um escravo para cuidar dele”. Contudo, uma vez que fossem utilizados no serviço militar, armas, cavalos e escravos não poderiam ser utilizados para comercialização, pois: “sem que nas ditas armas, cavalos e escravos se lhe possa fazer penhora, embargo ou execução alguma por qualquer título que seja, porque a tudo deve preferir a utilidade pública do meu Real Serviço e da defesa do Estado”. Como faziam parte desses corpos militares criados, tinham então uma legislação que os protegia e os respaldava no que dizia respeito à utilização de escravos, armas e cavalos para o serviço militar. Porém, não poderiam fazer uso desses elementos de maneira “ampla e ilimitadamente” com o intuito de esses “oficiais e soldados fraudarem aos seus credores; antes usarão dela somente com a restrição acima declarada”.³⁷⁹ Portanto, esses privilégios de uso de armas, cavalos e escravos deveria ser restrito ao serviço militar exclusivamente, para o proveito da coroa, sem que esses indivíduos utilizassem desses recursos para qualquer forma de enriquecimento pessoal ou tramassem alguma ação individual que utilizasse essa legislação para fins essencialmente individuais.

³⁷⁸ *Idem, ibidem.*

³⁷⁹ *Idem, ibidem.*

É interessante notar como há ideais presentes na Carta Régia de 1766 que demonstram uma renovação em padrões estruturais que até então existiam nos corpos militares da América portuguesa. Em artigo de 2008, Luiz Geraldo Silva, Fernando Prestes de Souza e Leandro Francisco de Paula analisaram o documento e seus objetos de pesquisa e concluíram que havia alguns traços do pensamento iluminista no conteúdo da Carta; porém, ela ainda conservava muito daquele espírito do barroco existente naquela sociedade de Antigo Regime. Além disso, os autores, cada um refletindo sobre uma capitania específica da América portuguesa na Guerra Luso-Castelhana, ou seja, Luiz Geraldo analisando Pernambuco, Fernando Prestes de Souza se debruçando sobre São Paulo e Leandro de Paula sobre Minas Gerais, perceberam que os governadores e a população em geral dessas regiões, assim como é demonstrado na Carta, temiam por uma guerra de grandes proporções. Cada capitania tratou da sua forma, portanto, a mobilização de tropas, sobretudo aquelas formadas por africanos e afrodescendentes livres e libertos, adaptando segundo suas realidades as ordens presentes na Carta Régia.³⁸⁰ Recentemente, como já foi dito aqui, os historiadores acima mencionados já renovaram suas visões e perspectivas, ampliando suas concepções sobre aquela sociedade, além de ampliarem suas considerações teóricas, que hoje estão muito mais complexas e mais bem formuladas. Os autores possuem em comum a consideração de que a Carta Régia traz em si conflitos que estavam balançando o equilíbrio estável de poder à época, sobretudo no que se refere às disputas entre a nobreza de sangue e a nobreza de toga na Europa e também a forma como isso refletia nos processos de mudança de status de africanos e afrodescendentes livres e libertos no Mundo Atlântico. Nesse sentido, a Carta Régia de 1766 é mais um elemento que se soma a muitos outros da segunda metade do século que demonstram como esses indivíduos aos poucos foram ganhando cada vez mais espaços e formando grupos de pressão na sociedade, podendo, portanto, reivindicar seus direitos e criando sentimentos e pertencimento, como o de fazer parte de um corpo militar. Se a Carta Régia de 1766 ordenou a criação desses novos corpos militares na América portuguesa, o *Reglamento para las milicias de infantería y caballería de la isla de Cuba*, de 1769, teve também o objetivo de reorganizar as tropas de pardos e morenos naquelas regiões de domínio espanhol, sendo também adotado até fins do século XVIII nos vice-reinos do Peru, Nova Granada e Nova Espanha. Assim como a Carta Régia de 1766, o *Reglamento de 1769*, pertencente às reformas borbônicas, teve um papel fundamental na institucionalização

³⁸⁰ SILVA, L. G.; SOUZA, F. P.; PAULA, Leandro Francisco de. A guerra luso-castelhana e o recrutamento de pardos e pretos: uma análise comparativa (Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, 1775-1777). In: DORÉ, Andréa ; SANTOS, A. C. de A. *Temas Setecentistas*. Governos e populações no Império Português. Curitiba: UFPR – SCHLA/Fundação Araucária, 2008, p. 70.

das milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos na América espanhola.³⁸¹ Portanto, na segunda metade do século XVIII, esse tipo de movimento que ocorria na América portuguesa, em tempos de guerra, não era isolado, mas pertencia a um processo maior que englobava o Mundo Atlântico e seus reinos conectados e que se influenciavam.

Uma autora que comparou os dois documentos e suas consequências para as reformas militares na América espanhola e ibérica foi Priscila de Lima e Souza. Segundo ela, o *Reglamento* cubano consiste em uma peça muito mais extensa, que possui onze capítulos e dezenas de artigos, visando instituir as milícias a partir de inúmeras diretrizes claras e objetivas, enquanto a Carta Régia é, como foi visto aqui, muito mais genérica e sintética, como um documento de orientação que visava ordenar o recrutamento do maior contingente populacional disponível naquele momento.³⁸² Para a autora, o *Reglamento* foi construído com base em intensas discussões em Madrid, logo após o fim da Guerra dos Sete Anos, e que foi redigido em Cuba, servindo como base para a reestruturação de todas as milícias da América espanhola a partir de então. O documento apresenta, segundo a autora, informações objetivas, ao contrário da Carta Régia de 1766, indicando onde e como deveriam ser criadas e reguladas determinadas tropas:

Já no primeiro capítulo apresentam-se os contornos numéricos da nova formação. Estabelece-se a criação de cinco batalhões de infantaria de brancos; dois batalhões de pardos livres, um em Havana e outro em Santiago de Cuba e Bayamo, ao oriente da ilha; um batalhão de morenos livres em Havana; um regimento de Cavalaria em Havana e um regimento de Dragões em Matanzas.³⁸³

Assim, o documento segue, segundo Priscila de Lima e Souza, estipulando exatamente o número de tropas com exatidão, ao contrário do que acontecia no documento português, muito mais genérico. Um outro aspecto do *Reglamento*, segundo a historiadora, diz respeito à distinção e ao prestígio com que os membros das tropas seriam tratados a partir de então, fossem soldados de posições mais rasas ou oficiais de posições mais altas. Assim, de acordo com o que está estipulado no documento, todos seriam tratados com muita estima, não podendo nenhum desses militares ser ultrajados por qualquer tipo de ofensa ou obra, sendo sempre distintos e respeitados. Além disso, seriam dispensados de pagar algumas taxas e licenças municipais.³⁸⁴

³⁸¹ Cf.: KUETHE Allan J. The status of the free pardo in the disciplined militia of New Granada. The Journal of Negro History. Vol. 56, nº 2, Apr., 1971, pp. 105-117; CAMPBELL, Leon G. Black power in Colonial Peru: The 1779 Tax Rebellion of Lambayeque. *Phylon*. Vol. 33, nº 2, 1972, pp. 140-152; KLEIN, Herbert S. The colored militia of Cuba..., p. 20-22.

³⁸² SOUZA, Priscila de Lima. *Op. Cit.*, 2017, p. 140.

³⁸³ *Idem.*, p. 141.

³⁸⁴ *Idem.*, p. 143.

Segundo a autora, essas distinções se referiam diretamente aos pardos e morenos, que estavam ligados diretamente aos ofícios artensais, podendo esses segmentos até mesmo receber medalhas por seus serviços prestados à coroa. Além disso, Priscila de Lima e Souza afirma que o principal privilégio outorgado a esses milicianos foi o *fuero militar*, que determinava que qualquer crime cometido por militares seria julgado por tribunais especiais, presididos por governadores e por tenentes de governador, com direito à apelação feita até mesmo pelo capitão general que governava a Capitania Geral de Cuba.³⁸⁵ Naquele sociedade, portanto, qualquer outro súdito da coroa seria julgado pelos cabildos, ou seja, na prática, segundo a autora, aquilo isentava os militares de serem julgados pela justiça ordinária.

Com relação à Carta Régia de 1766, a autora vê o documento como uma “peça legal genérica cujo objetivo primordial consistia em arregimentar o maior número possível de pessoas para servirem nos corpos auxiliares”.³⁸⁶ Como já foi dito, caberia aos governadores tal ação de formar essas tropas em suas capitanias, e eles receberiam carta branca nesse sentido. Assim, teriam flexibilidade e poderiam adaptar às realidades de cada região o que estava contido naquela ordem régia. Acerca desse tema da amplitude da Carta Régia de 1766, Priscila de Lima e Souza afirma que “se nos domínios espanhóis estabeleceu-se previamente o quantitativo para as milícias, impossibilitando a expansão do número de batalhões”, a autora afirma que “na América portuguesa a disseminação dos corpos auxiliares e igualmente das ordenanças contava com ampla elasticidade”. Com isso, a autora conclui que “esse campo relativamente mais flexível contribuiu para que as cifras das milícias alcançassem números impressionantes ao longo das últimas décadas do século XVIII”.³⁸⁷ Portanto, o plano defensivo da América portuguesa só estaria completo com a existência daquilo que já foi mencionado aqui: um amplo reordenamento do tabuleiro político-administrativo executado pelo marquês do Lavradio por ordens de Pombal e que tinha como função realocar em posições estratégicas governadores afeitos a visões militares próximas ao que tinha de mais novo à época, como já dito a respeito das ideias do Conde de Lippe e de seus seguidores.

Segundo Priscila de Lima e Souza, assim como no plano reformista espanhol, o treinamento das novas tropas na América portuguesa também seria conduzido por oficiais vindos das tropas pagas, que assumiriam o posto de argento-mor. Contudo, segundo a autora, a diferença na colônia de Portugal era que muitos dos sargentos-mores na prática não eram

³⁸⁵ *Idem. Ibidem.*

³⁸⁶ *Idem.*, p. 145.

³⁸⁷ *Idem. Ibidem.*

provenientes de tropas pagas, o que era mais significativo ainda quando se tratava de milícias negras, uma vez que o cargo de sargento-mor era um dos mais importantes no interior da hierarquia militar e também por possuir um soldo equivalente ao da patente semelhante nas tropas regulares.³⁸⁸ Segundo a autora, no *Reglamento* isso era muito diferente, porque havia uma hierarquização na questão dos soldos entre oficiais brancos, pardos ou morenos na América espanhola: os primeiros recebendo mais, seguidos dos pardos e, por último, os morenos. Portanto, na América portuguesa, um oficial pardo teria a possibilidade de ascender até o posto de um sargento-mor e receber como um indivíduo branco de uma tropa paga, o que trazia simbolicamente algo muito importante para o conjunto dos africanos e afrodescendentes livres e libertos pertencentes às milícias negras. Segundo Priscila de Lima e Souza:

Na América portuguesa, o “estado maior” dos Terços de Auxiliares, equivalente à “plana mayor” espanhola, tinha ao topo o posto de mestre de campo, seguido pelo de sargento-mor e de ajudante. Ao contrário da estrutura espanhola, existia apenas um estado maior e ele não era necessariamente monopolizado por oficiais brancos. O posto de mestre de campo podia ser exercido por oficiais pretos e pardos. Na América espanhola, o posto de comandante ocupado por oficiais pardos e morenos, embora gerasse privilégio e destaque social para os indivíduos nele investidos, não era equivalente ao de coronel ou mestre de campo. Juan Marchena Fernández chamou a atenção para a singularidade dos casos de homens de cor ocupando o posto de coronel nas milícias hispano-americanas. Conforme o historiador, o posto era majoritariamente ocupado por pessoas de qualidade nobre, tendo-se registro de oficiais de cor ocupando o posto apenas em Lima e na capital mexicana. Outro dado que demonstra as limitações impostas aos pardos e morenos nos espaços hispano-americanos diz respeito aos entraves ao recrutamento de soldados pardos e morenos para as Tropas Regulares no século XVII. [...] Na América portuguesa, ao contrário, soldados pardos compunham parte significativa das fileiras das Tropas Regulares, sem, no entanto, poderem ascender aos postos do alto comando. A experiência militar adquirida nessas tropas eventualmente poderia ser empregada para pleitear postos de comando nos corpos auxiliares exclusivos aos pardos.³⁸⁹

Assim, na América portuguesa havia maiores possibilidades para os africanos e afrodescendentes livres e libertos ocuparem postos decisivos nas instituições militares e transitar, assim em figurações sociais diversas e organizar grupos de pressão para reivindicar suas demandas específicas, modificando, dessa maneira, o equilíbrio de poder. Segundo Priscila de Lima e Souza:

As unidades constitutivas dos Terços de Auxiliares na América portuguesa, assim como dos Batalhões milicianos nos espaços espanhóis, eram as companhias. Eram dirigidas pelos capitães, abaixo dos quais se seguiam tenentes, alferes, sargentos, furriéis, porta-bandeiras, cabos, pífanos, tambores e, por fim, os soldados. Os homens de cor estavam habilitados a ocupar qualquer um dos postos, sem que isso, no entanto,

³⁸⁸ *Idem. Ibidem.*

³⁸⁹ *Idem.*, p. 146.

fosse questão isenta de disputas e controvérsias. Assim, pretos e pardos poderiam ocupar todos os escalões da hierarquia dos corpos militares denominados Auxiliares, desempenhando funções centrais como as de mestre de campo, sargento-mor e ajudante. Essa possibilidade dotou as milícias da América portuguesa de um caráter peculiar, garantindo espaços de atuação política aos oficiais pretos e pardos dificilmente encontrados nas regiões do Caribe espanhol aqui analisadas. Com isso nas está se sugerindo que as milícias hispano-americanas não proporcionassem aos pardos e morenos espaços de atuação política, mas que a configuração das milícias na América portuguesa garantia um campo de ação mais amplo aos oficiais pardos e pretos. Embora as possibilidades de acesso de pardos e pretos aos postos mais importantes dos Terços e Regimentos variassem de região para região, os precedentes geravam em quase todas elas um campo de expectativas praticamente ausente nos espaços hispano-americanos.³⁹⁰

Havia, portanto, mais possibilidades para os africanos e afrodescendentes livres e libertos da América portuguesa que pertenciam às milícias negras pertencerem a grupos de pressão mais atuantes e que reivindicassem com mais eficácia seus posicionamentos políticos, uma vez que poderiam enxergar horizontes muito próximos daqueles das elites brancas que formavam, como aponta Luiz Geraldo Silva, a camada social do nível mais alto da sociedade. Não é à toa que ao analisar outro documento, o Alvará de 16 de janeiro de 1773 – que extinguiu o chamado “acidente de cor” nos domínios portugueses e dava aos africanos e afrodescendentes a habilitação necessária para ingressarem em inúmeras funções a que eram antes impedidos –, Priscila de Lima e Souza chamou a atenção para o fato de que os militares negros foram aqueles que mais difundiram por toda a América portuguesa os ideias presentes no Alvará. Segundo ela, foram esses indivíduos que “constituíram, efetivamente, um grupo de pressão capaz de obter reconhecimento por parte do Estado”, assim, “foi a partir da legitimidade propiciada pela milícia que os pardos puderam manifestar suas insatisfações em relação ao lugar social ocupado pelo grupo”. Dessa forma, segue a autora, “embora suas demandas muitas vezes fossem voltadas para questões relativas ao mundo militar, não raro elas ultrapassavam esse limite, gerando discussões sobre a generalidade do grupo. Em fins do século XVIII”, portanto, “longe de serem considerados ‘desestruturadores’, estava claro à Coroa que os pardos, sobretudo os milicianos, eram fundamentais à manutenção dos domínios coloniais, assim como os pretos”.³⁹¹

Logo, a incorporação daqueles indivíduos na instituição militar dava a eles consciência de seus posicionamentos no equilíbrio de poder e como indivíduos que poderiam exercer pressão nas camadas superiores. Uma vez que surgiu um alvará que acabava com o defeito de sangue, esses africanos e afrodescendentes livres e libertos espalhavam a notícia por todos os segmentos sociais de maneira a fazer pressão para que aquela legislação fosse cumprida naquela

³⁹⁰ *Idem.*, p. 147.

³⁹¹ *Idem.*, p. 363.

figuração social, principalmente nas instituições militares a que pertenciam. A Carta Régia de 1766, portanto, assim como o *Reglamento* de 1769, cumpria também uma função social que estava relacionada com mudanças influenciadas por disputas entre grupos que estavam causando tensões no equilíbrio de poder instável, o que também era fruto das guerras entre os reinos no Mundo Atlântico que impulsionaram as transformações nos exércitos, que seguiram transformações sociais e disputas entre modelos de sociedades na passagem de uma sociedade de tipo antigo, ou oligárquico, para um novo modelo político e social de tipo democrático-representativo. Na segunda metade do século XVIII, o processo de institucionalização das milícias negras seguiu toda essa dinâmica, que também estava relacionada com a gradual mudança de status dos africanos e afrodescendentes livres e libertos, que formavam os grupos de pressão acima mencionados e, dessa forma, não deixavam de causar impactos na sociedade mineira daquele tempo.

4.4 O IMPACTO DA CARTA RÉGIA DE 1766 NA SOCIEDADE MINEIRA

Em 1766, no ano de lançamento da Carta Régia, o governador de Minas Gerais era Luís Diogo Lobo da Silva (1763-1768). Já havia sido governador de Pernambuco (1756-1763) e antes, como era militar de carreira, havia ocupado o cargo de capitão do Regimento de Cavalaria do Cais de Lisboa, quando, em 1755, foi nomeado governador de Pernambuco.³⁹² Quando teve em mãos as ordens régias, não pensou duas vezes antes de cumprir o que havia naquele documento. Assim, expediu uma Carta Circula a todos os capitães-mores da capitania de Minas Gerais. Por meio dela, pedia que esses chefes de tropas reunissem seus soldados e organizassem as tropas auxiliares, como estava ordenado na Carta Régia, formando também os terços de pretos e pardos com seus respectivos oficiais e suboficiais, que deveriam ser nomeados pelos próprios capitães-mores.³⁹³ Na Carta Circular, o governador ordenou que o capitão mor da Vila de Sabará, que também era comandante das ordenanças do seu distrito, que das “esquadras de pardos e pretos libertos separará um terço das praças com que se acham, procurando que este seja composto de oficiais e soldados mais vigorosos, de melhor saúde e prontos para toda a ocasião”. Assim, o capitão-mor de Sabará formaria o Terço de pretos e pardos, como era pedido

³⁹² SILVA, Luiz Geraldo. *Op. Cit.*, 2013, p. 138.

³⁹³ Carta de Luís Diogo Lobo da Silva, governador das Minas, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a reação das Câmaras e de alguns comandantes das tropas das ordenanças auxiliares às ordens da Carta Régia de 22.03.1766, respeitante ao abastecimento de um corpo de tropas de milícias para expedição quando necessário. AHU – Minas Gerais, cx. 88, doc. 36. Vila Rica, 4 de outubro de 1766.

na Carta Régia de 1766. Esses soldados do Terço deveriam ter armas “do mesmo padrão e calibre, patrona e baioneta, quando for possível”. Esse novo corpo militar deveria ser formado por africanos e afrodescendentes livres e libertos dos “mais capazes de desempenharem com constância as obrigações a que ficam unidos pelos referidos empregos”.³⁹⁴ Portanto, até esse momento, Luís Diogo Lobo da Silva seguia à risca o que estava escrito na Carta Régia de 1766.

Demonstrando que tinha conhecimento acerca dos indivíduos que formariam aquele corpo militar, Lobo da Silva ainda ordenou a respeito daquela milícia negra que “nos terços que correspondem às esquadras dos pardos e pretos libertos, praticará o mesmo, passando os sargentos de número ao grau de capitães, os supras ao de alferes, um dos cabos de esquadra ao sargento de número”³⁹⁵. Dessa forma, o governador organizava o novo Terço, posicionando seus oficiais em suas hierarquias e cumprindo as ordens que viam de cima, adaptando à realidade mineira aquilo que podia ser empregado naquele momento em que uma guerra estava ocorrendo nas partes meridionais da América portuguesa.

Contudo, há uma medida existente na Carta Circular que era uma vontade individual de Lobo da Silva e que gerou impacto imediato na sociedade mineira, que foi a ideia do governador de criar corpos militares compostos pela quinta parte dos escravos de Minas Gerais.³⁹⁶ Aquela medida, tão rechaçada em Minas, não era novidade para o governador, que já a havia executado em Pernambuco quando lá havia sido governador.³⁹⁷ O trecho emblemático que causou impacto em vários setores de Minas Gerais, sobretudo entre aqueles proprietários de escravos é aquele em que o governador pede para que capitão mor separe “todo o quinto dos escravos que houverem na sua jurisdição, sem exceção dos ocupados em lavras, roças ou particulares serviços, escolhendo para ele os de melhor saúde e robustos, e fazendo que seus senhores os armem”. Sabendo que havia muitos escravos em Minas Gerais, e que nem todos teriam armas de fogo, e também que seria muito difícil que algum senhor tivesse a audácia de entregar a uma grande quantidade de cativos armas de fogo, o governador se antecipa ao anunciar que se não fosse possível armar esses escravos dessa forma, os “previnam com um dardo de dez palmos de haste, com ferro e ponta de dois cortes, de dois palmos e meio de comprimento, que principie

³⁹⁴ *Idem, ibidem.*

³⁹⁵ *Idem, ibidem.*

³⁹⁶ *Idem, ibidem.*

³⁹⁷ Mapa de toda Infantaria, Artilharia paga e Auxiliares de pé e cavalo, Pardos, Henriques, e Ordenanças de pé, Índios e Quinto de Negros Cativos que constituem as forças e defesa da Capitania de Pernambuco. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Divisão de Manuscritos. Mapas Estatísticos da Capitania de Pernambuco. 3, 1, 38, fl. 03.

de menos de polegada na ponta e a acabe ao pé do referido ferro”³⁹⁸. É provável que esse tipo de lança já houvesse sido utilizada antes, uma vez que na Carta Circular é apresentada até mesmo a forma como fabricá-la, com citando muito objetivas acerca de suas medidas e de seus componentes. Assim que separassem esse quinto da escravatura, recrutando-os para o serviço das armas, os capitães mores deveriam formar “companhias de igual lotação, escolhendo para cabos de esquadra, sargentos, alferes e capitães das ditas as pessoas que entre eles ou nos da mesma cor livres, achar de inteira fidelidade”. Sobre aquela tropa, o governador prometia a seus membros que “aquele que nela se distinguir e fizer ação gloriosa em defesa da Pátria não só se adiantarão nos empregos da milícia, mas conseguirá em prêmio a liberdade”. Assim, a esperança de liberdade seria aquilo que faria, na mente do governador, com que aquele tipo de tropa fosse constituída por indivíduos dos mais combatentes e com maior vontade de vencer seus adversários, pois conseguiriam a tão sonhada mudança de condição após conquistarem aquele prêmio. Entretanto, o governador sabia que algumas precauções haviam de ser tomadas com relação a aquela tropa, como por exemplo no momento de se entregar aos seus soldados “as referidas armas antes da ocasião da marcha e ficando nela e nas mais [práticas] do Real Serviço responsáveis os seus oficiais, não só de darem conta delas mas acautelarem-nas quando for justo e se lhes determinar”.³⁹⁹ Lobo da Silva sabia que não era possível confiar totalmente nos cativos, entregando a eles as armas sem nenhuma forma de fiscalização. Os escravos poderiam ser utilizados em corpos militares, desde que, para o governador, fossem bem controlados e disciplinados, e tivessem a esperança de se tornarem livres caso fizessem ações gloriosas nos exércitos.

A ideia de se armar escravos causou alvoroço em Minas Gerais e temor entre muitos dos proprietários de escravos em Minas Gerais e repercutiu em diversas câmaras, com a Carta Circular sendo reproduzida em várias delas. A missiva do governador chegou na câmara de Mariana, na de Vila do Príncipe e na de Caeté; além disso, um capitão mor, que não se identifica, que também era de Mariana, enviou cartas para da capitania criticando o conteúdo existente na Carta Circular. Cópias e mais cópias da Carta atingiram várias regiões de Minas e

³⁹⁸ Carta de Luís Diogo Lobo da Silva, governador das Minas, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a reação das Câmaras e de alguns comandantes das tropas das ordenanças auxiliares às ordens da Carta Régia de 22.03.1766, respeitante ao abastecimento de um corpo de tropas de milícias para expedição quando necessário. AHU – Minas Gerais, cx. 88, doc. 36. Vila Rica, 4 de outubro de 1766.

³⁹⁹ *Idem, ibidem.*

chegaram até em outras capitanias, chegando uma cópia em São Paulo, aos cuidados do seu então governador Luís Antônio de Souza.⁴⁰⁰

Em uma dessas críticas à Carta Circular os camaristas dizem que “Sabe V. Ex.a. muito bem que quase todos os soldados de que se compões a cavalaria, infantaria e ordenança são roceiros, outros mineiros. Se V. Ex.a. separa para a marcha a metade dos daquela e a terça parte dos desta, que estrago se não segue em Minas em detrimento do real quinto?”⁴⁰¹ Acreditavam, portanto, que aquelas medidas do governador somente iriam causar prejuízos para a capitania. Na continuação das críticas, dizem os oficiais que, caso todos fossem separados em tropas, não se poderia cultivar qualquer tipo de roça, o que seria de grande impacto para a economia da capitania e para a coroa. Ademais, dizem os membros da câmara e o capitão mor, acerca dos homens brancos que iriam deixar suas casas, e que então nelas não se pode “haver governo, por ficarem os escravos ao desamparo sem aquela sujeição que só conservam pelo medo de seus senhores”, porque mesmo que “fique a recomendação de feitores, a experiência nos tem mostrado que considerando-se sós debaixo do mando destes, muitas vezes se tem orgulhosamente levantado, ausentando-se fugitivos para os matos onde só se empregam em absolutos roubos e homicídios”.⁴⁰² As queixas iam muito além da formação de quintos de escravos. Esses camaristas acreditavam que a obrigação de se formar corpos de auxiliares iria causar prejuízo para a capitania e para a coroa, uma vez que as suas terras seriam deixadas para trás por conta do serviço das armas. Portanto, os camaristas mineiros não parecem concordar com as ordens existentes na Carta Régia de 1766, que previa o recrutamento de todos os homens em tropas auxiliares e em ordenanças. Os camaristas não queriam que o serviço militar se tornasse algo obrigatório, pois aquilo poderia causar estragos econômicos para seus negócios, sua produção e afins. E caso fosse preciso recrutar escravos então, o estrago seria maior ainda, na opinião daqueles indivíduos.

Havia também um temor acerca de um provável levante de negros na capitania de Minas Gerais por parte dos camaristas, o que fica mais evidente quando afirmam que “quão frequentes não serão os insultos e roubos dos referidos negros ficando-se estes com fábricas avultadas sem o respeito [...] de quem os possui?”⁴⁰³ Portanto, acreditavam que se acontecesse o tal recrutamento pedido na Carta Régia de 1766 e organizado pela Carta Circular de Lobo da Silva,

⁴⁰⁰ DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E COSTUMES DE SÃO PAULO (D.I.) São Paulo: Arquivo do Estado, 1902, Volume XXIII, p. 101.

⁴⁰¹ *Idem.*, p. 103.

⁴⁰² *Idem. Ibidem.*

⁴⁰³ *Idem. Ibidem.*

Minas Gerais ficaria entregue ao acaso e aos seus inimigos internos, que já estavam há tempos controlados diante de tantas investidas dos governadores que já haviam passado pela capitania. Os camaristas não queriam mudanças naquele momento. A visão conservadora deles ia de encontro às vontades reformistas da coroa e dos governadores que estavam à frente dos vários governos de capitanias diversas no Estado do Brasil naquele momento. Havia uma disputa em jogo, e o equilíbrio instável de poder recebia cada vez mais tensões de todas as partes diante de tantas disputas e em um momento de guerra naquela conturbada segunda metade do século XVIII.

Quanto a armar escravos, os oficiais das câmaras criticam a ideia de Lobo da Silva argumentando que se até mesmo no recrutamento “que se fez para o Rio de Janeiro foi necessário (sendo homens brancos) irem acorrentados, e sabemos que a maior parte deles desertaram a praça sem temer as graves penas”, portanto, sabendo-se disso, ou seja, dessa experiência desastrosa executada com homens livres e brancos, “o que não fariam os negros, totalmente bárbaros em um país tão extenso?”⁴⁰⁴ Ainda sobre isso, afirmam que “além desta razão, atenda V. Ex.a. que o cuidados dos povos destas minas é evitar armas aos escravos para obviar os insultos a que são propensos”.⁴⁰⁵ Os camaristas e o capitão-mor acreditavam que a ideia de se armar escravos era muito perigosa, pois sempre havia em Minas Gerais a iminência de um levante de escravos. Antes de assinarem o documento, pedem a adesão de Procuradores das câmaras, capitães mores e demais indivíduos que tivesse acesso ao documento concordassem com o conteúdo nele contido.

Essas cartas não ficaram sem resposta, pois, no dia 12 de julho de 1766, o desembargador Manoel da Fonseca Brandão discorreu sobre o assunto, dizendo que o conteúdo daquele documento foi feito por homens insensatos e que aquilo produziria “perniciossíssimos efeitos”.⁴⁰⁶ Segundo o desembargador, havia testemunhas que diziam que havia “mais de três anos estão os escravos no maior sossego”, e que aqueles discursos dos camaristas teriam sido feitos para “dificultar a expedição com horrorosos discursos sobre sublevação de escravos, desamparos de famílias e ruína total do Estado”.⁴⁰⁷ Contudo, para Brandão, os culpados por aqueles boatos terem sido espalhados por várias regiões das Minas eram os advogados das

⁴⁰⁴ *Idem.*, p. 104-105

⁴⁰⁵ *Idem.*, p. 105

⁴⁰⁶ Carta de Luís Diogo Lobo da Silva, governador das Minas, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a reação das Câmaras e de alguns comandantes das tropas das ordenanças auxiliares às ordens da Carta Régia de 22.03.1766, respeitante ao abastecimento de um corpo de tropas de milícias para expedição quando necessário. AHU – Minas Gerais, cx. 88, doc. 36. Vila Rica, 4 de outubro de 1766.

⁴⁰⁷ *Idem, ibidem.*

câmaras. Ao final, afirma: “sempre vi que os advogados nas câmaras são prejudiciais”⁴⁰⁸ Havia, portanto, uma disputa a respeito dessas mudanças em curso na segunda metade do século XVIII. As visões não eram unânimes e cada grupo social acabava por escolher suas ações de acordo com suas posições nas figurações sociais nas quais atuavam. Brandão, por exemplo, era a favor do conteúdo existente na Carta Régia de 1766. Acreditava nas reformas e afirmou ser boatos todo aquele temor existente nas cartas enviadas pelos camaristas que criticavam a Carta Circular de Lobo da Silva. Na prática, o quinto dos escravos não foi executado em Minas Gerais, para alívio dos grandes proprietários. Porém, vários terços e pretos e pardos foram formados na capitania, sendo muitos deles comandados por africanos e afrodescendentes livres e libertos. O processo de mudança de status desses indivíduos estava em curso em Minas Gerais e no Mundo Atlântico, seguindo o processo de institucionalização das milícias negras e também seu processo de sociogênese.

Sobre o temor acerca dessas milícias negras mineiras criadas após a Carta Régia de 1766, a câmara de São João del Rei, em 1772, enviou uma carta direcionada ao rei em repúdio aos terços de pretos e pardos e ao seu oficialato integralmente negro.⁴⁰⁹ Segundo a carta, Minas estava cheia de “inumeráveis escravos pretos e mulatos, cada um dos quais é inimigo doméstico de todos os brancos. São quase tantos como estes os pardos e negros, que ou nasceram forros ou se acham libertos”, por esse motivo, os membros da câmara afirmavam que “não é neles menor o ódio que nos tem, mas maior a soberba de que naturalmente são dotados”. A carta se encerra com os camaristas dizendo que a

pobreza e a dependência para com os brancos é que contém alguns deles na paz necessária para a nossa conservação e do Estado; porém, como se formaram todos em companhias, dando-se-lhes oficiais das mesmas castas, justamente se deve que o livre uso das armas os fez atrevidos e poderosos, e que chegará o tempo em que unindo-se aos escravos, seus semelhantes, rompam em algum excesso, disputando-nos o domicílio.⁴¹⁰

Foi considerável o impacto da Carta Régia de 1766 na sociedade mineira da segunda metade do século XVIII. As ordens contidas nela traziam à tona um cabo de guerra entre modelos de sociedade que queriam manter privilégios ou modificar padrões existentes que impediam seus interesses pessoais e de seus grupos de avançarem com suas questões

⁴⁰⁸ *Idem, ibidem.*

⁴⁰⁹ Representação dos oficiais da Câmara da Vila de São João del Rei, dirigida a D. José I, solicitando providências cautelares no sentido de evitar possíveis levantamentos por parte dos mulatos e escravos pretos. AHU – Minas Gerais, cx. 107, doc. 27. Minas, 30 de julho de 1774.

⁴¹⁰ *Idem, ibidem.*

primordiais relacionadas com perspectivas políticas, econômicas e sociais. A sociedade mineira do século XVIII era uma antecâmara dos conflitos que iriam ainda se intensificar em períodos posteriores no Brasil e no Mundo Atlântico na passagem de uma sociedade de tipo antigo, ou oligárquico, para uma de tipo democrático-representativo. As milícias negras e suas questões se encontravam na esteira das inúmeras reformas desenvolvidas por reinos que se encontravam em disputas econômicas e políticas e que chegaram a se manifestar em guerras, como a dos Sete Anos e a Luso-Castelhana, que aceleraram processos. Os africanos e afrodescendentes livres e libertos de Minas Gerais, como aqueles pertencentes ao conjunto do Mundo Atlântico, também estavam envolvidos em várias dessas questões e a participação deles nas corporações militares os colocava como parte de uma elite em meio a uma vasta camada de indivíduos livres que faziam parte de 30 a 50 por cento de várias das capitanias do Estado do Brasil. Em Minas Gerais, como foi visto, em fins do século XVIII, o número de africanos e afrodescendentes livres e libertos, segundo estimativas, ultrapassou os 100 mil indivíduos, ou seja, fazer parte de um corpo militar era algo extremamente importante e representativo para um indivíduo que tinha um passado escravista. Caso esse indivíduo fizesse parte do oficialato então, sua capacidade de negociação e sua presença como representante de um grupo de pressão atingiria um potencial acima do comum dentro do padrão existente naquela sociedade colonial. Pertencer, portanto, a uma tropa, a um terço, exercer uma função militar, criar laços e formar um sentimento de pertencimento era algo que cada vez mais se tornava comum entre alguns desses africanos e afrodescendentes livres e libertos em Minas Gerais, o que, como se viu, causava incômodo por parte de algumas camadas sociais mineiras que pretendiam conservar seus status e temiam por mudanças nas dinâmicas da sociedade. Por outro lado, havia aqueles grupos defensores das mudanças e que queriam as reformas, que atuavam como o desembargador Manoel da Fonseca Brandão, que desacreditava aqueles que eram mais conservadores e que dizia ser boatos os tais levantamentos de negros que poderiam ocorrer caso as reformas militares fossem colocadas em prática na capitania. Portanto, Minas Gerais do século XVIII continuava sendo uma figuração social carregada de tensões e cada vez mais consolidada como uma capitania que nasceu e se desenvolveu abruptamente, adquirindo de maneira instantânea várias das características já existentes no conjunto da América portuguesa, mas acrescida de outros problemas derivados da exploração do ouro e dos diamantes. Na primeira metade do século, os problemas relacionados à ocupação desvairada no território destinado à exploração do ouro e depois a formação da capitania em torno dessa produção e da agricultura, com essas atividades sempre abastecidas por mão de obra africana escravizada, criou uma população derivada desse sistema complexo baseado no tráfico e na alforria. Em

menos de um século, tornando-se a capitania mais populosa da América portuguesa e com o maior número de escravos, também tinha quase 40 por cento dessa sua população formada por africanos e afrodescendentes livres e libertos. Na primeira metade do século, por conta desse sistema escravista, o número de quilombos se tornou um problema endêmico na capitania de Minas Gerais, o que perdurou por todo o século XVIII. Tropas desreguladas de esquadras de homens do mato e também os capitães do mato eram responsáveis por atacar esses quilombos e prender esses indivíduos que eram considerados *inimigos internos* da coroa. Esse processo deve ser compreendido como pertencente à sociogênese das milícias negras mineiras, que aos poucos foram se institucionalizando naquela figuração. Com as mudanças nas estruturas sociais na América portuguesa e no Mundo Atlântico, a institucionalização dessas tropas se consolidou na segunda metade do século. A Carta Régia de 1766 foi um documento que trouxe à luz essas questões e o debate acerca de elementos que vão muito além da simples formação de corpos militares formados por auxiliares e ordenanças. Ela traz disputas internas entre modelos de sociedade.

Luís Diogo Lobo da Silva (1763-1768) e Dom José Luiz de Meneses Abranches Castelo Branco e Noronha (1768-1772), que era mais conhecido como Conde de Valadares, chegaram a colocar em prática as exigências existentes na Carta Régia de 1766. Porém, Dom Antônio de Noronha (1775-1780) que realmente chegou na capitania de Minas Gerais com a prioridade de colocar em prática o plano estratégico pensado por Pombal e desenvolvido por Lavradio com relação à defesa do Estado do Brasil e em consonância com a Carta Régia em questão.

Noronha era um militar experiente, proveniente da elite portuguesa e com fortes conexões com a família de Pombal. Também possuía a amizade do próprio marquês de Lavradio. O novo governador mineiro utilizou da sua rede de poder para chegar ao posto que então ocupava.⁴¹¹ De acordo com Teixeira Coelho, “naquele tempo não se cuidava, na América, mais do que fortificar os postos e em pôr as forças da terra e as marítimas em estado de rebater a fúria castelhana”. Segundo o desembargador, Castela, que em suas palavras era uma “nação belicosa”, estaria “estimulada pelos progressos que os portugueses haviam praticado no Rio Grande do Sul” e possuía a disposição de se empossar “das terras que ela injustamente retinha

⁴¹¹ Decreto de D. José I nomeando D. Antônio de Noronha como governador e capitão-general da capitania de minas. AHU – Minas Gerais, cx. 107, doc. 69. Minas, 13 de dezembro de 1774; Cf: Carta de D. Antônio de Noronha, governador de Minas, informando Martinho de Mello e Castro, secretário de Estado, entre outros assuntos, sobre a necessidade que tem em conservar a mesma praça que deixou em Campo Maior. AHU – Minas Gerais, cx. 108, doc. 31. Minas, 14 de junho de 1775.

contra a boa fé dos últimos tratados, preparava armada numerosa no porto de Cádiz, para desafrontar com ela a honra das suas armas”.⁴¹²

Quando Noronha assumiu o governo de Minas Gerais, já havia mais de dez anos que a guerra Luso-Castelhana era travada. Portugal e Castela já haviam esgotado seus recursos com homens, armas, mantimentos e afins, e havia uma expectativa grande para que a guerra finalmente acabasse, pois ela demandava muitos esforços por parte da coroa. Noronha, portanto, teria de agir com muita competência nos assuntos militares naquela capitania em que recentemente chegara. Além disso, a qualquer momento o vice-rei Lavradio poderia solicitar a sua ia junto a outros corpos militares para guarnecer a sede do vice-reinado, pois essa era uma das funções da capitania de Minas Gerais e do governador no plano estratégico de defesa do Estado do Brasil.

Segundo Teixeira, Noronha “mandou duzentas e quarenta e uma praças do dito regimento pago, que estava disciplinado, ao socorro do Rio de Janeiro”, além de mandar “diversos corpos de tropa auxiliar e companhias francas, todos fardados e bem armados” para defender aquela região.⁴¹³ Além disso, o “dito vice-rei lhe pediu recrutas para engrossar o exército que estava acampado no Rio Grande” pedido que foi atendido com “brevidade incrível”, pois, segundo o desembargador, Noronha rapidamente “aprontou quatro mil pessoas que fez logo pôr em marcha para o dito continente, em corpos separados, dando todas as providências que eram necessárias para que estes corpos não experimentassem falta de víveres no seu dilatado trânsito”.⁴¹⁴ Porém, ao contrário dessa afirmação feita por Teixeira Coelho, o envio dos 4 mil recrutas foi uma ação repleta de dificuldades, como se verá adiante.

Desde a chegada de Noronha ao governo de Minas Gerais, em 1775, houve intensa pressão por parte de Lavradio, seu amigo e vice-rei no sentido de executar com a maior brevidade possível as ordens da coroa e colocar em prática os planos de defesa do Estado do Brasil. Nas correspondências trocadas por eles, percebe-se esses conflitos, como em uma delas, escrita em 20 de junho de 1775, na qual Lavradio elogia a administração de Noronha afirmando que “Eu me tenho enchido de gosto com a boa aceitação com que os povos dessa capitania te têm recebido, e a grande esperança em que se acham de cada dia ficarem mais contentes com o

⁴¹² COELHO, J.J.T. *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais* (1780). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994, p. 157.

⁴¹³ *Idem.*, p. 158.

⁴¹⁴ *Idem.*, *Ibidem.*

teu governo”.⁴¹⁵ Em outro momento, Lavradio elogia o caráter de Noronha, quando o elogia com a seguinte sentença: “tu és aquele mesmo Antônio de Noronha que eu conheci [...] e de quem me esperancei e espero haja de reproduzir em si um vivo retrato daquele amável, e saudoso general de quem conservo no coração a mais viva saudade e respeito”.⁴¹⁶ Na sequência, porém, o assunto muda para a Guerra Luso-Castelhana, preocupação constante do vice-rei. Lavradio se desculpa por isso, dizendo que “muito desejaria falar-te a respeito do teu mesmo governo e em alguns daqueles pontos em que me parece sumamente preciso prevenir-te com antecipação; porém isso ficará reservado para ocasião de mais descanso”.⁴¹⁷ Não era o momento para outras conversas aleatórias, mas para agir da melhor maneira para encerrar de vez aquele conflito que já se arrastava há anos.

Os portugueses temiam que houvesse um ataque castelhano que partisse do sul e que acabasse invadindo a capital do vice-reino, chegando até mesmo na região mineradora. Caso isso ocorresse, Portugal poderia perder suas colônias na América portuguesa. Sobre esse temor, Lavradio informa Noronha que “na conformidade das ordens que acabo de receber da nossa corte” estariam “os castelhanos preparando em diferentes portos uma formidável esquadra de naus e fragatas de guerra, vários borlotes de fogo muitos navios transporte” além de uma “grande quantidade de munições de toda a qualidade”.⁴¹⁸ De acordo com Lavradio, apesar de muitos acreditarem que o conjunto de embarcações teria como destino os marroquinos, por terem declarado guerra aos castelhanos, Lavradio receava que “parte deste armamento se destaque contra nossa América, em cujos termos me ordena tome eu todas as medidas que me forem possíveis a fim de poder evitar algum golpe mais considerável”.⁴¹⁹ Na sequência, o vice-rei justifica o porquê de dessa intensificação defensiva do Estado do Brasil, afirmando que “eu me acho expedindo as ordens todas que me parecem necessárias para as diferentes capitanias, e nesta com toda a dissimulação e cautela faço trabalhar com a força que posso”, pedindo ao governador de Minas Gerais que “nesta circunstância bem vês tu quanto se faz sumamente preciso adiantares os estabelecimentos que Sua Majestade determinou”, ou seja, “que seria sumamente conveniente que regulando tu os terços de auxiliares pelo modo que te for mais fácil, e breve tu acrescentasse a este corpo outros ainda mais irregulares”, portanto, aqueles que

⁴¹⁵ LAVRADIO, Marquês do. Carta de amizade escrita ao governador de Minas Gerais. Rio de Janeiro, 20 de junho de 1775. *Cartas do Rio de Janeiro (1769-1776)*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Instituto Estadual do Livro, 1978, p.160-161.

⁴¹⁶ *Idem., Ibidem.*

⁴¹⁷ *Idem., Ibidem.*

⁴¹⁸ *Idem., Ibidem.*

⁴¹⁹ *Idem., Ibidem.*

“podem ser mais numerosos e na ocasião servirem de utilidade”.⁴²⁰ Assim, o vice-rei pressionava Noronha a cumprir as determinações da coroa e também se preocupava com a questão da Guerra Luso-Castelhana, que poderia adquirir proporções maiores, caso os castelhanos decidissem atacar por via marítima alguma região do Estado do Brasil. Fica evidente na carta que Lavradio pressionava Noronha a criar cada vez mais corpos auxiliares de africanos e afrodescendentes livres e libertos formados pela camada populacional não cativa mais numerosa na capitania, ou seja, que poderia servir como um grande contingente militar caso fosse necessário. Portanto, no caso dos 4 mil recrutas que foram enviados ao palco do conflito, aqueles citados por Teixeira Coelho e que serão tratados posteriormente, a formação daquele corpo militar era uma exigência específica de Lavradio.

Ainda na carta, Lavradio demonstra que ele, assim como o antigo governador de Minas Gerais, Luís Diogo Lobo da Silva, concordava com a questão do recrutamento de escravos no serviço militar. Caso fosse preciso, Minas, entre outras capitanias com um grande contingente de escravos, poderia contribuir com essa medida drástica, mesmo que essa medida não pudesse ser executada de maneira tão fácil. Havia um histórico de sublevação de escravos na capitania de Minas Gerais, além do conhecimento de revoltas de escravos em outros locais do Mundo Atlântico. Esse recrutamento exigiria esforços gigantescos, mas poderia ser feito, caso fosse preciso. Nesse sentido, Lavradio pede para que Noronha saiba cuidar dessas questões com sabedoria, pedindo a ele para que solicite ao “capitão e os oficiais de cada companhia alistem os negros escravos dos seus distritos, que para estes tenha cada um dos senhores aquelas armas que eles escolherem, já seja lança, chuço, espingarda, flechas” e também pede para que “a gente de cada uma destas companhias seja dividida em duas outras companhias conforme o número que houver de gente, nomeando daqueles mesmos pretos para capitães, alferes e oficiais inferiores os que se acharem de mais propósito”.⁴²¹ Contudo, Lavradio orienta que a “esta gente não lhe mando fazer nenhum exercício, só lhe ordeno que no caso de um rebate geral devem todos com as armas que lhe forem destinadas, irem-se juntar detrás das companhias”, agindo caso isso fosse necessário, ou seja, caso houvesse um ataque de grandes proporções por parte dos castelhanos. Assim como havia antecipado Lobo da Silva em sua Carta Circular em 1766, Lavradio repete a mesma ideia acerca daqueles escravos que caso fossem utilizados e realizassem qualquer “ação distinta, como o defender o desembarque de algum porto, desalojar de algum porto o inimigo, o tomarem dentro do porto alguma embarcação, ou porem fogo a

⁴²⁰ Cf: *Idem.*, *Ibidem.*

⁴²¹ Cf: *Idem.*, *Ibidem.*

alguma dos inimigos” ou seja, servir a coroa de alguma forma contra os inimigos em algum tipo de ataque, teriam como prêmio a sua liberdade. Entretanto, o Marquês do Lavradio sabia das dificuldades em inserir esse tipo de ideia entre algumas camadas da população mineira, pois conhecia o histórico do que ocorrera com Luís Diogo Lobo da Silva e sua polêmica Carta Circular. Sabia, portanto, que não seria fácil convencer um senhor a abrir mão de um escravo para o serviço militar. Por isso, Lavradio diz na carta que nesse caso o valor do escravo poderia pago pela Fazenda Real. Segundo o vice-rei, esse tipo de prática poderia aumentar em “muito o número de defensores; e com a esperança de um prêmio, para eles tão importante, julgo-lhes darei valor para eles se exporem às ações mais arriscadas”.⁴²² Aquele tipo de informação, porém, deveria se manter em segredo e aquele tipo de ação ser realizada com toda a cautela, pois, afirma o vice-rei “isto que agora te comunico ainda não o tenho principiado a praticar. A declaração do prêmio não determino fazer, senão no caso de ser preciso juntá-los para a ação. Faço primeiro alistá-los”.⁴²³ Lavradio acreditava que poderia fazer alguns “rebates falsos, para os fazer acudir aos seus postos. E todo o mais tempo ficam eles servindo a seus senhores nos diferentes serviços, em que cada um deles os costuma empregar”. Assim, poderia perceber se a ideia de utilização de um corpo de cativos daria certo ou não. Para Lavradio, portanto, “se isto se puder praticar em Minas, poderás ter uns corpos formidáveis com que me socorras”. Noronha deveria agir com rapidez, pois, “como a distância é muito grande, são precisas tomar em si logo algumas medidas, para que a demora deste socorro não me venha a fazer inútil o nosso trabalho” recomenda o vice-rei.⁴²⁴

O vice-rei também pede a Noronha que “Lembre-se que os terços ou companhias que estiverem formadas nas mediações destas duas capitanias tenham ordens para que ao primeiro aviso que tiverem meu, eles imediatamente se ponham em marcha” da forma mais rápida possível “até chegarem a esta capital ou a parte que eu lhe determinar”. Também pede para que “logo que formares 2 ou 3 companhias do novo regimento de cavalaria, que fizesse marchar em direitura a esta capital”. Logo que lá chegassem, deveriam receber as ordens necessárias para a defesa da sede do vice-reino.⁴²⁵ Ao fim da missiva, volta ao tom cordial, dizendo que “bem poderia julgar que para o marquês do Lavradio ninguém está primeiro que tu. Eu não quero dar-te mais satisfações, e também não posso gastar mais tempo com esta carta”. Cordialmente, encerra a carta, afirmando que: “tu és senhor do meu coração e nessa certeza podes dispor

⁴²² *Idem., Ibidem.*

⁴²³ *Idem., Ibidem.*

⁴²⁴ *Idem., Ibidem.*

⁴²⁵ *Idem., Ibidem.*

sempre da minha vontade, que acharás sempre prontíssima para em tudo te dar gosto”.⁴²⁶ Mesmo que afirmasse a amizade e proximidade com seu subordinado, Lavradio deixava claro que era para o governador colocar em prática o mais rápido possível suas ordens, recrutando africanos e afrodescendentes em terços, preparando-se para a guerra de grandes proporções que poderia ocorrer e até mesmo pensando em alistar um grande contingente de cativos na capitania de Minas Gerais.

4.5 OS 4 MIL RECRUTAS

O desembargador Teixeira Coelho salienta o fato de ter sido o Conde de Valadares o responsável por disciplinar “a tropa paga, que estava em desordem, e” criar “os regimentos auxiliares que hoje existem, por virtude da carta régia de 22 de março de 1766”.⁴²⁷ Porém, foi Dom Antônio de Noronha o governador responsável pela reorganização militar na capitania nos termos da Carta Régia de 1766. Amigo pessoal de Lavradio, Noronha teve de colocar os planos do vice-rei em prática rapidamente na capitania, como foi visto na correspondência entre ambos.

No ano de 1776, portanto, o governador Noronha organizou dois Terços de Pretos e Pardos e os conectou a duas comarcas principais: a de Vila Rica e a de Rio das Mortes. O terço da comarca de Vila Rica seria comandado pelo mestre de campo Francisco Alexandrino, um afrodescendente. Esse Terço era composto por 17 companhias provenientes de Vila Rica e mais outras 13 companhias da cidade de Mariana, que formavam 4 esquadras. Já o mestre de campo Joaquim Pereira da Silva liderava o terço da comarca do Rio das Mortes, composto pelas esquadras de São João del Rei e a da vila de São José. O Terço era formado por 22 companhias de 60 soldados. Francisco Alexandrino comandava 1.800 homens, enquanto Joaquim Pereira da Silva liderava 1.320 soldados.⁴²⁸ Como foi visto, em um conjunto de milhares de africanos e afrodescendentes livres e libertos, pertencer a um desses terços significava fazer parte de uma elite entre indivíduos que possuíam um passado escravista. Os terços atuavam no interior da capitania, mas poderiam, caso fosse preciso, servir em regiões distantes fora de Minas Gerais.

⁴²⁶ *Idem., Ibidem.*

⁴²⁷ COELHO, *op. cit.*, p. 154.

⁴²⁸ Carta de D. Antônio de Noronha, governador de Minas, informando Martinho de Melo e Castro sobre a sua chegada a Vila Rica, assim como sobre as medidas que tem tomado no sentido de reorganizar os corpos militares da referida capitania. AHU – Minas Gerais, cx. 108, doc. 32. Minas, 14 de junho de 1775.

Nesse sentido, caso houvesse uma invasão castelhana, como temia Lavradio, os Terços de Pretos e Pardos seriam mais uma força militar que atuaria no plano defensivo do Estado do Brasil. Seguindo as ordens existentes na Carta Régia de 1766, Lavradio queria contar com a maior quantidade de homens de armas possível para defender a América portuguesa. Naquele momento, já fazia mais de dez anos que os conflitos nas partes meridionais ocorriam e a guerra passava por um momento crítico. Era preciso homens, mantimentos e armas naquela região. O governador de Minas Gerais poderia auxiliar o seu amigo e também superior.

Em 19 de outubro de 1776, Lavradio envia carta a pressionando-o a respeito do envio de recrutas ao palco do conflito, uma vez que afirma que: “seriam muito convenientes todos aqueles recrutas que V. Ex.a me pudesse mandar sem bulha nem detrimento maior dessa capitania”.⁴²⁹ No dia 28 de outubro, Noronha responde ao vice-rei que “pelo que respeita a recrutas, é impossível que estas se façam sem que se sigam os inconvenientes que V. Ex.a judiciosamente recomenda eu evite”;⁴³⁰ ou seja, o governador sabia dos problemas de realizar aquele tipo de ação na capitania mineira, pois havia muitas críticas com relação ao recrutamento em massa, como ocorreu na Carta Circular de Lobo da Silva em 1766. Em outra carta endereçada a Noronha, antes de receber a resposta da outra, Lavradio afirma: “como El Rei meu senhor dá a liberdade que V. Ex.a com a sua presença venha animar esta tropa, e por consequência ajudar-me nos meus trabalhos, sendo este um dos maiores socorros que eu posso ter, não posso deixar de instar por ele”⁴³¹ Assim, Lavradio exigia agora a ida de Noronha à sede do vice-reino junto com suas tropas. Em 7 de novembro de 1776, na sua segunda resposta, o governador ressalta sobre isso, dizendo que sobre “ser preciso que eu marche na retaguarda do corpo auxiliar, para que os soldados dele não desertem”, aquilo não poderia ser feito rapidamente, pois o governador precisava resolver problemas referentes a uma devassa que ocorria na comarca de Sabará, afirmando que por esse motivo “é que demoro a minha marcha”.⁴³²

No dia 2 de novembro de 1776, o vice-rei recebeu a primeira resposta de Noronha, o que o fez rapidamente aprontar nova carta, adiantado até mesmo o conteúdo da segunda, que não havia lido ainda. Sobre os recrutas, disse que “por hora se acha suprida a necessidade, com

⁴²⁹ Carta (cópia) do Marquês do Lavradio, Luís de Vasconcelos e Sousa, vice-rei do Brasil, informando o governador de Minas, D. Antônio de Noronha, acerca das distinções conferidas aos soldados que mais se evidenciaram contra os castelhanos no sul do Brasil. AHU – Minas Gerais, cx. 110, doc. 37. Minas, 19 de outubro de 1776.

⁴³⁰ *Idem, ibidem.*

⁴³¹ *Idem, ibidem.*

⁴³² *Idem, ibidem.*

400 homens que presentemente aqui chegaram vindos das ilhas, mandados por El Rei meu senhor, para completar os corpos regulares que eu aqui tenho”; no entanto, Noronha deveria enviar para o Rio de Janeiro com a maior brevidade possível os terços de pretos e pardos e os regimentos de cavalaria.⁴³³

Sobre Noronha marchar junto com as tropas, Lavradio se adianta e afirma: “Se V. Ex.^a julgar que o separar-se dessa capitania poderá fazer algum prejuízo considerável ao Real Serviço, espero que V. Ex.^a queira regular tudo por modo que aos reais interesses não possam seguir consequências que lhe sejam menos vantajosas”; pressionando ainda mais o governador, dizendo a ele que “me animou fazê-lo lembrar que o conde de Bobadela do Rio de Janeiro governava Minas, e quando o fosse preciso que ele passasse a mesma capitania a dar alguma providência que precisasse da sua pessoal assistência, o faria com grande facilidade, sem receber prejuízo o Real Serviço”⁴³⁴ Era uma forma de garantir que Noronha cumprisse com suas obrigações como subordinado dele e agisse com rapidez naquele plano de defesa organizado por Lavradio.

No dia 19 de novembro, Noronha elabora uma defesa que demorou 10 dias para escrever. Nela, acentuou as dificuldades de se governar Minas Gerais, fez propaganda de sua administração, observou as medidas que adotou com relação à organização das tropas em Minas Gerais e da sua participação na Guerra Luso-Castelhana, entre outros pontos menos importantes. Sobre o envio de recrutas, aliviou-se com a notícia de que poderia suspender o envio deles, mas defendeu a utilidade dos ditos “vadios”, como havia mencionado Lavradio em sua outra carta, afirmando Noronha que “eles, excetuando um pequeno número de brancos, são todos mulatos, mestiços, cabras e negros forros. Por estes atrevidos homens é que se mandam povoar os remotos centros do Cuyeté, Abre Campo e outros”. Também afirma que “deles é que se compõem as esquadras que defendem o mesmo Cuyeté das invasões do Gentio bárbaro e que penetram como feras os matos virgens no seguimento do mesmo gentio”. Finaliza, defendendo esses “vadios”, concluindo que “deles é que se compõem também as esquadras que entram pelos matos para destruir os quilombos dos negros fugitivos”.⁴³⁵

Pressionado pelo vice-rei, Noronha acaba por pedir aos seus subordinados para organizarem o recrutamento exigido por Lavradio. Em carta enviada ao sargento-mor José de Aquilar, escrita em 20 de maio de 1776, o governador é claro: “ordeno que o sargento maior

⁴³³ *Idem, ibidem.*

⁴³⁴ *Idem, ibidem.*

⁴³⁵ *Idem, ibidem.*

dos auxiliares do Serro, José de Aquilar, passe à Vila do Príncipe a juntar com o capitão mor daquele distrito ao qual determinará de ordem minha, aliste maior número de mulatos que lhe for possível” para que com eles se formassem “diferentes companhias, propondo-me para o comando das ditas companhias esses que se acham capazes, dando baixo aos que não estiverem nos termos de continuar no serviço”. Executada a ordem, Aquilar deveria entregar ao capitão-mor da Vila do Príncipe as “listas dos homens pardos de que se devem compor as companhias”, além das “propostas dos oficiais ao mesmo sargento maior para que ele as apresente a mim, advertindo que os mulatos que forem alistar devem ser fardados e armados, para me não aparecerem no miserável estado em que proximamente foram conduzidos a esta capital”, para que não se tornassem “inúteis à defesa do Estado”.⁴³⁶ O governador advertia seus subordinados e não admitia que aparecessem tropas desorganizadas como as que provavelmente teriam chegado ao conhecimento dele. Era necessário o mínimo de preparo, como fardamento e algum tipo de arma. O governador também adverte o sargento-mor para tomar providências em relação a alguns capitães-mores que não estariam cumprindo com suas obrigações. Segundo Noronha, alguns sujeitos estariam naqueles postos apenas para “desfrutarem deles as honras q Sua Majestade lhes permite, sem que o mesmo receba dos serviços dos capitães-mores utilidade alguma no seu Real Serviço”. Por isso, pede a José de Aquilar que “vigie sobre o cuidado com que o capitão-mor executa esta minha ordem”, pois se houvesse “frouxidão que encontrar nela me dará logo parte para eu proceder como me parecer justo”.⁴³⁷ Assim, caberia a Aquilar compreender se havia naqueles indivíduos o *habitus* militar correspondente, e não apenas uma posição de prestígio que não carregasse também com ela formas de agir e de ser militar. Portanto, a respeito dessas ordens, não bastaria o sargento-mor passar ao capitão da Vila do Príncipe aquelas ordens, mas deveria vigiá-lo para que elas fossem cumpridas à risca.

Em carta de 20 de março de 1777, quase um ano depois, agora destinada aos ouvidores da capitania de Minas Gerais, Noronha ainda apresenta a preocupação a respeito da invasão espanhola que seria iniciada nas partes meridionais da América portuguesa e também com relação à recruta de 4 mil homens que ele queria brevemente aprontar. Noronha afirma que havia um “justo receio que tenho de que a armada castelhana, que se acha em Santa Catarina, ao depois de tomar esta ilha faça o seu desembarque nas terras de São Paulo e pretenda entrar nesta capitania”. Por isso, ele deveria formar “um corpo de 4 mil homens que deve acampar nas

⁴³⁶ *Livro segundo das cartas que o Ill.mo e Ex.mo Sr. D. Antônio de Noronha, Capitão General da Capitania de Minas Gerais escreveu durante o seu governo que teve princípio em 20 de maio de 1776, (Códice, 02, 02, 024).* BIBLIOTECA NACIONAL. N. 40, 1776, pg. 81.

⁴³⁷ *Idem, ibidem.*

imediações da Serra da Mantiqueira e no Capivary”.⁴³⁸ O governador acreditava que uma vez que essa tropa estivesse assentada, poderia “atacar ao mesmo tempo o Porto do Rio de Janeiro”, pois “segundo as instruções que me foram dadas pela secretaria de Estado, devo socorrer em pessoas o dito porto”. Lavradio já havia dito ao governador que ele deveria estar “antecipadamente prevenido com o maior número de gente capaz do uso das armas que for possível”. Noronha também acreditava que “como as pessoas brancas desta capitania são poucas para este socorro, é preciso que além delas me acompanhem também os escravos que se ocupam nos serviços minerais e de roça ou em outros quaisquer misteres”, isso porque, segundo o governador, nessas ocasiões, quando é “chegado o último aperto, senão devem atender os prejuízos particulares, mas somente o interesse público e a defesa do Estado”.⁴³⁹ Assim, Dom Antônio de Noronha pretendia colocar em prática a estratégia de Lavradio, já pensada também por Luís Diogo Lobo da Silva em 1766, de armar escravos caso fosse necessário e prometer a eles a liberdade atuassem com louvor a serviço da coroa. Assim, Noronha pediu para que os ouvidores mandassem listar os escravos de cada uma das comarcas da capitania, como antes o havia ordenado o vice-rei Lavradio. Portanto, caso fosse necessário, esses escravos seriam utilizados em batalha, mesmo que estivessem armados de lanças, e que nesse caso se colocassem em marcha o mais rápido que fosse possível.⁴⁴⁰

Em 14 de abril de 1777, Noronha enviou uma carta ao general e governador de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, na qual afirma que aprontou 4 mil recrutas para auxiliar na Guerra Luso-Castelhana, dizendo que acabara de “fazer marchar o número de quatro mil homens, negros, cabras, mulatos forros e mestiços, armados com lanças e em diferentes corpos para marcharem para o Rio Grande, por esta capitania, pelas ordens que me foram dirigidas”. A tropa seguiria para “São João Del Rei e acampando do Rio Verde”, quando seria auxiliada “pelos meus ajudantes de ordens, a quem determinei fizessem seguir esta gente pelo registro da Mantiqueira, por ficar mais próximo a entrar nessa capitania”.⁴⁴¹ Os ajudantes de ordens iriam mandar “estes diferentes corpos por aquela parte que vissem ser mais fértil e me persuado que a esta hora a terá entrado alguma partida deles nessa capitania”.⁴⁴² Os 4 mil recrutas, que eram em sua maioria africanos e afrodescendentes livres e libertos, estariam em marcha para o palco do conflito Luso-Castelhano.

⁴³⁸ *Idem.*, N. 55, pg. 98.

⁴³⁹ *Idem, ibidem.*

⁴⁴⁰ *Idem, ibidem.*

⁴⁴¹ *Idem.*, N. 64., pg. 106.

⁴⁴² *Idem, ibidem.*

Em abril de 1777, nas várias partes do Estado do Brasil se ouviu falar daquela tropa ou troço de Minas Gerais que iria reforçar os exércitos do sul. Criou-se uma imensa expectativa com relação a aqueles mais de 4 mil recrutas. Por onde eles passassem, os oficiais ligados a qualquer corpo militar deveriam providenciar mantimentos, abrigo e demais recursos a esses homens. Contudo, logo o general e governador de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, atentou para as dificuldades em abastecer aquele contingente. Os capitães-mores queixavam-se que não tinham alimentos suficientes nem para os seus próprios soldados regulares, quem dera para aqueles homens.⁴⁴³ Os 4 mil recrutas deveriam chegar em Curitiba para dali se juntar com outros corpos militares para então seguirem em marcha até a ilha de Santa Catarina. Uma vez lá chegando, formariam uma linha de frente para atacar os castelhanos, enquanto as demais tropas ficariam na retaguarda.⁴⁴⁴ Porém, o problema de abastecimento daquela tropa era o que preocupava algumas autoridades militares. Saldanha teve conhecimento de todas as desordens que esses homens cometeram desde sua saída da capitania de Minas Gerais, e responsabilizou os sargentos-mores que a acompanhavam.⁴⁴⁵ Os recrutas chegaram a ficar com tanta fome que ao passarem na região de Araçarigoama - pertencente à capitania de São Paulo - arrombaram a porta de um armazém e roubaram os mantimentos lá existentes.⁴⁴⁶

Quando soube das críticas de Saldanha com relação aos quatro mil recrutas, Noronha logo resolveu enviar uma carta em resposta ao governador de São Paulo. A missiva foi escrita em 13 de maio de 1777. Nela, Noronha afirma saber que Saldanha havia mencionado que os 4 mil recrutas de Minas Gerais teriam chegado em São Paulo num “miserável estado, por causa da nudez pela incapacidade do armamento e por não levarem os aprestos que lhe são precisos para as suas marchas”.⁴⁴⁷ Porém, o governador de Minas Gerais se defende ao mencionar que as ordens do Marquês de Lavradio não eram para que se formasse “um corpo de tropa regular, mas somente que fizesse expedir para o Rio Grande quatro mil homens, assim brancos como mestiços, mulatos e negros”, e que Noronha acreditava que estes não eram “tropa que possa entrar em ação, mas só como recruta para completar as praças que faltam nos regimentos do

⁴⁴³ Para o Sargento Mor Lucas de Siqueira Franco, da Atibaya. *DI*. Vol. LXXVIII, p. 48. São Paulo, 12 de abril de 1777.

⁴⁴⁴ Para o Coronel Manoel Mexia Leite, de Porto Alegre. *DI*. Vol. LXXVIII, p. 58. São Paulo, 15 de abril de 1777; Para o Sargento Mor Francisco José Monteiro, de Paranaguá. *DI*. Vol. LXXVIII, p. 106. São Paulo, 23 de abril de 1777.

⁴⁴⁵ Para o Sargento Mor Lucas de Siqueira Franco, da Atibaya. *DI*. Vol. LXXVIII, p. 134. São Paulo, 3 de maio de 1777.

⁴⁴⁶ Para o Sargento Mor Antonio Correia de Lemos Leite, de Parnaíba. *DI*. Vol. LXXVIII, p. 136. São Paulo, 5 de maio de 1777.

⁴⁴⁷ Livro Segundo das cartas... *op. cit.*, N. 69., pg. 115.

exército”, e que esses homens poderiam também servir para “diferentes trabalhos do campo em que os quiser ocupar o general do mesmo exército”.⁴⁴⁸

No que diz respeito às vestimentas daqueles recrutas, Noronha pede para Saldanha não se assustar “em ver mal vestidos os sobreditos homens, por que esta qualidade de gente, excetuando alguns brancos, assim é que se costuma vestir de verão e de inverno”, pois seria desse modo que esses homens penetram “em esquadras os matos virgens e sítios desertos desta capitania no seguimento do gentio bravo e na extinção dos quilombos de negros, sem que para estas entradas as levem outros aprestos mais de que as armas, pólvora, chumbo e alguma farinha”. Portanto, para Noronha as vestimentas daqueles indivíduos eram normais, visto que estavam acostumados a se vestirem daquela forma para adentrarem nas matas e servirem nas esquadras do mato. Sobre o armamento daqueles recrutas, o governador de Minas informa que os enviou com 852 armas de fogo em bom estado. O resto daqueles homens teriam sido armados com lanças, pois Noronha preferia que eles antes fizessem uso delas do que andassem totalmente desarmados. Sobre as lanças, Noronha afirma que “é certo que [elas] não tem as mesmas utilidades que se encontram nas armas de fogo, mas sempre são mais úteis do que nenhuma”.⁴⁴⁹ Ademais, o governador afirma que não poderia “desarmar os corpos auxiliares e as esquadras do mato desta capitania, porque os primeiros estão prontos para marchar comigo em socorro do Rio de Janeiro”,⁴⁵⁰ como havia ordenado o vice-rei Marquês do Lavradio.

O vice-rei acabou também não vendo muita utilidade na tropa de quatro mil homens de Minas Gerais organizada por Noronha para o reforço dos exércitos do sul. Noronha se justifica praticamente da mesma forma que fizera ao governador de São Paulo. Em 13 de maio de 1777, Noronha afirma que fez o que pode com relação ao recrutas e lamenta que “os homens mais capazes para a guerra se refugiaram nos matos”, o que fez com que a maior parte daqueles recrutas tivesse sido formada por “mulatos, mestiços, cabras e negros, porque os brancos são poucos e me pareceu que eu não devia ficar inteiramente sem os regimentos auxiliares, tão necessários para o pronto socorro dessa cidade”.⁴⁵¹ O governador também informa a Lavradio que “todos os ditos homens são capazes do serviço a que os destinarem, e as armas de fogo que levam muito boas, e são as que pude achar; e o resto com lanças que mandei fazer, as quais poderão ser úteis em alguns encontros”.⁴⁵² O discurso de Antônio de Noronha foi o mesmo que

⁴⁴⁸ *Idem, ibidem.*

⁴⁴⁹ *Idem, ibidem.*

⁴⁵⁰ *Idem, ibidem.*

⁴⁵¹ *Idem.*, N. 68., p. 113.

⁴⁵² *Idem, ibidem.*

utilizou para se justificar a Saldanha: havia feito o máximo com o mínimo de recursos. O governador também afirma que “até a presente era vexada esta capitania no seu interior só pelo gentio botocudo, mas agora entra o Pory a fazer também os seus insultos, penetrando até as fazendas de Abre Campo, onde fez mortes e roubos”. Por conta daqueles indígenas serem muito violentos, acabou por organizar uma “esquadra de pedestres para entrar no mato e lhe destruir as aldeias no caso que se descubram”.⁴⁵³ Noronha também afirma que teria tomado providências para “se evitar a sublevação dos negros, que fogem cada dia e engrossam os quilombos, persuadindo-se talvez que esta capitania se vai exaurindo de gente capaz de se lhe opor”.⁴⁵⁴ Mesmo que ainda a Guerra Luso-Castelhana estivesse ocorrendo nas partes meridionais da América portuguesa, havia o constante problema dos inimigos internos em Minas Gerais, e Noronha tinha essa preocupação, que se refletia em sua resposta a respeito das críticas que recebera por conta daquele troço de gente, como chamava Saldanha quando percebeu aqueles 4 mil recrutas enviados por Noronha ao palco do conflito: Nas palavras de Saldanha:

estava a expedir ordem aos comandantes dos destacamentos de Minas Gerais, que iam em marcha para o continente do Sul, a fim de voltarem logo para suas respectivas comarcas, pois assentou ultimamente comigo o senhor marquês Vice-rei, a quem tinha representado o miserável estado desta tropa, ser mais proveitoso ao Real Serviço fazê-las retroceder do que infestar a campanha do sul, com um troço de gente quase inútil para o ministério da guerra.⁴⁵⁵

Quando o governador de São Paulo e as outras autoridades viram aqueles 4 mil africanos e afrodescendentes livres e libertos vindos de Minas Gerais, tiveram um espanto, pois sabiam da fama que as milícias negras tinham na capitania em questão. Havia um longo processo de sociogênese e de institucionalização das milícias negras em curso em Minas Gerais, de forma que se criou um imaginário a respeito daquele tipo de corpo militar e que alcançou o Mundo Atlântico, pois uma vez que era com entusiasmo que se esperava que os 4 mil recrutas de Minas chegassem para compor os exércitos do Sul. Havia a esperança de que aqueles recrutas fossem como os Terços ou as demais tropas já reguladas e institucionalizadas a partir da segunda metade do século XVIII. Acreditava-se que talvez fossem até mesmo como as esquadras do mato, lideradas pelos capitães do mato, tão presentes na primeira metade do século e ainda atuantes na segunda metade, e que o próprio Noronha pretendeu também reorganizar por meio da criação do Corpo de Caçadores. Portanto, quando se pensou que chegaria de Minas Gerais

⁴⁵³ *Idem, ibidem.*

⁴⁵⁴ *Idem, ibidem.*

⁴⁵⁵ Para o Capitão Mor Antonio Correya Pinto, das Lages. *DI*. Vol. LXXVIII, p. 204. São Paulo, 2 de junho de 1777.

um vasto contingente de recrutas formado por africanos e afrodescendentes livres e libertos, muitos acreditavam que seria um corpo militar próximo daquele Terço de Pretos e Pardos liderado pelo mestre de campo Francisco Alexandrino. Assim como Henrique Dias havia liderado com suas tropas a expulsão dos holandeses, no imaginário daquele momento haveria de ocorrer uma espécie de “expulsão dos castelhanos”, pois eles não poderiam enfrentar aquele tipo de corpo militar institucionalizado e formado por indivíduos que enfrentavam quilombos e indígenas hostis com tanta primazia e que faziam parte de uma elite militar no interior de um imenso contingente populacional de indivíduos livres com passado escravista. Contudo, quando viram o tal troço de gente, desregulado, com poucas armas, desorganizado, sem treinamento, as autoridades militares não reconheceram os Terços de Pretos e Pardos nem as Esquadras do Mato de que tanto haviam ouvido falar. O espanto daqueles militares era legítimo, uma vez que na América portuguesa e no Mundo Atlântico a experiência da institucionalização das milícias negras caminhava junto com os processos de mudança de status dos africanos e afrodescendentes livres e libertos, ou seja, havia casos concretos de milícias negras institucionalizadas nas mais vastas regiões da América portuguesa e no Mundo Atlântico que militares como Saldanha tinham conhecimento e por isso cobravam de Noronha que aquela tropa fosse de alguma forma útil para a coroa. Os 4 mil recrutas que tiveram que voltar para Minas Gerais eram uma exceção entre as milícias negras naquele momento, em plena segunda metade do século XVIII, quando várias das capitanias do Estado do Brasil, como Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e até mesmo Minas Gerais tinham suas milícias negras devidamente institucionalizadas e incorporadas ao sistema defensivo português, dotadas de suas hierarquias, suas patentes, seus sistemas de privilégios e formando seus grupos de pressão que reivindicavam direitos, assim como ocorria na América espanhola naquele momento, como já foi mencionado. É claro que não se pode acreditar que todas as milícias negras seguissem um padrão de excelência, que eram todas muito bem treinadas, reguladas e que não tinham problemas, mas da mesma forma não se deve acreditar que a institucionalização desse tipo de corpo militar ocorreu de maneira que essas tropas seriam exemplos de *desclassificados*, uma noção que já foi debatida neste trabalho. As milícias negras possuíam um longo processo de gênese e de estruturação, e os africanos e afrodescendentes que delas faziam parte realmente adquiriam sentimentos de pertencimento a um corpo militar, o que provavelmente os 4 mil recrutas enviados de Minas não tinham. Os militares negros realmente sentiam-se como pertencentes a uma instituição militar de prestígio e que estava atuando a serviço da coroa. Muitos queriam subir nas hierarquias militares, aspiravam por prestígio social e até mesmo formavam uma elite quando pertenciam ao oficialato que recebia soldo. O número de petições

pedindo confirmações em postos nas mais variadas posições da hierarquia militar das milícias negras mineiras ao longo do século XVIII confirma isso, o que era comum também em outras capitanias da América portuguesa.

4.6 ALVARÁ DE 7 DE AGOSTO DE 1796

O objetivo da Carta Régia de 1766 formar os Terços de auxiliares e das ordenanças em toda a América portuguesa. Contudo, segundo Priscila de Lima e Souza, embora ela tenha sido um importante processo na reforma militar portuguesa “seus efeitos foram mais quantitativos do que qualitativos no sentido de tornar aquelas tropas hábeis para o auxílio das tropas regulares”.⁴⁵⁶ Foi somente com o real decreto de 7 de agosto de 1796 que os Terços Auxiliares foram transformados em Regimentos de Milícias, sendo os mestres de campo, a partir de então, denominados coronéis. A medida da coroa buscava equiparar as tropas auxiliares às regulares no sistema defensivo português em termos de estrutura, posições e hierarquias. Foi criado o estado maior, em que ficariam os postos de alto escalão de comando. O exército seria comandado pelo coronel, seguido pelo tenente-coronel, sargento mor, ajudante, quartel mestre e tambor mor. Segundo Priscila de Lima e Souza, foi o decreto de 1796 que realmente buscou reformar as tropas auxiliares da América portuguesa.⁴⁵⁷ Segundo a autora, “em relação aos corpos de pretos e pardos, a reforma promovida pelo decreto de 1796 manteve as distinções para com o ordenamento institucional das milícias hispano-americanas”, ou seja, “a existência de um Estado Maior moldado como espelho da estrutura presente ao Exército concedia a essas milícias um grau de reconhecimento e prestígio inexistente nos espaços espanhóis”.⁴⁵⁸ Porém, a efetivação nos cargos superiores na América portuguesa, segundo a autora, variava de região para região, ou seja, como ocorria com relação a várias questões envolvendo milícias negras e demais corpos militares, cada região adaptava as ordens provenientes da coroa para a sua realidade.

É interessante perceber como ocorreu, portanto, a institucionalização das milícias negras mineiras, que seguiram uma trajetória ao longo do século XVIII que culminou no decreto de 1796, que formou o Estado Maior e equiparou os postos militares dos Terços de auxiliares aos das tropas pagas. Como já foi dito várias vezes aqui, todo esse processo de institucionalização caminhou em paralelo a outros processos também dinâmicos na capitania e no Mundo Atlântico

⁴⁵⁶ SOUZA, Priscila de Lima. *Op. Cit.*, 2017, p. 150.

⁴⁵⁷ *Idem. Ibidem.*

⁴⁵⁸ *Idem. Ibidem.*

como um todo e que estavam já em andamento, como o de mudança de status dos africanos e afrodescendentes livres e libertos. É também importante lembrar que na primeira metade do século XVIII, havia corpos irregulares na capitania de Minas Gerais formados por indivíduos provenientes de um passado escravista. Havia também os capitães do mato, que também pertencem ao processo de sociogênese e também ao processo de institucionalização das milícias negras mineiras. **A TABELA 9** mostra um mapa das milícias negras em Minas Gerais no ano de 1765, ou seja, antes das reformas militares estipuladas pela Carta Régia de 1766:

TABELA 9 - MAPA DAS MILÍCIAS DAS MINAS GERAIS EM 1765

Local	Esquadras	Companhias	Tipo	Total dos Pardos libertos	Total dos Pretos libertos	Terço dos Pardos libertos	Terço dos Pretos libertos
Cidade de Mariana	53	13	Pardos	713		237	
	34	8	Pretos		483		161
Vila Rica	33	8	Pardos	507		169	
	36	9	Pretos		556		185
Comarca Rio das Mortes	87	11	Pardos	718		239	
	18	4	Pretos		270		90
São José	53	13	Pardos	795		265	
	17	4	Pretos		255		85
Comarca de Sabará	59	14	Pardos	955		318	
	51	12	Pretos		822		274
Vila de Pitangui	7	1	Pardos	108		36	
	4	1	Pretos		64		21
Vila Nova da Rainha	36	9	Pardos	557		185	
	20	5	Pretos		330		110

Vila do Príncipe	30	7	Pardos	491		163	
	17	4	Pretos		262		87
Minas Novas	28	7	Pardos	629		209	
	17	4	Pretos		470		156
Total	600	134		5473	3512	1821	1169

FONTE: Mapa geral dos Regimentos da Cavalaria Auxiliar, Corpos da Ordenança dos Brancos, Pardos e Pretos libertos de que se compõem as Milícias das Comarcas pertencentes ao Governo de Minas Gerais, com declaração da metade da dita Cavalaria e 3º das Ordenanças. Carta de Luís Diogo Lobo da Silva, governador das Minas, para D.José-I, remetendo mapas da composição das Milícias das Minas Gerais. AHU – MG, cx. 85, doc. 66. Vila Rica, 8 de agosto de 1765.

O que chama atenção na tabela é que ela não é muito organizada. Em 1765, não havia ainda um Terço de Pretos e Pardos de Minas Gerais, como aquele já mencionado que era comandado por Francisco Alexandrino. Os Terços que aparecem na tabela não são mais do que a terça parte dos soldados pardos ou pretos totais de cada uma das regiões mencionadas. Por exemplo, havia um total de 713 pardos libertos atuantes em companhias de cidade de Mariana. Um terço deles é 213. Há de se supor, portanto, que havia um efetivo de quase 9 mil africanos e afrodescendentes livres e libertos no serviço das armas de Minas Gerais em 1765 divididos nas regiões existentes na tabela e separados em esquadras e companhias. A **TABELA 10** já apresenta uma mudança considerável na estrutura das milícias negras mineiras, pois demonstra como se deu a aplicação daquilo que estava estipulado na Carta Régia de 1766, ou seja, mostra os Terços de Pretos e Pardos em Minas Gerais no ano de 1775:

TABELA 10 - TERÇOS DE PRETOS DE PARDOS DE MINAS GERAIS EM 1775

Região	Tipo de tropa	Número de soldados
Comarca de Vila Rica	O Terço dos Homens Pardos daquele Mestre de Campo Francisco Alexandrino; é composto de treze companhias de sessenta praças cada uma que fazem a forma de	780
	Quatro companhias de Pretos de sessenta praças	240
	Na cidade de Mariana, dez companhias de Homens Pardos de sessenta praças cada uma	600
	Três companhias de Pretos com sessenta praças	180
Comarca de Rio das Mortes	Na Vila de São João Del Rei, havia oito companhias de Homens Pardos. Formei mais duas de sessenta praças cada uma, que todas fazem o número de	600
	Quatro companhias de Pretos de sessenta praças	240
	Na vila de São José, seis companhias de Homens Pardos de sessenta praças cada uma	360
	Duas companhias de Pretos de sessenta praças	120
Total		3120

FONTE: Relação dos Terços e Companhias de Homens Pardos e Pretos que existem nas Comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes. Carta de D. António de Noronha, governador de Minas, informando Martinho de Melo e Castro sobre a sua chegada a Vila Rica, assim como sobre as medidas que tem tomado no sentido de reorganizar os corpos militares da referida Capitania. AHU – MG, cx. 108, doc. 32. Vila Rica, 14 de junho de 1775.

A tabela acima mostra uma modernização com relação à estrutura anterior, uma vez que apresenta o nome do mestre de campo que liderava o Terço de Pretos de Pardos de Vila Rica, Francisco Alexandrino, além de separar as tropas em duas comarcas principais e também dividir cada companhia em números de 60 soldados cada uma. Os terços compunham 3120 soldados entre africanos e afrodescendentes livres e libertos. A tabela anterior foi organizada em um mapa de tropas proveniente da administração de Luís Diogo Lobo da Silva. Já essa tabela é de uma relação elaborada sob as ordens do então governador de Minas Dom Antônio de Noronha, que tinha como intuito principal colocar em prática, finalmente, aquilo que estava estipulado na Carta Régia de 1766. Mais de 10 anos depois, em 1787, Francisco Alexandrino continuava comandando o Terço de Pretos e Pardos de Vila Rica, como se verá na **TABELA 11**:

TABELA 11 - MILÍCIAS DE COR DE MINAS GERAIS EM 1787

Tipo de Tropa	Comarcas	Denominações dos Regimentos e Terços	Nomes de seus Coronéis e Mestres de Campo	Locais de parada dos Regimentos e Terços	Léguas do local de parada até Vila Rica
Terços de Infantaria de pretos e pardos	Vila Rica	Vila Rica	Mestre de Campo Francisco Alexandrino	Vila Rica	.
		Cidade de Mariana	Luiz Correia Lisboa	Cidade de Mariana	2
		Arraial do Inficionado	Gregório Pereira Valadão	Arraial do Inficionado	6
	Rio das Velhas	Vila do Sabará	Antônio Vieira da Costa	Vila do Sabará	14
		Vila do Sabará – de Pretos	Gonçalo Dias	Vila do Sabará – de Pretos	14
	Rio das Mortes	Vila de São João	Manoel Inácio Alvarenga	Vila de São João	24
		Vila de São José	Joaquim Pereira da Silva	Vila de São José	23
Regimentos de Infantaria de homens brancos e pardos	Vila Rica	Arraial de Guarapiranga	Coronel José Muniz Vieira	Arraial de Guarapiranga	10
	Rio das Velhas	Arraial de Piracatú – dos brancos	Theodozio Duarte Coimbra	Arraial de Piracatú – dos brancos	120
		Lagoa Grande do Sabará	Manoel Pereira de Freitas	Lagoa Grande do Sabará	21
		Arraial do Betté	José Rodrigues da Fonseca	Arraial do Betté	20
	Rio das Mortes	Termo da Vila de São José	Miguel Teixeira da Silva	Termo da Vila de São José	23
		Arraial de Lavras do Febril	Felipe [Neire] Gomes	Arraial de Lavras do Febril	35
		Lagoa da Juruoca	Thomas da Rocha Sousa	Lagoa da Juruoca	44
	Serro do Frio	Vila do Príncipe	Domingos Pereira de Braga	Vila do Príncipe	46
		Arraial do Tejuco	Paulo José Velho Barreto	Arraial do Tejuco	56

FONTE: Carta de Luís da Cunha Menezes, governador de Minas Gerais, para Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Ultramar, dando conta do estado dos diversos corpos militares e remetendo um mapa referente aos mesmos. Mapa dos Regimentos de Cavalaria, Infantaria e Terços Auxiliares de homens brancos, pardos e pretos de Minas Gerais. AHU – MG, cx. 126, doc. 15. Vila Rica, 1 de fevereiro de 1787.

A tabela é bastante organizada, apesar de ter uma função diferente das anteriores. Ela não traz o número de soldados de cada companhia, regimento ou terço, mas apresenta seus comandantes, como o já conhecido homem pardo Francisco Alexandrino, que ainda era mestre

de campo do Terço de Pretos e Pardos de Vila Rica. Há também na tabela a jurisdição de cada uma dessas tropas, suas comarcas, seus locais de parada desses regimentos ou terços e a distância até Vila Rica. Chama a atenção também que há a menção ao termo “regimentos”, pois seria essa a mudança que estaria em curso nas tropas auxiliares da América portuguesa e que viria finalmente com o decreto de 1796. Na tabela também há a equiparação de pretos, pardos e brancos, demonstrando que pelo menos nos corpos militares já se colocava em prática aquilo que o Alvará de 1773 havia estipulado, ou seja, que não havia mais o defeito de sangue que impedia africanos e afrodescendentes livres e libertos de assumirem posições de prestígio nas instituições portuguesas. Portanto, como já foi mencionado, os grupos de pressão formados por milicianos de cor haviam conseguido equiparar o status deles com os de homens brancos, o que seria refletido também posteriormente no decreto de 1796. A **TABELA 12** mostra como havia essa transformação em curso e que chegaria quase 10 anos depois nas instituições militares portuguesas:

TABELA 12 - QUADROS HIERÁRQUICOS DAS MILÍCIAS NEGRAS DE MINAS GERAIS EM 1787

Tipos de Tropa	Denominações dos Regimentos e Terços	Oficiais de Patente						Oficiais Inferiores		
		Coronéis e Mestres de Campo	Tenentes Coronéis	Sargentos Maiores	Capitães	Tenentes	Alferes	Porta Estandartes	Sargentos-Furiéis	Porta Bandeiras
Terços de Infantaria de pretos e pardos	Vila Rica	1		1	5		7		7	7
	Cidade de Mariana	1		1	5		7		7	7
	Arraial do Inficionado	1		1	5		7		7	7
	Vila do Sabará	1		1	5		7		7	7
	Vila do Sabará – de Pretos	1		1	5		7		7	7
	Vila de São João	1		1	5		7		7	7
	Vila de São José	1		1	5		7		7	7
Regimentos de Infantaria de homens brancos e	Arraial de Guarapiranga	1	1	1	7	10	10		10	10
	Arraial de Piracatú – dos brancos	1	1	1	7	10	10		10	10

pardos	Lagoa Grande do Sabará	1	1	1	7	10	10		10	10
	Arraial do Betté	1	1	1	7	10	10		10	10
	Termo da Vila de São José	1	1	1	7	10	10		10	10
	Arraial de Lavras do Febril	1	1	1	7	10	10		10	10
	Lagoa da Juruoca	1	1	1	7	10	10		10	10
	Vila do Príncipe	1	1	1	7	10	10		10	10
	Arraial do Tejuco	1	1	1	7	10	10		10	10
Total		16	9	16	98	90	139	0	139	139

FONTE: Carta de Luís da Cunha Menezes, governador de Minas Gerais, para Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Ultramar, dando conta do estado dos diversos corpos militares e remetendo um mapa referente aos mesmos. Mapa dos Regimentos de Cavalaria, Infantaria e Terços Auxiliares de homens brancos, pardos e pretos de Minas Gerais. AHU – MG, cx. 126, doc. 15. Vila Rica, 1 de fevereiro de 1787.

A tabela também mostra a mistura da condição de homens brancos e pardos e nos arraiais e nas vilas de Minas Gerais em 1787. Como foi dito acima, havia uma mudança em curso que tinha a ver com a modernização das tropas auxiliares, que se equiparariam com as tropas pagas, esse mapa apresenta uma antecipação daquilo que viria a ser implementado após 1796, com a criação do Estado Maior. Nessa tabela, há o número de oficiais de patente e os oficiais inferiores. Os primeiros seriam formados pelos mestres de campo e coronéis, tenente coronéis, sargentos maiores, capitães, tenentes e alferes; os segundos por porta-estandartes, sargentos-furriéis e porta bandeiras. Finalmente, na **TABELA 13** pode-se perceber a modernização dos terços de auxiliares e de ordenanças, com a formação do Estado Maior das milícias negras mineiras em 1800, como ordenado pelo decreto régio de 1796:

TABELA 13 - ESTADO MAIOR DAS MILÍCIAS NEGRAS DE MINAS GERAIS EM 1800

Comarcas	Denominação dos Regimentos	Estado Maior					
		Coronéis	Tenentes Coronéis	Sargentos-mores	Ajudantes	Quartéis-mestres	Tambores-mores
Vila Rica	Quatro Companhias de Pardos desta Vila			1	1		

	Regimento de Pardos da Cidade de Mariana	1		1	1	1	1
Rio das Mortes	Regimento de Pardos da Vila de São João Del Rei			1		1	
	Regimento de Pardos da Vila de São José	1		1	1		
Rio das Velhas	Regimento de Pardos da Vila de Sabará					1	
	Regimento de Pretos da dita Vila			1			
	Pardos da Vila Nova da Rainha	1		1			
Total dos Regimentos		3	0	6	3	3	1

FONTE: Mapa dos Regimentos de Infantaria de Milícias da Capitania de Minas Gerais, formados posteriormente aos que criou o Governador e Capitão-General Conde de Valadares em observância da Carta Régia de 1766. Mapa do ano de 1799. Carta (1ª via) de Bernardo José de Lorena, governador das Minas, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, enviando os mapas das tropas pagas e milicianas da Capitania das Minas, de 1799. AHU – MG, cx. 154, doc. 41. Vila Rica, 15 de outubro de 1800.

A tabela acima é um mapa de tropa que foi enviado para Dom Rodrigo de Sousa Coutinho pelo então governador de Minas Gerais, Bernardo José de Lorena, em 15 de outubro de 1800. Como dá para perceber, os Terços de pretos e pardos foram substituídos por regimentos e alguns cargos, como o de mestre de campo, deixaram de existir. No lugar do mestre de campo ficaram os coronéis. Na sequência da hierarquia, os tenente-coronéis, os sargentos-mores, os ajudantes, os quartéis-mestres e os tambores-mores. Vila Rica ficou com quatro companhias de pardos, enquanto a cidade de Mariana acabou com um regimento de Pardos. Outras vilas com regimentos de pardos foram: São João Del Rei, São José, Sabará, e a Vila Nova da Rainha. O único regimento de pretos de Minas Gerais ficou restrito à Vila de Sabará, na comarca do Rio das Velhas.

O processo de institucionalização das milícias negras mineiras encontrava-se consolidado no século XVIII, com a formação do Estado Maior e a criação dos regimentos de pardos e de pretos. A partir de então, como bastante frisado, havia uma equiparação entre tropas regulares e auxiliares na América portuguesa, o que foi estendido à capitania de Minas Gerais, como mostrado na tabela acima. Portanto, o decreto de 1796 foi aplicado nas Minas Setecentistas e possibilitou que africanos e afrodescendentes livres e libertos, que naquele momento faziam parte de um contingente populacional de mais de cem mil indivíduos, pertencessem a um corpo militar que poderia ser equiparado com as tropas pagas, com os mesmos cargos, soldos e funções. Entretanto, há uma gama de pesquisas que adentraram o século XIX e que demonstraram que esta era uma luta contínua e árdua por parte de grupos que

reivindicavam essas mudanças, enquanto outros grupos buscavam manter seus privilégios em meio a um novo momento em que uma visão cada vez mais liberal em termos de política e de economia envolvia os indivíduos, seus grupos e redimensionava suas estratégias. Alguns desses trabalhos que tratam desses temas já foram citados nesta tese, como as pesquisas de Fernando Prestes de Souza, as de Priscila de Lima e Souza e também as de Luiz Geraldo Silva.⁴⁵⁹ É certo que esses grupos de pressão formados por milicianos de cor cada vez mais conseguiam conquistar espaço a partir do final do século XVIII e fazer frente ao nível mais alto da sociedade. Assim, estavam atuantes nos processos que existiam no momento em que houve a gradual passagem de uma sociedade de tipo antigo, ou oligárquico, para uma de tipo democrático-representativo. Era mais um passo também no processo de mudança de status dos africanos e afrodescendentes livres e libertos na América portuguesa.

⁴⁵⁹ Os trabalhos desse grupo de pesquisadores foram incansavelmente citados ao longo desta tese e consta nas referências.

5 INDIVÍDUOS E SOCIEDADE: TRAJETÓRIAS DE MILITARES NEGROS EM MINAS GERAIS

O objetivo do capítulo em questão é demonstrar como se conecta indivíduo e sociedade em Minas Gerais a partir dos exemplos das milícias negras, sua gênese e institucionalização ao longo do século XVIII. No decorrer do século, pode-se perceber que houve um intenso processo de transformação nas estruturas dessas milícias, que antes eram dispersas e pouco estruturadas, tendo como principal exemplo de atuação os capitães do mato, tropas formadas por pardos que comandavam os homens do mato e enfrentavam os *inimigos internos* da capitania. Há o emblemático caso já mencionado de Marçal Coutinho, que por anos pediu a patente de capitão do mato, conseguindo-a, como já foi visto, somente em 1765. O homem preto não agia sozinho, mas representava a mudança de status de africanos e afrodescendentes na América portuguesa e no Mundo Atlântico, por conta de processos maiores que envolviam disputas mais amplas entre níveis mais altos e mais baixos de poder. Marçal Coutinho, assim como Francisco Alexandrino, mestre de campo (e posteriormente coronel de regimento) do Terço de Pretos e Pardos de Minas Gerais são exemplos de indivíduos que conectavam redes de poder em torno de si e representavam dinâmicas sociais específicas e que eram recorrentes naquelas sociedades, como no caso de Brás de Brito Souto, mestre de campo do Terço dos Henriques de Pernambuco entre 1687 e 1768⁴⁶⁰, e a família afrodescendente dos Ribeiro, do Regimento dos Úteis, na capitania de São Paulo, entre fins do século XVIII e a primeira metade do século XIX.⁴⁶¹ Em Salvador, ainda no final do século XVII, há o exemplo da trajetória de Antônio Fernandes Passos, como analisado por Francielly Giachini Barbosa.⁴⁶² É impossível não fazer menção ao próprio Henrique Dias nesse caso para realizar a comparação. Um trabalho fundamental para se levar em consideração nesse sentido são as pesquisas de José Antônio Gonsalves de Mello sobre o período de ocupação holandesa no Brasil e a análise que o historiador fez sobre o militar afrodescendente supracitado.⁴⁶³ Para o século XVIII, no Rio de Janeiro e na Bahia, a autora também se debruçou em outros casos de trajetórias de oficiais africanos e afrodescendentes

⁴⁶⁰ SILVA, Luiz Geraldo. Indivíduo e Sociedade. Brás de Brito Souto e o processo de institucionalização das Milícias de afrodescendentes livres e libertos na América portuguesa. *Tempo*, v. 23, n. 2, maio / ago. 2017.

⁴⁶¹ SOUZA, Fernando Prestes de. *Pardos livres em um campo de tensões: milícia, trabalho e poder* (São Paulo, 1797-1831). Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

⁴⁶² BARBOSA, Francielly Giachini. *Op.Cit.*, p. 178-180.

⁴⁶³ As obras imprescindíveis a respeito disso são: MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Henrique Dias*. Governador dos crioulos, negros e mulatos do Brasil, Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, CNPq, 1988; e também: DE MELLO, José Antônio Gonsalves. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Instituto Nacional do Livro, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

livres e libertos.⁴⁶⁴ Como já mencionado também, Priscila de Lima e Souza afirmou que era a partir das milícias negras que africanos e afrodescendentes livres e libertos geralmente passavam a reivindicar seus direitos e tomar posições políticas de decisão que refletiam em seus grupos atuando verdadeiramente como aqueles que faziam pressão no nível superior da sociedade.⁴⁶⁵ Em outras palavras, era a partir da instituição militar – com todo o seu aparato, seu corpo burocrático, suas redes, conexões, enfim, sua estrutura institucional e seu o alcance a que esses indivíduos se incorporavam e aumentavam seus potenciais de difusão de ideias e de pressão social –, que eles agiam para conseguir avançar nos processos que garantiam cada vez mais a mudança de status dos africanos e afrodescendentes livres e libertos no Mundo Atlântico.

Em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII, portanto, com a institucionalização das milícias negras em curso, cada vez mais o número de tropas aumentava e também o oficialato negro se consolidava. Há indivíduos como o próprio Francisco Alexandrino, mestre de campo e posteriormente coronel de regimento. Um indivíduo ligado a um passado escravista e que estava à frente de um corpo militar extremamente importante para a coroa, ocupando um cargo reconhecido e recebendo soldo equivalente a de qualquer outra tropa de indivíduos brancos. Além de Francisco Alexandrino, há vários outros casos em Minas Gerais para serem analisados, de mestres de campo, sargentos-mores e oficiais diversos, como Antônio da Costa Guimarães, capitão da Companhia Franca dos Homens Pardos Libertos da Mariana, Manuel da Mata Reis, sargento-mor da Vila de São José, entre vários outros indivíduos. Cabe aqui neste capítulo, portanto, compreender como a transformação das estruturas institucionais das milícias negras se alinharam aos processos individuais de mobilidade que representavam possibilidades para esses grupos de pressão de africanos e afrodescendentes na figuração social mineira ao longo do século XVIII. Dentro de uma vasta camada populacional de indivíduos livres com passado escravista, ser um soldado já seria algo que distinguia socialmente um indivíduo de outros. Portanto, ser oficial, naquele tipo de sociedade em transformação – uma vez que, sempre é bom lembrar, a perspectiva presente neste trabalho é sempre processual e nunca estanque –, significava participar de uma elite negra e agir efetivamente a partir de posições atuantes nos grupos de pressão que balançavam as bases que ainda mantinham o equilíbrio instável de poder na segunda metade do século XVIII.

⁴⁶⁴ *Idem.*

⁴⁶⁵ SOUZA, Priscila de Lima. *Op. Cit.*, 2017.

5.1 HIERARQUIAS MILITARES

Como foi visto até aqui, havia um amplo processo de formação ao mesmo tempo social e institucional das estruturas militares mineiras ao longo do século XVIII. Por um lado, havia uma tradição proveniente da organização militar portuguesa e suas prerrogativas, normas, condutas, legislações, estruturas e imposições; por outro lado, havia também a realidade mineira conectada ao Mundo Atlântico, ao escravismo, à mineração, à produção colonial, ou seja, elementos que já foram discutidos ao longo dos capítulos anteriores deste trabalho. O tempo todo, dessa forma, o que pode-se perceber é que o que ocorria eram adaptações de acordo com as condições existentes e possibilidades a que as autoridades em uma espécie de contrato social com os demais membros das figurações sociais existentes de modo que se cumprissem as exigências da coroa em relação às questões militares e das defesas dos territórios portugueses nas Américas. As estruturas militares, assim, seguiam essa lógica de adaptações muitas vezes. Indivíduos conectavam-se à instituição militar em território colonial, mas aquela instituição era dependente das condições existentes na figuração social a que ela fazia parte, como já se viu no decorrer dos vários exemplos já mencionados aqui e que foram debatidos a respeito não só das milícias negras, mas a respeito de toda a organização militar portuguesa no mundo colonial. Por isso, pertencer a uma milícia negra mineira, fazer parte de uma posição em sua hierarquia era algo realmente conectado a algo específico e que só se pode compreender dentro dessa lógica envolta por processos sociais e institucionais muito amplos e complexos. Não cabe aqui a todo momento retomar que ser militar de cor era estar envolto em redes de sociabilidade conectadas a figurações políticas, econômicas, religiosas e assim por diante. Cada indivíduo específico aqui citado tem suas particularidades e suas conexões com essas redes vastas e complexas que atingem singularidades e que poderiam alcançar pontos distantes no Mundo Atlântico e ir além dele.

Nesse sentido, quando se apresenta funções e posicionamentos dentro das hierarquias militares nas milícias negras setecentistas mineiras, deve-se levar em consideração que há toda uma dinâmica específica ligada às características da figuração social em questão, seus limites, suas conexões, suas dimensões e transformações relacionadas aos processos históricos.

Portanto, um indivíduo no posto de alferes, por exemplo, poderia ser responsável pela bandeira da companhia e ser também o braço direito do capitão⁴⁶⁶, mas poderia, ao mesmo tempo, adquirir prestígio e status suficiente para exercer atividades que não necessariamente correspondiam às suas funções, ou seja, o posto era adaptado de acordo com a realidade da figuração social. Por isso, havia um oficialato militar estruturado, indivíduos e suas funções, posições inferiores e superiores, mas não se pode supor que a hierarquia seguia à risca o que era demandado pela legislação portuguesa a respeito daqueles postos militares. Muito pelo contrário, como já foi dito, o que ocorria era a adaptação às realidades da própria colônia e também adequação com relação aos limites dos próprios indivíduos, que circulavam por inúmeras figurações sociais e trocavam experiências uns com os outros em seus espaços de convívio social. Assim, um alferes poderia muito bem exercer funções muitas vezes semelhantes às de um capitão ou de outro oficial. Um capitão deveria comandar a sua companhia e nomear seus subordinados. Os sargentos, por sua vez, seriam responsáveis por transmitir as ordens e disciplinar os soldados. No caso dos Terços, as esquadras seriam comandadas ainda por cabos. No topo da hierarquia, comandando todos os demais oficiais superiores estaria o Mestre de Campo. Posteriormente, a função foi substituída pela de coronel. Contudo, já foi dito aqui que a criação de Terços na América portuguesa sofreu claramente influência dos *Tercios* espanhóis e também de tropas italianas, comandadas por *coronelia* (coronéis)⁴⁶⁷, ou seja, quando os Regimentos substituíram os Terços após 1796 na América portuguesa e os Mestres de Campo foram substituídos por Coronéis, houve uma readequação da função. Não era, dessa forma, algo novo. Além do mais, na América portuguesa, os coronéis já atuavam como comandantes dos Terços de Cavalaria das Tropas Pagas, enquanto os Mestres de Campo ficavam encarregados de comandar as infantarias nos Terços de Auxiliares.⁴⁶⁸ Com as reformas, a coroa tentava apenas ingressar no que havia de mais avançado e moderno em termos de aparato militar em suas nomenclaturas, pois a guerra também era discursiva, pertencia ao campo das ideias, da palavra e do simbólico também. Portanto, ao se refletir sobre o século XVIII em Minas Gerais, suas formações militares, estruturas, transformações, hierarquias, indivíduos e trajetórias, há uma imensa complexidade que torna a tarefa

⁴⁶⁶ DIAS, Gabriela Duque. *Uma Muy Honrosa Patente Militar: os mestres de campo nas Minas Setecentistas (1709-1777)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013, p. 40.

⁴⁶⁷ Conferir a página 125.

⁴⁶⁸ COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no Império Lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade*. Vila Rica, (1735-1777). Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Rio de Janeiro, 2006, p. 18.

extremamente difícil diante de uma gama de movimentos históricos, reordenamentos, reestruturações, impossibilitando que se compreenda o fato narrado pelo pesquisador como um processo histórico e sociológico. Contudo, mesmo o historiador estando diante de suas fontes e junto com os seus pares pode chegar a soluções interessantes para esses problemas de pesquisa quando percebe que as próprias fontes dão pistas para os enigmas que há muito parecem aspirar por revelação quase que espontaneamente, bastava apenas uma mudança de perspectiva por parte do analista.

Ao longo dos capítulos anteriores deste trabalho, procurou-se delimitar os processos de institucionalização das milícias negras mineiras, demonstrando como elas formaram suas estruturas em intensas conexões com o escravismo e com o Mundo Atlântico no século XVIII. Nesse sentido, ao se refletir sobre trajetórias individuais daqueles que pertenceram a essas estruturas, há uma mudança no foco da análise para se perceber novas nuances que muitas vezes podem ficar sem a devida atenção quando se observa o objeto de um ângulo muito abrangente. O curioso da lente do pesquisador é que muitas vezes quando se observa seu objeto de forma mais aproximada, pode-se notar que há elementos que ganham um destaque diferente, com contornos e limites que anteriormente não haviam sido revelados quando o enfoque era outro. Cabe destacar que a questão dos Mestres de Campo em Minas Gerais no século XVIII passou a reverberar empiricamente a partir do momento em que houve essa mudança de perspectiva nas lentes da pesquisa, quando se procurou aproximar mais dos indivíduos e de suas trajetórias.

Também é interessante notar como essa mudança de foco nas lentes da análise pode ajudar a desvendar alguns mistérios que a historiografia ainda não solucionou a respeito da organização dos corpos militares em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII, devido à escassez de documentação a respeito, incluindo nisso as milícias negras existentes naquele período em tropas dispersas, como já foi dito anteriormente. Uma das chaves para se melhor compreender esse grande mistério podem ser os Mestres de Campo. Há pesquisas recentes que trouxeram dados a respeito desses indivíduos e que cruzando com outras fontes e com a perspectiva aqui adotada pode trazer conclusões muito interessantes a respeito das milícias negras em Minas Gerais no século XVIII.

5.2 MESTRES DE CAMPO NAS MINAS SETECENTISTAS

Ao longo do século XVIII, os Mestres de Campo estiveram presentes nas Minas Setecentistas nas três linhas de defensivas das tropas: nas tropas de primeira linha, nos

auxiliares e, inclusive, nas ordenanças. Cabe ressaltar que não constava na legislação portuguesa a patente de Mestre de Campo nas ordenanças, mas, como já foi dito, havia adaptações nas tropas do Ultramar, e Pedro Puntoni já verificou também em suas pesquisas sobre São Paulo colonial que havia naquela capitania também ordenanças comandadas por Mestres de Campo em jornadas no sertão do Rio Grande, ou seja, as adaptações existentes a respeito dessa função tão importante para a coroa já ocorriam há muito tempo em algumas capitanias muito antes de existir Minas Gerais.⁴⁶⁹ Era, portanto, uma patente muito antiga no universo colonial e também no reino, proveniente da arte militar mais pura. Segundo a tradição que veio dessa arte militar que passou por processos de transformação longos e milenares, o Mestre de Campo deveria ser antes de tudo, como o próprio título dizia, um mestre na arte militar. No universo das colônias, o que mais havia era o campo, o contrário da *urbs*, ou seja, ser um Mestre de campo significava conhecer a arte militar e também ser um explorador das matas, da natureza, enfrentar o desconhecido, conquistar o novo, colonizar e manter sob o domínio da coroa o território com toda a maestria. Como se verá, aos poucos as milícias negras é que se tornaram os verdadeiros mestres das matas que acompanhavam esses outros Mestres.

Por todos esses motivos o posto possuía uma patente de muito prestígio no universo colonial era muito desejado pelos indivíduos que o requeriam para confirmar que possuíam alguma significação naquela figuração social. Apesar de ser um sistema que sofria muita variação ao longo do tempo, geralmente quem indicava o Mestre de Campo era o próprio governador da capitania, que enviava para a corte o nome do indivíduo a ser confirmado no posto. Contudo, era muito rara a confirmação no posto. O que geralmente ocorria era que o indivíduo acabava por atuar na posição por anos e anos até a sua morte sem ao menos ocorrer a tal da confirmação por parte da coroa.

É importante deixar claro que a compreensão acerca do papel dos Mestres de Campo não só nas Minas Setecentistas, mas em todo o Mundo Atlântico e na América portuguesa é imprescindível para o aprofundamento de percepção que se pode ter a respeito das milícias negras mineiras e o processo de sociogênese e institucionalização delas e a forma como isso se introjetou nos indivíduos e transformou o *habitus* de cada um deles em todas as suas figurações sociais. Os Mestres de Campo sempre atuaram com essas tropas desde fins do século XVII e ao longo do século XVIII, com africanos escravizados separados como soldados que formavam

⁴⁶⁹ PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2000, p. 197.

essas milícias negras, em uma fase de mudança de status ainda muito aquém do que viriam a se tornar em fins do século XVIII, quando já em tropas institucionalizadas e formadas, em sua maioria, por pardos livres, também maioria da população, estariam nos grupos de pressão que iriam reivindicar direitos. Por esse motivo é importante compreender esses indivíduos e esse posto e dialogar com outros pesquisadores que se debruçaram sobre o tema e sobre suas imensas dificuldades.

Por exemplo, Gabriela Duque Dias levantou dados sobre seis Mestres de Campo que atuaram entre 1721 e 1733 em Minas Gerais nos corpos de ordenança. Segundo a autora, maioria deles atuava na Comarca de Vila Rica. Todos também possuíam muito prestígio local, angariando cada vez mais status diante de ações que buscavam ascender nas hierarquias sociais possíveis naquele momento.⁴⁷⁰

A historiadora Gabriela Duque Dias analisou 53 Mestres de Campo encontrados nas Minas Setecentistas entre 1711 e 1777. Desses 53, 3 pertenciam às tropas pagas, 6, como foi visto acima, às ordenanças, 41 aos auxiliares e 3 não se encontrou informações.⁴⁷¹ Além disso, outro dado interessante levantado por ela é que, com relação aos 53 indivíduos encontrados por ela:

essa patente existiu em Minas ao longo de todo o século XVIII, e ainda no início do XIX havia relatos dela. Sua distribuição em períodos e comarcas é o que veremos mais de perto. Podemos observar que a imensa maioria encontra-se na primeira metade do século XVIII. Dos 53 homens analisados, 49 (92,45%) foram providos na primeira metade do século, mais precisamente entre 1711 e 1750, e apenas 4 (7,55%) na segunda metade do XVIII, entre 1750 e 1777. Tanto no levantamento feito no APM como no AHU pude perceber uma diminuição significativa de nomeações; a partir de 1750 os nomes quase desapareceram da documentação consultada.⁴⁷²

É importante mencionar que desses 4, pelo menos 2 eram os pardos Francisco Alexandrino e Joaquim Pereira da Silva, dos quais se falará mais tarde. Por ora, é interessante notar como a grande maioria dos Mestres de Campo analisados pela autora foram nomeados na primeira metade do século XVIII, ou seja, isso corrobora o processo de institucionalização das milícias negras mineiras que até aqui foi apontado. Isso porque a partir da segunda metade do século, como já foi exaustivamente demonstrado, no Mundo Atlântico e em Minas Gerais como

⁴⁷⁰ DIAS, Gabriela Duque. *Uma Muy Honrosa Patente Militar: os mestres de campo nas Minas Setecentistas (1709-1777)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013, p. 102.

⁴⁷¹ *Idem.*, p. 23.

⁴⁷² *Idem.*, p. 56.

uma figuração social dentro daquela figuração maior, os processos históricos e sociais caminharam para uma maior profissionalização dos exércitos e das defesas de todos os Estados conectados. Nesse contexto, a hipótese a ser firmada aqui é que a figura do Mestre de Campo é semelhante a do Capitão do Mato nesse longo processo social do século XVIII: muito necessária no início do século e ligada a traços individuais e de prestígio local, na segunda metade do século se tornou cada vez mais dispensável diante dos novos mecanismos trazidos pelo Estado e suas novas estruturas que de certa forma passaram a substituir aquelas que se tornaram cada vez mais obsoletas e ligadas e um passado que aos poucos ia sendo esquecido. Enquanto os Capitães do Mato iam sendo substituídos por outras tropas, até mesmo o Corpo de Caçadores ao final do século, os Mestres de Campo eram substituídos por Coronéis com a formação de regimentos. Assim, o Estado usava de suas estruturas para minar quaisquer tentativas de indivíduos utilizarem de suas posições para corromperem os acordos que os colocavam como súditos da coroa, ou seja, e a ela deveriam prestar serviços sempre em primeiro lugar antes mesmo de suas questões pessoais.

Infelizmente, Gabriela Duque Dias pouco encontrou nos arquivos acerca das vidas desses 53 indivíduos listados:

Num segundo momento, as buscas se concentraram no levantamento de fontes que servissem como testemunho da realidade econômica e social vivida por eles, quais sejam, os inventários e testamento. Elas me forneceriam informações como filiação, matrimônios, filhos, seus bens, entre eles, o número de seus escravos, além de religião e localidade. No entanto, os resultados não foram nada animadores. Foram ao todo quatro arquivos visitados, a Casa setecentista de Mariana e a Casa do Pilar em Ouro Preto, para os nomes referentes à antiga comarca de Vila Rica. O Museu Regional de São João Del Rey, para os nomes referentes à Comarca do Rio das Mortes e o Arquivo Histórico de Pitangui para os habitantes da antiga Comarca de Rio das Velhas. Nas buscas, por segurança, optei em olhar todos os nomes em todos os arquivos, já que estes homens transitavam muitas vezes por diversas capitanias e por todo o Reino e essa mobilidade torna por vezes difícil o levantamento da documentação sobre eles, sobretudo desse tipo. Dos 53 nomes listados nessa pesquisa, localizei inventários, testamentos e testamentárias em um número inexpressivo para a proposta inicial da pesquisa. Diante da falta de fontes que me pudessem fornecer informações desse tipo, precisei alterar alguns objetivos a serem alcançados. Vale dizer, que essas informações foram utilizadas para compor os dados da pesquisa, mas devido a escassez de nomes impossibilitaram uma análise mais contundente. Esse processo foi bastante angustiante, afinal a proposta inicial de minha pesquisa era tentar desvendar o perfil social desses homens e os inventários e testamentos tinham um papel estruturante. Diante dessa escassez e com o tempo cada vez mais curto, optei por restringir a análise à documentação que tinha em mãos e explorá-la da melhor maneira possível. Sendo assim busquei trazer à tona o maior número possível de informações, os dados foram cruzados e organizados em tabelas para melhor visualização e relatei as trajetórias mais emblemáticas de forma a reforçar o perfil e a inserção dos mestres

de campo a fim de entender o significado da patente nessa sociedade e a sua importância para a configuração das elites coloniais mineiras setecentistas.⁴⁷³

A autora expõe acima as frustrações de qualquer pesquisador que enfrenta esse tipo de temática e que mesmo visitando vários Arquivos, acabou por não encontrar a documentação necessária e precisou reavaliar sua análise. Mesmo assim, apesar de a autora não ter encontrado os inventários para a complementação da sua pesquisa, foi importante a sua contribuição para a presente tese, uma vez que os dados coletados por ela acerca dos Mestres de Campo foram imprescindíveis para as reflexões sobre a institucionalização das milícias negras mineiras no século XVIII.

Algumas conclusões a que ela chegou a respeito dos 53 Mestres de Campo mineiros no século XVIII serão importantes para que sejam feitas reflexões acerca da importância dos papéis de Francisco Alexandrino e de Joaquim Pereira da Silva como comandantes de Terços de Pretos e Pardos, que posteriormente transformaram-se em Regimentos, cuja função de Mestres de Campo foi substituída, como já foi dito, pela de Coronel. Dias conseguiu levantar dados que demonstram que 35 Mestres de Campo foram nomeados entre 1711 e 1720 em Minas Gerais.⁴⁷⁴ Boa parte deles teria participado da guerra dos emboabas quanto teria defendido o Rio de Janeiro do ataque de franceses em 1711, segundo a autora.⁴⁷⁵ Outros 6 teriam sido nomeados entre 1720 a 1730, enquanto 8 teriam nomeação entre 1730 e 1740. A autora não encontrou dados para 1740 e 1750. Foram 4 os nomeados entre 1750 e 1777.⁴⁷⁶ Entre eles, Francisco Alexandrino e Joaquim Pereira da Silva, Mestres de Campo pardos.

Quanto à distribuição espacial desses indivíduos com relação às Comarcas, 15 pertenciam a Rio das Velhas, 6 a Rio das Mortes, 15 a Vila Rica, 7 a Serro Frio e 10 não foram identificados. A autora percebeu uma maior presença de Mestres de Campo onde havia maior densidade populacional e onde se precisava de mais atenção com relação à produção do ouro.⁴⁷⁷ A autora também observou que dos 53 Mestres de Campo, pelo menos 7 iniciaram a carreira militar como soldados e percorreram por diversas posições até chegarem ao mais alto posto dentro da corporação. Outros foram identificados já na posição de alferes, sargento mor dos

⁴⁷³ *Idem.*, p. 28-29.

⁴⁷⁴ *Idem.*, p. 57.

⁴⁷⁵ *Idem.*, p. 59.

⁴⁷⁶ *Idem.*, p. 57.

⁴⁷⁷ *Idem.*, p. 63.

auxiliares, capitão de ordenanças ou de tropas pagas, tenente coronel das ordenanças, sargento mor das ordenanças e capitão mor das ordenanças.⁴⁷⁸ Além disso, para Dias, entre esses indivíduos, pelo menos 15 deles prestaram serviços relacionados à defesa do território antes de se tornarem Mestres de Campo, 11 estiveram ligados à contenção de revoltas, 14 à cobrança de quintos, 9 a descoberta de novos territórios, 4 à manutenção do poder, e 5 ligados a prisões diversas.⁴⁷⁹ Esses indivíduos possuíam cargos no governo colonial como os de superintendente da fazenda, juiz ordinário da câmara, procurador da câmara e da fazenda, almotacé, ouvidor geral da justiça, vereador da câmara, tesoureiro, auditor, escrivão da fazenda, e guarda-mor.⁴⁸⁰ Dos 53 indivíduos pesquisados por Dias, 25 tiveram sua origem identificada pela autora. 19 eram portugueses, 1 italiano e 5 originários da América portuguesa, de capitanias diversas como São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia.⁴⁸¹

Entre os dados coletados pela pesquisadora, os mais importantes talvez sejam os relativos às inserções político-sociais dos 53 Mestres de Campo mineiros analisados por ela e que atuaram ao longo do século XVIII (principalmente nas primeiras décadas da primeira metade do século). Segundo a autora, entre os 53 Mestres de Campo, 35 recorriam frequentemente ao Conselho Ultramarino, o que significava possuir conexões com o Mundo Atlântico e ser dotado de prestígio social; 15 desses indivíduos eram conquistadores, povoadores de Minas Gerais em seus primórdios e por isso possuidores de status e prestígio social; 15 possuíam sesmarias, ou seja, eram senhores de terra; e o dado mais importante para o presente trabalho: 20 faziam uso de escravos armados em operações militares.

Portanto, o poder individual dos mestres de campo vinha em grande parte da possibilidade de eles empregarem africanos escravizados no serviço das armas. Como já foi dito, essa é uma das chaves para se compreender alguns dos enigmas que percorrem a História de Minas Gerais no que diz respeito às corporações militares e também a historiografia a respeito das milícias negras no século XVIII. Nesse sentido, a tese aqui em questão não concorda com Ana Paula Pereira Costa ao afirmar a respeito desses cativos armados que “justamente para passar essa ideia de informalidade, num sentido genérico que desse a noção de se tratar de algo que, apesar de ser usado em determinados momentos com fins militares,

⁴⁷⁸ *Idem.*, p. 65.

⁴⁷⁹ *Idem.*, p. 70.

⁴⁸⁰ *Idem.*, p. 76.

⁴⁸¹ *Idem.*, p. 92.

não pode ser atrelado à estrutura formal da organização militar lusitana”,⁴⁸² pois, como já foi visto, todos os processos sociais estão conectados à institucionalização das milícias negras mineiras. Fosse tropas com caráter informal ou formal, existentes na legislação ou não, pouco importa, pois, a realidade da colônia era, como já foi bastante frisado, a da adaptação constante e a da transformação. Dessa forma, armar escravos pertence também ao processo de institucionalização das milícias negras mineiras. Da mesma maneira que a presença constante de Capitães do Mato ao longo do século XVIII, como já foi dito em capítulos anteriores deste trabalho, também pertence ao mesmo processo de institucionalização. Não é à toa, portanto, que vários governadores e autoridades mineiras e até mesmo o vice-rei Lavradio cogitou empregar no serviço das armas os cativos caso fosse preciso, mas dessa vez à serviço do Estado, e não como tropas particulares a serviço de Mestres de Campo. Quando Luís Diogo Lobo da Silva chegou a Minas Gerais e tentou colocar em prática o que já havia feito em Pernambuco a respeito do quinto dos escravos e foi amplamente criticado, provavelmente também tinha em mente a comum prática de utilização de cativos nessas tropas informais. É importante lembrar também que Manuel Nunes Viana, que no primeiro capítulo deste trabalho foi bastante mencionado, era um Mestre de Campo e foi inclusive aclamado governador de Minas Gerais por meio de voto popular; Viana também possuía tropas de escravizados. Naquele episódio posterior à guerra dos emboabas, mil negros armados de espadas, katanas e armas de fogo expulsaram Dom Fernando Martins Mascarenhas, que havia ido até Minas em 1709 para governá-la. Como já foi dito, não havia anomia, desorganização nessas tropas, muito pelo contrário, elas pertenciam às figurações sociais específicas aos primórdios mineiros e conectadas ao Mundo Atlântico. Quando se menciona isso, também é importante sempre se levar em conta que Minas Gerais nasceu em fins do século XVII, mas já havia uma América portuguesa em amplo desenvolvimento há muito tempo. A organização militar portuguesa possuía um passado e também estruturas e o espaço mineiro não pode ser visto como uma espécie de “*tábula rasa*”. Os indivíduos que lá foram se aventurar, explorar, iniciar a vida nos primórdios daquela figuração social tinham como parâmetros as várias regiões do Mundo Atlântico e suas experiências anteriores. Portanto, quando um Mestre de Campo formava uma tropa com seus cativos, ele possuía amplo conhecimento dos limites daquela tropa e sabia

⁴⁸² COSTA, Ana Paula Pereira. *Armar Escravos em Minas Colonial: potentados locais e suas práticas de reprodução social na primeira metade do século XVIII. Vila Rica, 1711-1750*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2010, p. 82.

exatamente como organizá-la e como agir com aqueles indivíduos que pertenciam ao seu círculo social. Essas milícias negras que transitavam em torno do eixo magnético que era o seu senhor e Mestre de Campo provavelmente também se sentiam pertencentes a um grupo privilegiado no interior do resto dos cativos que não faziam parte das tropas que podiam transitar, que possuíam certas regalias, direitos por serem homens de armas e cumprirem tarefas de ataque e defesa.

A institucionalização das milícias negras mineiras no século XVIII está intrinsecamente ligada a esses processos e aos demais processos sociais, econômicos e políticos já mencionados neste trabalho, como o escravismo, o tráfico, a produção aurífera, o aumento populacional, os novos rumos da produção agrícola e assim por diante. Como já foi visto, à medida que caminhava o tráfico o número de quilombos aumentava na capitania, e isso demandava estratégias de combate a esses agrupamentos. Da mesma forma, a capitania cada vez mais se tornava complexa e a coroa buscava ocupar todos os espaços, demandando abertura de novos caminhos, novas explorações, enfrentando, assim, populações indígenas consideradas hostis. Já foi bastante repetido aqui a questão dos *inimigos internos* da coroa. Tanto os Mestres de Campo e suas tropas formadas muitas vezes por africanos e afrodescendentes, quanto os Capitães do Mato atuaram principalmente na primeira metade do século como os grandes personagens que levavam os ideais da coroa para por onde passavam. A institucionalização das milícias negras mineiras passou por esses indivíduos e por suas atuações nas figurações sociais nas quais atuavam nas Minas do século XVIII. Não há motivo para que se perceba tais corporações militares apenas como anômicas ou dispersas, pois possuíam estruturas internas, mesmo que informais. Da mesma maneira como o Mestre de Campo poderia atuar em um corpo de ordenança mesmo sem que isso fizesse parte da legislação, outras anomalias legislativas poderiam ocorrer sem que o historiador deva olhar com desdém esse tipo de fenômeno e compará-lo com estruturas consideradas mais formais. A partir da segunda metade do século XVIII, como já foi visto, a mobilização militar levou a uma reestruturação das tropas em todo o Mundo Atlântico e a reorganização militar impactou nas corporações preexistentes. Isso claramente é refletido na documentação, pois é ela se torna muito mais detalhada e rica a partir da segunda metade do século XVIII. A frustração apresentada por Gabriela Duque Dias páginas acima a respeito da escassez de informações a respeito de informações básicas sobre os 53 Mestres de Campo por ela analisados ao longo do século XVIII é algo que ocorre com muita frequência ao se estudar os corpos militares em Minas Gerais nesse período, principalmente quando se diz respeito às camadas subalternas. Por isso o historiador precisa estar atento a

detalhes, a nuances, pormenores, como a questão dos Mestres de Campo, que são, segundo a hipótese aqui colocada, uma das chaves para se entender essa lacuna existente na primeira metade do século XVIII a respeito das corporações militares.

Tudo leva a crer, portanto, que esses indivíduos possuíam papel central no que diz respeito às organizações militares da primeira metade do século XVIII em Minas Gerais. Como já foi mencionado também, não se pode estereotipá-los como pertencentes a uma nobreza da terra ou a potentados, pois esses tipos de categorias acabam por engessar os indivíduos em termos que os conectam a elementos que estão mais próximos a teorias que à prática. Manuel Nunes Viana, Francisco Alexandrino e outros eram indivíduos em suas teias sociais antes de tudo e cada um pertencia a um período específico da história mineira. Manuel Nunes Viana era um indivíduo que vivia cercado por outros indivíduos que dele necessitavam, assim, como ele necessitava de outros indivíduos, ou seja, participavam de teias de interdependência. A reciprocidade os conectava, portanto. Era dessa forma com cada um dos Mestres de Campo de Minas Gerais, cada um com suas especificidades e cada um pertencente a suas funções no governo, conectados a suas figurações sociais e ligados a suas redes de interdependência que possuíam inclusive indivíduos escravizados armados. Pode-se concluir, portanto, que desde os primórdios de Minas Gerais as milícias negras mineiras estiveram presentes na capitania em seus primeiros contornos, seja com essas tropas de indivíduos cativos, seja com os Capitães do Mato trocando experiências com seus homens em suas esquadras do mato ou em contato com negros aquilombados. Todas essas questões práticas dificilmente aparecerão na documentação de maneira clara, mas podem ser apontadas com base em minúcias do historiador ao se debruçar com muito cuidado em suas fontes. É somente a partir da segunda metade do século XVIII, com uma presença cada vez mais constante do Estado, ou seja, da coroa, com suas estruturas fiscalizadoras, com a legislação cada vez mais presente, pode-se perceber nas próprias fontes uma mudança drástica de direcionamento. Há muito mais tropas surgindo na documentação, com muito mais requerimentos, pedidos de confirmação de patentes, como se antes de 1750 não existisse uma estrutura militar e depois surgisse um leviatã extremamente organizado. Não se pode acreditar em algo dessa natureza. Há as estruturas preexistentes, mas as fontes não mostram de maneira direta. Da mesma maneira como não apresentam um Mestre de Campo, é preciso repetir, no interior de um corpo de ordenanças. O que ocorre, portanto, são transformações a partir de elementos que já estavam lá há muito tempo. Não há nascimentos, mas mudanças de rumo e novas roupagens. As milícias negras sempre estiveram lá, em outras palavras, desde o início do século XVIII. Antes, junto aos Mestres de Campo, como cativos

armados, mas também atuando junto aos Capitães do Mato. Eram, portanto, africanos e afrodescendentes cativos, livres e libertos que estavam lá desde o início do século XVIII em Minas Gerais. A partir da segunda metade do século XVIII, com a formação de outras tropas, essas estruturas preexistentes receberam novas roupagens e seguiram se transformando ao longo do século, de acordo com a institucionalização e as lógicas dos processos históricos e sociais do Mundo Atlântico.

Ainda sobre a pesquisa de Gabriela Duque Dias e os Mestres de Campo, ela também trouxe números a respeito daqueles indivíduos que utilizaram escravos armados. Segundo a historiadora, Francisco Ferreira de Sá chegou a utilizar 76 cativos em suas ações, Pascoal da Silva Guimarães 30, Fautino Rebelo Barbosa 20, Sebastião Pereira Aguiar 35, Manoel Rois Soares 30 e Manuel da Silva Rosa 12. Todos esses Mestres de Campo teriam atuado ainda na primeira metade do século XVIII. Porém, a historiadora também cita no mesmo contexto o mestre de campo Joaquim Pereira da Silva, que teria 24 cativos.⁴⁸³ Ele, contudo, já pertencia a um outro contexto dos corpos militares mineiros e das milícias negras, uma vez que era Mestre de Campo de um Terço de Pretos e Pardos. Joaquim Pereira da Silva e Francisco Alexandrino eram indivíduos muito diferentes dos Mestres de Campo do início do século XVIII. Já estavam envolvidos por outros contextos sociais e pertenciam a outras redes de interdependência. Eram também exemplos da mudança de status dos africanos e afrodescendentes livres e libertos no Mundo Atlântico a partir da segunda metade do século XVIII.

5.3 FRANCISCO ALEXANDRINO

Francisco Alexandrino é um dos exemplos mais emblemáticos de como a mudança de status dos africanos e afrodescendentes livres e libertos na capitania mineira no século XVIII foi efetiva. Ele se submeteu em julho de 1763 a exames de aritmética e evoluções militares que foram aplicados pelo ajudante de ordens Jerônimo de Matos e pelo alferes João Carlos Xavier da Silva Ferrão. Após passar por tais exames, recebeu a patente como capitão da companhia de ordenanças de pé dos homens pardos de Vila Rica. Aqui mais uma vez é perceptível como nomenclaturas e legislações são confusas quando se tratam de estruturas militares, pois apesar de esse corpo militar se chamar de ordenança, claramente ele atuava na prática como uma tropa

⁴⁸³ DIAS, Gabriela Duque. *Uma Muy Honrosa Patente Militar: os mestres de campo nas Minas Setecentistas (1709-1777)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013, p. 95.

auxiliar. Além disso, a função de Francisco Alexandrino será muito próxima a de um Mestre de Campo, o que seria confirmado posteriormente, quando ele seria indicado a esse posto. Uma outra questão interessante é a confusão que é feita entre as “companhias de pé” e as “tropas de pedestres”, que parecem ser a mesma coisa na prática, mas que para os indivíduos da época provavelmente deviam possuir alguma espécie de distinção não tão perceptível para quem os analisa.

Porém, o que teria tornado Francisco Alexandrino um pardo elegível para uma posição tão importante como a de capitão de uma companhia e depois para de Mestre de Campo? Dois anos antes dos exames a que se submeteu para adquirir a primeira patente militar, participou de um evento importante na capitania de Minas Gerais. Em 1761, segundo Daniel Precioso, Francisco Alexandrino é citado em uma petição como um dos oficiais da Arquiconfraria do Cordão de Vila Rica, em que era vice-ministro,⁴⁸⁴ ou seja, já possuía um cargo de prestígio dentro de uma irmandade, conectando-se a teias sociais que envolviam redes de interdependência com inúmeros outros indivíduos.

No ano de 1766, bem quando houve o envio da Carta Régia aqui já discutida que ordenou toda uma reorganização defensiva na América portuguesa, criação de novas tropas auxiliares, como o Terço de Pretos e Pardos, entre outras coisas já discutidas, Francisco Alexandrino foi indicado pela câmara de Vila Rica novamente no posto de capitão. Vários eram as realizações do então capitão pardo que poderiam proporcionar aquela posição nas milícias negras. Entre elas estavam as “contínuas expedições de entrar nos matos contra os negros fugidos”. Já as câmaras consideravam-no um homem de “morigerados costumes, louvável conduta, capacidade e outras circunstâncias que o fazem merecedor desta atenção”. Contudo, mesmo tendo sido confirmado no posto, não receberia soldo. Mesmo assim, teria todas “as honras, graças e isenções do posto”.⁴⁸⁵ Com a criação dos Terços de Pretos e Pardos de Vila Rica em 1768, Francisco Alexandrino se tornou o nome mais indicado para ser o Mestre de Campo daquela tropa. Naquele momento, Francisco Alexandrino conectava-se às várias instâncias de poder que formavam as teias que estruturavam o equilíbrio instável daquela figuração social. Irmão de uma Arquiconfraria de africanos e afrodescendentes, comandante de uma tropa de pretos e pardos, o pardo foi solicitado pelos oficiais da câmara de Vila Rica, em

⁴⁸⁴ PRECIOSO, Daniel. *Terceiros de cor: pardos e crioulos em Ordens Terceiras e Arquiconfrarias* (Minas Gerais, 1760-1808). 2014. 338f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014, p. 51.

⁴⁸⁵ Requerimento de Francisco Alexandrino. AHU – Minas Gerais. Cx. 90. Doc. 46. Vila Rica, 20, de maio de 1767.

23 de maio de 1769, a levar seu Terço a participar das festividades de Corpus Christi na praça central da vila, o que o oficial atendeu prontamente. Em sua resposta para os camaristas diz se orgulhar de poder participar junto de sua tropa daquela festividade tão tradicional e que ficaria feliz em realizar a procissão.⁴⁸⁶

O então Mestre de Campo também realizava funções relacionadas ao posto militar ocupado por ele. Por exemplo, agir prontamente no caso de haver uma fuga de presos em Vila Rica. Isso realmente ocorreu em 30 de janeiro de 1782, e Francisco Alexandrino teve de ser prudente e agir com rapidez. O carcereiro da cadeia de Vila Rica, José Mendes Pereira, foi rendido por presos que estavam armados com facas que eram comuns ao ofício de sapateiro, além de pistola e também de facão. Pereira foi espancado e os presos haviam fugido. O Mestre de Campo avisou prontamente os oficiais da câmara acerca do ocorrido afirmando que havia colocado soldados para procurarem nas redondezas da cadeia e também para irem até a casa de um dos fugitivos, que era conhecido como Galvão, e que teria muitos amigos e parentes que eram considerados “ciganos”, e que segundo testemunhas poderiam ajudá-lo na fuga para fora da capitania. Porém, até aquele momento, avisava Francisco Alexandrino aos camaristas, “não se tem havido novidade de circunstância”, a não ser que ele havia recuperado “quatro presos fugidos”; entre eles havia, “um branco e três pretos”.⁴⁸⁷ Portanto, o Mestre de Campo pardo vivendo na segunda metade do século XVIII parecia possuir uma função que estava muito além daquelas de seus antecessores da primeira metade do mesmo século, pois Francisco Alexandrino estava mais conectado com questões de manutenção da ordem interna e até mesmo voltada para o urbano, sem conexões com o sertão ou coisas semelhantes. Não há tanta preocupação também com os *inimigos internos* da capitania, mas com os *inimigos externos*.

Naquele mesmo ano de 1782, segundo Daniel Precioso, o Mestre de Campo presidiu a fundação da Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula de Vila Rica, sendo o primeiro irmão a professar naquela Ordem.⁴⁸⁸ Segundo o autor, era uma estratégia dos pardos

⁴⁸⁶ Carta de Francisco Alexandrino aos oficiais da Câmara de Vila Rica sobre a disposição da infantaria para a procissão de Corpus Christi. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Casa dos Contos Cx. 95. planilha 20385. doc. 4. Vila Rica, 23 de maio de 1769.

⁴⁸⁷ Carta do meirinho do campo Francisco Alexandrino sobre a fuga de presos da cadeia da Vila. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Casa dos Contos. Cx. 150. Planilha 21441. doc. 1. Vila Rica, 31 de janeiro de 1782.

⁴⁸⁸ PRECIOSO, Daniel. *Terceiros de cor: pardos e crioulos em Ordens Terceiras e Arquiconfrarias* (Minas Gerais, 1760-1808). 2014. 338f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014, p. 51-52.

da Arquiconfraria do Cordão de Vila Rica, que havia sido extinta, para dar continuidade ao culto franciscano do Cordão. Segundo Maria Clara Caldas Soares Ferreira:

Daniel Precioso, ao propor, em Vila Rica, uma continuidade entre a experiência associativa da Arquiconfraria do Cordão de São Francisco e a Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula, o autor observou que a atuação do devoto Francisco Alexandrino não se restringiu apenas à Arquiconfraria do Cordão de São Francisco, em que ocupou o cargo de vice-ministro, conforme petição feita pela Ordem Terceira da Penitência, no ano de 1761, quando reagiram negativamente à corporação recém-instituída. O pardo Francisco Alexandrino participou também da fundação da Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula e se tornou seu primeiro irmão professo. Sendo assim, o devoto Francisco Alexandrino atuou ativamente para a inserção de homens e mulheres “não brancos” no culto franciscano, que, na Capitania de Minas, constituiu-se, inicialmente, como privilégio da Ordem Terceira da Penitência.⁴⁸⁹

O Mestre de Campo era, então, um indivíduo distinto e poderoso em Minas Gerais, hábil socialmente, transitava facilmente pelas instâncias das figurações sociais, sendo dotado de muito prestígio por onde passava. O pardo possuía conexões com indivíduos de inúmeras camadas sociais, entre brancos, africanos e afrodescendentes cativos, livres e libertos. Era, inclusive, possuidor de cativos, como Miguel da Rocha Ferreira, de nação angola.⁴⁹⁰ O Mestre de Campo também possuía recursos financeiros, uma vez que para a aprovação do estatuto da Ordem Terceira criada por ele e por outros pardos em Vila Rica ele desembolsou a quantia de pouco mais de 70 mil réis.⁴⁹¹ Como foi dito acima, o pardo é um exemplo emblemático da mudança de status dos africanos e afrodescendentes livres e libertos em Minas Gerais ao longo do século XVIII. As atuações do Mestre de Campo nas figurações sociais a que ele pertencia também demonstram como havia de fato grupos de pressão formados por africanos e afrodescendentes livres e libertos que pressionavam camadas superiores das sociedades em busca de reivindicações e direitos.

Além de todas essas funções acima mencionadas, Francisco Alexandrino tinha também outras obrigações relacionadas com a burocracia, ou seja, que não exigiam o uso de armas, mas sim a do tinteiro. Naquele final de século XVIII, com as instâncias estatais cada vez mais atuantes, havia uma exigência cada vez maior por uma excelência na função administrativa. Era necessário prestar conta às câmaras no que dizia respeito aos armamentos e também às fardas que suas tropas utilizavam. O agora Coronel de Regimento de Milícias precisava registrar

⁴⁸⁹ FERREIRA, Maria Clara Caldas Soares. *A Arquiconfraria do Cordão de São Francisco em Minas Gerais: História, Culto e Arte (1760-1850)*. 561f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2019, p. 98.

⁴⁹⁰ PRECIOSO, Daniel. *Op. Cit.*, 2014, p. 57.

⁴⁹¹ *Idem.*, p. 111.

receitas e despesas de todas as companhias sob o seu comando. Deveria também prestar contas com relação a caixas de guerra recebidas. Francisco Alexandrino, em 8 de outubro de 1799, listou, em cinco páginas, item por item recebido, entre facas, coletes, colheres de ferro, machados, e inúmeros outros equipamentos.⁴⁹² O Coronel continuou por anos comandando as principais tropas onde atuavam os africanos e afrodescendentes livres e libertos, agora equiparadas às de primeira linha com o Alvará de 1796, e seguiu no topo da hierarquia militar e também, provavelmente, no topo da hierarquia das irmandades religiosas, transitando nas figurações sociais e magnetizando em torno dele indivíduos que o orbitavam e criavam interdependência recíproca com ele. Francisco Alexandrino é o exemplo primordial de como a sociogênese e a institucionalização das milícias negras mineiras são processos conectados com a mudança de status dos africanos e afrodescendentes livres e libertos no Mundo Atlântico.

5.4 OUTROS FRANCISCOS ALEXANDRINOS

Dá para se afirmar com toda a certeza que Francisco Alexandrino e Joaquim Pereira da Silva eram pardos e foram Mestres de Campo de Terços de Pretos e Pardos de Minas Gerais. Além disso, Francisco Alexandrino se tornou Coronel do Regimento de Pardos de Vila Rica após 1796. Era abastado, possuía prestígio e escravos. Em 1782, Joaquim Pereira da Silva tinha 48 anos, era solteiro e possuía 24 escravos e dois agregados forros. Comandava pelo menos 1320 soldados no Rio das Mortes.⁴⁹³ Pouco se sabe sobre a sua vida além disso até o momento. É grande a dificuldade para o pesquisador afirmar com certeza absoluta se esse ou aquele oficial das milícias negras é ou não um afrodescendente. Os documentos muitas vezes dão as pistas, mas não informam com clareza as condições dos indivíduos. Francisco Alexandrino é um caso de pardo que possui mais registros por ser um destaque, pois possuía um papel relevante na elite negra da capitania, envolto por questões importantes nas irmandades e sempre angariando prestígio e status nas figurações sociais. Outros indivíduos praticamente desaparecem na documentação, muitas vezes apenas pedindo confirmação de patente. O que acaba gerando sempre dúvida se aquele oficial é realmente um afrodescendente livre ou liberto ou se é um branco que está exercendo função de comando naquela milícia negra. Contudo, a partir da segunda metade do século XVIII, ficou cada vez mais comum os africanos e afrodescendentes livres e libertos se tornarem oficiais nas milícias negras, ou seja, não havia mais tanta

⁴⁹² Registro do livro de receita e despesa referente ao recebimento de caixas de guerra prontas, feito pelo coronel de milícias Francisco Alexandrino ao almoxarife Manuel Antônio de Carvalho. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Casa dos Contos. Cx. 123. Plan. 20913. doc. 1. Vila Rica, 8 de outubro de 1799.

⁴⁹³ DIAS, Gabriela Duque. *Op. Cit.*, 2013, p. 63-64.

necessidade de se colocar um oficial branco para comandar esse tipo de tropa. Portanto, os indivíduos que aqui forem citados até podem não ser africanos e afrodescendentes livres e libertos, mas nesse momento da segunda metade do século XVIII já é uma exceção aparecer um indivíduo branco no comando desse tipo de tropa, não uma regra.

As milícias negras aos poucos passaram formar grupos de pressão e de sociabilidade em Minas Gerais a partir do século XVIII. A corporação militar agia como outras corporações, a exemplo das irmandades religiosas. Eram espaços de ajuda mútua. Essas figurações sociais formavam redes de interdependência que transformavam os indivíduos e seus *habitus sociais*, que modificavam suas formas de agir em sociedade. O indivíduo da milícia negra não era apenas um africano e afrodescendente livre ou liberto, mas era também um militar. Sua mente pensava como um militar e seu corpo agia como a de um militar. O seu *habitus social* e os dos outros integrantes das teias de interdependência das figurações trocavam experiências e ajudavam nas mudanças da própria rede de conexões e nas transformações dos próprios indivíduos e de seus meios.

Um exemplo nesse sentido foi quando o Tenente e Coronel do Regimento de Infantaria Auxiliar dos Homens Pardos do Tejuco, da Comarca do Serro Frio, João Marinho de Castro, pediu encarecidamente para que seu amigo, João Rodrigues de Macedo – que era contratador no Tejuco – para que acolhesse seu outro amigo, Joaquim Evaristo, que estava sem moradia. Na correspondência, há um tom de cordialidade por parte de Marinho de Castro, afirmando a Macedo que Joaquim Evaristo era um bom homem e que merecia qualquer forma de ajuda que fosse possível.⁴⁹⁴ Portanto, havia uma forte conexão e uma rede de interdependência que ligava aqueles militares que pertenciam à instituição que sentiam-se responsáveis uns pelos outros na segunda metade do século XVIII em Minas Gerais. Era dessa mesma forma que atuavam também os grupos de pressão, quando coletivamente reivindicavam os direitos dos africanos e dos afrodescendentes livres e libertos. A forte relação desses indivíduos transitando nas figurações sociais e o magnetismo em torno de alguns desses indivíduos que possuíam mais capacidade de retenção de poder, como Francisco Alexandrino, causava impacto no equilíbrio instável da sociedade mineira setecentista.

Já foi mencionado também que na segunda metade do século XVIII, em Minas Gerais, houve aumento no número de requerimentos para confirmação de sesmarias e também para

⁴⁹⁴ Carta de João Marinho de Castro a João Rodrigues de Macedo sobre o pedido de acolher Joaquim Evaristo. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Casa dos Contos. Cx. 52. plan. 30390. doc. 1. Arraial do Tejuco, 30 de abril de 1798.

confirmação de postos militares, entre outros requerimentos relativos às milícias negras com relação à primeira metade do mesmo século. Também já foi dito que isso se deve provavelmente por conta de mudanças no aparato burocrático estatal e por novas demandas no sistema administrativo da coroa. Na América portuguesa e, mais especificamente, em Minas Gerais no século XVIII, há muitas adaptações, pois aquilo que estava na legislação antiga portuguesa não podia ser aplicado na prática cotidiana mineira da colônia. Um caso curioso é o que ocorreu, por exemplo, com Antônio da Costa Guimarães. Em 1770, ele encaminhou um requerimento ao rei Dom José I solicitando a confirmação no posto de capitão da 1ª Companhia da Ordenança de Pé dos Homens Pardos Libertos da cidade de Mariana⁴⁹⁵; porém, em 1773, Guimarães aparece, nas fontes, preso na cadeia da Vila de Sabará junto com o padre Antônio Carneiro Leão e com o alferes Cipriano Correia da Costa⁴⁹⁶. O capitão pede, então, para ser solto pois, segundo ele, se considera inocente das acusações feitas pelo ouvidor da dita vila. Não se sabe quais foram as mencionadas acusações, contudo, em 11 de fevereiro de 1778, o oficial já se encontra no posto de Sargento-mor e Comandante das Companhias Francas dos Homens Pardos Libertos do termo da cidade de Mariana⁴⁹⁷. O caso é interessante, porque naquele momento já havia se formado Terços auxiliares na capitania em Vila Rica, mas em Mariana havia ainda as Companhias que eram denominadas como Ordenanças, mesmo atuando como tropas auxiliares. Ademais, eram chamadas de Ordenanças de Pé para se diferenciarem das Cavalarias. Há uma diferenciação entre essas tropas e as chamadas Pedestres que necessitam de maior investigação por parte da historiografia. Em 1778, o Capitão foi promovido a Sargento-mor e Comandante de uma Companhia Franca. A denominação “Ordenança” havia sido deixada de lado. A palavra “Franca” retoma a ideia de que há uma conexão entre a reorganização militar portuguesa e o Mundo Atlântico, principalmente após a Guerra dos Sete Anos, como foi visto no capítulo anterior. O caso de Guimarães é como de muitos outros oficiais que passavam por situações semelhantes, subindo nas hierarquias militares enquanto as tropas iam se modificando. O oficial ainda teve de utilizar de sua influência para se livrar da situação vexatória de se achar

⁴⁹⁵ Requerimento de Antônio da Costa Guimarães, capitão da 1ª Companhia da Ordenança de Pé dos Homens Pardos Libertos da cidade de Mariana, solicitando a D. José-I a mercê de o confirmar no referido cargo. AHU – Minas Gerais, cx. 98, doc. 27. Minas Gerais, 21 de julho de 1770.

⁴⁹⁶ Requerimento do pe. Antônio Carneiro Leão, do alferes Cipriano Correia da Costa, de Manuel de Figueiredo de Sá e Silva, do pe. Antônio Pereira Henriques e de Antônio da Costa Guimarães, presos na cadeia da Vila do Sabará e de outros moradores da mesma Vila, solicitando a D. José-I que os ponha em liberdade por se acharem inocentes das acusações feitas pelo ouvidor. AHU – Minas Gerais, cx. 105, doc. 76. Minas Gerais, 1773.

⁴⁹⁷ Requerimento de Antônio da Costa Guimarães, sargento-mor e comandante das Companhias Francas dos Homens Pardos Libertos do termo da cidade de Mariana, pedindo sua confirmação no exercício do referido posto. AHU – Minas Gerais, cx. 112, doc. 24. Minas Gerais, 11 de fevereiro de 1778.

encarcerado, mas isso não o impediu de conseguir se tornar Sargento-mor de uma tropa posteriormente. O prestígio em uma figuração social poderia permitir que coisas como essas ocorressem com aqueles que tivessem mais capacidade de retenção de poder individual.

Na segunda metade do século XVIII, há inúmeras fontes demonstrando esse tipo de situação acima, de indivíduos que conseguiram subir nos postos militares com o passar dos anos. Isso demonstra como o processo de sociogênese e institucionalização das milícias negras mineiras estava cada vez mais acelerado. São requerimentos e mais requerimentos de confirmação no exercício do posto, passo a passo, de posto a posto. Assim, as milícias negras iam se tornando uma instituição cada vez mais importante para que os grupos de pressão atuassem e se conectassem, criando redes de interdependência. Alguns indivíduos, como o capitão da companhia dos Homens Pardos Libertos do Terço de Infantaria Auxiliar do termo de Vila Rica, Antônio Leite da Silva⁴⁹⁸, se apresentam na documentação pedindo confirmação de sesmaria. No caso de Leite da Silva, se tratava de meia légua de terra que ele possuía em Bom Jardim e Palmeira, termo da Vila Real do Sabará⁴⁹⁹. Em um passado recente ao de Leite da Silva, alguns Mestres de Campo, como Inácio Correia Pamplona, eram conhecidos por serem “sesmeiros”, ou seja, a receberem e a doarem terras por se tratarem de uma elite que detinha os cabedais necessários para manter aquele status.⁵⁰⁰ Anos depois, Manuel Dias de Oliveira, capitão da Ordenança de Pé dos Homens Pardos Libertos do distrito da Lage, da freguesia da Vila de São José do Rio das Mortes⁵⁰¹, por sua vez, pediu, em 24 de outubro de 1803, confirmação de sesmaria de meia légua de terra que possuía na paragem chamada de Vertentes do Córrego da Areia e Perdição, em Rio das Mortes⁵⁰². Pedir confirmação de sesmaria naquele momento, para Antônio Leite da Silva ou Manuel Dias de Oliveira, significava algum tipo de distinção social, sem dúvida. O primeiro era um capitão subordinado a Francisco Alexandrino

⁴⁹⁸ Requerimento de Antônio Leite da Silva, capitão de uma das companhias dos Homens Pardos Libertos do Terço de Infantaria Auxiliar do termo de Vila Rica, solicitando a D.José-I a mercê de o confirmar no exercício do referido cargo. AHU – Minas Gerais, cmd. 63254. Minas Gerais, 1770.

⁴⁹⁹ Requerimento de Antônio Leite da Silva, pedindo confirmação de sesmaria de meia légua de terra que possui na paragem chamada Bom Jardim e Palmeira, termo da Vila Real do Sabará. AHU – Minas Gerais, cx. 108, doc. 27. Minas Gerais, 17 de maio de 1775.

⁵⁰⁰ DIAS, Gabriela Duque. *Op. Cit.*, p. 97.

⁵⁰¹ Requerimento de Manuel Dias de Oliveira, capitão da Ordenança de Pé dos Homens Pardos Libertos do distrito da Lage, da freguesia da Vila de São José do Rio das Mortes, solicitando a D.José-I a mercê de o confirmar no exercício do referido cargo. AHU – Minas Gerais, cx. 103, doc. 54. Minas Gerais, 28 de setembro de 1772.

⁵⁰² Requerimento de Manuel Dias de Oliveira, solicitando confirmação de sesmaria de meia légua de terra que possui na paragem chamada vertentes do córrego da Areia e Perdição, na Comarca do Rio das Mortes. AHU – Minas Gerais, cx. 168, doc. 39. Minas Gerais, 24 de outubro de 1803.

e provavelmente sabia como se aproximar do centro de gravidade para facilitar suas demandas individuais.

Por sua vez, João Pinto Coelho, nomeado em 1769 pelo então governador de Minas, o Conde de Valadares, no posto de capitão da 2ª Companhia da Ordenança de Pé dos Homens Pardos Libertos, da Vila do Príncipe, Comarca do Serro do Frio⁵⁰³, anteriormente, no ano de 1754, havia pedido uma autorização para poder levantar um engenho de cana nas paragens da mencionada Comarca⁵⁰⁴, ou seja, o capitão já possuía recursos para erguer um engenho antes mesmo de ocupar um posto importante no oficialato das milícias negras. Portanto, à medida que esses indivíduos cada vez mais abastados e com prestígio social participavam das figurações sociais, a institucionalização das milícias negras ganhava novos contornos e isso também modificava as atuações dos indivíduos na corporação.

José Pereira de Barros, que em 15 de abril 1779 pediu confirmação no posto de capitão de Infantaria Auxiliar da 2ª Companhia dos Homens Pardos Libertos do distrito do arraial de Paracatu⁵⁰⁵, em 18 de março de 1784, solicitou a D. Maria I a mercê de o prover no cargo de advogado nos Auditórios do referido arraial⁵⁰⁶. Como já foi visto com relação aos Mestres de Campo ao longo do século XVIII, muitos desses oficiais das milícias negras possuíam prestígio social e passaram a até mesmo atuar nos órgãos do governo colonial. Essa foi mais uma das conquistas dos grupos de pressão dos africanos e afrodescendentes livres de libertos ao longo do século XVIII e pertence ao processo de mudança de status desses indivíduos no decorrer do tempo no Mundo Atlântico.

Mais um caso também interessante é o de Manuel da Mata Reis, que desde 1783 se encontrava no posto de sargento-mor do Terço de Infantaria Auxiliar dos Homens Pardos Libertos da Vila de São José,⁵⁰⁷ e que em 30 de julho de 1805 aparece em um requerimento solicitando à coroa passaporte para passar a Lisboa; o oficial tinha o intuito de aproveitar a

⁵⁰³ Carta patente passada pelo Conde de Valadares, D. José Luís Meneses, governador das Minas, nomeando a João Pinto Coelho no posto de capitão da 2ª Companhia da Ordenança de Pé dos Homens Pardos Libertos, da Vila do Príncipe, Comarca do Serro do Frio. AHU – Minas Gerais, cx. 95, doc. 47. Arraial do Tejuco, 26 de junho de 1769.

⁵⁰⁴ Requerimento de João Pinto Coelho, pedindo autorização para poder levantar um engenho de cana na Comarca do Serro do Frio. AHU – Minas Gerais, cx. 65, doc. 9. Minas Gerais, 13 de julho de 1754.

⁵⁰⁵ Requerimento de José Pereira de Barros, capitão de Infantaria Auxiliar da 2ª Companhia dos Homens Pardos Libertos do distrito do arraial de Paracatu, solicitando sua confirmação no exercício do referido posto. AHU – Minas Gerais, cx. 114, doc. 37. Minas Gerais, 15 de abril de 1779.

⁵⁰⁶ Requerimento de José Pereira de Barros, capitão e morador no arraial do Paracatu, solicitando a D. Maria- I a mercê de o prover no cargo de advogado nos Auditórios do referido arraial. AHU – Minas Gerais, cx. 121, doc. 31. Minas Gerais, 18 de março de 1784.

⁵⁰⁷ Requerimento de Manuel da Mata Reis, sargento-mor do Terço de Infantaria Auxiliar dos Homens Pardos Libertos da Vila de São José, solicitando a D. Maria- I a mercê de o confirmar no exercício do referido cargo. AHU – Minas Gerais, cx. 120, doc. 33. Minas Gerais, 23 de outubro de 1783.

viagem para cuidar de seus negócios.⁵⁰⁸ O mesmo oficial aparece em outro documento interessante atacando um de seus subordinados. O sargento-mor enviou uma carta ao governador Bernardo José de Lorena para pedir que o tal indivíduo por ele considerado incapaz fosse retirado do posto ao qual ocupava. Na Carta, Mata Reis afirma a Bernardo José que não gostaria de desautorizar um oficial de seu próprio regimento, porém, avisa ao governador que o dito capitão – que ele prefere deixar anônimo da carta – seria extremamente insuficiente em suas ações e totalmente incapaz de exercer as atividades que posto de capitão de um corpo militar requeria. Ademais, afirma na carta que o capitão vendeu todos os uniformes que havia recebido e que além disso pediu emprestado diversos outros uniformes para o seu tenente, que também os consumiu. Mata Reis afirma ainda que o capitão andava cotidianamente embriagado, “achando-se de todo quase nu”.⁵⁰⁹ É interessante notar como o sargento-mor prezava pela organização da instituição e pelo sigilo. Conhecedor do que havia no Mundo Atlântico em termos de disciplina e conduta militar, queria levar para a instituição esse padrão de comportamento por parte do oficialato. Outro fato interessante é que nesse momento não há mais distinção acerca do tipo da tropa, ou seja, com os regimentos e a equiparação aos corpos de primeira linha, não há mais separação entre tropas de brancos e as “não-brancos”. O sargento-mor queria a organização e a disciplina dos oficiais do regimento, não importava se era um regimento de pardos ou não. Todos deveriam se adequar às novas realidades daquele novo momento. Os indivíduos que faziam parte daquele oficialato institucionalizado e regulado, disciplinado, treinado, precisariam ser totalmente capazes de exercer suas funções com excelência.

Como já foi visto, no final do século XVIII, os Mestres de Campo e depois os Coronéis e os oficiais das milícias negras passaram a lidar mais com questões de ordem e manutenção interna da capitania, deixando para outros corpos militares o combate aos *inimigos internos*. Poderiam atuar também contra os *inimigos externos*, quando convocados. Mas, em tempos de paz, cuidavam da administração e da manutenção e ordem. Portanto, assim como Francisco Alexandrino, Manuel da Mata Reis, apesar de ser um sargento-mor, devia também cuidar das questões de segurança interna na capitania. Nesse sentido, em outra carta endereçada ao governador Bernardo José de Lorena, em 20 de abril de 1800, informa a prisão de um sujeito

⁵⁰⁸ Requerimento de Manuel da Mata Reis, morador na Vila de São João Del Rei, solicitando passaporte para passar a Lisboa. AHU – Minas Gerais, cx. 176, doc. 67. Minas Gerais, 30 de julho de 1805.

⁵⁰⁹ Carta do sargento-mor Manuel da Mata Reis a Bernardo José de Lorena sobre a incapacidade do suplicante. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Casa dos Contos. Cx. 152. plan. 21490. doc.1. Vila de São João, 20 de agosto de 1800.

que estaria causando alvoroço em São João Del Rei. Por conta de repetidas queixas de roubos e mortes praticadas por um indivíduo chamado Francisco Antônio, o sargento-mor teria pedido para que um grupo da infantaria de pardos fossem até a chácara onde o tal indivíduo estaria escondido. Quando os soldados chegaram lá, Francisco Antônio foi preso. Contudo, segundo Mata Reis, o suspeito teria dito que aquelas acusações contra ele seriam caluniosas, ou seja, não teria nem roubado muito menos assassinado ninguém. Quanto aos itens que com ele foram encontrados na chácara em que foi preso, Francisco Antônio se defendeu dizendo que era soldado de infantaria, e por isso que possuía tudo aquilo. Por conta disso, Manuel da Mata Reis liberou o soldado, achando aquilo o mais justo a se fazer no momento.⁵¹⁰ Esse tipo de atitude de proteção do sargento-mor para com um soldado passou a ser cada vez mais comum a partir do processo de institucionalização das corporações militares em seus novos padrões modernos. As milícias negras também se enquadram nesse processo e o senso de pertencimento corporativo dos indivíduos era intenso. Não havia uma clara separação entre o indivíduo militar e o indivíduo que circulava em outras instâncias sociais; porém, cada vez mais a instituição militar pesava nas escolhas desses indivíduos, no cotidiano de cada um deles, transformando suas psiquês, seus *habitus sociais* e criando interdependências. Quando Manuel da Mata Reis ouviu o testemunho de Francisco Antônio, percebeu o discurso de um militar, reconheceu a si mesmo, perdoou e ali estava também o peso da corporação que perdoou também Francisco Antônio imediatamente.

O já mencionado João Marinho de Castro, que era tenente-coronel do Regimento de Infantaria Auxiliar dos Homens Pardos do Arraial do Tejuco da Comarca do Serro Frio⁵¹¹, também é um oficial pardo que aparece constantemente, nas fontes consultadas e que vivia trocando correspondências com as autoridades coloniais e executando diversas atividades que o colocam como mais um indivíduo pertencente a uma elite negra e envolto por uma rede dinâmica de interdependência que era bastante eficaz. Em alguns registros, João Marinho de Castro aparece fazendo cobranças relativas à prestação de contas de itens enviados a Goiás,⁵¹² e em outros é visto pedindo às câmaras que julguem mais rapidamente a questão do seu

⁵¹⁰ Carta do sargento-mor Manuel da Mota Reis ao governador Bernardo José de Lorena sobre a confirmação que Manoel Ribeiro está doente. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Casa dos Contos. Cx. 147. plan. 21394. doc. 4. São João Del Rei, 20 de abril de 1800.

⁵¹¹ Carta patente pela qual D. Maria I confirmou João Marinho de Castro no posto de tenente-coronel do Regimento de Infantaria Auxiliar dos Homens Pardos do Arraial do Tejuco, Comarca do Serro Frio. Lisboa, 12 de Maio de 1789, AHU-MG, Cx. 131, D.61.

⁵¹² Carta de João Marinho de Castro a Vicente Vieira da Mota, sobre cobrança feita em Goiás e demora da sentença de João de Sá. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Casa dos Contos. Cx. 98. plan. 20422. doc.1. Arraial do Tejuco, 29 de março de 1784.

subordinado, o capitão João de Sá, que teria dívidas pendentes junto à câmara do Tejuco.⁵¹³ O alcance do militar pardo era tão grande que em outras correspondências, o oficial aparece pedindo ao procurador Vicente Vieira da Mota que toma providências com relação ao pagamento de um de seus oficiais, o tenente Luís José, por conta de seus serviços prestados.⁵¹⁴ João Marinho de Castro, que de alferes passou a tenente-coronel, foi um exemplo de indivíduo que subiu nas posições hierárquicas das milícias negras e usou do seu posto militar para adquirir cada vez mais prestígio social e se tornar um articulador e administrador até mesmo das questões econômicas que existiam em sua tropa. O pardo era responsável até mesmo pela realização de empréstimos aos seus oficiais, desde que estes fizessem um documento alegando a promessa de pagar a dívida em determinada data futura.⁵¹⁵ O sargento-mor, que já havia sido um alferes, ou seja, havia subido na hierarquia militar das milícias negras, é um exemplo de como o oficialato de africanos e afrodescendentes livres e libertos de Minas Gerais no século XVIII seguiu processos históricos específicos que tiveram relação intrínseca com a institucionalização desses corpos militares e com a mudança de status desses indivíduos no Mundo Atlântico ao longo desse século. João Marinho de Castro pertencia a uma elite negra, assim como Francisco Alexandrino, e a partir da instituição militar ele podia transitar por entre várias figurações sociais e elevar seu status e seu prestígio social.

Quando foi dito aqui a respeito de os Mestres de Campo das Minas Setecentistas serem uma das chaves para se compreender certas lacunas e enigmas a respeito das milícias negras e também outras dúvidas sobre corpos militares mineiros do mesmo período, o que se quis propor foi que num primeiro momento, no início do século, as milícias negras estiveram mais ligadas ao cativo e aos seus senhores, atuando em tropas consideradas informais comandadas por esses Mestres de Campo como Manuel Nunes Viana, por exemplo. Havia também milícias negras voltadas para o ataque aos quilombos e aos indígenas hostis, que eram formadas por esquadras de homens do mato, lideradas por Capitães do Mato. Essas milícias eram também formadas por indivíduos também muito próximos do cativo, mas que já estavam na condição de libertos ou livres. No início do século também já havia algumas tropas formadas por

⁵¹³ Carta de João Marinho de Castro a Vicente Vieira da Mota sobre o recebimento e envio dos documentos sobre de cobrança da dívida do capitão João de Sá pendente na Câmara. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Casa dos Contos. Cx. 98. plan. 20423. doc. 2. Arraial do Tejuco, 06 de fevereiro de 1784.

⁵¹⁴ Carta de João Marinho de Castro a Vicente Vieira da Mota sobre o pagamento dos serviços prestados pelo tenente Luís José. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Casa dos Contos. Cx. 98. plan. 20423. doc. 1. Arraial do Tejuco, 29 de março de 1784.

⁵¹⁵ Promessa de pagamento feita por João Carneiro da Silva e companhia ao alferes João Marinho de Castro referente ao empréstimo de quantia. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Casa dos Contos. Cx. 79. plan. 20108. doc.1. Arraial do Tejuco, 26 de maio de 1785.

africanos e afrodescendentes livres e libertos que não estavam ligadas nem a esses escravizados nem às esquadras dos homens do mato. Eram corpos de ordenança de pretos e pardos ou auxiliares, mas não seguiam piamente a legislação portuguesa, uma vez que, como já foi visto, desde o início do século em Minas Gerais o que mais ocorria em relação aos corpos militares eram adaptações, a exemplo dos Mestres de Campo atuando nos corpos de ordenança. No correr do século, com as transformações da capitania e as novas demandas defensivas, tanto por conta dos chamados *inimigos internos* como os *inimigos externos*, foi preciso reorganizar os exércitos no Novo Mundo. Mesmo assim, como já foi visto, as estruturas antigas simplesmente não foram rapidamente substituídas por novas, mas conviveram com as novas estruturas criadas até que as antigas aos poucos foram muitas vezes se tornando obsoletas ou foram extintas aos poucos. É por isso que, como foi visto também, Companhias de Ordenança de Pé logo se transformaram em Companhias Francas para depois serem elevadas para Regimentos, quando aí então houve uma total padronização dos corpos militares na América portuguesa. De certa forma, todo aquele poder individual que os Mestres de Campo possuíam no início do século XVIII em Minas Gerais serviram como um tipo de exemplo a seguir por parte do oficialato negro mineiro, e não apenas por parte de seus Mestres de Campo como Francisco Alexandrino e Joaquim Pereira da Silva, mas por tantos outros aqui citados, os “outros Franciscos Alexandrinos”, que atuavam, de certa forma, como Mestres de Campo em suas figurações sociais. Outros indivíduos transitavam em torno desses oficiais, consideravam-nos como exemplos de conduta, padrões, exemplos a se seguir. Pertenciam a uma elite negra que pressionava o nível superior da sociedade simplesmente por seguir padrões de conduta que não eram comuns para indivíduos africanos e afrodescendentes livres e libertos em uma sociedade escravista. Aquela distinção que os separava de outros indivíduos os fazia como polos que magnetizavam muito poder, que conseguiam reter e mudar o equilíbrio instável de suas figurações sociais. Porém, esses indivíduos eram extremamente dependentes dessas teias sociais, estavam amarradas a elas e por isso a elas precisavam doar toda a sua vida. Assim, as milícias negras nas Minas Setecentistas devem ser percebidas como formadas por um processo longo relacionado com indivíduos e sociedade em transformação intensa e em conexão por teias de interdependência que ligavam esses corpos militares com processos sociais muito maiores, que iam do Mundo Atlântico a outras regiões do mundo no período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese tratou das milícias negras em Minas Gerais no século XVIII. A sentença anterior pode ser destrinchada em várias partes. Uma tese é uma pesquisa extensa, que necessita de fontes, muito estudo, muito tempo, incentivo, justificativa, objetivos e bastante trabalho. Ela deve ser pautada pela ciência e deve estar ligada a uma instituição que dê os devidos respaldos legais para a sua elaboração e também precisa passar por uma banca que a precisa avaliar para ver se ela está de acordo com os critérios de um trabalho acadêmico aos moldes de um texto que dê a um autor o título de doutor. Esta tese, acredita o autor deste trabalho, conseguiu atingir esses objetivos, mesmo com vários desafios. A tese surgiu de uma pesquisa iniciada em 2006, que se desenvolveu por vários anos, encaminhando-se por uma iniciação científica, passando por um intercâmbio em Winston-Salem, nos Estados Unidos, em 2007, chegando em uma monografia em 2008, indo para um projeto de mestrado, que acabou em uma dissertação, defendida em 2012. Quase dez anos depois, após muitos percalços e em meio a uma pandemia, a pesquisa finalmente se transforma em uma tese. Em 2021, uma mente um pouco mais madura, com mais teorias, um pouco mais analítica, um pouco mais organizada, consegue compreender melhor alguns elementos que deixou para trás em 2012. As fontes, as teorias, os objetivos, a historiografia, a justificativa, tudo se tornou um pouco mais inteligível quase dez anos depois, e as milícias negras se tornaram mais compreensíveis ao pesquisador.

As milícias negras são um conceito abrangente. Elas são indivíduos e sociedade. Militares e súditos. Cativos, livres e libertos. A palavra “milícia”, isolada e no singular, não tem o mesmo significado de “milícias negras”, no plural em conexão. As milícias são negras e negras são as milícias desta tese, ou seja, não podem ser separadas umas das outras, desconectadas, pois formam um conceito coeso e coerente, que são amplos e abertos. As milícias negras analisadas nesta tese são aquelas que existiram em Minas Gerais no século XVIII, mas havia milícias negras em várias partes do Mundo Atlântico. Elas também estavam conectadas com as milícias negras mineiras. As milícias eram negras por terem sido formadas por africanos e afrodescendentes cativos, livres e libertos no Mundo Atlântico. No caso mineiro, as primeiras milícias negras eram formadas por tropas informais comandadas por Mestres de Campo, além de outros corpos militares dispersos pelo território daquilo que seria Minas Gerais ao longo do século XVIII. Além disso, havia também as esquadras do mato comandadas por Capitães do Mato, que também pertenciam ao longo processo de gênese e de institucionalização das milícias negras na capitania. Esse processo de gênese e de institucionalização estava conectado às dinâmicas da própria capitania mineira e suas estruturas econômicas e sociais,

suas ligações com o tráfico e com a escravidão, a produção aurífera, a produção agrícola e agropecuária, a ligação com outras partes da América portuguesa e conexões até mesmo com outras partes do Mundo Atlântico.

Minas Gerais nasceu às vésperas do século XVIII. Aquele território inóspito, que era considerado um sertão onde os paulistas faziam apresamento de indígenas, de repente passou a ser povoado aos poucos por conta da descoberta do ouro. Em pouco tempo, tornou-se um território disputado por muita gente de várias partes da América portuguesa. Os primeiros anos de povoamento foram terríveis, e depois teve a guerra entre grupos rivais, que a historiografia denominou de Guerra dos Emboabas. O conflito foi um dos primeiros em que apareceu o poder das milícias negras, com a figura do Mestre de Campo Manuel Nunes Viana, que utilizava deste tipo de tropa para se sobressair diante de seus adversários. Na primeira metade do século, os Mestres de Campo estiveram presentes da capitania com suas milícias negras atuando como indivíduos que levavam os ideais da coroa por onde passavam. Adquiriam prestígio em troca de poder pessoal. Após a tal Guerra, porém, a coroa passou a se instalar na região, que foi separada do Rio de Janeiro em 1709, e, posteriormente, em 1720, separada também de São Paulo para se tornar Minas Gerais, uma nova capitania. A partir de então, o aparato burocrático e administrativo passou a ser instalado em toda a capitania junto com toda a presença mais constante da coroa, que precisava fiscalizar aquela região responsável pela produção do seu bem mais precioso no momento: o ouro.

A população passou a aumentar cada vez mais na capitania, assim como o tráfico de escravos para a região atingiu níveis cada vez maiores. Viver em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII era conviver também, por um lado, com o conflito, com a guerra constante com indígenas hostis, uma vez que aquele território ainda estava sendo explorado, e também conviver com africanos escravizados que trabalhavam na produção aurífera. A população escrava mineira era cada vez maior ao longo do século, assim como o número de escravizados que acabavam fugindo e paravam nos quilombos, que eram o terror das autoridades mineiras. Havia o risco da formação de novas comunidades como Palmares, que havia causado problemas em Pernambuco e na Bahia. Minas Gerais poderia chegar naquele nível diante do grande número de africanos que havia naquela região por conta da demanda pela produção aurífera. Por isso, cada vez mais havia a formação de milícias negras formais e informais. As formais eram aquelas dispersas em corpos de ordenanças e outras tropas pouco reguladas e que não aparecem tanto na documentação. Também havia os já mencionados Capitães do Mato, responsáveis por prender esses negros fugidos e também enfrentar os indígenas hostis. Os Capitães do Mato não agiam sozinhos, mas comandavam esquadras do

mato e recebiam patentes militares. Havia também as tropas informais dos Mestres de Campo, que embora possuísem patentes, também utilizavam seus cativos como corpos militares particulares, ou seja, milícias negras que atuavam prestando serviços para esses senhores poderosos em suas figurações sociais. Até a metade do século XVIII, esses corpos militares enfrentavam os *inimigos internos* da capitania.

Na segunda metade do século, eventos no Mundo Atlântico mudaram os rumos das milícias negras em Minas Gerais. Após a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), novas políticas envolvendo a organização militar portuguesa começaram a ser desenvolvidas pela coroa em todos os seus domínios. Houve uma tentativa de modernização da guerra, das defesas e dos exércitos portugueses, que se inspiravam nos Estados mais desenvolvidos nesses quesitos no Mundo Atlântico. A coroa passou a perceber que a sua própria população colonial poderia ser responsável pela sua defesa militar, e para isso não poderia mais distinguir seus indivíduos livres e libertos do gênero masculino em termos de condição e etnia. Todos, sem exceção deveriam ser alistados, caso pudessem pegar em armas. Era isso que dizia a Carta Régia de 1766. A partir de então, as ordens da coroa era para que se formassem corpos militares auxiliares que incorporassem indivíduos de várias camadas sociais, incluindo os africanos e afrodescendentes livres e libertos, sem exceção, formando companhias, como as francesas, e Terços, a exemplo das tropas castelhanas. Não demorou muito para que algumas câmaras mineiras reclamassem acerca dessas novas tropas que estavam sendo formadas e lideradas por negros:

pobreza e a dependência para com os brancos é que contém alguns deles na paz necessária para a nossa conservação e do Estado; porém, como se formaram todos em companhias, dando-se-lhes oficiais das mesmas castas, justamente se deve que o livre uso das armas os fez atrevidos e poderosos, e que chegará o tempo em que unindo-se aos escravos, seus semelhantes, rompam em algum excesso, disputando-nos o domicílio.⁵¹⁶

Porém, todo processo de sociogênese é conturbado e causa tensões sociais. Ele caminhou ao mesmo tempo em que a institucionalização das milícias negras mineiras ganhava contornos ao longo da segunda metade do século XVIII. À medida que grupos de pressão reivindicavam direitos para africanos e afrodescendentes no Mundo Atlântico, ocorriam também esses movimentos na América portuguesa, o que demonstra uma intensa conexão entre

⁵¹⁶ Representação dos oficiais da Câmara da Vila de São João del Rei, dirigida a D. José I, solicitando providências cautelares no sentido de evitar possíveis levantamentos por parte dos mulatos e escravos pretos. AHU – Minas Gerais, cx. 107, doc. 27. Minas, 30 de julho de 1774.

esses eventos e o que acontecia em Minas Gerais, o que, sem dúvida, está relacionado também com a mudança de status dos africanos e afrodescendentes livres e libertos no Mundo Atlântico.

O século XVIII foi o século por excelência das transformações. Por muito tempo a historiografia o denominou como “o século das luzes”. O chamado iluminismo ou ilustração. Hoje a historiografia tem revisto tais ideias e percebido que na realidade o que havia era muita disputa política entre vários grupos que procuravam pautar suas reivindicações e seus interesses e que disputavam posições no interior dos Estados e em figurações sociais diversas. Esta tese trata do século XVIII, mas ela se inicia em 1695 e se encerra em 1802, ano que marca o já discutido alvará de 17 de dezembro de 1802. Os novos ares já se apresentam nas fontes muito antes, assim como o século XVIII já pode ser percebido em 1695, quando as primeiras jazidas são encontradas naquele terreno inóspito do sertão que seria posteriormente Minas Gerais. Na segunda metade do século, houve uma certa aceleração de processos, de modo que em pouco tempo as milícias negras após a carta régia de 1766 passaram a estar cada vez mais reguladas e atuando na capitania com um oficialato formado por indivíduos pardos. Ali a sociogênese passou a impactar ainda mais na sociedade mineira, à medida que a institucionalização se consolidou. Surgiram indivíduos como Francisco Alexandrino, um Mestre de Campo que pertencia a uma elite negra mineira, muito abastado, senhor de escravos, que possuía grande prestígio em Vila Rica, conexões com irmandades. Posteriormente, Francisco Alexandrino se tornaria o coronel do Regimento de Pardos de Vila Rica. Ele é só um dos exemplos de vários indivíduos que passaram a surgir na sociedade mineira em fins do século XVIII, quando já estava consolidado o processo de institucionalização e de sociogênese das milícias negras. A mudança de status dos africanos e afrodescendentes livres e libertos pode ser percebida a partir da figura de Francisco Alexandrino também. Ele, e muitos outros que foram citados nesta tese, representam indivíduos que estavam conectados em redes de interdependência com vários outros indivíduos de várias camadas sociais que orbitavam em seu entorno. Esse Mestre de Campo, de certa forma, era a representação dos Mestres de Campo do início do século, mas com sinal trocado. Agora não mais um homem branco vindo de Portugal, mas um homem pardo que tinha um passado ligado à escravidão. Porém, um indivíduo que possuía características semelhantes aos seus antecessores. Ele também servia a coroa, mas diferentemente daqueles outros Mestres de Campo do início do século, tinha conexão com seus pares de mesma cor e etnia. Francisco Alexandrino pertencia a uma elite negra mineira, era militar e possuía conexões com homens importantes do governo e do Mundo Atlântico. Não havia possibilidades maiores para um pardo naquela sociedade escravista naquela passagem do século XVIII para o século XIX. Francisco Alexandrino havia chegado no topo de sua carreira.

Uma tese não é um fim. Uma tese é uma obra aberta. Dela podem surgir outros trabalhos sempre. Há sempre lacunas, pontos importantes que não foram devidamente abordados. Cada item aqui que não foi explorado com veemência pode ser pego por um outro pesquisador e pode ser transformado em uma nova pesquisa. A abordagem desta tese foi eliasiana, ou seja, não acredita que a individualidade deve encerrar ciclos, mas percebe que o indivíduo é aberto à coletividade. O indivíduo não está isolado em si mesmo nunca. Ele está conectado à sociedade e a sociedade está conectado a ele. Esta tese seria completamente diferente em outro momento que não fosse o ano de 2021, um ano marcado por uma pandemia e que os indivíduos percebem o isolamento como um cárcere privado. Porém, mesmo em isolamento os indivíduos não estão isolados. A tese não é isolada, mesmo sendo ela um trabalho isolado. Ela conversa com o passado, com o presente e com o futuro. A tese respeita as pessoas que estiveram aqui antes dela e respeitará também aqueles que vierem depois dela para a ultrapassarem em argumentos e em novos posicionamentos. Assim, individualmente e coletivamente, sem dicotomias, a tese contribui para a ciência histórica.

REFERÊNCIAS

Fontes Manuscritas

Carta (cópia) do Marquês do Lavradio, Luís de Vasconcelos e Sousa, vice-rei do Brasil, informando o governador de Minas, D. Antônio de Noronha, acerca das distinções conferidas aos soldados que mais se evidenciaram contra os castelhanos no sul do Brasil. AHU – Minas Gerais, cx. 110, doc. 37. Minas, 19 de outubro de 1776.

Carta de D. Antônio de Noronha, governador de Minas, informando Martinho de Mello e Castro, secretário de Estado, entre outros assuntos, sobre a necessidade que tem em conservar a mesma praça que deixou em Campo Maior. AHU – Minas Gerais, cx. 108, doc. 31. Minas, 14 de junho de 1775.

Carta de D. Antônio de Noronha, governador de Minas, informando Martinho de Melo e Castro sobre a sua chegada a Vila Rica, assim como sobre as medidas que tem tomado no sentido de reorganizar os corpos militares da referida capitania. AHU – Minas Gerais, cx. 108, doc. 32. Minas, 14 de junho de 1775.

Carta de Francisco Alexandrino aos oficiais da Câmara de Vila Rica sobre a disposição da infantaria para a procissão de Corpus Christi. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Casa dos Contos Cx. 95. planilha 20385. doc. 4. Vila Rica, 23 de maio de 1769.

Carta de João Marinho de Castro a João Rodrigues de Macedo sobre o pedido de acolher Joaquim Evaristo. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Casa dos Contos. Cx. 52. plan. 30390. doc. 1. Arraial do Tejuco, 30 de abril de 1798.

Carta de João Marinho de Castro a Vicente Vieira da Mota sobre o recebimento e envio dos documentos sobre de cobrança da dívida do capitão João de Sá pendente na Câmara. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Casa dos Contos. Cx. 98. plan. 20423. doc. 2. Arraial do Tejuco, 06 de fevereiro de 1784.

Carta de João Marinho de Castro a Vicente Vieira da Mota sobre o pagamento dos serviços prestados pelo tenente Luís José. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Casa dos Contos. Cx. 98. plan. 20423. doc. 1. Arraial do Tejuco, 29 de março de 1784.

Carta de João Marinho de Castro a Vicente Vieira da Mota, sobre cobrança feita em Goiás e demora da sentença de João de Sá. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Casa dos Contos. Cx. 98. plan. 20422. doc.1. Arraial do Tejuco, 29 de março de 1784.

Carta de Luís da Cunha Menezes, governador de Minas Gerais, para Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Ultramar, dando conta do estado dos diversos corpos militares e remetendo um mapa referente aos mesmos. Mapa dos Regimentos de Cavalaria, Infantaria e Terços Auxiliares de homens brancos, pardos e pretos de Minas Gerais. AHU – MG, cx. 126, doc. 15. Vila Rica, 1 de fevereiro de 1787.

Carta de Luís Diogo Lobo da Silva, governador das Minas, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a reação das Câmaras e de alguns comandantes das tropas das ordenanças auxiliares às ordens da Carta Régia de 22.03.1766, respeitante ao abastecimento de um corpo de tropas de milícias para expedição quando necessário. AHU – Minas Gerais, cx. 88, doc. 36. Vila Rica, 4 de outubro de 1766.

Carta de Luís Diogo Lobo da Silva, governador das Minas, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a reação das Câmaras e de alguns comandantes das tropas das ordenanças auxiliares às ordens da Carta Régia de 22.03.1766, respeitante ao abastecimento

de um corpo de tropas de milícias para expedição quando necessário. AHU – Minas Gerais, cx. 88, doc. 36. Vila Rica, 4 de outubro de 1766.

Carta de Luís Diogo Lobo da Silva, governador das Minas, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a reação das Câmaras e de alguns comandantes das tropas das ordenanças auxiliares às ordens da Carta Régia de 22.03.1766, respeitante ao abastecimento de um corpo de tropas de milícias para expedição quando necessário. AHU – Minas Gerais, cx. 88, doc. 36. Vila Rica, 4 de outubro de 1766.

Carta do meirinho do campo Francisco Alexandrino sobre a fuga de presos da cadeia da Vila. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Casa dos Contos. Cx. 150. Planilha 21441. doc. 1. Vila Rica, 31 de janeiro de 1782.

Carta do sargento-mor Manuel da Mata Reis a Bernardo José de Lorena sobre a incapacidade do suplicante. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Casa dos Contos. Cx. 152. plan. 21490. doc.1. Vila de São João, 20 de agosto de 1800.

Carta do sargento-mor Manuel da Mota Reis ao governador Bernardo José de Lorena sobre a confirmação que Manoel Ribeiro está doente. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Casa dos Contos. Cx. 147. plan. 21394. doc. 4. São João Del Rei, 20 de abril de 1800.

Carta patente passada pelo Conde de Valadares, D. José Luís Meneses, governador das Minas, nomeando a João Pinto Coelho no posto de capitão da 2ª Companhia da Ordenança de Pé dos Homens Pardos Libertos, da Vila do Príncipe, Comarca do Serro do Frio. AHU – Minas Gerais, cx. 95, doc. 47. Arraial do Tejuco, 26 de junho de 1769.

Carta patente passada por d. José I, fazendo mercê a José Inácio Marçal Coutinho, homem preto, do posto de capitão do mato, para ter exercício nas Minas Gerais. Lisboa, 21 de março de 1765. AHU-MG, cx. 85, doc. 40.

Carta patente pela qual D. Maria I confirmou João Marinho de Castro no posto de tenente-coronel do Regimento de Infantaria Auxiliar dos Homens Pardos do Arraial do Tejuco, Comarca do Serro Frio. Lisboa, 12 de Maio de 1789, AHU-MG, Cx. 131, D.61.

Carta Régia de 7 de janeiro de 1645. Criação de Soldados Auxiliares”. In: SILVA, José Justino de Andrade e. *Collecção Chronologica da legislação portugueza (1640-1647)*. Lisboa: Impensa de F. X. de Souza, 1856, p. 271-272.

Carta régia de D. José, ordenando ao Conde da Cunha, vice-rei do Brasil, para que mande alistar, sem exceção, todos os moradores em estado de poderem servir nas Tropas Auxiliares e Ordenanças de Cavalaria e Infantaria. AHU – MG, cx. 85, doc. 42. Lisboa, 22 de março de 1766.

Carta Régia de Escrita em Lisboa em 24 de julho de 1711 em Lisboa pelo Rei Miguel Carlos. IHGB, Avisos, Provisões, Lata 100, doc.2, fl. 2v; BNRJMS, Colleção Sumária, 1,2,6, n. 1.

Decreto de D. José I nomeando D. Antônio de Noronha como governador e capitão-general da capitania de minas. AHU – Minas Gerais, cx. 107, doc. 69. Minas, 13 de dezembro de 1774.

Decreto de d. José I, fazendo mercê a José Inácio Marçal Coutinho, homem preto, do posto de capitão do mato, para ter exercício nas Minas Gerais. Lisboa, 2 de janeiro de 1765. AHU-MG, cx. 85, doc. 1.

Livro para matrícula e registro das esquadras dos capitães do mato. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Câmara Municipal de Sabará, Rolo 10. planilhas 00001 a 00058. Vila Rica, 1788. Essa documentação apresenta listas com os nomes de inúmeros

afrodescendentes que pertenciam às esquadras do mato e que eram liderados pelos capitães do mato em 1788 na capitania de Minas Gerais.

Livro segundo das cartas que o Ill.mo e Ex.mo Sr. D. Antônio de Noronha, Capitão General da Capitania de Minas Gerais escreveu durante o seu governo que teve princípio em 20 de maio de 1776. BIBLIOTECA NACIONAL. Códice, 02, 02, 024, n. 41, 1776, pg. 81.

Livro segundo das cartas que o Ill.mo e Ex.mo Sr. D. Antônio de Noronha, Capitão General da Capitania de Minas Gerais escreveu durante o seu governo que teve princípio em 20 de maio de 1776 (manuscritos). BIBLIOTECA NACIONAL. Códice, 02, 02, 024., N. 75., 1776, p. 122-124.

Livro segundo das cartas que o Ill.mo e Ex.mo Sr. D. Antônio de Noronha, Capitão General da Capitania de Minas Gerais escreveu durante o seu governo que teve princípio em 20 de maio de 1776, (Códice, 02, 02, 024). BIBLIOTECA NACIONAL. N. 40, 1776, pg. 81.

Livro terceiro das cartas que recebeu o illustríssimo Senhor D. Antônio de Noronha. Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais, que teve princípio em 28 de maio de 1775. BIBLIOTECA NACIONAL. Códice, 19, 3, 39, n. 87, 1775, p. 103.

Mapa de toda Infantaria, Artilharia paga e Auxiliares de pé e cavalo, Pardos, Henriques, e Ordenanças de pé, Índios e Quinto de Negros Cativos que constituem as forças e defesa da Capitania de Pernambuco. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Divisão de Manuscritos. Mapas Estatísticos da Capitania de Pernambuco. 3, 1, 38, fl. 03.

Mapa dos Regimentos de Infantaria de Milícias da Capitania de Minas Gerais, formados posteriormente aos que criou o Governador e Capitão-General Conde de Valadares em observância da Carta Régia de 1766. Mapa do ano de 1799. Carta (1ª via) de Bernardo José de Lorena, governador das Minas, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, enviando os mapas das tropas pagas e milicianas da Capitania das Minas, de 1799. AHU – MG, cx. 154, doc. 41. Vila Rica, 15 de outubro de 1800.

Mapa geral de fogos, filhos, filhas, escravos e escravas, pardos forros e pretos forros, agregados, clérigos, almas, freguesias, vigários, com declaração do que pertence a cada termo e total, e geral de toda a Capitania de Minas Gerais, tirado no ano de 1767.- AHU/MAMG, cx.93, doc.58

Mapa geral dos Regimentos da Cavalaria Auxiliar, Corpos da Ordenança dos Brancos, Pardos e Pretos libertos de que se compõem as Milícias das Comarcas pertencentes ao Governo de Minas Gerais, com declaração da metade da dita Cavalaria e 3º das Ordenanças. Carta de Luís Diogo Lobo da Silva, governador das Minas, para D. José-I, remetendo mapas da composição das Milícias das Minas Gerais. AHU – MG, cx. 85, doc. 66. Vila Rica, 8 de agosto de 1765.

Promessa de pagamento feita por João Carneiro da Silva e companhia ao alferes João Marinho de Castro referente ao empréstimo de quantia. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Casa dos Contos. Cx. 79. plan. 20108. doc.1. Arraial do Tejuco, 26 de maio de 1785.

Registro do livro de receita e despesa referente ao recebimento de caixas de guerra prontas, feito pelo coronel de milícias Francisco Alexandrino ao almoxarife Manuel Antônio de Carvalho. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Casa dos Contos. Cx. 123. Plan. 20913. doc. 1. Vila Rica, 8 de outubro de 1799.

Relação dos Terços e Companhias de Homens Pardos e Pretos que existem nas Comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes. Carta de D. Antônio de Noronha, governador de Minas, informando Martinho de Melo e Castro sobre a sua chegada a Vila Rica, assim como sobre as

medidas que tem tomado no sentido de reorganizar os corpos militares da referida Capitania. AHU – MG, cx. 108, doc. 32. Vila Rica, 14 de junho de 1775.

Representação dos oficiais da Câmara da Vila de São João del Rei, dirigida a D. José I, solicitando providências cautelares no sentido de evitar possíveis levantamentos por parte dos mulatos e escravos pretos. AHU – Minas Gerais, cx. 107, doc. 27. Minas, 30 de julho de 1774.

Requerimento de António da Costa Guimarães, capitão da 1ª Companhia da Ordenança de Pé dos Homens Pardos Libertos da cidade de Mariana, solicitando a D. José-I a mercê de o confirmar no referido cargo. AHU – Minas Gerais, cx. 98, doc. 27. Minas Gerais, 21 de julho de 1770.

Requerimento de António da Costa Guimarães, sargento-mor e comandante das Companhias Francas dos Homens Pardos Libertos do termo da cidade de Mariana, pedindo sua confirmação no exercício do referido posto. AHU – Minas Gerais, cx. 112, doc. 24. Minas Gerais, 11 de fevereiro de 1778.

Requerimento de António Leite da Silva, capitão de uma das companhias dos Homens Pardos Libertos do Terço de Infantaria Auxiliar do termo de Vila Rica, solicitando a D. José-I a mercê de o confirmar no exercício do referido cargo. AHU – Minas Gerais, cmd. 63254. Minas Gerais, 1770.

Requerimento de António Leite da Silva, pedindo confirmação de sesmaria de meia légua de terra que possui na paragem chamada Bom Jardim e Palmeira, termo da Vila Real do Sabará. AHU – Minas Gerais, cx. 108, doc. 27. Minas Gerais, 17 de maio de 1775.

Requerimento de Francisco Alexandrino. AHU – Minas Gerais. Cx. 90. Doc. 46. Vila Rica, 20, de maio de 1767.

Requerimento de João Pinto Coelho, pedindo autorização para poder levantar um engenho de cana na Comarca do Serro do Frio. AHU – Minas Gerais, cx. 65, doc. 9. Minas Gerais, 13 de julho de 1754.

Requerimento de José Inácio Marçal Coutinho, assistente na cidade de Vila Rica do Ouro Preto, solicitando a promoção no posto de capitão-mor da referida Vila. S/l, 20 de abril de 1762. AHU-MG, cx. 80, doc. 26.

Requerimento de José Pereira de Barros, capitão de Infantaria Auxiliar da 2ª Companhia dos Homens Pardos Libertos do distrito do arraial de Paracatu, solicitando sua confirmação no exercício do referido posto. AHU – Minas Gerais, cx. 114, doc. 37. Minas Gerais, 15 de abril de 1779.

Requerimento de José Pereira de Barros, capitão e morador no arraial do Paracatu, solicitando a D. Maria-I a mercê de o prover no cargo de advogado nos Auditórios do referido arraial. AHU – Minas Gerais, cx. 121, doc. 31. Minas Gerais, 18 de março de 1784.

Requerimento de Manuel da Mata Reis, morador na Vila de São João Del Rei, solicitando passaporte para passar a Lisboa. AHU – Minas Gerais, cx. 176, doc. 67. Minas Gerais, 30 de julho de 1805.

Requerimento de Manuel da Mata Reis, sargento-mor do Terço de Infantaria Auxiliar dos Homens Pardos Libertos da Vila de São José, solicitando a D. Maria-I a mercê de o confirmar no exercício do referido cargo. AHU – Minas Gerais, cx. 120, doc. 33. Minas Gerais, 23 de outubro de 1783.

Requerimento de Manuel Dias de Oliveira, capitão da Ordenança de Pé dos Homens Pardos Libertos do distrito da Lage, da freguesia da Vila de São José do Rio das Mortes, solicitando a

D.José-I a mercê de o confirmar no exercício do referido cargo. AHU – Minas Gerais, cx. 103, doc. 54. Minas Gerais, 28 de setembro de 1772.

Requerimento de Manuel Dias de Oliveira, solicitando confirmação de sesmária de meia légua de terra que possui na paragem chamada vertentes do córrego da Areia e Perdição, na Comarca do Rio das Mortes. AHU – Minas Gerais, cx. 168, doc. 39. Minas Gerais, 24 de outubro de 1803.

Requerimento de Paulo Barbosa Vilar, Capitão da Companhia da Ordenança de Pé dos Homens Pardos Libertos do distrito do Morro Vermelho, no Termo da Vila Nova da Rainha, pedindo sua confirmação no exercício do referido posto. Sem local, 5 de fevereiro de 1773. AHU-MG, Cx. 104, doc. 28.

Requerimento do capitão da Companhia de Ordenanças de Cavalaria do distrito da Borda do Campo nas Minas Gerais, Manoel Lopes de Oliveira, ao rei [D. José], solicitando licença para erigir um engenho para refundir cobre velho, e que por tempo de dez anos não se erija outro semelhante. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1760. AHU-Rio de Janeiro, cx.69, doc. 13.

Requerimento do pe. António Carneiro Leão, do alferes Cipriano Correia da Costa, de Manuel de Figueiredo de Sá e Silva, do pe. António Pereira Henriques e de António da Costa Guimarães, presos na cadeia da Vila do Sabará e de outros moradores da mesma Vila, solicitando a D.José-I que os ponha em liberdade por se acharem inocentes das acusações feitas pelo ouvidor. AHU – Minas Gerais, cx. 105, doc. 76. Minas Gerais, 1773.

Requerimento dos crioulos pretos e mestiços forros, moradores em Minas, pedindo a d. José I a concessão de privilégios vários, dentre eles o de poderem ser arregimentados e gozarem do tratamento e honra de que gozam os homens pretos de Pernambuco, Bahia e São Tomé. *AHU-MG*, cx. 69, doc. 5, 1756.

Fontes Impressas

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. p. 77.

CÓDICE COSTA MATOSO. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto*. Coord. Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Coleção Mineiriana, 2 v., 1999. p. 230.

COELHO, J.J.T. *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais (1780)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994, p. 157.

DISCURSO histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720. (Estudo crítico, estabelecimento do texto e notas: Laura de Mello e Souza) Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Biblioteca Nacional. Volume 71. Carta que se escreveu ao Conde de Assumar, Governador das Minas. Bahia, 22 de março de 1719. p. 54. O autor foi o Conde do Viemeiro, vice-rei do Brasil.

DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E COSTUMES DE SÃO PAULO (D.I.) São Paulo: Arquivo do Estado, 1902, Volume XXIII, p. 101.

Para o Capitão Mor Antonio Correya Pinto, das Lages. *DOCUMENTOS INTERESSANTES*. Vol. LXXVIII, p. 204. São Paulo, 2 de junho de 1777.

Para o Coronel Manoel Mexia Leite, de Porto Alegre. *DOCUMENTOS INTERESSANTES*. Vol. LXXVIII, p. 58. São Paulo, 15 de abril de 1777; Cf. Para o Sargento Mor Francisco José Monteiro, de Paranaguá. *DI*. Vol. LXXVIII, p. 106. São Paulo, 23 de abril de 1777.

Para o Sargento Mor Lucas de Siqueira Franco, da Atibaya. *DOCUMENTOS INTERESSANTES*. Vol. LXXVIII, p. 48. São Paulo, 12 de abril de 1777.

Para o Sargento Mor Lucas de Siqueira Franco, da Atibaya. *DOCUMENTOS INTERESSANTES*. Vol. LXXVIII, p. 134. São Paulo, 3 de maio de 1777.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (RAPM), Belo Horizonte: Imprensa Oficial, Ano XXVI, 1975, p. 223-4.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO 2: 511. Apud: CARRARA, Ângelo Alves. Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais 1674-1807). Rio de Janeiro, 1997, p.65.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, ANO II, VOLUME, II. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1897. Regimento dos Capitães do Mato de 17 de dezembro de 1722, p. 389.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. VOL. VI. Belo Horizonte, 1959. Quilombos em Minas Gerais (Documentos esparsos). Vila Rica, 2 de maio de 1742, códice n. 69, fls. 33V, p. 437.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. VOL. VI. Belo Horizonte, 1959. Quilombos em Minas Gerais (Documentos esparsos). Carta de José Antônio Freire de Andrade. Vila Rica, códice n. 86, maço 25. p. 438-439.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. VOL. VI. Belo Horizonte, 1959. Quilombos em Minas Gerais (Documentos esparsos). Carta de José Antônio Freire de Andrade. Arraial da Gouveia, 11 de janeiro de 1753, códice n. 69, fls. 98, p. 442.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. VOL. VI. Belo Horizonte, 1959. Quilombos em Minas Gerais (Documentos esparsos). Carta de José Antônio Freire de Andrade ao capitão mor Antonio Ramos dos Reis. Vila Rica, 15 de abril de 1755, códice n. 107, fls. 178v, p. 444.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. VOL. VI. Belo Horizonte, 1959. Quilombos em Minas Gerais (Documentos esparsos). Carta de José Antônio Freire de Andrade ao cabo de esquadra Manoel Lopes Saraiva. Vila Rica, 28 de outubro de 1755, códice n. 69, fls. 144V, p. 445.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. VOL. VI. Belo Horizonte, 1959, p. 446-447.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goyaz*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

Obras Consultadas

ALDEN, D. O período final do Brasil Colônia (1750 – 1808). In: BETHEL, Leslie (Org.). *América Latina Colonial*. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. *Royal Government in Colonial Brazil – with special reference to the administration of the marquis of Lavradio, viceroy, 1769-1779*. Berkeley/Los Angeles, 1968.

_____. The population of Brazil in the late eighteenth century: a preliminary study. *Hispanic American Historical Review*, v. 43, n. 2, p. 173-205, 1963.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. De Vila Rica ao Rio das Mortes: uma mudança do eixo econômico em Minas colonial. *Locus: Revista de história*, Juiz de Fora, v.11, n.1 e.2, p. 137-160, 2005.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Editora UFMG, 2005.

ANDERSON, Fred. *Crucible of War: The Seven Year's War and the Fate of Empire in British North America, 1754-1766*. Nova Iorque: Vintage Books, 2001.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. A Natureza e a gênese das Minas do Sul nos livros de André João Antonil e Sebastião da Rocha Pita. *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 51, p. 171-195, 2006.

ARMITAGE, David; SUBRAHMANYAM, Sanjay (Eds.). *The age of revolutions in global context*, c. 1760-1840. New York: Palgrave Macmillan, 2010, pp. xii-xxxii; ARMITAGE, David. Tres conceptos de historia atlántica. *Revista de Occidente*, nº 281, 2004, pp. 7-28.

ARRUDA, José J. de A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática. 1980.

BAILYN, Bernard. *Atlantic history. Concepts and contours*. Cambridge: Harvard University Press, 2005.

BARBOSA, Francielly Giachini. *Sociogênese e institucionalização de milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos na América portuguesa: Bahia e Rio de Janeiro (1638-1766)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, 2019.

BARRENTO, António. *Guerra fantástica 1762: Portugal e o Conde de Lippe e a Guerra dos Sete Anos*. Lisboa:Tribuna da História, 2006.

BARRETO XAVIER, Ângela; PALOMO DEL BARRIO, Federico; STUMPF, Roberta. *Monarquias ibéricas em perspectiva comparada (sécs. XVI-XVIII): dinâmicas imperiais e circulação de modelos administrativos*. Lisboa: ICS - Imprensa de Ciências Sociais, 2018.

BARROCA, Mário Jorge. A arquitectura militar portuguesa no tempo de D. Afonso Henriques. In: _____. *No tempo de D. Afonso Henriques: reflexões sobre o primeiro século português*. Porto: CITCEM, 2017, p. 125-126.

_____. Do castelo da reconquista ao castelo românico (séc. IX a XII). *Portugália*, vol. 11-12, 1990-1991, p. 89-136, 1993.

BERGAD, Laird. W. *Escravidão e História Econômica – Demografia de Minas Gerais, 1720-1888*, Bauru, EDUSC, 2004.

BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BLUTEAU, Raphael. *Dicionário da língua portuguesa*: composto pelo padre Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes da Silva, natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1790.

BOXER, Charles R. *A idade do ouro do Brasil*, 2. ed. São Paulo: Companhia editora nacional (Coleção Brasileira), 1969.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. (Vol. 3, O tempo do mundo). Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2006, pp. 11-58 [1979].

BRITO, Rafael Magno Maciel Costa. *Bahia, Costa da Mina e Minas Gerais: tráfico negreiro e laços culturais (1693-1763)*. 120 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova Lisboa, Lisboa, 2019.

BUCKLEY, Roger N. Slave or freedman: the question of the legal status of the British West India soldier, 1795-1807. *Caribbean Studies*, v. 17, n. 3/4, p. 83-113, 1977.

CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Livraria José Olympio: Rio de Janeiro, 1959.

CAMARGO, Maicon da Silva. Um Reino sem rei? Cultura política ibérica durante a Federação Ibérica (1580-1640). *AEDOS*, v. 8, n. 19, p. 192-208, 2016.

CAMPBELL, Leon G. Black power in Colonial Peru: The 1779 Tax Rebellion of Lambayeque. *Phylon*. Vol. 33, nº 2, 1972.

_____. The changing racial and administrative structure of the Peruvian military under the later Bourbons. *The Americas*, p. 117-133, 1975; ARCHER, Christon I. The role of the military in colonial Latin America. *The History Teacher*, v. 14, n. 3, p. 413-421, 1981.

CARNEIRO, Patricio Aureliano Silva. *Do Sertão ao Território das Minas e das Gerais: entradas e bandeiras, política territorial e formação espacial no período colonial*. 392 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

CARRARA, Ângelo Alves. Para além das Minas e Currais (e de Minas Gerais): ensaio de caracterização da divisão regional mineira; séculos XVIII e XIX. *Seminário sobre Histórias Regionais de Minas Gerais*. Instituto Cultural Amílcar Martins – ICAM. Belo Horizonte: 2006.

_____. *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1676-1807)*. Rio de Janeiro: PPGHIS/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

_____. Eficácia tributária dos sistemas de cobrança dos quintos reais: A segunda capitação em Minas Gerais, 1736-1751. *Varia hist.*, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 837-860, Dec. 2016.

_____. *Minas e currais*. Produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007.

CARVALHO, João Cerineu Leite de. O Estado Português Avisino e a Regulação da Violência em Princípios do Século XV. *Anais do XIII Encontro de História da ANPUH*, Rio de Janeiro, 2008, p. 2.

CAZES, Pedro Faria. Passagens para o capitalismo: a sociologia histórica de Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Revista Crítica e Sociedade*, v. 4, n. 2, p. 113-138, 2014.

COSTA, Ana Paula Pereira. Armar escravos em Minas colonial: potentados locais e suas práticas de reprodução social na primeira metade do século XVIII. *Simpósio Nacional de História*, v. 26, 2011.

_____. *Armar Escravos em Minas Colonial: potentados locais e suas práticas de reprodução social na primeira metade do século XVIII. Vila Rica, 1711-1750*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2010.

_____. Negociações e reciprocidades: interações entre potentados locais e seus escravos armados nas Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. *Almanack Braziliense*, 2008

_____. Organização militar, poder de mando e mobilização de escravos armandos nas conquistas: a atuação dos corpos de ordenanças em Minas colonial. *Revista de História Regional*, v. 11, n. 2, 2006.

_____. Potentados locais e seu braço armado: as vantagens e dificuldades advindas do armamento de escravos na conquista das Minas. *Topoi (Rio de Janeiro)*, 2013.

COTTA, Francis Albert. No rastro dos Dragões [manuscrito]: políticas da ordem e o universo militar nas Minas setecentista. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2004. 307 f.

_____. *Negros e mestiços nas milícias da América portuguesa*. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

CUNHA, Alexandre Mendes. O urbano e o rural em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX. *Cadernos da Escola do Legislativo-e-ISSN: 2595-4539*, v. 11, n. 16, p. 57-70, 2019.

DANLEY, Mark. The "Problem" of the Seven Year's War: In *The Seven Year's War*. Global Views, Mark H. Danley & Patrick J. Speelman, Brill (Ed.), Boston, 2012, p. xxiii.

DANTAS, Mariana L. R. Em benefício do bem comum: esquadrões de caçadores do mato nas Minas setecentistas. In: LIBBY, Douglas Cole ; FURTADO, Júnia Ferreira. *Trabalho Livre, Trabalho Escravo*. Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006, p. 258.

DIAS, Gabriela Duque. *Uma Muy Honrosa Patente Militar: os mestres de campo nas Minas Setecentistas (1709-1777)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013

DI CREDDO, Maria do Carmo Sampaio. *Terras e índios: Botucatu ("bôca de sertão"): o povoamento e a propriedade da terra no Vale do Paranapanema*. Arte & Ciência, 2001.

DONGHI, Tulio Halperin. Revolutionary militarization in Buenos Aires 1806-1815. *Past & Present*, n. 40, p. 84-107, 1968; DONGHI, Tulio Halperín. Gastos militares y economía regional: el Ejército del Norte (1810-1817). *Desarrollo Económico*, p. 87-99, 1971.

ECHEVERRI, Marcela. Los derechos de indios y esclavos realistas y la transformación política en Popayán, Nueva Granada (1808-1820). *Revista de Indias*, v. 69, n. 246, p. 45-72, 2009.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. São Paulo: Jorge Zahar Editores, 2001.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1994.

ELIAS, Norbert. *Escritos & ensaios*. (1. Estado, processo, opinião pública). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

_____. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1980.

_____. *O processo civilizador* (vol. I): uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. *O processo civilizador* (vol. II). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Tradução de Ruy Jurgman. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Introdução: ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders. ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders*:

sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, p. 19-50, 2000.

FERREIRA, Maria Clara Caldas Soares. *A Arquiconfraria do Cordão de São Francisco em Minas Gerais: História, Culto e Arte (1760-1850)*. 561f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

FERREIRA, Roquinaldo; SEIJAS, Tatiana. O tráfico de escravos para a América Latina: um balanço historiográfico. REID, George Andrews FUENTE, Alejandro de la. *Estudos afro-latino-americanos: uma introdução*. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 50.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Derrama e política fiscal ilustrada. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 41, 2005.

_____. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FINLEY, M. I. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Márcia. Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.259-297

FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira; DA SILVA, Daniel Domingues. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX). *Afro-Ásia*, n. 31, 2004.

FONSECA, C.D. *Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas* [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FONSECA, Claudia Damasceno. *Urbs e civitas: a formação dos espaços e territórios urbanos nas minas setecentistas*. An. mus. paul., São Paulo, v. 20, n. 1, p. 77-108, June 2012.

FONSECA, Marcus Vinicius. *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2007.

FRAGOSO, João Luís e GUEDES, Roberto, “Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421, 424 e 425: despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833”, in: Tarcísio R. Botelho e outros (org.), *História Quantitativa e Serial no Brasil: um balanço*, Goiânia, ANPUH-MG, 2001.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de Grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840*. Sete Letras, 1996.

FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. *Revista Tempo*, v. 8, n. 15, p. 11-35, 2003.

_____. Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio. *História, Franca*, v. 31, n. 2, p. 106-145, Dec. 2012.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Unesp, 1997.

FREITAS, Décio. *Palmares, a guerra dos escravos*. Graal, 1981.

- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo: Global Editora, 2006.
- FURTADO, Celso; IGLÉSIAS, Francisco. *Formação econômica do Brasil*. Editora Universidade de Brasília, 1963.
- FURTADO, Júnia Ferreira. O Distrito dos Diamantes: uma terra de estrelas. *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, v. 1, 2007, p. 304.
- GAMES, Alison. *Atlantic history: definitions, challenges, and opportunities*. *The American Historical Review*, vol. 111, nº 3, 2006.
- GASPAR, Tarcísio de Souza. Derrama, boatos e historiografia: o problema da revolta popular na Inconfidência Mineira. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 11, n. 21, p. 51-73, 2010, p. 52.
- GENOVESE, Eugene D. *From rebellion to revolution: Afro-American slave revolts in the making of the modern world*. LSU Press, 1992.
- _____. *O mundo dos senhores de escravos: dois ensaios de interpretação*. Paz e Terra, 1979.
- GENOVESE, Eugene D.; WROBEL, Fanny. *A economia política da escravidão*. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.
- GOLGHER, Isaías. *Guerra dos Emboabas: a primeira guerra civil nas Américas*. 2. ed. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1982.
- GOMES, José Eudes. *As milícias d'El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Editora FGV, 2010.
- GÓMEZ, Alejandro E. El estigma africano en los mundos hispano-atlánticos (siglos XIV al XIX). *Revista de historia*, n. 153, p. 139-179, 2005.
- _____. Las revoluciones blanqueadoras: elites mulatas haitianas y "pardos beneméritos" venezolanos, y su aspiración a la igualdad, 1789-1812. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*., 2005.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade: Estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
- GOULART, Maurício. *Escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- GUEDES, Roberto. De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: JLR FRAGOSO; CMC de ALMEIDA; ACJ de SAMPAIO, *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.
- GUIMARÃES, C. M. Os quilombos do século do Ouro (Minas Gerais, século XVIII). *Estudos Econômicos*. São Paulo: Universidade de São Paulo(USP), 1988.
- _____. Quilombos e Política (MG Século XVIII). *Revista de História* 132: 69-81. São Paulo, USP, 1995.
- HANDLER, Jerome. Freedmen and slaves in the Barbados Militia. *The Journal of Caribbean History*, v. 19, n. 1, p. 1, 1984.
- HELG, Aline. Sentido e impacto de la participación negra en la guerra de independencia de Cuba. *Revista de Indias*, v. 58, n. 212, p. 47-63, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. "Metais e pedras preciosas". In HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira: a época colonial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 1, t. 1, 1997.

_____. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1985.

_____. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INGERSOLL, Thomas N. *Mammon and Manon in early New Orleans: The first slave society in the deep South, 1718-1819*. Univ. of Tennessee Press, 1999.

JAYO, José Antonio Hoyuela. A fortificação sistêmica do Atlântico no Brasil da União Ibérica. In: *Patrimônio cultural de origem militar: contribuições do ICOFORT RIO 2017* / Roberto Bartholo, Flávia Ferreira de Mattos e José Claudio dos Santos Júnior (organizadores). Rio de Janeiro: Florescer, 2019.

JESUS, Nauk Maria de. Para uma história da organização militar na capitania de Mato Grosso. In: *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil*. Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, p. 313-325, 2012.

KLEIN, Herbert S. Os homens livres de cor na sociedade escravista brasileira. *Dados*, v. 17, p. 3-27, 1978.

_____. The colored militia of Cuba: 1568-1868. *Caribbean Studies*, v. 6, n. 2, p. 17-27, 1966.

KLEIN, Herbert S.; PAIVA, Clotilde Andrade. Freedmen in a slave economy: Minas Gerais in 1831. *Journal of social history*, p. 933-962, 1996.

KOK, Glória. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 17, n. 2, p. 91-109, 2009.

KOPYTOFF, Igor. Slavery. *Annual Review of Anthropology*, p. 207-230, 1982.

KOPYTOFF, Igor; MIERS, Suzanne D. *Slavery in Africa: historical and anthropological perspectives*. Madison: University of Wisconsin Press, 1977.

KRAAY, Hendrik. *Race, state, and armed forces in independence-era Brazil: Bahia, 1790s-1840*. California: Stanford University Press, 2001.

KUETHE Allan J. The status of the free pardo in the disciplined militia of New Granada. *The Journal of Negro History*. Vol. 56, nº 2, Apr., 1971.

_____. The development of the Cuban military as a sociopolitical elite, 1763-83. *Hispanic American Historical Review*, v. 61, n. 4, p. 695-704, 1981.

_____. The status of the free pardo in the disciplined militia of New Granada. *The Journal of Negro History*, v. 56, n. 2, p. 105-117, 1971.

KUETHE, Allan J.; FERNÁNDEZ, Juan Marchena. Soldados del rey: el ejército borbónico en América colonial en vísperas de la independencia. *Publicacions de la Universitat Jaume I*, 2005.

KÜHN, Fábio. A fronteira em movimento: relações luso-castelhanas na segunda metade do século XVIII. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre : PUCRS, Volume .XXV, n.2, 1999.

LAMAS, Fernando. Os indígenas de Minas Gerais: guerra, conquista da terra, colonização e deslocamentos. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, n.44, junho de 2012.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Do singular ao plural. Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Fragmentos Setecentistas: Escravidão, Cultura e Poder na América Portuguesa*. Campinas: UNICAMP. Tese de Doutorado. Tese de Livre-Docência, 2004.

_____. Quem eram os “negros do Palmar”? in: RIBEIRO, Gladys Sabina; FREIRE, Jonis; ABREU, Martha Campos; e CHALHOUB, Sidney (orgs.). *Escravidão e cultura afro-brasileira: temas e problemas em torno da obra de Robert Slenes*. Campinas, Editora da Unicamp, 2016.

LAVRADIO, Marquês do. Carta de amizade escrita ao governador de Minas Gerais. Rio de Janeiro, 20 de junho de 1775. *Cartas do Rio de Janeiro (1769-1776)*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Instituto Estadual do Livro, 1978.

LAWRENCE, James. *The Rise and Fall of the British Empire*. Nova Iorque: St Martin's Griffin, 1994.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia paulistana*, histórica e genealógica. 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

LIBBY, Douglas Cole. Minas na mira dos brasilianistas: reflexões sobre os trabalhos de Higgins e Bergad. *História quantitativa e serial: um balanço*, v. 1, p. 279-304, 2001.

LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Clotilde Andrade. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 17, n. 1/2, p. 17-46, 2000.

LIMA, Douglas. *A Polisssemia das alforrias: o significado e dinâmicas das libertações de escravos nas Minas Gerais setecentistas*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

LOKKEN, Paul. Useful enemies: seventeenth-century piracy and the rise of pardo militias in Spanish Central America. *Journal of Colonialism and Colonial History*, v. 5, n. 2, 2004.

MACFARLANE, Antony. Independências americanas na era das revoluções: conexões, contextos, comparações. In: MALERBA, Jurandir. *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. Independências americanas na era das revoluções: conexões, contextos, comparações. In: MALERBA, Jurandir. *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MAGALHAES, Joaquim Romero. A cobrança do ouro do rei nas Minas Gerais: o fim da capitação - 1741-1750. *Tempo*, Niterói, v. 14, n. 27, p. 118-132, 2009.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A população do Brasil colonial. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: América Latina Colonial* (Vol. 2). São Paulo: EDUSP, 1999.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 74, p. 107-123, Mar. 2006.

MARSTON, Daniel. *The Seven Year's War*. Londres: Osprey Publishing Limited, 2001, p. 7.

MARTA, Michel Mendes. *Em busca de honras, isenções e liberdades: as milícias de homens pretos forros na cidade do Rio de Janeiro (meados do século XVIII e início do XIX)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

MARTINS, Maria do CS; SILVA, Helenice CC da. VIA BAHIA: a importação de escravos para Minas Gerais pelo caminho do sertão 1759-1772. *XIV Seminário sobre a Economia Mineira: anais*, 2007.

MARTINS, Roberto Borges. “Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora”, *Estudos Econômicos*, XIII, n. 1, 1983.

_____. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*, BH: CEDEPLAR/FALE/UFGM. Coleção Textos para Discussão, v. 10., n. 2, 1980.

MATTOSO, Kátia M. de Q. A propósito de cartas de alforria–Bahia, 1779-1850. *Anais de História*, v. 4, p. 23-52, 1972.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês do Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Trad. Antônio de Pádua Danesi. R. de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MCALISTER, Lyle N. The Reorganization of the Army of New Spain, 1763-1766. *The Hispanic American Historical Review*, v. 33, n. 1, p. 1-32, 1953.

MELLO, Christiane F. Pagano de . A Guerra e o Pacto. A política de intensa mobilização militar nas Minas Gerais.. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Org.). *A Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV / Bom Texto, 2004.

_____. “A guerra e o pacto: a política de intensa mobilização militar nas Minas Gerais”. In: CASTRO, C., IZECKSOHN, V. & KRAAY, H. (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. *Forças Militares no Brasil Colonial: Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na Segunda Metade do Século XVIII*. Rio de Janeiro: *e-papers*, 2009.

_____. Os corpos de ordenanças e auxiliares. Sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa. *História: Questões e Debates*. Curitiba: Ed.UFPR. Ano 24; n.45; jul/dez, 2006.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada*. Guerra e açúcar no nordeste, 1630-1654. S. Paulo: Forense/EDUSP, 1975.

_____. *O Brasil holandês, 1630-1654*. Companhia das Letras, 2010.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Henrique Dias*. Governador dos crioulos, negros e mulatos do Brasil, Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, CNPq, 1988.

_____. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Instituto Nacional do Livro, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987

_____. *Emboabas: crônica de uma revolução nativista* – documentos inéditos. São Paulo: São Paulo Editora, 1929.

MIERS, Suzanne; KOPYTOFF, Igor. African "slavery" as an institution of marginality. In: MIERS, Suzanne; KOPYTOFF, Igor (orgs.). *Slavery in Africa. Historical and anthropological perspectives*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1979; KOPYTOFF, Igor. Slavery. *Annual Review of Anthropology*, p. 207-230, 1982.

MIERS, Suzanne; KOPYTOFF, Igor. African "slavery" as an institution of marginality. In: MIERS, Suzanne; KOPYTOFF, Igor (orgs.). *Slavery in Africa. Historical and anthropological perspectives*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1979.

MONTEIRO, João Gouveia. A Campanha Militar de Ceuta (1415) Revisitada. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, v. 17, p. 63-78, 2017.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORTON, F. W. O. *The Military and Society in Bahia, 1800-1821*. *Journal of Latin American Studies*. Vol. 7, n. 2, nov/1975.

MOTA, Celio de Souza. *A face parda da “Conspiração dos Alfaiates”*: homens de cor, corporações militares e ascensão social em Salvador no final do século XVIII. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2010.

NAVARRO, E. A. *Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo. Global. 2013.

NOVINSKY, Anita. Ser marrano em Minas Colonial. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 161-175, 2001.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de ; ESSELIN, Paulo Marcos. Uma breve história (indígena) da erva-mate na região platina: da Província do Guairá ao antigo sul de Mato Grosso. *Espaço Ameríndio*, v. 9, n. 3, p. 278, 2015.

PAIVA, Clotilde A., CARVALHO, José Alberto Magno de, LEITE, Valéria da Motta. Demografia. In: FUNDAÇÃO IBGE. *Estatísticas históricas do Brasil*. 2 ed.. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

PAIVA, Eduardo França. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In ANASTASIA, Carla M. J. & PAIVA, Eduardo F. *O trabalho mestiço – maneiras de pensar e formas de viver, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume: PPGH/UFGM, 2002.

_____. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Editora UFGM, 2001.

_____. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Editora UFGM, 2001.

_____. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. Annablume Editora Comunicacao, 1995.

_____. Por uma história cultural da escravidão, da presença africana e das mestiçagens. *Fênix. Revista de História e Estudos Culturais*, v. 6, p. 1-24, 2009.

_____. Povos das Minas no século XVIII. *Cadernos da Escola do Legislativo-e-ISSN: 2595-4539*, v. 11, n. 16, p. 23-55, 2019.

PARKER, Geoffrey. “The ‘Enterprise of England’, 1585-1588”. In: *Imprudent King – A New Life of Philip II*. United States of America: Yale University Press, 2014.

PAULA, João Antônio de. A mineração de ouro em Minas Gerais do século XVIII. *As Minas Setecentistas*. v. 1, 2007.

PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia*. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos de economia atlântica no século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América portuguesa*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

PORTELA, Bruna Marina. *Gentio da Terra, gentio da Guiné*: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para escravidão africana (Capitania de São Paulo, 1697-1780). 386 f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

POSSAMAI, Paulo César. A Colônia do Sacramento, o “jardim da América”. In.: *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v. 30, n. 1, p. 33-46, jun./2004.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23. edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRECIOSO, Daniel. Legítimos vassalos: pardos livres e forros na Vila Rica colonial (1750-1803). *Coleção PROPG Digital (UNESP)*, 2011.

_____. Os pardos forros e livres em Vila Rica: Sociabilidade Confrarial e busca por reconhecimentos social (C. 1746-C. 1800) DOI10. 5216/o. v8i11. 9367. *OPISIS*, v. 8, n. 11, 2008.

_____. *Terceiros de cor*: pardos e crioulos em Ordens Terceiras e Arquiconfrarias (Minas Gerais, 1760-1808). 2014. 338f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2000.

.RAGO, Margareth. A "nova" historiografia brasileira. *Anos 90*, v. 7, n. 11, p. 73-96, 1999.

RENGER, Friedrich. O quinto do ouro no regime tributário nas Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 42, n. 2, p. 90-105, 2006.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de; LANGFUR, Hal. Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei. *Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, p. 5-22, 2007.

REZENDE, Rodrigo Castro. Escravos do Setecentos: um estudo sobre a composição da população cativa das Minas Gerais do século XVIII. *Unimontes Científica*, v. 9, n. 1, p. 33-44, 2015.

RIBEIRO, Alexandre Vieira. *E lá se vão para as Minas*: perfil do comércio de escravos despachados da Bahia para as Gerais na segunda metade do século XVIII. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

RIBEIRO, Mônica da Silva. Trajetória administrativa e hierarquias sociais: o exemplo do governador Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre. In: GUEDES, Roberto (Ed.). *Ultimas vontades*: Testamento, sociedade e cultura na América Ibérica [séculos XVII e XVIII]. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2015.

RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 23, n. 46, p. 253-270, 2003.

ROMEIRO, Adriana. Guerra dos Emboabas: balanço histórico. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano 45, n.1. Belo Horizonte, 2009.

_____. Confissões de um falsário: as relações perigosas de um governador nas Minas. *História: Fronteiras. XX. Simpósio Nacional da ANPUH (Anais)*: São Paulo: Humanitas, 1999.

_____. *Paulistas e emboabas no coração das Minas: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Editora UFMG, 2008.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Manuel Nunes Viana: Paragon or Parasite of Empire? *The Americas [online]*. vol. 37, no. 4, pp. 479–498, 1981.

_____. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAGUIER, Eduardo R. Las contradicciones entre el fuero militar y el poder político en el Virreinato del Río de la Plata. *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe/European Review of Latin American and Caribbean Studies*, p. 55-73, 1994.

SÁNCHEZ MEJÍA, Hugues R. De escravos a campesinos, de la “roza” al mercado: tierra y producción agropecuaria de los “libres de todos los colores” en la gobernación de Santa Marta (1740-1810). *Historia crítica*, n. 43, p. 130-155, 2011.

SCHWARTZ, Stuart B. A manumissão dos escravos no Brasil colonial-Bahia, 1684-1745. *Anais de História*, v. 6, p. 71-114, 1974.

_____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

_____. Mocambos, Quilombos e Palmares. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 1987.

SCHWARTZ, Stuart. Repensando Palmares: resistência escrava na Colônia. In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001.

SILVA, Célia Nonata da. Autoridade Mestiça: Territórios de Mando no sertão do São Francisco. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 2009.

SILVA, Elisa Vignolo et al. As formas de obtenção da alforria: São João del-Rei 1820-1840. In: *Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira*. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

_____. *Alforriados e Fugões: a relação senhor–escravo na região de São João del-Rei (1820-1840)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Pós-Graduação em História do Instituto Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana MG, 2009.

SILVA, Francisco Ribeiro da. Autonomia municipal e centralização do poder durante a união Ibérica: o exemplo do Porto. *História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, v. 4, 2019.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. *"Nas solidões vastas e assustadoras": os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

_____. *Os Henriques nas vilas açucareiras do Estado do Brasil: tropas de homens negros em Pernambuco, séculos XVII e XVIII*. Estudos de História, v. 9, n. 2, p. 145-194, 2002.

SILVA, L. G. ; SOUZA, F. P. ; PAULA, Leandro Francisco de. A guerra luso-castelhana e o recrutamento de pardos e pretos: uma análise comparativa (Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, 1775-1777). In: DORÉ, Andréa ; SANTOS, A. C. de A. *Temas Setecentistas*. Governos e populações no Império Português. Curitiba: UFPR – SCHLA/Fundação Araucária, 2008.

SILVA, Luiz Geraldo. "Esperança de liberdade": Interpretações populares da abolição ilustrada (1773-1774). *Revista de História*, n. 144, p. 107-149, 2001.

_____. Afrodescendentes livres e libertos e igualdade política na América portuguesa. Mudança de status, escravidão e perspectiva atlântica (1750-1840). *Almanack*. Guarulhos, n.11, dez. 2015.

_____. Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII. *Revista de História*. São Paulo, n.169, jul. / dez. 2013.

_____. Indivíduo e Sociedade. Brás de Brito Souto e o processo de institucionalização das Milícias de afrodescendentes livres e libertos na América portuguesa. *Tempo*, v. 23, n. 2, maio / ago. 2017.

_____. Negros de Cartagena y Pernambuco en la era de las revoluciones atlánticas: trayectorias y estructuras (1750-1840). *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, v. 40, n. 2, p. 211-240, 2013.

SILVA, Luiz Geraldo; SOUZA, Priscila de Lima. Escravos marinhaeiros, senhores e locadores: Leis Pombalinas, faina marítima e economia mundial (1761-1810). *Afro-Ásia*, n. 60, 2019.

SILVEIRA, Marco Antonio. Acumulando forças: luta pela alforria e demandas políticas na Capitania de Minas Gerais (1750-1808). *Revista de História*, n. 158, p. 131-156, 2008.

SIMMS, Brendan. *Three Victories and a Defeat: The Rise and Fall of the First British Empire, 1714-1783*. Londres: Penguin Books Limited, 2007; McLYNN, Frank. *1759: The Year Britain Became Master of the World*, New York: Grove Press, 2004.

SIMONSEN, Roberto C. História Econômica do Brasil (1500/1820).[1937]. *Companhia Editora Nacional. São Paulo–Rio de Janeiro–Recife*, 2005.

_____. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. São Paulo - Rio de Janeiro - Recife: Companhia Editora Nacional, 1937.

SOUSA NASCIMENTO, Renata Cristina de. Um perfil de fidalguia: Elementos para o estudo da estrutura nobiliárquica portuguesa no século XV. *Notandum* 32, CEMOROC-FEUSP; IJI-Universidade do Porto, maio-ago. 2013.

SOUSA, COSTA E. From Tangier to Alcácer Quibir: The Portuguese Military Revolution (Re) visited. *Portuguese Studies Review*, 2015.

SOUZA, Fernando Prestes de. *Pardos livres em um campo de tensões: milícia, trabalho e poder (São Paulo, 1797-1831)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. Editora Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, Priscila de Lima. *‘Sem que lhes obste a diferença de cor’: a habilitação dos pardos livres na América portuguesa e no Caribe espanhol (c. 1750-1808)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Os sentidos do povoamento: aspectos da ocupação territorial de Minas Gerais. *Revista Ciências Humanas*, [S. l.], v. 2, n. 1, 2009.

THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII.

_____. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOMÁS, Júlia. *Ensaio sobre o imaginário marítimo dos portugueses*. Braga: CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade Universidade do Minho, 2013.

TOMIC, Dale. Atlantic History and World Economy: concepts and constructions. *Proto Sociology*, vol. 20, 2004.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Das rivalidades se geraram ódios, e estes trataram de satisfazer-se; vindo os partidos às mãos, em uma guerra civil, no ano de 1708. In:

_____. *História geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1948.

VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. Prefácio de Francisco Iglésias. Introdução de Basílio de Magalhães. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

VENANCIO, Renato Pinto. Os Últimos Carijós: Escravidão Indígena em Minas Gerais: 1711-1725. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 165-181, 1997.

VINSON, Ben. *Bearing arms for his majesty: the free-colored militia in colonial Mexico*. Stanford University Press, 2001.

VIOTTI, Ana Carolina. Revisitar Palmares: histórias de um mocambo do Brasil colonial. *Trashumante. Revista Americana de Historia Social*, 2017.